MARIA DE JESUS MORAIS

# Acreanidade

*Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana*

Edufac

MARIA DE JESUS MORAIS

# Acreanidade

*Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana*

Edufac

**“ACREANIDADE”: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA**
ISBN 978-85-8236-037-8
Copyright © Edufac 2016, Maria de Jesus Morais
Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac
Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial
69920-900 • Rio Branco • Acre

**Diretor**
José Ivan da Silva Ramos

**Conselho Editorial**
Adailton de Sousa Galvão, Antonio Gilson Gomes Mesquita, Bruno Pereira da Silva, Carla Bento Nelem Colturato, Damián Keller, Eustáquio José Machado, Fabio Morales Forero, Jacó César Piccoli, José Ivan da Silva Ramos, José Mauro Souza Uchôa, José Porfiro da Silva, Lucas Araújo Carvalho, Manoel Domingos Filho, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Raimunda da Costa Araruna, Simone de Souza Lima, Tiago Lucena da Silva, Yuri Karaccas de Carvalho.

**Secretária Geral**
Ormifran Pessoa Cavalcante

**Editoras de Publicações**
Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio
Jocília Oliveira da Silva

**Projeto Gráfico**
AntonioQM

**Design Editorial**
AntonioQM
FredericoSO

**Capa**
AntonioQM

**Revisão de Texto**
Bárbara Silva Figueiredo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborada pela Biblioteca da Ufac

P360c Maria de Jesus Morais.
“Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana / Maria de Jesus Morais. – Rio Branco: Edufac, 2016.

ISBN: 978-85-8236-037-8

1. Professores – Formação. 2. Currículos. 3. Interdisciplinaridade. 4. Práticas pedagógicas – Estudo e ensino. I. Título.

CDD 22.ed. 370.71

Bibliotecária: Vivyanne Ribeiro das Mercês Neves CRB-11º/600

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Maria de Jesus Morais

Edufac

# SUMÁRIO


CAPÍTULO

1. TERRITÓRIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: TRAMAS CONCEITUAIS PARA PENSAR A "ACREANIDADE" ..... 29

1.1 TERRITÓRIO E IDENTIDADE ..... 33

1.2 TERRITÓRIO E MEMÓRIA ..... 42

1.3 DISCURSO E IDENTIDADE ..... 47

CAPÍTULO

2. GÊNESE DA "ACREANIDADE": A REVOLUÇÃO ACREANA. GÊNESE DO ACREANISMO: O MOVIMENTO AUTONOMISTA DO ACRE ..... 61

2.1 O MITO FUNDADOR DO ACRE E DOS ACREANOS ..... 63

2.2 A "INVENÇÃO" DO ACRE E DOS ACREANOS ..... 94

2.3 O MOVIMENTO ACREANISTA E A QUESTÃO DA AUTONOMIA TERRITORIAL . 98

CAPÍTULO

3. A RESIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA: O MOVIMENTO SOCIAL DE ÍNDIOS E SERINGUEIROS COMO SÍMBOLO DA "DEFESA DA FLORESTA" E DO "VERDADEIRO ACREANO" ..... 123

3.1 MOVIMENTO SOCIAL DOS SERINGUEIROS DO ACRE: RESISTÊNCIA À PECUARIZAÇÃO E "INVENÇÃO DE DIREITOS" ..... 125

3.2 POVOS INDÍGENAS DO ACRE: DO "TEMPO DAS CORRERIAS" AO "TEMPO DA REVITALIZAÇÃO CULTURAL" ..... 148

3.3 A ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA ..... 170

CAPÍTULO

4. A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ACRE: O GOVERNO DA FLORESTA E O "DISCURSO FLORESTÂNICO" .. 179

4.1 O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ACRE ..... 180

4.2 O "DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL" E A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA NO ACRE ..... 191

4.3 O GOVERNO DA FLORESTA E A "FLORESTANIA" ..... 200

4.4 AMBIGUIDADES E TENSÕES DO "DISCURSO FLORESTÂNICO" ..... 226

CAPÍTULO

5. (RE)INVENTANDO O PASSADO: A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO ACRE CRIAÇÃO DE "ESPAÇOS DE MEMÓRIA" E "INVENÇÃO DE TRADIÇÕES"..... 241

5.1 MATERIALIZANDO A MEMÓRIA NA CIDADE DE RIO BRANCO ..... 243

5.2 INVENÇÃO DE TRADIÇÕES: FOLIA NA GAMELEIRA – CARNAVAL COMO ANTIGAMENTE –, FOLGUEDO JABUTI-BUMBÁ E A SANTA DOS SERINGUEIROS ..... 279

5.3 COMEMORAÇÕES: USOS E ABUSOS DA MEMÓRIA COLETIVA ..... 284

5.4 A MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA: ESPAÇOS E TEMPOS ESQUECIDOS NA CONSTRUÇÃO DA "ACREANIDADE" ..... 291

# PREFÁCIO

**Rogério Haesbaert**[1]

O estado do Acre, incorporado ao Brasil apenas no início do século XX, é uma dessas "fronteiras" (tanto em seu sentido político quanto econômico e sociocultural) cujos movimentos de transformação podem ser lidos ao mesmo tempo como uma herança "marginal" e relegada da história nacional e como constituintes indissociáveis, inerentes à própria formação da nação e do Estado brasileiro. Por longo tempo menosprezado na nossa formação socioespacial, o Acre nas últimas décadas passou a ocupar uma posição de destaque dentro de debates fundamentais, como o da questão ecológica e o da organização de movimentos de resistência dos chamados povos tradicionais (especialmente a partir da criação das reservas extrativistas como modelo inovador de construção territorial).

Politicamente, forjaram-se no espaço acreano iniciativas que, principalmente através da luta simbolizada por Chico Mendes, projetaram-se para além das próprias fronteiras nacionais. Assim, o Acre põe em questão pressupostos do senso comum que colocam sempre em posição secundária os chamados espaços periféricos – principalmente se considerarmos a própria distância física do Acre em relação aos centros político e econômico no conjunto territorial brasileiro.

Maria de Jesus, neste trabalho inédito, investe na problematização desse alçar do Acre a uma condição identitária ímpar e destacada no cenário político nacional – identidade ("acreanidade", como definido pela autora) que é sempre considerada em seu caráter dinâmico, multidimensional e politicamente estratégico. Identidade dinâmica porque, como bem enfatiza a pesquisadora, é construída e reconstruída através da diferenciação do tempo histórico. Ainda que percorra todo o processo de idas-e-vindas da formação

1 Rogério Haesbaert é professor da Universidade Federal Fluminense e foi orientador de Tese de Doutorado de Maria de Jesus Morais.

de uma ou múltiplas identidades acreana através do tempo, a autora privilegia o período de fortalecimento da imagem "ecológica" ou do "discurso florestânico", entre 1999 e 2006.

A identidade acreana é também multidimensional e politicamente estratégica porque, como toda identidade social, molda-se na interface com os interesses políticos e econômicos que estão em jogo. Isso fica muito claro quando a autora discute a estratégia proposta pelos governos do Partido dos Trabalhadores em torno do chamado "Governo da Floresta". Aqui, genericamente (ignorando as diferentes experiências efetivamente vividas) os indivíduos e a sociedade aparecem – em tese, pelo menos – amplamente imbricados ao meio, ao espaço em que se situa, como se a "floresta" (mesmo tão devastada no leste acreano) fosse não apenas o pano de fundo, a paisagem que emoldura, mas um constituinte estrategicamente posicionado de modo a legitimar, para todos, o mesmo discurso hegemônico e os interesses empresariais aí envolvidos.

Vê-se também como os grupos sociais – nesse caso, sobretudo, os grupos políticos e a mídia – jogam com referenciais simbólicos mobilizados e/ou reconstruídos a partir da história e da geografia do estado. Assim, como toda memória, o caráter seletivo re-inventa ou re-cria espaços e tempos que, por sua vez, serão relidos de modo distinto pelos diferentes estratos socioeconômicos e culturais em pauta.

Como bem expressa a autora, (re)vive-se hoje, "supostamente", os "ideais dos Povos da Floresta". E, assim, selecionam-se momentos e vivências que acabam "esquecendo" relações como aquelas, tensas, vividas entre índios e seringueiros – ou entre grandes proprietários e sem-terra – e que "resultaram em genocídios e etnocídios". Como diz um folheto publicitário do governo Jorge Viana, "o lado perverso naqueles tempos era vencido pela coragem, pela esperança e por outros bons sentimentos que acabaram moldando os povos da floresta – a que ousamos chamar de 'acreanidade'".

Remodelações e patrimonializações urbanas empreendidas, em maior ou menor grau, em cidades como Rio Branco, a capital do estado, Porto Acre e Xapuri, são muito bem analisadas pela autora, demonstrando cla-

ramente não apenas a busca de refuncionalizações, mas também de uma ampla ressignificação territorial, de modo a "modernizar" com cores locais o espaço urbano e fortalecer símbolos que representem o amálgama dessa propalada "acreanidade".

Assim, poderíamos dizer, surge aquilo que a geógrafa Doreen Massey chamou de "um sentido global do lugar" ou o que denominamos de "multiterritorialidade". O Acre também se insere na globalização através de projetos de reurbanização que recombinam elementos e influências de diversas ordens/escalas. A diferenciação e, consequentemente, a construção de uma identidade acreana não se dá a partir de uma singularidade exclusiva, como se pretendia no passado, mas a partir de processos e fenômenos de diferentes origens espaço-temporais que ali se combinam de uma maneira específica. E essa especificidade está atrelada, também, é claro, às formas próprias de articulação político-econômica dos grupos hegemônicos com os demais grupos e classes sociais.

Revelar a complexidade desse jogo geo-histórico de reconstrução identitária e promover um rico e indispensável debate é a grande contribuição de Maria de Jesus Morais neste trabalho. A memória espaço-temporalmente seletiva que resulta num processo de identificação a favor, sobretudo, de um projeto hegemônico moldado muito mais de cima para baixo do que a partir da dura realidade vivida "de baixo para cima" pode, no entanto, como todo processo identitário, em suas contradições e ambiguidades, ser relido, reconstruído e, mesmo, subvertido. Como na afirmação de Jacques Le Goff corroborada ao final deste livro pela autora, "devemos, então, trabalhar de 'forma a que a memória [e o espaço] coletivo sirva para a libertação e não para a servidão dos homens'". O espaço, por mais fechado que pareça, deixa sempre brechas para novos rumos, novos caminhos e novas formas de ordenamento que, constantemente, precisamos aprender a trilhar.

# APRESENTAÇÃO

## *Eu e nós em um Acre que, sim, existe!*

Já em meados da primeira década do século XXI, encontramos Francisco em uma das reservas extrativistas do Acre. Francisco, um acreano de quase trinta anos, um morador da floresta, ribeirinho, um seringueiro... Ops!: "Eu sou seringueiro quando o pessoal do governo tá aqui, quando não tá e quando vô pro baile, pra conquistar a mina, filha de seringueiro, aí lá sou fazendeiro..."

Francisco poderia ser Chico, Manuel, José, João, Jerônimo, Miguel, Lenine, Gerson, Elder, Jesus... Ou Francisca, Chica, Manuela, Maria, Joana, Jerônima, Miguelina, Gersina, Edelina, Jesus... Todos e todas poderiam ser, variar e performatizar, pra cá ou pra lá, seringueiros e seringueiras, fazendeiros e fazendeiras...

A transitoriedade contínua de Francisco entre seringueiro e fazendeiro ilustra que toda identidade é negociada: depende onde estou, depende com quem me relaciono, depende o que quero ou o que querem de mim. Tanto em um caso quanto em outro, o movimento alegórico da identidade se assenta sobre históricas construções materiais e simbólicas, assentadas sobre relações e projetos de poder, individuais ou coletivos, temporais e espaciais.

"O acreano foi o único povo que lutou para ser brasileiro!" Virado axioma da construção identitária acreana, a expressão busca o consenso em torno de uma excepcionalidade: ser brasileiro, no Acre, não foi parte de uma normalidade, mas parte de uma exceção. A exclusividade na "escolha" identitária foi se assentando sobre mitos de origem (Revolução Acreana) e de destino (independência, autonomia, florestania, desenvolvimento sustentável...). [Os gaúchos, muitos gaúchos, têm uma frase contundente sobre a identidade gaúcha: "O gaúcho foi o único povo que lutou para ser brasileiro!" Verossimilhanças: migrações, disputas fronteiriças e ressentimentos sobre o governo central].

"Pelas suas engrenagens, a vida [de Toinho] se lhe escoava aos poucos, triturada, esmagada, consumida": o sentir e o sentido de um seringueiro contados em *Seringal,* livro de Miguel Jeronymo Ferrante. Por muito tempo, praticamente um século, ser seringueiro foi sinônimo de estar na ponta mais baixa de uma hierarquia socioeconômica no Acre, antes e depois da "Guerra de la Goma" (definição boliviana para a nossa Revolução Acreana ou Questão do Acre). Na ponta de cima, os coronéis de barranco (e das casas aviadoras e seus sócios menores e maiores de Manaus e Belém) anteciparam a identidade fazendeira, com nova roupagem na expansão agropecuária a partir dos anos 1970. Junto e em contraposição a ela, movimentos de resistência construíram a identidade seringueira, em empates contra processos de expropriação e desterritorialização, comandados, justamente, por fazendeiros! Ser seringueiro, assim, se fazia como contraposição a ser fazendeiro, no que podemos estender: contraponto a ser latifundiário, a ser empresário e a ser patrão.

Voltemos a Francisco: ele é seringueiro às vezes, é fazendeiro em outras! Como isso pode ser possível, transitar por entre antagônicas construções identitárias classistas? Como Francisco parece conseguir lidar com isso?... Com toda a tranquilidade da floresta inteira, do mundo inteiro! Porque, afinal, os jogos de identidade são jogados pela sociedade em sua diversidade, solidária às vezes, contraditória e desigual em outras.

O jeito: toda identidade é uma construção social marcada por relações de poder econômico, político, social, cultural, simbólico. Deslizante – porque as gentes nunca são necessariamente autômatos –, a identidade forja um "ideal tipo", mas não necessariamente as e os sujeitos se ajustam, a todo o momento e em todos os lugares, a ela. Superada a condição "ventrilocar" de uma identidade aprisionante, somos seres que deslizam de uma para outra como parte de uma contradição que nos compõe – um político acreano, por exemplo, depois de seus dois mandatos seguidos como governador, imputando ao Acre a condição "florestânica" (o "governo da floresta"), assumiu um lugar de destaque junto a uma grande empresa de papel-celulose, pro-

dutora de "desertos verdes" Brasil afora... Francisco, morador e trabalhador da floresta, seringueiro de dia e fazendeiro à noite: qual o problema?

Francisco "poderá" ser fazendeiro apenas até o fim do baile, com ou sem sucesso no empreendimento da conquista. Porque, dia menos dia, se a mulher fora laçada por ele, acabará por descobrir, principalmente se um casamento se avizinhar, que o primeiro beijo dela o transformou na sua condição de existência, de uma hora para outra, não muda: a de trabalhador. Se ela, mesmo assim, aceitar o enlace, é porque ele plantou uma mentira e colheu uma verdade, a verdade do amor e, nela, a da amizade, que, como também sabemos, nasce, cresce e se solidifica apenas entre iguais.

Mas nem sempre "empreendimentos" de identidade são definidos e construídos entre iguais. Processos coletivos de identificação/diferenciação hegemônicos tendem a se sobrepor às classes sociais, insistindo que o *ser* de um é o *ser* de todos. Imaginados e inventados primeiro, esses *seres* em sua identidade podem, em algum momento, *viver-se* como tal: *ser brasileiro*, *ser acreano*... Na tensão, conflito e contradição entre identidade dominante e classe subalterna, o consenso identitário encobre a acumulação em uns e a expropriação em outros. Todos, por exemplo, acreanos virados, sub-repticiamente, *seres* "florestânicos": povos da floresta, da água e da terra envolvidos em projetos e empreendimentos de uma nova era – a do "desenvolvimento sustentável" (a passagem, portanto, do sujeito dominante de um "governo da floresta" para um sujeito de empresa de "desertos verdes" se justifica sem contradição alguma: em ambos os casos, florestas, empreendimentos e desenvolvimentos fazem parte de uma mesma "economia verde").

E aqui a nossa última volta a Francisco: é possível imaginar que seu jogo entre *ser* seringueiro *ser* fazendeiro é, simultaneamente, a tensão entre a adrenalina de uma querida conquista e a perigosa descoberta iminente – não pode haver falha, nem ato falho. Cada olhar, piscada de olho, respiração, gesto, palavra, sussurro ao pé de orelha, mão no cabelo, encostada de braço, camisa, pares de calça e de bota, devem coerentemente se acomodar à trama e à dramaticidade daquele *ser* que ali se mostra, que ali se faz. Discursos, memória, trajetória, invenções de como e de onde veio e de como e para

onde vai, sofrimentos vividos, batalhas e conquistas realizadas, ajustes às inconstâncias da vida... Tudo deve, coerentemente, se ligar a tudo, nada de solturas que levem a desconfianças...

Maria de Jesus Morais, a "nossa Jesus" para os mais próximos, em "'Acreanidade': invenção e reinvenção da identidade acreana", não fala e nem alude ao nosso Francisco; porém, podemos dizer, fala de um "Francisco coletivo". Ao se propor investigar, problematizar e compreender os meandros e mecanismos da invenção e das metamorfoses (reinvenções) da identidade acreana, a autora desvela as tramas presentes (com seus passados e com seus futuros) de um dos mais instigantes processos de construção de identidade territorial do Brasil.

A invenção e reinvenção da identidade acreana, para a autora, é menos um movimento espontâneo do passado para o presente e mais, muito mais, um movimento construído sobre uma temporalidade aparentemente confusa: do presente (de um novo governo a partir de 1999) para o passado (das batalhas, sofrimentos, superações e vitórias), do passado ressignificado de volta para o presente (a justificação para novos desafios com um novo desenvolvimento, o "sustentável"), avançando rumo ao futuro (a "florestania" ou a "cidadania na floresta"). Intelectuais orgânicos são recrutados ou se autorrecrutam para a missão: culturalistas reinventam a cultura; memorialistas reinventam a memória; historiadores reinventam a história; patrimonialistas, o patrimônio cultural; geógrafos, a geografia; artistas, a arte; músicos, a música; poetas, a poesia; monumentalistas, os monumentos; arquitetos e urbanistas, os espaços históricos ou recreativos das cidades... e engenheiros florestais, a floresta.

O grande projeto "florestânico", o do "desenvolvimento sustentável", se justificaria, assim, como projeto de todos, desde os nordestinos que migraram para o Acre como arigós, ainda na segunda metade do século XIX, aos estrangeiros especialistas que atualmente se encantam e esquadrinham cada canto das cidades e das matas, se certificando e "certificando a floresta" de que aqui, no Acre, *que existe mesmo*, em *se pesquisando, tudo dá*! Mesmo que, invisibilizados quase sempre, certos Franciscos, fazendo uso menor desse

arsenal identitário todo, abusando-se em meio a moças em bailes de gentes da floresta periférica, continuem distantes de qualquer "desenvolvimento", manejados e manejadores braçais da "acreanidade".

Por isso tudo, mas por muito, muito mais ainda, *"Acreanidade": invenção e reinvenção da identidade acreana* torna-se imprescindível. Talvez inadvertidamente, podemos dizer que este livro é o "lado" que completa a totalidade de outro: "(Des)envolvimento insustentável na Amazônia ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza", de Elder Andrade de Paula; nele, a *materialidade* das contradições Capital/Trabalho no Acre, os projetos das elites, a resistência dos pobres e a centralidade e hegemonia (esperamos que apenas momentânea) do mercado; aqui, em "'Acreanidade'...", a *imaterialidade* das contradições entre invenções e reinvenções identitárias e invisibilidades e esquecimentos dos povos pobres da floresta, da água e da terra. Chaves de aberturas recíprocas, os dois livros *se ajudam* na compreensão ampla, crítica e radical do Acre contemporâneo.

Corpos e espíritos inteiros, à obra! Boa leitura.

Rio Branco – AC, 25 de julho de 2014

Jones Dari Goettert
Viveu no Acre entre 2002 e 2006.
Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (Mato Grosso do Sul)
*Leva Franciscas e Franciscos do Acre consigo...*

# UM CONVITE À LEITURA

A publicação na forma de livro da excelente tese da Professora Maria de Jesus ocorre em momento mais que oportuno. No intervalo entre 2008 (ano de conclusão da referida Tese) e 2016, a propaganda do Acre como "modelo de desenvolvimento sustentável" foi largamente intensificada. Não por mero acaso, mas sim porque exatamente nesse período marcado por mais uma crise cíclica do capitalismo, acelerou-se monumentalmente o processo de mercantilização e financeirização da natureza. As adaptações promovidas no capitalismo no sentido de "esverdeá-lo" demandaram e demandam, para além do uso recorrente da força, formas consensuais de legitimação.

Nesse sentido, a escolha da "terra de Chico Mendes" como vitrine das supostas realizações virtuosas do "desenvolvimento sustentável" aparece como uma luva. Assim como aquela imagem da carinha simpática do ursinho panda apropriada pelo World Wildlife Fund-WWF como sua logomarca é usada para legitimar, entre outras barbaridades, a exploração florestal madeireira em larga escala, a imagem da "carinha de Chico Mendes" passa do mesmo modo a servir como "salvo conduto" para a marcha destrutiva do capital na Amazônia. Perplexidade. Como um dos heróis da luta de resistência pela terra na Amazônia passa a ter sua imagem apropriada para legitimar a obra de seus inimigos?

Mais do que concorrer para responder indagações dessa natureza, nesse livro Maria de Jesus esquadrinha os meandros da produção de memória em sua conexão intrínseca com o fazer e refazer do território. As tramas engendradas pelo poder oligárquico associado a grupos de capitais nacionais e internacionais, no sentido de produzir e atualizar permanentemente o "mito fundador" para assegurar a reprodução das relações de exploração e dominação, aparecem magnificamente "mapeadas" no decorrer do livro. Quem imaginaria, antes de 22 de dezembro de 1988, que Chico Mendes seria alçado por seus inimigos à condição de "herói acreano"? Que sua imagem seria utilizada para legitimar a destruição da vida e das florestas?

A leitura deste livro, para mais além de contribuir para aclarar os "usos e abusos" da imagem de Chico Mendes, concorre também para uma reflexão mais ampla sobre o lugar da imagem no processo de colonização das Américas. Em *La guerra de las imágenes de Cristóbal Colon a "Blade Runner"* (1492-2019), Serge Gruzinski (1994) mostra que a guerra das imagens talvez seja um dos acontecimentos maiores do fim do Século XX. Ela abarca, para além da luta pelo poder, temas sociais e culturais cuja amplitude atual e futura ainda somos incapazes de medir. Tal incapacidade, todavia, pode ser enfrentada paulatinamente através de investigações que não se deixam trair pela realidade aparente, como é o caso daquela que resultou neste livro.

Por estas e outras razões, recomendamos a leitura deste livro de Maria de Jesus. Siga com a autora os percalços de sua incursão que deslindam a produção de territórios, identidades e toda simbologia mobilizada para construção de sentidos apropriados para a continuidade da espoliação nessa porção da Amazônia. Boa leitura!!!!!!!!

*Elder Andrade de Paula*
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

# INTRODUÇÃO

> *(...) não tem um encontro, uma reunião que não seja citado duzentas vezes o nome do Chico Mendes se tiver duzentos oradores. Governo da Floresta não foi de graça, foi estratégia simbólica para enganar quem vive na floresta* (Dercy Teles).

Iniciamos esta apresentação com a fala da sindicalista de Xapuri, Dercy Teles, liderança do movimento seringueiro desde os tempos de Chico Mendes, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri em três momentos e membro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre. Neste fragmento de fala, temos a tônica da temática do livro "*Acreanidad"e*: *invenção e reinvenção da identidade acreana*[2], que dentre outras discussões, traz a questão da manipulação em torno do nome de Chico Mendes para legitimar um programa de governo, como o leitor terá a oportunidade de apreender ao longo do livro.

Este livro, que ora vem a público, deriva da minha tese de doutorado em Geografia, defendida em dezembro de 2008, sob orientação de Rogério Haesbaert, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

A tese foi escrita motivada por três perguntas: 1- por que o discurso identitário ganhou tanta visibilidade e importância no Acre na década 1999-2008?; 2- quais projetos políticos e econômicos estavam vinculados ao discurso identitário da "acreanidade"?; E, 3- a partir de quais elementos o discurso da "acreanidade" vem sendo construído?

Passados oito (08) anos desde a data de sua defesa, essas questões ficam mais claras, principalmente no que diz respeito aos projetos políticos que estão em curso, ou seja, o programa de mercantilização da natureza, sob o manto da economia verde, que junto traz o manejo florestal madeireiro e os

2 Optamos neste livro por utilizar os termos, "acreano" e "acreanidade", pois, apesar da nova regra ortográfica, entendemos que este "e" faz parte da própria construção da identidade acreana.

pagamentos por serviços ambientais, como o programa Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD).

Até 2008, estavam sendo preparadas, política e juridicamente, as condições para a implementação da economia verde. Como **exemplos posteriores, temos** a institucionalização do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que favoreceu a Política de Valorização do Ativo Florestal **para a qual** tinha sido criado o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do estado do Acre (Lei n° 2.025 de 20/10/2008). Em 2010, foi criada a Lei Estadual n° 2.308, que é um dos principais programas que estruturam o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).

Nesses projetos, tem sido utilizado, cada vez mais, o nome de Chico Mendes, como forma de legitimar essas iniciativas. Primeiro, destituíram de Chico Mendes seu "conteúdo político revolucionário" e **transformaram-no** em um "pragmático 'ambientalista', em consonância com todo o complexo de organizações da sociedade civil, articuladas em torno da ideologia do desenvolvimento sustentável" (PAULA, http://reporterbrasil.org.br/2013/12/25). Chico Mendes também é apresentado como "vidente", quando se diz que ele era a "favor do manejo florestal madeireiro, dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)", como ressaltamos no artigo "Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da economia verde", publicado no Do$$iê Acre (MORAIS, 2012). Para a população da floresta, isso tem se configurado em conflitos de terra; no entanto, o Acre vem sendo apresentado como modelo de economia que deve ser seguido.

A tese, como de prax**e,** sofreu algumas adequações para o formato de livro, mas, na sua essência, permanece tal qual foi escrita e pensada, como trabalho acadêmico, em 2008. A divisão do tempo na versão do indigenismo oficial foi mantid**a,** apesar de compreendermos, que com esta temporalização, difunde-se a ideia de que a questão indígena no Acre é, como ressalta Padilha (2012), "apenas problema de gestão dos próprios indígenas". A **periodização** oficial tem por finalidade "neutralizar as mobilizações e as lutas por direitos", já que estaríamos vivendo esse tempo, o "tempo do governo dos índios" que, no caso, corresponde à ascensão do grupo político

dos irmãos **Vianas** (Jorge e Tião Viana). Como ressalta Padilha no Do$$iê Acre, "longe de estarmos no tempo dos direitos e, menos ainda, **n**o tempo do governo dos índios", os diferentes povos indígenas "continuam marginalizados e desrespeitados em todas as formas" (www.cimi.org.br).

A elaboração deste trabalho foi compartilhada por vários profissionais e amigos, em um emaranhado de vínculos e experiências riquíssimas, tanto no momento da elaboração, quanto agora, na formatação do livro. Neste sentido, gostaria de expressar aqui, os meus sinceros agradecimentos: **a** Rogério Haesbaert, orientador da tese, pela presente e atenciosa orientação, com quem foram compartilhadas todas as etapas da pesquisa; aos professores da UFAC José Alves Bairal, Karina Furini Ponte, Sílvio Simione da Silva, Lucilene Ferreira de Almeida, Floripes Rebouças, ao amigo Cláudio Cavalcante. Elder Andrade de Paula, que me tirou do mundo virtual dos sites do governo e das páginas do Jornal Página 20 e me apresentou a Dercy Teles e Osmarino Amâncio. Gerson Albuquerque – que me apresentou o Jornal Página 20. Jones Dari Goettert – presença marcante na tese em todos os momentos da pesquisa. **A** Maria Geralda de Almeida, professora de outrora, sempre presente. Aos amigos do Acre em programas de pós-graduação no Rio de Janeiro, Nazira Camely, Isac Guimarães e Chico Bento. A Dercy Teles e Osmarino Amâncio, pelas valiosas contribuições que me mantiveram em alerta. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, através de Carlos Walter Porto-Gonçalves, Márcio Pinon e Mônica Cox. Aos amigos do Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização, espaço libertário, especialmente Denílson Oliveira, Thiago Romeo, Valter do Carmo, Amélia Cristina e Edir Augusto. *Muito Obrigada!*

*Maria de Jesus Morais*

JULHO DE 2016.

# CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No período de 1999 a 2006, assistimos, no estado do Acre, a (re)construção de obras e monumentos com o objetivo de reafirmar uma certa identidade acreana. Neste período, foram criados sítios históricos, reconstruídos e reinaugurados espaços públicos destinados a criar e reafirmar uma certa memória coletiva, como museus, memoriais, sala-memória, logradouros – como parques, avenidas, ruas e praças – todos dotados de velhos e novos símbolos identitários do Acre, o que provocou uma grande mudança paisagística, principalmente na cidade de Rio Branco, capital do Estado. Neste período, houve grandes atos comemorativos de datas cívicas alusivas ao Centenário do Acre (1999-2003) e, em homenagem à memória de Chico Mendes (líder seringueiro assassinado em 1988) e, o patrocínio de uma série de projetos na área cultural para o "resgate" de uma certa cultura acreana. Essas iniciativas se concretizaram com a patrimonialização de alguns espaços, os quais materializam os ícones identitários do Acre, acompanhada por um discurso performaticamente proferido em torno de um mito territorial que entrelaça os eventos históricos mais significativos da sua história, acionados pelo discurso identitário oficial em consonância com a ressignificação da identidade acreana.

Os empreendimentos patrimoniais que materializam o discurso identitário da "acreanidade" valem-se da seleção de algumas "sequências da história", de certos "espaços de referência identitária" (POCHE, 1983), tanto do passado quanto do presente, e da construção de um discurso que particulariza uma certa relação do acreano com a floresta, com a natureza, estimulando, também, a criação de novos referenciais simbólicos e de novas lembranças no presente.

Esses empreendimentos foram realizados pelo Governo da Frente Popular do Acre (FPA), liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A FPA governa o Estado desde janeiro de 1999. Os dois primeiros mandatos foram do engenheiro florestal Jorge Ney Viana Macedo Neves (Jorge Viana), gestão autodenominada de "Governo da Floresta". O terceiro man-

dato, de 2007 a 2010, teve como governador Arnóbio Marques de Almeida Júnior (Binho Marques). O quarto de 2011 a 2014, teve como governador Sebastião Afonso Viana Macedo Neves (Tião Viana). E o quinto iniciou em 2015, também com Tião Viana. Durante o primeiro mandato, de 1999 a 2002, foram reconstruídas e reinauguradas várias obras monumentais, em conformidade com as comemorações do Centenário do Acre (1903-2003). Neste período, foram comemorados seis centenários relacionados à Revolução Acreana. Já o segundo mandato de Jorge Viana, de 2003 a 2006, destacou-se pela adoção do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDS) e construção de novos símbolos identitários, principalmente, os relacionados ao discurso florestânico[3], isto é, os símbolos relacionados aos povos da floresta.

O objetivo desta pesquisa foi discutir a ressignificação da identidade acreana, especialmente, a protagonizada pelo "Governo da Floresta" no período de 1999 a 2006, destacando os processos discursivos utilizados na construção da identidade acreana, bem como a construção e a ressignificação dos signos identitários em duas dimensões: uma, a criação de "espaços *de* e *da* memória" no estado do Acre, e a outra, a "escolha" de alguns "espaços de referência identitária", como Rio Branco, Xapuri e Porto Acre, que dão sustentação ao discurso identitário e, também, à "invenção de tradições", dando conformidade à ressignificação da identidade acreana.

O título – *"Acreanidade": invenção e reinvenção da identidade acreana* – indica que tratamos a identidade como um constructo, aberto a múltiplas reconstruções. Como um processo que engloba, ao mesmo tempo, uma dimensão histórica, ancorada em uma certa memória coletiva (que, obviamente, também é construída), e uma dimensão geográfica ancorada nos "espaços de referência identitária" (POCHE, 1983), tanto do passado quanto do presente. A identidade é aqui concebida como construção histórica e social, produzida pelo discurso que formula as diferenças, conferin-

3 Termo elaborado por Israel Pereira Dias de SOUZA, na monografia de graduação do Curso de Ciências Sociais, *Reformas do Estado e o discurso florestânico no governo da Frente Popular: entre a epopeia e a tragédia,* 2005. Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

do-lhes uma marca distintiva. Neste trabalho, a identidade é analisada pelo viés geográfico, ou seja, o da identidade territorial, que aqui é entendida como aquela identidade construída em sua relação com o território (HAESBAERT, 1999). Nessa perspectiva, os referenciais geo-históricos (do passado, do presente e do futuro) são vistos como estruturadores, em torno dos quais as identidades territoriais são construídas e reafirmadas (HAESBAERT, 2008).

O trabalho de enquadramento da memória coletiva, realizado pelo historiador oficial do Governo da Floresta, para a construção identitária da "acreanidade", articula três eventos históricos: a Revolução Acreana (1899-1903), o Movimento Autonomista do Acre (1957-1962) e o Movimento Social de Índios e Seringueiros das décadas de 1970 e 1980. Os dois primeiros já eram reconhecidos pela historiografia regional; e no terceiro é inserida a trajetória de índios e de seringueiros no que diz respeito a sua relação com o território, destacando, principalmente, a resistência contra a destruição da floresta.

A invenção da "acreanidade" situa-se a partir da ressignificação do discurso da identidade acreana. Esta, até o início do Governo da Floresta, quando era mencionada, estava ancorada em dois eventos históricos: a *Revolução Acreana* (movimento dos brasileiros no Acre que "guerrearam" contra a Bolívia e "forçaram" a sua incorporação ao Brasil), com desfecho em 1903, e o movimento "autonomista" (1957-1962), de criação do Estado do Acre, protagonizado por José Guiomard dos Santos, com desfecho em 1962.

Nesses dois eventos, era sempre ressaltado o papel de protagonista da elite local, como os seringalistas e comerciantes para o primeiro evento e seringalistas, comerciantes e funcionários públicos para o segundo evento.

O termo "acreanidade", que define a identidade acreana atualmente, foi criado pelo Governo da Floresta em contraste com o termo acreanismo, relacionado ao movimento da elite local, que, em diferentes momentos históricos, acionou um discurso identitário para reivindicar, junto ao governo federal, a criação do estado do Acre. A "acreanidade" é uma ressignificação

da identidade acreana e está ancorada na trajetória de índios e seringueiros no Acre, sem, no entanto, negar os signos identitários do acreanismo.

Nos capítulos deste livro discutiremos como esses referenciais históricos e geográficos são entrelaçados pela narrativa oficial na invenção da "acreanidade".

A estrutura do livro está organizada em cinco capítulos. No primeiro, Território, identidade e memória: tramas conceituais para pensar a "acreanidade", são discutidos e entrelaçados os conceitos de território, identidade e memória, como elementos constitutivos do discurso identitário no Acre.

O segundo, Gênese da "acreanidade": a Revolução Acreana. Gênese do Acreanismo: Movimento Autonomista do Acre, trata do mito fundador do Acre e dos acreanos – a Revolução Acreana –, movimento de integração do Acre ao Brasil, protagonizado por seringalistas e comerciantes brasileiros do Rio Acre, na passagem do século XIX para o XX. A Revolução Acreana é, também, o acontecimento histórico que institui o mito do abandono político do governo federal em relação ao Acre. É o evento histórico que "transforma" os brasileiros do Acre em acreanos, fundando, também, o acreanismo do movimento autonomista, pois "os acreanos lutaram com armas nas mãos para incorporar o Acre ao Brasil e, como compensação, o governo federal cria e institui o Território Federal do Acre", com os "seus prefeitos departamentais, e, depois, governadores territoriais". Esta questão é a raiz do acreanismo, acionado pelo "movimento autonomista" em prol da criação do estado do Acre em suas diferentes fases. Esse movimento alimenta o mito do abandono político, dos rejeitados pela pátria, e que, ainda hoje, é acionado pelo discurso oficial.

Com a perspectiva de mostrar como se dá a ressignificação da "acreanidade", discutiremos, no terceiro capítulo, A ressignificação da identidade acreana: o movimento social de índios e seringueiros no estado do Acre como símbolo da defesa da floresta e do "verdadeiro acreano", como o movimento social, em sua trajetória, utilizou referências territoriais para a construção das identidades de resistência à pecuarização do Acre, propondo outras formas de relação com o território, e como essas questões

"inspiraram" a execução dos programas de governo da FPA, desde 1999. No discurso identitário do Governo da Floresta, índios e seringueiros são os "verdadeiros" acreanos, são aqueles que "nos deram tudo": um território, um governo, uma história.

O Partido dos Trabalhadores organizou-se e cresceu no Acre a partir do início da década de 1980, com o movimento social dos extrativistas questionando o modelo de desenvolvimento adotado até então no Estado. Por um lado, o PT nasceu imbricado ao movimento de resistência à ocupação das florestas pela pecuária e de confronto com os representantes do empresariado do Centro-Sul, conhecidos localmente como "paulistas"; portanto, em aproximação à bandeira de luta dos movimentos sociais do Acre, na época. Por outro lado, se apropriando de alguns traços do acreanismo, no que diz respeito aos velhos ícones identitários do Acre, e sinalizando para a construção de novos signos. Esta é a temática do quarto capítulo, A formação do Partido dos Trabalhadores no Acre, o "Governo da Floresta" e o "Discurso Florestânico". Neste capítulo, além da trajetória do PT no Acre, discutiremos, também, as principais ações do Governo da Floresta no que se refere ao Programa de Desenvolvimento Sustentável, o qual estaria supostamente, "ancorado nos signos" do passado, nos ideais dos "verdadeiros" acreanos.

O trabalho de "enquadramento da memória coletiva", além da produção de discursos organizados em torno de eventos do passado e da produção de grandes personagens, rastreia também os objetos materiais: monumentos, museus que podem dar sustentação à reafirmação identitária. Para a compreensão desse trabalho de enquadramento da memória no Acre, construímos o quinto capítulo – (Re)inventando o passado: a revitalização do patrimônio histórico e cultural do Acre – criação de "espaços de memória" e "invenção de tradições" –, com o objetivo de discutir a expressividade material e imaterial da "acreanidade" na recuperação e criação do patrimônio cultural e histórico do Acre, criado sob a ótica da preservação de uma certa memória coletiva, com a construção de novos símbolos da identidade acreana. E, também, com o objetivo de discutir os rituais celebrativos que dão

conformidade à ressignificação da identidade acreana. Além de destacar as lembranças dos acontecimentos, personagens e lugares, faremos uma discussão ressaltando alguns dos tempos que desapareceram ou foram esquecidos nessa invenção identitária.

Para a realização da pesquisa, utilizamos como fontes de pesquisa os discursos fundadores da "acreanidade" (Revolução Acreana) e do acreanismo (Movimento Autonomista), bem como a memória oficial construída pelo Governo da Floresta em torno destes eventos. No que se refere ao mito fundador do Acre, analisamos o manifesto da Junta Revolucionária dos brasileiros do Rio Acre de 1899, que correspondente à primeira insurreição acreana. Analisamos, também, o manifesto e discurso da Junta Revolucionária, correspondente à segunda insurreição acreana, proferido por Luiz Galvez Rodrigues de Arias, também em 1899, por ocasião da proclamação do Estado Independente do Acre e, ainda, os artigos do "historiador oficial" do Governo da Floresta, Marcus Vinícius Neves, publicados, principalmente, nas colunas semanais do Jornal Página 20, *O Acre é Cem* e *Miolo de Pote*.

Sobre o Movimento Autonomista, analisamos: a) o relatório de Plácido de Castro de 1907, que se constitui a primeira manifestação formal da insatisfação dos seringalistas e comerciantes do Acre contra a institucionalização do Território Federal; b) os manifestos dos autonomistas do Juruá, nos anos de 1909, 1918, 1934 e 1957, que a princípio defendiam a criação do estado do Acre e depois defenderam a criação do Território Federal do Juruá; c) o discurso de José Guiomard dos Santos, de 1953, quando este se comprometeu, publicamente, a empreender campanha em prol da criação do estado do Acre, e material da sua campanha eleitoral de 1962; e d) de José Augusto de Araújo, primeiro governador acreano eleito no Acre, utilizamos material de campanha e o discurso de posse. Acompanhamos, igualmente, as matérias jornalísticas do Jornal Página 20, publicadas no período de 1999 a 2006, alusivas à criação do Estado do Acre.

Esses textos foram escolhidos, por representarem mais que documentos históricos: significam a própria matéria de construção dos sentidos que vão definindo o acreano, compreendendo esses textos, como ressalta Orlan-

di (2008[1990], p. 140) quando avalia os textos-discursos constitutivos da identidade brasileira, "como lugar de constituição da memória".

Sobre o movimento social de seringueiros e índios, analisamos as Resoluções dos Encontros Nacionais do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), pesquisamos nas 24 edições (1977-1981) do Jornal Varadouro (publicado nos momentos de intensos conflitos entre os "acreanos" e os "paulistas"). Analisamos, também, várias entrevistas de Chico Mendes, publicadas em teses, livros e manifestos do movimento seringueiro. Mapeamos, com base no jornal Página 20 e no site oficial do governo estadual, as falas do grupo político Governo da Floresta, quando utiliza os ideais desse movimento a fim de justificar a própria ressignificação da identidade acreana e, também, para justificar o Programa de Desenvolvimento Sustentável.

Para mapear as ações e discursos do Governo da Floresta, utilizamos, portanto, além das matérias jornalísticas publicadas nos sites oficiais do governo – www.ac.gov.br e www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br –, o Jornal Página 20, como fontes centrais desta pesquisa.

A escolha deste jornal como fonte se deu porque ele tem estado presente em todos os acontecimentos públicos do Executivo estadual, por reproduzir fielmente as notícias do site do Governo da Floresta, por publicar várias matérias assinadas por membros e órgãos do governo e por ter em suas páginas colunas semanais escritas pelos articuladores da "acreanidade".

O Jornal Página 20, quando surgiu em 1995, tinha uma declarada oposição ao governo de Orleir Camely (1995-1998). Já com relação ao governo da FPA, o jornal tem se revelado como o porta-voz do Governo da Floresta. Em sua linha editorial, proclama incessantemente o ideal do Acre grandioso que o Governo tem "construído". Isso contribui para criar um consenso em torno das obras deste governo.

O jornal Página 20 começou a circular no Acre em março de 1995, a princípio, semanalmente; em 2008, tinha uma tiragem de 1.500 exemplares diários, de terça a sábado, e 3.000 aos domingos. O jornal circula em todos os municípios acreanos e tem como maiores "clientes" a Prefeitura Municipal de Rio Branco e o Governo Estadual. Por meio deste jornal, além de

acompanharmos cotidianamente a fala do grupo político Governo da Floresta, acompanhamos o processo de revitalização/construção do patrimônio material e imaterial do Acre, uma estratégia política para a reafirmação da identidade acreana. Além de utilizarmos as colunas semanais dos articuladores da "acreanidade", ficamos também a par das matérias alusivas ao PDS.

As matérias do jornal, principalmente as colunas assinadas por membros e órgãos do governo, assim como os discursos e entrevistas dadas a este, pelo então governador Jorge Viana, foram utilizadas como fonte de análise do discurso identitário em torno da "acreanidade", mas não esquecemos de que esse jornal também é um meio de divulgação para a população local dos ideais da "acreanidade".

No Página 20, no período de 1999 a 2003, foram publicadas várias matérias alusivas aos vários centenários do Acre e às inaugurações de suas obras comemorativas. O período de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, que corresponde ao segundo mandato do Governo da Floresta, foi de construção dos novos símbolos identitários do Acre e da implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. Neste período, foram publicadas, no Jornal, várias matérias que justificavam a implementação do PDS como sendo a concretização dos sonhos dos povos da floresta, sonhos personificados na memória de Chico Mendes.

No Jornal Página 20, em 2003, o "historiador oficial" Marcus Vinícius Neves, escreveu, semanalmente, a coluna *O Acre é Cem,* que abordava temas relacionados à Revolução Acreana; o jornal publicou neste período, ainda, matérias especiais sobre todas as datas comemorativas de 2003 e as obras reconstruídas com referências identitárias. A partir de 2006, Marcus Vinícius passou a escrever a Coluna *Miolo de Pote*, que versa sobre questões relacionadas à história e à cultura do Acre; além das já reconhecidas, introduz novas temáticas, como o Santo Daime – a religião da floresta, "nascida" no Acre na década de 1910 –, e a arqueologia acreana, através da qual pretende recompor a "pré-história" do Acre. A Fundação de Cultura Garibaldi Brasil, durante a presidência de Marcus Vinícius, publicou semanalmente, no Jor-

nal Página 20, a coluna CulturaRB, que tratava de temas ligados à cultura da capital do estado do Acre, a cidade de Rio Branco.

O jornalista Élson Martins foi assessor especial do Governo da Floresta para assuntos culturais e foi assessor do governo do PT de Binho Marques, como colaborador na Biblioteca da Floresta. Élson Martins também escrevia no Jornal Página 20. Em 2003, escrevia a coluna *Página Aberta,* que tratava de questões vinculadas à história, memórias e reflexões sobre o Acre, e, depois, escreveu a coluna *AlmanAcre*, que abordava questões relacionadas à cultura e à sociedade acreana.

Em 2008, um outro colaborador da Biblioteca da Floresta, Marcos Afonso, ex-deputado federal pelo PT, começou a escrever a coluna semanal *Varal de Ideias*, abordando, também, questões relacionadas à cultura no Acre. Marcos Afonso coordenou, junto com Élson Martins, o Projeto de Diálogo entre os Saberes Tradicional "da floresta-centro", e o moderno, "da cidade-margem".

Acompanhamos igualmente, nesse mesmo jornal, desde 2004, a coluna *Papo de Índio*, coordenada pelos antropólogos "Txai" Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias. Escreveram nessa coluna antropólogos envolvidos com processos de reconhecimento de povos indígenas e com as próprias lideranças indígenas do Acre. A coluna abordava várias questões, como as políticas públicas relacionadas à regularização das Terras Indígenas (TIs) e à criação de Reservas Extrativistas (RESEX); as formas de mobilização de índios e seringueiros por meio de suas organizações e representações políticas; experiências de gestão territorial e educação indígena; conflitos interétnicos e territoriais decorrentes de sobreposições entre terras indígenas e Unidades de Conservação (UCs); conflitos entre grupos indígenas e a sociedade regional; questões fronteiriças com o Peru e a Bolívia e outros temas vinculados às lutas dos povos da floresta.

Além das fontes arroladas acima, realizamos algumas entrevistas chave. Os entrevistados escolhidos foram: lideranças seringueiras e indígenas, empresários, membros do governo e/ou vinculados a este, e intelectuais articuladores da "acreanidade". No que diz respeito à questão dos seringuei-

ros, entrevistamos algumas lideranças que militaram com Chico Mendes nas décadas de 1970 e 1980 e que exercem, na atualidade, alguma influência como formadores de opinião. Foram entrevistados: Osmarino Amâncio Rodrigues e Dercy Teles de Carvalho, que veem da militância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e que, atualmente, fazem várias críticas à economia florestal implementada pelo Governo da Floresta e ao "resgate" cultural no que se refere à memória de Chico Mendes. Entrevistamos, também, Raimundo de Barros (Raimundão), primo de Chico Mendes, e Assis Monteiro, que foram os "escolhidos", entre outros, pelo governo estadual, para fomentar e defender, junto aos seringueiros, o manejo florestal.

Sobre a questão indígena, além de acompanhar a coluna semanal *Papo de Índio,* do Jornal Página 20, entrevistamos o secretário estadual dos povos indígenas (2003/2006) e assessor especial para a questão indígena do governo de Binho Marques (2007-2010), Francisco da Silva Pianko (povo Ashaninka), com o objetivo de discutir a relação dos povos indígenas do Acre com o Governo da Floresta.

Entre os governantes, entrevistamos o então senador da República Sibá Machado, em março de 2007, sobre a trajetória dos movimentos sociais e do PT, no Acre. No que se refere aos defensores da economia florestal, entrevistamos o então secretário da Secretaria Estadual de Florestas (SEF), o engenheiro florestal Carlos Ovídio Duarte Rocha (Resende), em abril de 2008, um dos idealizadores da economia florestal nos moldes dos negócios sustentáveis. Com Resende, falamos sobre o papel da SEF no Governo da Floresta e sobre a "opção" do Acre em adotar o caminho florestal. Nessa mesma linha, entrevistamos dois funcionários da Comissão Executiva da Política de Incentivo à Atividade Industrial/COPIAI: um, responsável pelas informações da Lei de Incentivos à Indústria, e o outro, responsável pela fiscalização das empresas que receberam incentivos do governo.

Entrevistamos, em se tratando daqueles que se dedicam à questão cultural, o historiador Marcus Vinícius Neves, a "voz autorizada" para falar sobre cultura e história do Acre, que nos falou do seu papel no Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Estadual de Cultura e Comunicação

Elias Mansour/FEM (1999-2004) e na Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil. Outra entrevista nossa foi com a arquiteta de várias obras de revitalização realizadas pelo Governo da Floresta, Edunira Assef, que nos falou sobre as obras de patrimonialização no estado do Acre. Devysson Israel Gusmão, então diretor do Departamento de Patrimônio Histórico da FEM, foi nosso entrevistado acerca da política de preservação e/ou criação do patrimônio cultural estadual acreano.

O acreano Antônio Alves (Toinho Alves), jornalista, escritor e poeta, foi nosso entrevistado em março de 2007. Este, nas décadas de 1970 e 1980, participou dos movimentos socioambientais do Acre e da criação do PT. Foi diretor da Fundação de Cultura Garibaldi Brasil durante a gestão do PT na Prefeitura de Rio Branco (1992-1996), diretor da FEM no Governo da Floresta (1999-2002), assessor especial do Governo de Binho Marques e integrou o grupo de editores do *site* da Biblioteca da Floresta Ministra Maria Silva[4]. Em nossa entrevista, ele nos falou sobre a trajetória do PT no Acre e do envolvimento do governo estadual na construção-reafirmação da "acreanidade". Toinho Alves, Élson Martins e Marcus Vinicius foram os articuladores, ou "enquadradores" da memória acreana e da "acreanidade".

Entre os empresários, entrevistamos o engenheiro florestal da empresa Ouro Verde Madeiras, Cristian Rau Stoltenberg, que nos informou sobre a certificação dessa madeireira e da relação dela com as comunidades envolvidas com o manejo madeireiro da citada empresa. A Ouro Verde é uma das empresas apoiadas pelo governo estadual e se dedica aos negócios sustentáveis, um dos símbolos da economia florestal.

Com relação aos intelectuais, além de Marcus Vinicius Neves e Toinho Alves, entrevistamos o jornalista Élson Martins, um dos diretores do Jornal Varadouro (1977-1981) e, assessor especial do Governo da Floresta para assuntos sobre cultura e identidade no Acre. Élson Martins desenvolveu o projeto Saberes Tradicionais. Élson Martins e Toinho Alves foram os

4 A Biblioteca da Floresta foi inicialmente denominada de Ministra Marina Silva. A mesma foi inaugurada em 2007 e naquele momento era uma homenagem do Governo da Frente Popular do Acre para a ex-seringueira que se tornou Ministra do Meio Ambiente (2003 a 2008) do governo Lula.

defensores-construtores da ideia de que os verdadeiros acreanos são provenientes da vida na floresta.

Entre os autonomistas, entrevistamos Iris Célia Cabanellas, "bandeirante" do Comitê Pró-Autonomia do Acre, de 1957 e 1962, que nos falou da campanha autonomista de José Guiomard dos Santos, e Osmir Lima, autonomista do Juruá que até bem pouco tempo, ainda defendia a criação do estado do Juruá.

Esse foi o caminho percorrido para compreender o discurso identitário da "acreanidade". Nos capítulos que seguem, discutiremos como o Governo da Floresta construiu uma imagem de si e uma representação histórica compatível com seus interesses. No primeiro capítulo, de natureza mais teórica, discutiremos as tramas conceituais para entender a "acreanidade".

CAPÍTULO 01

# TERRITÓRIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: TRAMAS CONCEITUAIS PARA PENSAR A "ACREANIDADE"

O discurso identitário da "acreanidade" é construído em torno de duas dimensões: a histórica e a geográfica. Discurso esse que ressignifica o acreano e, também, os eventos históricos que dão significados à identidade acreana.

A questão territorial perpassa a construção identitária da "acreanidade". O território é o estruturador dos três eventos históricos acionados nessa construção identitária. Isto é: na Revolução Acreana (o mito fundador do Acre e dos acreanos), o território significa um recurso econômico e também desempenha um papel simbólico na construção do acreano. O território dos altos rios (ricos em *hevea*) foi ocupado, explorado e conquistado por "brasileiros do Acre". Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o território é o "fundador" da identidade territorial, o substrato espacial da unidade política administrativa e do povo, agora acreano. Com o Movimento Autonomista,

o território conquistado pelos acreanos e "abandonado" pelo Governo Federal é o estruturador em torno do qual se constrói o discurso acreanista e, com o Movimento Social de Índios e Seringueiros, a questão da defesa territorial, a partir da qual é construído o discurso da defesa da floresta. Toda essa estruturação é perpassada pela formação econômica do Acre, isto é, pela "sociedade da borracha" em seus altos e baixos e pela tensão com a questão da frente agropecuária.

Discursivamente falando, a gênese da sociedade acreana, diferentemente dos outros estados amazônicos, foi formada pela extração exclusiva do "leite da seringa". Isso significa dizer que não houve diversificação econômica nos primeiros 50 anos da formação do Acre. Seringa, na linguagem amazônica, como nos lembra Leandro Tocantins (1982, p. 100), era inicialmente "uma bomba sem êmbolo" feita de borracha. Invenção dos índios e revelada para a Europa por Charles-Marie de La Condamine. "Chegando ao conhecimento dos portugueses" os usos que eram feitos, dessas bombas, pelos indígenas, foram vistos "como úteis à civilização" e o nome seringa passa a estar, desde então, associado ao da árvore de onde jorra o leite, "árvore de seringa". Da seringa surgiu o seringal, espaço físico apropriado por um proprietário em condições de recrutar trabalhadores e de abrir e explorar as matas. Do seringal surgiu o seringueiro, que, a princípio, designava o extrator do látex e o proprietário das árvores. Só mais tarde é que houve a diferenciação entre os dois, surgindo o termo seringalista para o "dono das matas" de seringa. Com o extrativismo do látex, segundo Reis (1953), tudo se alterou: a Amazônia "deixou de ser a região das lavouras para ser a região dos gomais, das *heveas*, o mundo do ouro negro, dos pioneiros, dos seringueiros, dos patrões" (p. 48). A extração da borracha "atraiu" o nordestino, gerou divisas para o país, multiplicou os centros urbanos, conectou a região com as grandes capitais do mundo e trouxe para a região uma "nova fronteira política", o Acre. A borracha foi tão importante para o Acre ao ponto de se afirmar que "sem borracha o Acre não seria brasileiro, a menos que surgisse um outro produto rei capaz de emprestar à terra a mesma fascinação econômica" (TOCANTINS, 2001a, p. 36).

O "seringal empresa" criou a "sociedade padrão da borracha", que teve como núcleo de povoamento os seringais. Os seringais, em sua constituição física, eram formados pelo barracão, a sede da propriedade, e suas casas complementares, como a do guarda-livros (uma espécie de contador, nos dias atuais), o armazém e a hospedaria e as colocações de seringa, locais onde os seringueiros (os extratores do látex) viviam e trabalhavam. A colocação é o centro das estradas de seringa, isto é, "dos caminhos através dos quais os seringueiros fazem o corte e a coleta do látex das seringueiras" (ZANONI, 1979, p. 34).

A sede do seringal se localizava na margem dos rios principais e denominava-se de "margem". Nesta, estava a sede do poder de mando e de controle do dono da propriedade, sobre os outros espaços de seu domínio. Era do barracão que o seringalista controlava o seringueiro através da "conta". Já o "centro", termo para designar as colocações de seringa, rico em *hevea*, era o domínio do seringueiro. Na ressignificação da identidade acreana, a gênese do acreano vem do Centro, local onde foi gestada a sociedade florestal, a "acreanidade". Nessa construção identitária, ressalta-se que o "labutar" dos nordestinos forjaram o Acre, forjando-o sem que o Estado brasileiro houvesse planejado. Leandro Tocantins, autor que viveu a infância em seringais do Rio Muru, no Vale do Juruá, escreveu o segundo livro sobre a formação histórica e social do Acre. Para este autor, ao "seringueiro nordestino, à frente o cearense, competiu criar as bases sociais, econômicas e políticas para erigir a nova unidade territorial brasileira" (TOCANTINS, 2001a, p. 36).

As particularidades da formação econômica e política do estado do Acre que o diferencia dos outros Estados amazônicos são acionadas pelo discurso identitário na construção da "acreanidade". Entre as particularidades, a mais importante foram as lutas desencadeadas a partir de 1899 envolvendo seringalistas (donos dos seringais), que viam seus interesses ameaçados, e o governo boliviano que tentava tomar posse dos seus domínios nos altos rios da Amazônia Sul Ocidental, territórios ricos em *hevea brasiliensis*, o "ouro negro".

Assim como a história do Acre começa com o extrativismo da borracha, o discurso identitário que inventa o Acre e os acreanos advém dessa relação da "sociedade da borracha" com o território. A disputa entre "brasileiros do Acre" e bolivianos foi uma disputa por território, tanto no sentido econômico, quanto no político. No sentido econômico, está a questão dos recursos econômicos, das árvores de seringa e a terra de onde nascia a "árvore de leite" e, no sentido político, estão às argumentações dos "revolucionários do Acre", em virtude do fato do território ser ocupado majoritariamente por brasileiros do rio Acre. O território em disputa pelos brasileiros do rio Acre e o governo boliviano é acionado como estruturador da identidade acreana. O território dos seringais foi ocupado, explorado e defendido durante quatro anos, sem que o governo brasileiro tomasse partido dos revolucionários. O território, nesse sentido, é o "lugar fundador" da identidade, mas ele só se torna fundador porque o discurso identitário o investe deste papel.

O Acre teve as bases de sua formação política e social gestada nos seringais. A vida neles e a questão da defesa e da posse desses territórios nos altos rios, fornecem os ícones identitários da formação do acreano e do Acre. Isso ocorre por meio do discurso oficial que tenta forjar uma "sociedade florestal", que adviria da vivência dos povos da floresta nas matas de seringa. Enquanto discurso identitário, é construída uma ideia de "convivência harmoniosa" na floresta entre índios e seringueiros, entre os povos da floresta, os verdadeiros acreanos, ao longo de mais de cem anos de Acre. E foi essa convivência "harmoniosa" na floresta que respaldou as reivindicações territoriais destes a partir da década de 1970.

A questão da defesa dos territórios, no caso a "conquista territorial", é mito fundador de todos os "acreanos". Os seringueiros, no contexto das décadas de 1970 e 1980, também acionaram o papel patriótico que tiveram seus antepassados na incorporação do Acre ao Brasil, bem como o papel patriótico do "soldado da borracha" no contexto da Segunda Guerra Mundial. A elite local, formada principalmente por seringalistas e comerciantes, também acionaram, em diferentes momentos, o seu papel de desbravador

dos seringais. O que significa dizer que na construção identitária são sempre acionados os eventos e lugares que fazem parte do imaginário coletivo.

Na construção identitária da "acreanidade", o território é estruturador dessa construção em suas várias dimensões. No próximo item, de caráter mais teórico, essas múltiplas dimensões serão discutidas, desde as mais tradicionais, relacionadas ao Estado-nação, até a perspectiva de estruturador de identidades. Porém, o que é mais importante em estudos territoriais, como ressalta Haesbaert (2004, p. 79), é "distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem", isto é, que o território "seja trabalhado na multiplicidade de suas manifestações, pois ora a dinâmica econômica é mais importante, ora a política, ora a simbólica". Nesse sentido, faremos uma discussão acerca da relação entre território e identidade, destacando como a memória é acionada para a construção das identidades e como os discursos enquanto enunciados vão inventando e reinventando os sentidos que fortalecem e reafirmam a memória.

O entrecruzamento dos conceitos de território, memória e identidade é de importância indiscutível para o debate em torno da ressignificação da identidade acreana; elementos articulados pelo discurso, pois é *pelo* e *no* discurso que se opera a construção/desconstrução de identidades que se constituem de textos, narrativas, falas.

## 1.1 Território e Identidade

O conceito de território foi inicialmente tratado nas Ciências Naturais, onde foi estabelecida a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais em uma determinada área física. No domínio das Ciências Sociais, esse conceito é associado a uma dimensão de apropriação e/ou sentimento de pertencimento, seja esta apropriação no sentido de controle efetivo por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, seja na apropriação mais afetiva de uma identidade territorial (HAESBAERT, 2004).

Em Haesbaert (1997, 2004), encontramos a discussão em que o território é compreendido em suas várias dimensões, isto é, em uma dimen-

são material-concreta (política, econômica) e uma dimensão subjetiva e/ou simbólica. Nesse sentido, o território envolve:

> (...) sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Ao elaborar esse conceito, Haesbaert (1997) leva em consideração as definições de "espaço dominado" e "espaço apropriado" de Lefebvre, para o qual, "através das práticas sociais e das técnicas, o espaço natural se transforma e é dominado". Ainda de acordo com Lefebvre, quando ocorre a "dominação do espaço natural para servir às necessidades de um grupo, este se apropria dele" (LEFEBVRE, 2000 [1984], p. 191-192). Na perspectiva integradora, defendida por Haesbaert, o território responde "... pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço" (HAESBAERT, 2004, p. 78).

Um diferencial na definição de território em Haesbaert é a ressalva que faz quanto às relações de poder. Para ele, o território "em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação" (2004, p. 01). Nesta perspectiva, o território pode ser concebido "a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural" (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Nas Ciências Sociais, a temática do território tem sido, tradicionalmente, discutida em três vertentes. Uma, denominada de jurídica-política, em que são contempladas as relações espaço-poder em geral e as relações espaço-poder institucionalizadas. Nessa vertente, o território corresponde ao "espaço delimitado e controlado", no qual se "exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal" (HAESBAERT, 1999: p. 39).

Outra vertente é a cultural ou simbólico-cultural, que "prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva", sendo o território definido como o "produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço" (p. 39). E na vertente econômica, o território é visto como "fonte de recursos" (p. 40).

Na vertente jurídica-política, o território aparece institucionalizado no Estado nacional. Assim, o espaço da nação é o *locus* do exercício do poder de um Estado, de forma a constituir uma entidade jurídica reconhecida como tal pelo fórum internacional.

A discussão do território, nessa direção, tem em Ratzel o seu precursor. Este, no final do século XIX, colocava o estudo da formação dos territórios como "objeto da sua antropogeografia". Nesse sentido, o território era concebido como um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político do Estado de um dado âmbito espacial, configurando-se como uma característica do mundo moderno, a delimitação de "áreas de dominação estatal e, mais recentemente, estatal nacional" (MORAES, 1990, p. 09).

Em Ratzel, vemos a importância que era dada ao território como estruturante do Estado, não sendo possível concebê-lo "sem um território e sem fronteira". Mesmo para o Estado mais simples, este "não seria possível sem o seu território, assim, também a sociedade mais simples só poderia ser concebida junto com o território que lhe pertence" (MORAES, 1990, p. 73). Ou, dito de outra forma, o território era visto "como o movimento de um grupo social que se expande no espaço e passa a controlar porções do planeta, que são integradas ao seu território" (MORAES, 2002, p. 50).

Nessa direção, Ratzel definia o território como uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, e como um movimento de expansão e conquista de novos espaços. Essa identificação entre o Estado e o território forneceu o material para a elaboração do conceito de "espaço vital", no qual o "ideal nacional" ou a "política nacional" são fenômenos que devem expressar, mais do que a raça e a língua comuns, um

território comum. Para Ratzel, o território é, portanto, o espaço geográfico onde se exerce o poder do Estado (MORAES, 2002).

Além dessa dimensão de poder centrada no Estado nacional, existem outras discussões acerca do território também centradas no poder, mas não exclusivamente do poder estatal.

Um dos primeiros trabalhos a trazer a temática do território para a geografia, em uma dimensão que não fosse exclusivamente estatal, foi o de Claude Raffestin (1993), com o livro *Por uma Geografia do Poder*, publicado na língua francesa em 1988.

Para Raffestin (1993, p. 143), espaço e território não são idênticos; pelo contrário, o espaço antecede ao território. E nessa perspectiva, o território se "forma a partir do espaço" como o resultado de uma "ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível". Na argumentação que o autor faz para diferenciar espaço de território, ele diz que o território é fruto de uma ação programada de um sujeito que se apropria concreta e/ou simbolicamente do espaço. De forma que "ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator 'territorializa' esse espaço" (1993, p. 143). Dessa forma, o espaço é a possibilidade de uso que preexiste a qualquer ação. E é por meio da ação humana que ele se torna território. Essa "passagem" do espaço ao território sempre acontece no campo das relações de poder e de dominação (1993, p. 144).

Raffestin destaca o caráter político do território, definindo-o a partir das relações de poder de uma forma mais geral que o estatal. Para ele, o poder, assim como para Foucault (1976), é parte intrínseca de toda relação social e, nesse sentido, "toda relação é o ponto de surgimento do poder e isso fundamenta a sua multidimensionalidade" (RAFFESTIN, 1993, p. 53). O poder, com base nas contribuições de Foucault, está em todos os lugares; não é adquirido, mas exercido, é multidimensional e "visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas" (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Como "trunfos do poder", Raffestin (1993) destaca: a população, o território e os recursos. A população "está na origem de todo o poder"; nela "residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento

dinâmico de onde procede a ação". Já o território é um trunfo particular, "é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população; ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia" (p. 58). O território "... é o espaço político por excelência", o campo de ação dos trunfos de poder (p. 60). Quanto aos recursos, eles "determinam os horizontes possíveis da ação" e condicionam o alcance possível das ações (p. 58).

O território é, portanto, nessa acepção, a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos sujeitos que o redefinem, constantemente, em suas cotidianidades, em um "campo de forças" das mais variadas intensidades e ritmos.

Para Raffestin (1993), "toda prática espacial" é passível de criar território. Isso se dá porque as práticas implicam relações por meio de "malhas, redes e nós", constituindo o sistema territorial. Tal sistema é organizado valendo-se dos critérios de distância e acessibilidade, da importância social de determinados pontos e da necessidade de controle (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Isso permite assegurar a coesão de territórios e o controle de pessoas e coisas.

No que se refere à territorialidade, o autor a define como o "conjunto de relações mantidas pelo homem, enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade, com ajuda de mediadores ou instrumentos" (RAFESTIN, 1988, p. 265). A territorialidade humana não é, pois, constituída só por:

> *(...)* relações com territórios concretos, mas também por relações com os territórios abstratos como línguas, religiões, tecnologias, etc. Esta relação é então organizada segundo uma série de regras, comunicabilidade que está implícita na mesma relação societária (RAFFESTIN, 1988, p. 266).

A territorialidade humana reflete, para Raffestin, a muldimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, e se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as

relações e seria possível dizer que "é a face vivida da face agida do poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Um autor que privilegia o campo cultural na construção do território é Joel Bonnemaison (2000 e 2002). Para este autor, não existe nenhum indivíduo ou grupo que escape ao princípio de territorialização. Assim, não poderia haver grupos coerentes, nem de etnia e, talvez, nem mesmo de cultura, sem um território-portador. Isso equivale dizer que há uma correspondência "entre os homens e os lugares", entre "uma sociedade e sua paisagem", que está "carregada de afetividade e exprime uma relação cultural" (2002, p. 91). De acordo com esse princípio, os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural em que estão inseridos.

A territorialidade, em Bonnemaison (2002, p. 107), aparece como "a expressão de um comportamento vivido que engloba ao mesmo tempo a relação com o território e, a partir dela, a relação com o estrangeiro". Isto é, a territorialidade inclui "aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território". O autor destaca, ainda, o papel da etnia ou, em um sentido mais amplo, do "grupo cultural" na construção de um espaço-território, quando diz que a territorialidade:

> *(...)* emana da etnia, no sentido de que ela é a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial (BONNEMAISON, 2002, p. 96-97).

Para Bonnemaison, o território é "... um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários" (2002, p. 99) e é, ao mesmo tempo, "espaço social" e "espaço cultural" associado tanto à função social quanto à simbólica. O espaço social é produzido e o cultural, vivenciado. O social é concebido em termos de "organização e de produção", e o cultural, em termos de "significação e relações simbólicas" (BONNEMAISON, 2002, p. 103).

A partir do entrecruzamento entre cultura, território e etnia, o autor elabora o conceito de geossímbolo, "definido como um lugar, um itinerário,

uma extensão que, por razões sejam elas religiosas, culturais ou políticas, assume uma dimensão simbólica que fortalece os grupos culturais em sua identidade". O geossímbolo é, portanto, um espaço cultural que pode se tornar um território-santuário, um espaço de comunhão (BONNEMAISON, 2002, p. 109).

Em Bonnemaison e Cambrèzy (1996), o território é considerado como o "lugar fundador das identidades locais e a mola secreta de sua sobrevivência" (p. 09). Nessa consideração, os autores partem do princípio de que existe "uma imperiosa necessidade para toda sociedade estabelecer uma relaç**ão com os lugares". De modo que** o "poder do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não só materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos" (p. 10). Reforçam, ainda, que o território é, portanto, um "construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos" (p. 14).

Os autores, falando das sociedades camponesas pré-industriais, exemplificam mostrando que, naquelas situações,

> *(...)* o território não se define por um princípio material de apropriação, mas sim por um princípio cultural de identificação, ou de pertencimento. O território não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade externa à sociedade que o habita (BONNEMAISON e CAMBREZY, 1996, p. 13-14).

E, sim, como:

> *(...)* uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva, e até mesmo amorosa com o espaço. Pertencemos a um território, nós não o possuímos, nós o guardamos, nós o habitamos, nos impregnamos dele (BONNEMAISON e CAMBREZY, 1996, p. 13-14).

Outro autor que traz uma contribuição importante para a discussão da identidade territorial é Guy Di Méo (1998). Di Mèo destaca a importância do espaço vivido na constituição do território, enquanto "referência identitária e mediador das relações sociais" (p. 61).

Para esse autor, o caráter identitário tem um duplo sentido. Por um lado, são os "detalhes que constroem nossa memória coletiva", isto é, o fundamento do nosso universo cultural, que se encaixam nas crenças, ideias, linguagem, e nas referências territoriais. Por outro lado, em sentido inverso, quando o território é moldado como "representação e valor social, este recebe a marca de toda uma memória espacial [coletiva]: a memória dos gestos, dos hábitos, dos trabalhos e dos deslocamentos cotidianos" (p. 48-49). Mas, ao mesmo tempo, ressalta que tanto a memória quanto o território, "não são realidades mortas e fixas", elas são construídas, reafirmadas e reinventadas (p. 61-62).

No que diz respeito à construção da identidade territorial, Bossé (2004) e Haesbaert (1999) são elucidativos. Para o primeiro, o território identitário "não é apenas ritual e simbólico, é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades" (p. 169). Já para Haesbaert:

> *(...)* a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta (1999, p. 172).

E acrescenta que "as identidades só são territoriais quando sua estruturação depende da apropriação simbólica no/com o território" (HAESBAERT, 1999: p. 179).

A construção das identidades territoriais possui duas dimensões: uma, ancorada na memória coletiva, "construída em torno do passado para confirmar uma diferenciação e construir, com maior sucesso, uma identidade". E outra, ancorada nos "referenciais espaciais, tanto do passado como do presente e que podem ter várias origens" (HAESBAERT, 2007, p. 45).

A identidade territorial é construída valendo-se do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda, com base em um mesmo ideal. O que significa dizer que o passado transforma-se em uma narrativa não fixa e permeável pelos interesses do presente, pois, ao "reconstruirmos o passado

de um povo, esquecemos e lembramos-nos dos fatos, informações e interpretações que nos interessam para reafirmar uma identidade" (DEALTRY, 2002, p. 190).

Di Méo (1998, p. 55) ressalta que os "atores sociais" nessa construção identitária retêm as sequências da história, as mais aptas, a fim de "consolidar a identidade sócio espacial", porém, a seleção dessas sequências na construção da memória coletiva não é aleatória. Elas servem para consolidar uma identidade territorial. E essa seleção mostra a ancestralidade da identidade, uma vez que:

> (...) não apenas as experiências comuns vividas em um passado fundam a coletividade como entidade [social e territorial], mas também, o fato da coletividade se esforçando em produzir um passado comum e, frequentemente, um território (DI MÉO, 1998, p. 62).

É na trama de todos os dias, como fala Di Méo (1998: p. 48), "aquém e além do político e do econômico, que se manifestam, realizam-se e concretizam-se os mecanismos de identificação coletiva". Esses mecanismos contribuem para a manifestação identitária em termos de pertencimento a um território.

E nesse sentido, a identidade territorial visa destacar o caráter único de um grupo, de um lugar e, longe de mergulhar unicamente em suas raízes no passado, emerge antes de tudo nos desafios da atualidade e das lógicas sociais do cotidiano. Como lembram Gupta e Ferguson (2000, p. 34), a identidade de um lugar "surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade".

Como vimos, o território é o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, portador de significações e relações simbólicas. E a sua construção e/ou invenção perpassa, principalmente, pela dimensão histórica e pela construção do imaginário. Essa construção envolve relações de poder, como o poder de definir quem é incluído e quem é excluído, ou

a escolha entre os eventos e lugares do passado capazes de fazer sentido na atualidade (SILVA, 2005).

## 1.2 Território e Memória

Há uma relação direta entre a construção da memória e a construção de identidades, como demonstram os trabalhos de Le Goff (2003), Pollak (1989), Oliven (2006) e Souza (2007). A identidade recorre à memória com a finalidade de se definir e ao mesmo tempo, a memória fornece as referências históricas e geográficas para a reafirmação identitária. A memória é uma construção histórica, formada de imagens necessárias para os processos de "constituição e reforço da identidade individual, coletiva" e territorial, que fornece "quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para intercâmbio social", diz Menezes (1999, p. 21). A memória, mais do que simples arquivo classificatório de informação a reinventar o passado, é um referencial norteador na construção de identidades. Para Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, "na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si" (p. 204).

O crescente interesse que a memória vem suscitando hoje, entre os sujeitos sociais e o poder público, decorre da busca pela diferenciação espacial em detrimento da mercantilização da cultura, a fim de reafirmar identidades específicas de sujeitos sociais e também para justificar reivindicações territoriais. Nesse sentido, se inserem as reivindicações empreendidas pelos diversos movimentos sociais no intuito de reivindicarem uma identidade política que significa, outrossim, reconhecimento por territórios, como também, do ponto de vista das identidades regionais, onde é produzida uma narrativa discursiva e se desenvolve um trabalho de "patrimonialização dos territórios" (DI MËO, 1998); daí o discurso de "memória" alcançar tamanho significado nos dias de hoje. Como ressalta Abreu (1998, p. 07), a "busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado", relaciona-

da à importância da memória para manter o sujeito social e consolidar as identidades territoriais.

A discussão acerca da memória individual e coletiva tem como precursoras as reflexões do sociólogo francês Maurice Halbwachs. Ele inicia os estudos sobre memória na década de 1920, com a publicação da obra *Os contextos sociais da memória*, em 1925, e, em 1950, é publicada a obra póstuma *Memória Coletiva*. Este livro estabelece, inicialmente, a relação entre memória individual e memória coletiva. Halbwachs mostra que nossas lembranças são sempre coletivas, pois recordamos em função dos outros, mesmo quando se trata de eventos que presenciamos sozinhos. Isso ocorre, de acordo com Halbwachs (2006[1950]), porque nunca estamos sozinhos: "carregamos conosco", sempre, outras pessoas (p. 82-83). Por outro lado, Halbwachs também estabelece uma relação entre a memória coletiva e o tempo e o espaço. Nesse caso, a memória é enfatizada valendo-se da inseparabilidade entre o tempo e o espaço, como um conjunto de lembranças construídas socialmente e georeferenciadas espacialmente ao longo do tempo.

Para Halbwachs (2006[1950]), "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva" (p. 69), mas não se confunde com ela, pois a memória coletiva é "um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas em um conjunto que transcende o indivíduo" (p. 69), tendo como suporte "um grupo limitado no tempo e no espaço" (170). Nesse sentido, não existe memória coletiva que "não se desenvolva em um quadro espacial".

Em Halbwachs (2006[1950]), a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo. A memória coletiva está, o tempo todo, se beneficiando da memória individual, mas não basta que os outros "nos apresentem seus testemunhos": é preciso, outrossim, que concordemos com "as memórias deles e que haja muitos pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos ajude recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum" (p. 39); faz-se necessário, igualmente, que a memória dos "outros venha reforçar

e completar a nossa", pois é preciso que "as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado" (p. 98).

No que se refere à memória nacional e/ou regional, Halbwachs (2006[1950]) destaca que: pelo fato de não termos participado dos acontecimentos do passado, quando os invocamos, somos obrigados a nos remeter à memória dos outros. Nesse sentido, as memórias coletivas se reforçam por meio das comemorações públicas, dos acontecimentos que marcaram a história coletiva. Desta forma, quando o que é comemorado está distante se faz necessário recorrer à institucionalização da memória, como bem ressalta Halbwachs:

> Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve consequências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo por atores e expectadores de primeira mão (...), então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa (HALBWACHS, 2006[1950], p. 101).

Halbwachs traz uma importante contribuição para a discussão das identidades territoriais. Primeiramente, porque enfatiza a relação entre memória e lugar: "não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial". Em seguida, porque ressalta, também, que existe um dinamismo nas memórias coletivas. Elas estão sempre se modificando e se redefinindo, transformando-se de acordo com a inserção dos indivíduos em outros grupos sociais.

De acordo com Halbwachs, a função da memória coletiva, quando institucionalizada, é a de definir e reforçar, em uma tentativa mais ou menos consciente, sentimentos de pertencimento e de fronteiras entre coletividades diferentes. Para que esta função seja exercida, é necessário um trabalho de enquadramento da memória, o qual se vale de fontes fornecidas pela história e das pessoas qualificadas para isso, ou seja, dos guardiões da memória.

Nesse caso, entra em cena o trabalho dos "homens-memória", pois "quanto menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade

de homens particulares" que realizam o trabalho de lembrar (LE GOFF, 2003, p. 415). O trabalho de enquadramento da memória coletiva, segundo Pollak (1989), "se alimenta do material fornecido pela história" e esse material deve "ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas", guiado pela preocupação não só de "manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, pois esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro" (p. 10). A memória nacional e/ou oficial se vale do trabalho de enquadramento, pois:

> *(...)* essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (POLLAK, 1989, p. 09).

O trabalho de enquadramento da memória coletiva se materializa em narrativas oficiais, sobretudo, nos discursos em torno de acontecimentos e personagens históricos, e em lugares, como os monumentos, museus e memoriais que servem para sustentar os discursos identitários (POLLAK, 1989, p. 10). No Acre, esse papel foi desempenhado, durante o Governo da Floresta, principalmente, pelo historiador Marcus Vinicius Neves, ex-diretor da FEM e ex-diretor da Fundação de Cultura Garibaldi Brasil, do município de Rio Branco, e também pelo ex-diretor da FEM, Toinho Alves, ambos responsáveis pelo setor cultural e histórico do estado do Acre e responsáveis pela composição da história oficial, alusiva às datas comemorativas.

Pollak (1992) traz outra importante contribuição na discussão da memória, que é a relação entre identidade e memória, na qual se destacam as fronteiras de pertencimento e o sentimento de coerência. Pollak (1992) elenca três elementos constitutivos da identidade: os "acontecimentos", as "pessoas e personagens" e os "lugares" da memória.

Os acontecimentos se dividem entre os "vividos pessoalmente" pelos sujeitos e os "vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente

perceber" (POLLAK, 1992, p. 201). Esses últimos são os acontecimentos dos "quais a pessoa nem sempre participou", mas tomaram tamanha amplitude diante da construção da memória coletiva que, no "fim das contas, é quase impossível que ela (a pessoa) consiga saber se participou ou não" (p. 201). Nesse caso, as pessoas são inseridas no enredo do "acontecimento". É como se elas tivessem participado e/ou se sentem pertencentes a essa "história". Mas, é preciso que o acontecimento lembrado seja reconstruído valendo-se de dados e de noções comuns aos diferentes membros da coletividade.

No que diz respeito às "pessoas e personagens", a lógica é idêntica: existem as pessoas e personagens "realmente encontradas no decorrer da vida ou personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço/tempo da pessoa" (POLLAK, 1989, p. 201). Já no que diz respeito aos "lugares", Pollak ressalta que estes estão "particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico" (p. 202). Nesse sentido, os locais muito longínquos, "fora do espaço/tempo da pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte, da própria pessoa" (p. 202), seja por aproximação, ou por pertencimento a esse grupo, dependendo da narrativa construída em torno deles. É o que acontece com a patrimonialização territorial, tanto pelo processo de identificação provocado por ela quanto pela perfomatividade do discurso identitário.

A expressão "lugares de memória", encontrada em Nora (1993, p. 13), é toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, na qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez dele um elemento simbólico do patrimônio, da memória coletiva de uma comunidade. Esses são classificados em Nora (1993, p. 26-27) nas seguintes tipologias: *Lugares Topográficos* diz respeito aos arquivos, às bibliotecas e aos museus; os *Lugares Monumentais* estão relacionados aos cemitérios, altares da pátria ou conjuntos arquitetônicos; os *Lugares Simbólicos* se referem às comemorações, festas, peregrinações, centenários ou emblemas e os *Lugares Funcionais*, dizem respeito aos manuais, autobiografias ou associações. Sobre essa temática, Le Goff

acrescenta que não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história e/ou da memória, aqueles "onde se devem procurar não a sua elaboração, não a sua produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva" (2003, p. 467).

Os "lugares de memória", em Nora (1993), são pontos de condensação da memória em três sentidos: material, simbólico e funcional. E são lugares de memória somente quando «a imaginação investe-os de uma aura simbólica" e só entra nessa "categoria se for objeto de um ritual» (p. 21). Os lugares de memória "são antes de tudo, resto", diz Nora (1993, p. 12), não porque a memória não é mais vivida no cotidiano, mas porque a ruptura com o tempo eterno se realizou, pois o passado já foi reconhecido, tanto que passa a ser arquivado:

> O tempo dos lugares é esse momento preciso em que um imenso capital que vivíamos na intimidade de uma memória desaparece para viver sob o olhar de uma história reconstituída (...). Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais e sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria (NORA, 1993, p. 12-13).

Os estudos de Halbwachs sobre memória coletiva, e os de Nora sobre os lugares de memória, enfatizam, por isso, o peso que determinados referenciais exercem sobre as memórias individuais, estruturando-as, organizando-as e inserindo-as na memória de uma coletividade.

O passado, seletivamente escolhido, pode se materializar na paisagem, como, por exemplo, os sítios históricos. Deve ser preservado em "instituições da memória", ou estar vivo na memória coletiva se for constantemente referenciado.

## 1.3 Discurso e Identidade

As identidades nacionais, diz Souza (2007), precisam de símbolos, em formas de bandeiras, hinos, heróis. Necessitam também de valores com-

partilhados com os nacionais ancorados nos pais fundadores, visto que são signos de um passado sacralizado que precisa ser reverenciado. Determinados acontecimentos, lugares e personalidades são selecionados. Relatos históricos também fazem parte desse processo, "passando a importar não o que ocorreu, porém a forma como o passado justifica a imagem que a sociedade exibe de si e de seus governantes ou aquela construída pelos governantes" (SOUZA, 2007, p. 18), segundo os modelos considerados ideais.

Para Hall (2005a), as culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a nação, "sentidos com os quais podemos nos identificar", constroem identidades. A cultura nacional é um discurso, diz Hall (2005a), é um "modo de construir sentido que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos" (p. 50). Ela passa a ser representada por imagens e símbolos, cujas memórias conectam o presente ao passado, construindo a ideia de pertencimento a um lugar, a um povo e a uma herança cultural.

A narrativa da nação é contada e reforçada de várias maneiras. Hall (2005a) elenca alguns elementos dessa narração. Um deles diz respeito à forma como é "contada e recontada na história e na literatura, na mídia e na cultura popular" (p. 52), a história da nação. Nessa direção, são contadas e recontadas "as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres" (p. 52) que nos dão sentido. Outro é a ênfase dada às "origens, às continuidades, à tradição e à intemporalidade" (p. 53). Os signos do caráter nacional, segundo Hall (2005a), "permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história" (p. 53). A narrativa da nação tem sempre um mito fundador: "uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo real, mas do tempo mítico" (p. 54-55). A ideia da nação é também, simbolicamente, baseada "na identidade de um povo original" (p. 55).

Outro elemento elencado por Hall (2005a), com base em Hobsbawm e Ranger (2002), diz respeito à "invenção das tradições". Os autores em tela entendem por tradição inventada "um conjunto de práticas normal-

mente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, objetivam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado" (HOBSBAWM e RANGER, 2002, p. 09). A "invenção das tradições" diz respeito, por conseguinte, tanto às "tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas", quanto às que "surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo e se estabeleceram com enorme rapidez" (p. 09).

Hobsbawm e Ranger, em *Invenção das Tradições* (2002), mostram como grupos que precisam de coesão forjam, muitas vezes, pelo passado, rituais e imagens a partir das quais buscam se fortalecer no tempo presente e que possuem, acima de tudo, uma função identitária e simbólica, facilmente perceptível.

As identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. As identidades nacionais "... não são literalmente impressas em nossos genes... As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação: elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional" (HALL, 2005a, p. 49). E é pelo discurso que se opera a construção/desconstrução da identidade.

Do ponto de vista da construção da identidade social, gostaríamos de destacar alguns pontos. O primeiro é o caráter relacional no qual a identidade é construída, isto é, para que uma identidade exista se faz necessário que haja algo fora dela, outras identidades que ela não é. É por meio da "relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com aquilo que falta, com aquilo que é seu exterior constitutivo, que o significado 'positivo' de qualquer termo pode ser construído" (HALL, 2005b, p. 110). A identidade como construção histórica dos sujeitos na relação e interação espaço/temporal com a alteridade, pressupõe que tenha "um núcleo essencial que distinguiria um grupo do outro" e, também, ser "produto de interseções de

diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares" (WOORDWARD, 2005, p. 38).

Na construção da identidade, a produção de significados e/ou símbolos ocorre em uma relação com o poder, já que é preciso definir quem é incluído e quem é excluído. Para Silva (2005, p. 81), nesse ato, "a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais". Ou seja, traduzem-se numa disputa por recursos simbólicos e materiais.

A identidade pressupõe, portanto, uma "relação de semelhança ou de igualdade, uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade", pois é no "encontro ou no embate com o Outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isso, ao mesmo tempo, pode promover tanto o diálogo quanto o conflito com o Outro" (HAESBAERT, 1999, p. 175).

A identificação consiste, para Bossé (2004), em dois processos: o primeiro, "em designar e nomear qualquer coisa ou qualquer um, e depois, em caracterizar sua singularidade"; e, o segundo, "em se assemelhar a qualquer coisa ou a qualquer um", que se traduz, principalmente, "tanto para o indivíduo quanto para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e coesão sociais" (p. 161). Toda forma de identificação supõe também um processo de diferenciação: identificamo-nos com alguma coisa ou contra qualquer coisa. Para Bossé, a identidade é uma:

> (...) construção social e histórica do 'próprio' e do 'outro', entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência 'essencial', estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no tempo e no espaço (BOSSÉ, 2004, p. 163).

Outro ponto destacado por nós, na construção da identidade, é o caráter contrastivo pelo qual a identidade é construída, de oposição com vistas à afirmação individual ou grupal. Isso supõe relações sociais tanto quanto códigos de categorias, orientando o desenvolvimento das relações com o

Outro. A identidade contrastiva, segundo Cardoso de Oliveira (1999), é a essência da identidade étnica, por meio de interações espaciais uma pessoa ou grupo se define como tal e passa a visualizar o outro de forma diferente. O que significa dizer que "quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, fazem-no como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição" (p. 111), o que implica a afirmação do "nós" diante dos "outros". Ela surge por oposição e se afirma isoladamente, afirma-se negando a outra identidade, etnocentricamente por ela visualizada.

A identidade é construída em uma relação de poder, ou seja, o processo de diferenciação não é natural, preexistente, não é um mero dado, mas construção e invenção de si, pois, afirmar a identidade "significa demarcar fronteiras... fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora" (SILVA, 2005, p. 90). E é nessa afirmação que se revela que quem tem o poder de representar tem também o poder de definir e determinar a identidade.

A produção da identidade, por isso, também está indissociavelmente ligada à construção das representações. Ela inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. O símbolo ou o signo, segundo Silva (2005, p. 78), é uma "marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto, um conceito ligado a um objeto concreto ou um conceito abstrato".

No que diz respeito à representação, Silva (2005) distingue duas dimensões: uma externa, como os sistemas de signos; outra interna ou experimental, como a representação do "real" na consciência, isto é, a nossa identificação com aquilo que representamos. Nesse sentido, a representação tem um papel fundamental na definição/construção da identidade, pois é pela representação que a identidade e a diferença passam a existir.

A identidade se exprime e se comunica de maneira interna e externa, por meio de práticas simbólicas, da representação e das práticas discursivas, como fala Bossé (2004). Hall (2005b), situando a discussão no campo das representações e do discurso, comenta que as identidades são construídas

dentro do discurso e que, por isso, é preciso compreendê-las nos locais onde foram produzidas. Comenta, ainda, que:

> (...) elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma identidade idêntica (HALL, 2005b, p. 109).

Outro aspecto da construção da identidade é a questão da peformatividade, ou seja, o peso dos enunciados que "orientam" um pensamento, que ao serem proferidas faz com que algo aconteça. Nesse caso as proposições não se limitam a "descrever um estado de coisas, mas fazem com que alguma coisa aconteça. Ao serem pronunciadas, essas proposições fazem com que algo se efetive, se realize" (SILVA, 2005, p. 92-93). A eficácia dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição, diante do Outro e de sua assimilação, tanto internamente quanto pelo Outro.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar, no que se refere à identidade, é a perspectiva de que não há identidade "pura". Não é pura, pois são muitos os 'outros' que nos servem de espelho no estabelecimento de nossa identidade, seja no sentido de marcar a diferença, seja no desejo de estarmos em consonância com eles, ou de pertencermos a várias identidades e ao mesmo tempo, diz Hall (2005a). A identidade, na sua origem, é fruto de uma mescla de outras identidades e tem um caráter híbrido. Corroborando com essa ideia, Ortiz (2005, p. 08) lembra que "não existe identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades", construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.

As identidades são construções históricas e sociais que revelam amplas relações de poder, como o poder de decidir o que pode ser incluído e o que deve ser deixado de fora. Elas estão sempre sujeitas ao jogo da história, da cultura e do poder. A construção da identidade envolve escolhas entre os "múltiplos eventos e lugares do passado" que possam dar sentido a essa construção (HAESBAERT, 1999, p. 180).

A identidade remete, portanto, a uma construção permanentemente refeita dependendo da natureza das relações sociais que se estabelecem, ao longo do tempo, entre os vários sujeitos sociais. Tal construção busca determinar "especificidades que estabeleçam fronteiras identificatórias entre ele e o outro e, obter o reconhecimento dos demais membros do grupo ao qual pertencemos" (MALHER, 2002, p. 116).

A construção da identidade, segundo autores como Silva (2005), Said (2003), Oliven (2006) e Orlandi (2008[1990], 2003[1993]), está ligada a estruturas discursivas e narrativas oficiais. Para que essas narrativas produzam um efeito de coesão, faz-se necessário que a mensagem veiculada seja "verossímil, pois para que uma ideologia se realize como tal, capture os sujeitos, provoque adesão, é preciso que as significações produzidas pelo discurso encontrem eco no imaginário dos indivíduos aos quais se dirige", isto é, "é preciso que se dê uma certa adequação entre as significações desse discurso e as representações dos sujeitos" (OLIVEN, 2006, p. 27-28).

As narrativas são estratégias discursivas que vão inventando e reinventando um passado, uma história, uma paisagem, uma sociabilidade e uma origem comum, pois é necessário criar os "laços imaginários que permitam ligar pessoas" as quais, "sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum sentimento de terem qualquer coisa em comum" (SILVA, 2005, p. 85). Nesse sentido, compreender a identidade valendo-se dos discursos é uma estratégia elucidativa, uma vez que o discurso é produzido em determinadas condições históricas e, também, porque ele cria tradição, passado e influencia novos acontecimentos. É pelo discurso, diz Orlandi (2008[1990]), que a história ultrapassa a mera perspectiva de evolução e se faz sentido.

Vejamos a síntese do discurso identitário da "acreanidade", valendo-se do texto do vídeo "Centenário da Revolução Acreana", veiculado na TV Aldeia, em 2003.

> **Acre – 100 Anos em Revolução**
> *Na última quadra do século XIX, uma legião de brasileiros vinha do nordeste para ocupar as vastas florestas nas fronteiras incertas do Brasil com a Bolívia e o Peru. Na Europa e EUA a Revolução Industrial*

*fomenta a demanda pela borracha. O capital internacional cobiça as novas terras produtoras de látex, enquanto os brasileiros resistem com o trabalho, embrenhando-se na selva para cortar seringa.*

*O Brasil sabe da saga dos pioneiros no Acre, mas o governo se omite. A Bolívia avança. Então, seringalistas e seringueiros decidem lutar pelo Acre. Em 1899, José de Carvalho lidera a primeira insurreição, ela fracassa, mas dá o primeiro alerta ao país. O descaso do poder central impõe a radicalização da luta. Luiz de Galvez declara 'já que nossa pátria não nos quer, criamos outra'. Em 14/07/1899, surge o Estado Independente do Acre com arcabouço institucional claramente inspirado nos ideais da Revolução Francesa de 1789. Outra vez, o poder central trabalha contra e facilita a retomada do controle boliviano. Em dezembro de 1900, jovens intelectuais e estudantes articulados por Rodrigues de Carvalho partem de Manaus com a Expedição Floriano Peixoto. A Expedição dos Poetas, como ficaria conhecida, é um fracasso militar, mas vence ao tocar fortemente na consciência nacional. A Bolívia se submete à mais ousada tentativa de internacionalização da Amazônia. Uma empresa de capital inglês, americano e alemão, o Bolivian Syndicate arrendaria o Acre por 20 anos, com autonomia alfandegária e poder militar sobre a população. Com beneplácito do governador do Amazonas, Ramalho Júnior, os conspiradores acreanos articulam a partir de Manaus as condições para o levante revolucionário.*

*O gaúcho Plácido de Castro, militar com experiência acumulada desde a revolução federalista no sul, é chamado a liderar a luta armada. O exército de seringueiros declara guerra contra as tropas regulares na Bolívia. Nos campos de batalha tombam centenas de combatentes de parte a parte. A guerra na zona de maior produção de borracha no mundo preocupa o capitalismo industrial e é manchete nos jornais de Londres, Nova Iorque e Buenos Aires.*

*O governo brasileiro se mantém negligente, apesar dos reclames do Senado Federal. Em 15 de janeiro de 1903, o exército de seringueiros domina as forças bolivianas aquarteladas em Porto Acre, em 24 de janeiro, a Bolívia apresenta a rendição. Plácido de Castro proclama vitoriosa a Revolução Acreana.*

*Ocorre, finalmente, radical mudança na diplomacia brasileira determinada pelo novo presidente da República, Rodrigues Alves, empossado dois meses antes. A questão do Acre passa a ser cuidada pelo ministro das Relações Exteriores, José Maria Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco, que busca o reconhecimento internacional da conquista do Acre*

*e a paz com a Bolívia. O acordo diplomático é assinado na cidade de Petrópolis em 17/11/1903. O Tratado de Petrópolis é o reconhecimento da pátria a um povo que foi à guerra pelo direito de ser brasileiro. É criado o Território Federal do Acre.*

*Uma nova conquista amadurece por quase 60 anos até a vitória do Movimento Autonomista liderado por Guiomard Santos. Em 15/07/1962, o presidente João Goulart e o primeiro ministro Tancredo Neves assinam o decreto de criação do Estado do Acre.*

*Nos anos 1970, floresce um genuíno movimento pela vida e por justiça na floresta, resistindo com coragem ao expansionismo do regime militar. Nos anos 1980, essa causa revela líderes como Wilson Pinheiro e Chico Mendes. Como nos tempos da Revolução Acreana, a opressão ameaça a esperança do Acre, surgem apoios de todos os cantos do Brasil e do mundo, um líder sindical de São Paulo vem dar as mãos aos seringueiros.*

*Desde então, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tem um compromisso de coração com o Acre e com a causa de Chico Mendes.*

*Chico exprime a evolução da cidadania acreana, que vivida na plenitude da nossa cultura, na conformidade de nosso tempo e na interação com nosso ambiente, chamamos de florestania. Cem anos de luta impõe à presente geração o dever de continuar esse processo revolucionário hoje evidente na causa do desenvolvimento sustentável. Vivenciando o Centenário da Revolução Acreana e do Tratado de Petrópolis, o Governo do estado do Acre exprime os sentimentos de todos os povos da floresta, seringueiros, ribeirinhos, urbanos e indígenas, o verdadeiro sentimento da acreanidade (Fonte: www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br).*

Este discurso articula os eventos históricos da construção identitária e apresenta o governo da FPA como continuador da Revolução. Nesse sentido gostaríamos de ressaltar os momentos históricos nos quais a "acreanidade" está ancorada: a Revolução Acreana (1899-1903), o Movimento Autonomista (1957-1962) e o Movimento Social de Índios e Seringueiros das décadas de 1970 e 1980.

Os três eventos refletem momentos significativos da construção da identidade acreana. O primeiro relaciona o migrante recém-chegado (em sua maioria, cearenses) na sua relação com o Outro, com o estrangeiro; relação que define o migrante, "soldado de guerra", como acreano. Nesse caso,

ressalta-se o fato do Governo brasileiro não reconhecer por quatro anos o conflito e nem o território por eles reivindicado como integrantes da pátria. Com a frase da Junta Revolucionária do Acre, proferida por Luiz Galvez, "já que a Pátria não nos quer, criamos outra", tem-se a gênese do discurso fundador do Acre, o qual inaugura também o discurso do abandono político do governo federal em relação ao Acre.

O segundo evento relaciona-se à institucionalização do Território Federal para o qual eram mandados os "fracassados na política nacional, que,ovação de seus mandatos no Congresso, eram despachados pelo Ministro do Interior, com armas e bagagens para o Inferno Verde" (CASTELO BRANCO, 1961, p. 251). Esses Prefeitos vinham "acompanhados de grandes comitivas", que "tomavam conta de tudo, submetendo o seringueiro a viver à margem da nacionalidade, prejudicado nos seus interesses e sem nada lucrar" (CASTELO BRANCO, 1961, p. 251). Esta é a fala oficial no que diz respeito à insatisfação dos acreanos com a situação criada pelo Governo Federal no Território Federal do Acre.

Já o terceiro evento se deu com base no confronto com novamente os de "fora", confronto esse que define as identidades específicas de seringueiros e de índios como os acreanos e os de fora como os "paulistas". A identidade de *paulista* não somente englobava sem distinção todos aqueles não nascidos no Acre, como ser paulista era, por princípio, um qualificativo depreciativo, associado aos males causados aos acreanos pela venda dos seringais. Mesmo aqueles oriundos do Centro-Sul, mas sem laços familiares, econômicos, políticos ou ideológicos com os fazendeiros, precisavam provar sua identificação com a causa acreana para serem aceitos e não hostilizados. Da mesma forma como a categoria paulista englobava todos os "de fora", independentemente de classe social ou posição política, o termo acreano englobava todos os "de dentro", seringueiros e seringalistas, patrões e fregueses, aviadores e aviados que fossem contrários à bovinização do Estado (ALLEGRETTI, 2002).

A identidade, como discutida aqui, é construída na relação com o Outro, "com aquilo que não é", diz Silva (2005). No caso da construção da

identidade acreana, são muitos os outros aos quais os acreanos se opuseram. Nesse discurso identitário, o Outro foi a princípio o próprio índio, que vivia nas margens dos rios e no interior da floresta. O "encontro" entre índios e não-índios foi marcado por acirrados conflitos, pois era preciso limpar a terra para o seringueiro (o extrator do látex) trabalhar. Desse encontro, resultou a dizimação de vários povos indígenas e a dispersão de outros para regiões de difícil acesso como nos altos rios e/ou para áreas em que o caucho (*Castiloa ulei*) já tinha desaparecido e a extração de seringa não era rentável economicamente. Seringueiros e índios foram inimigos históricos por quase cem anos, questão essa só amenizada no final da década de 1980 com a aliança dos povos da floresta.

Esse, como outros, é um episódio incômodo e deve ser silenciado, pois cada formação discursiva "define o que pode e deve ser dito" (ORLANDI, 2008[1990], p. 46). Esse aspecto pouco se diferencia da formação da identidade nacional, como ressalta Orlandi (2008[1990]), valendo-se dos discursos fundadores da brasilidade, "o índio não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado" (p. 66) nessa formação discursiva.

Por outro lado, a história oficial acreana tratou de "lapidar" a imagem dos "coronéis de barranco" que tomaram, de forma violenta, as terras indígenas. E, nesse sentido, a tragédia das "correrias" (expedições armadas contra os índios, visando "limpar" a mata para os seringueiros trabalharem ou para capturar índios e incorporá-los à empresa seringalista), como veremos no capítulo 03, é amenizada em favor da conquista do território acreano, podendo, hoje, ser afirmado que a luta dos seringueiros (no início da colonização) foi "contra poderosos homens e países e não possuíam outro objetivo senão o de conquistar as terras do Acre para os que nela habitavam" (ACRE, 2004a, p. 04), nesse caso, inserindo os indígenas que ainda viviam no estado do Acre.

Os seringalistas, como se sabe, foram os responsáveis pela matança generalizada de grupos indígenas, pela incorporação destes à empresa seringalista, na qual eram mais explorados que os próprios seringueiros. Mas,

com o Governo da Floresta, os índios aparecem ao lado de seus algozes, como se tivessem vivido em harmonia e lutado pelos mesmos ideais.

O Outro também foi o estrangeiro, no caso, o boliviano e o peruano, principalmente, os primeiros, que em vários momentos "tentaram se apossar" das terras que lhes pertenciam e que haviam sido ocupadas por brasileiros no Acre. Estes guerrearam contra os bolivianos durante seis meses, ocorrendo sete batalhas, com três derrotas e quatro vitórias para os "revolucionários" do Acre.

Depois, o Outro passa a ser o Governo Federal, com seus governadores forâneos, realimentando o mito do abandono político, pois o governo relegou os acreanos históricos a "cidadãos de segunda categoria, sem direito a voto, sem direito de gerir o seu próprio destino" (Marcus Vinícius Neves, entrevista em abril de 2008). Vale ressaltar que a população apta a votar na primeira eleição para governador do Acre, em 1962, era apenas de 12%. E a grande maioria da população do Estado, cerca de 74%, vivia na zona rural, no interior da floresta e sem contato com o dia a dia das questões políticas do Território Federal. Isso significa que o embate com esse Outro era realizado pela força política formada pelos letrados, principalmente, os funcionários públicos, comerciantes, estudantes e alguns seringalistas.

O terceiro evento ou o terceiro Outro foi o "paulista", que representava os protagonistas da frente agropecuária. Empresários do Centro Sul que, apoiados pelo governo do regime militar, se apossam das terras ocupadas por índios e seringueiros, no caso, os acreanos. A oposição entre os acreanos (índios e seringueiros) e os "paulistas" ocorreu ao longo do movimento de resistência contra a expropriação da terra, contra a transformação das "colocações/seringais" em fazendas e contra a derrubada de seringueiras e castanheiras para a formação de pastos (PAULA, 2005 e PORTO-GONÇALVES, 1998).

Como vimos no início deste capítulo, a origem do Acre e dos acreanos relaciona-se ao extrativismo da borracha nos seringais dos altos rios da Amazônia sul-ocidental; ou seja, à relação, principalmente, dos migrantes nordestinos que ultrapassaram a linha-limite entre Brasil e Bolívia/Peru,

e ocuparam as *tierras non discubiertas,* que não lhes pertenciam, de acordo com os tratados fronteiriços da época. A vida no seringal e a disputa em torno dos territórios do "ouro negro" fornecem os ícones identitários do Acre, que foram ressignificados em prol do discurso da "acreanidade".

Um dos aspectos relacionados à construção identitária, conforme vimos até agora, é entender como a identidade é construída; por quem? e para que?. Questões essas que trataremos de responder, nos próximos capítulos.

No próximo capítulo, de caráter geo-histórico, discutiremos como os migrantes que vieram do nordeste se transformam em seringueiros e em "soldados de guerra", quando chegaram à bacia do Acre e como esse evento transforma-se em mito fundador, e, também, em fundador de outros mitos.

CAPÍTULO 02

# GÊNESE DA "ACREANIDADE": A REVOLUÇÃO ACREANA. GÊNESE DO ACREANISMO: O MOVIMENTO AUTONOMISTA DO ACRE

Conforme vimos no capítulo anterior, a identidade territorial é um constructo, um processo que engloba, ao mesmo tempo, uma dimensão histórica, ancorada em uma memória coletiva, e uma dimensão geográfica, ancorada nos "espaços de referência identitária" (POCHE, 1983), tanto do passado quanto do presente. A memória coletiva, já vista, é também uma construção que reinventa o passado, não aleatoriamente, mas um passado ancorado nas memórias individuais; por causa disso, reforça-se o imaginário em torno de um passado comum que serve como um fator importante na construção do sentimento de pertencimento no tempo e no espaço, e ainda, como coesão afetiva.

Neste trabalho, analisa-se a identidade pelo viés geográfico, ou seja, o da identidade territorial, que aqui é entendida como aquela identidade construída em sua relação com o território (HAESBAERT, 1999). Nesta

perspectiva, identificamos e analisamos os espaços de referência identitária e os referenciais históricos, os estruturadores da identidade territorial, da identidade acreana. No caso acreano, foi em torno da conquista do território dos altos rios, protagonizada pelos "revolucionários do rio Acre", na passagem do final do século XIX para o XX, em que o Acre e os acreanos foram inventados. Foi em torno de uma suposta autonomia política do território, protagonizada pelos "autonomistas" do Acre, principalmente, no período de 1957 a 1962, que o mito fundador, isto é, a questão da "conquista do território", foi realimentado. E foi em virtude da busca do reconhecimento de suas identidades específicas, que índios e seringueiros se organizaram, enquanto movimento social, e lutaram para terem reconhecidos seus vínculos territoriais. Esses são os três eventos históricos trazidos para o presente pelo "Governo da Floresta" e que foram ressignificados em torno da "acreanidade".

Na construção das identidades regionais, no caso uma identidade territorial, faz-se um resgate das raízes culturais, ou seja, dos traços que possam contribuir com maior sucesso para o fortalecimento do discurso identitário, como os mitos de origem, os heróis fundadores e as referências territoriais.

Graças à Revolução Acreana, como veremos ao longo do primeiro item deste capítulo, foi construído o discurso fundador do Acre e dos acreanos. Esse evento também fundou outros mitos, como o do abandono político do Governo Federal em relação ao Acre e o do isolamento geográfico do Estado em relação ao restante do país. A Revolução Acreana forneceu os primeiros marcos identitários do Acre. Os marcos geográficos: o rio Acre transformado em rio político, a conquista do território "incontestavelmente boliviano" e a defesa da posse dos seringais. E os marcos históricos: a migração e a guerra com a Bolívia. O termo "Acre", antes da Revolução, era somente o nome de um dos rios afluentes do Purus. Rio rico das "árvores da fortuna". Foi nas suas margens que se travaram as batalhas conhecidas como Revolução Acreana – a luta pela conquista do território –, evento esse, enquanto construção identitária, que se tornou para o Acre e os acreanos o seu mito territorial.

O objetivo deste capítulo é discutir o evento fundador do Acre e dos acreanos, isto é, a Revolução Acreana, pois antes desta não havia Acre enquanto unidade política, nem acreanos, e sim, brasileiros dos rios Acre, Purus, Juruá, Muru e tantos outros. Discutiremos, também, neste capítulo, os principais argumentos do acreanismo enquanto "Movimento Autonomista", que defendia a emancipação política do Acre. Com o Governo da Floresta, este último evento é relacionado como continuidade do espírito contestatório dos brasileiros do Acre diante do pouco caso do Governo Federal com relação às questões dos "acreanos", que remonta ao final do século XIX e início do século XX, pois, os acreanos, que "haviam conquistado com armas nas mãos o direito de ser brasileiro, ao alcançar a vitória, foram relegados a cidadãos de segunda categoria em seu próprio país". Essa é a ideia central do discurso oficial (Marcus Vinícius Neves, entrevista em abril de 2008).

## 2.1 O mito fundador do Acre e dos acreanos

O mito fundador é o evento inaugural de uma narrativa que "impõe um vínculo interno com o passado, como um momento original" (CHAUÍ, 2006a, p. 09). No Acre, o mito fundador é a Revolução Acreana, construído em torno da discussão da conquista do território que pertencia, de fato, aos bolivianos e peruanos e que fora ocupado e conquistado por nordestinos, na passagem do século XIX para o XX. O sucesso desse mito fundador diz respeito ao fato do atual território do Acre ter sido conquistado com esforços e recursos próprios, ou seja, o exército de seringueiros venceu os militares bolivianos e peruanos, sem a aquiescência do governo brasileiro. Assim, no final da Revolução, os brasileiros do Acre conquistaram o direito de se autodenominarem acreanos. A Revolução Acreana, para o historiador Marcus Vinícius, é o "mito fundador do Acre e da 'acreanidade'" porque não é "um termo aleatório; ele surge naquele momento e, a partir daí, se identifica um território, um povo, uma identidade". É tanto, argumenta Marcus Vinícius,

"que eles inventam o termo de acreanos históricos" para os que aderiram à luta pelo Acre (entrevista concedida à autora em 15/04/2008).

O mito fundador é uma "invenção" também do presente, como ressalta Albuquerque Júnior (2007, p. 26), pois, a invenção do "acontecimento histórico se dá no presente, mesmo quando se analisa as várias camadas de discursos que o constituíram ao longo do tempo". É o presente que interroga o passado e o conecta com a nossa vida, ancorado nos signos atribuídos ao passado. O termo invenção remete a uma "temporalização dos eventos, dos objetos e dos sujeitos", que pode ser tanto a "busca de um dado momento de fundação ou de origem" quanto o momento da "fabricação" ou "institucionalização de algo" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

A fundação, segundo Chauí (2006a), se refere a "um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo"; isso significa dizer que: "a fundação visa algo tido como perene", que "sustenta o curso temporal e lhe dá sentido" (p. 9).

O momento fundante é permanentemente alimentado e atualizado. No caso acreano, as lutas pela conquista do território se somam às lutas do Movimento Autonomista acreano (em suas várias fases), que lutou em diferentes momentos em prol da criação do estado do Acre, e somam-se, ainda, às lutas recentes: a dos seringueiros e índios contra a transferência dos seringais acreanos para os "paulistas". A força desse mito permanece na memória coletiva, e é enaltecido e reafirmado, de forma constante, a fim de exaltar um patriotismo a partir da incorporação do Acre ao território brasileiro. Essa característica do evento fundador é um dos objetivos do mito, o que "impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente como tal" (CHAUÍ, 2006a, p. 09).

A "acreanidade", propalada com o Governo da Floresta, possui como mito fundador a Revolução Acreana, que funda o Acre como unidade territorial, destacando o acreano como o protagonista deste evento.

Antes da Revolução Acreana, não havia acreanos, mas, tão somente, brasileiros do rio Acre. E foi "durante essa luta que surgiu nossa identidade como povo", como afirmava o governador Jorge Viana no prefácio do livro do historiador Valdir Calixto, um dos livros que foram lançados em comemoração ao Centenário do Acre. E, "não podemos nunca nos esquecer que a primeira geração de acreanos não foi constituída por pessoas que aqui nasceram, mas por pessoas que pelo Acre deram suas vidas" (CALIXTO, 2003, p. 06).

A Revolução Acreana, como mito fundador do Acre, exerce uma forte coesão no imaginário coletivo. Os autonomistas, em diferentes momentos, também a acionaram como justificativa para suas reivindicações políticas, como se pode perceber a partir de extratos do manifesto dos autonomistas do Juruá, de 1909:

> Conquistamos para a Nação, ao índio pela nossa tenacidade e ao estrangeiro pela efusão do nosso sangue esta terra magnífica e desconhecida; fomos os primeiros portadores da civilização ao ponto mais ocidental do Brasil e nesta cruzada poderosa continuamos a lidar; é justo, é lógico, que no convívio da federação brasileira tenhamos o nosso lugar (MESQUITA JÚNIOR[1], 2004, p. 34-35).

Já os seringueiros, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, justificavam que eram descendentes dos "veteranos do Acre", que prestaram serviços à Pátria, ao lutarem em prol da incorporação do Acre ao Brasil, e acionavam esse fato a fim de reivindicar a permanência nos seringais.

Antes de tratarmos dos eventos que compõem a narrativa no que se refere à Revolução Acreana, isto é, do mito fundador do Acre, faremos uma breve discussão sobre os antecedentes dessa questão fronteiriça entre o Brasil (Acre), a Bolívia e o Peru.

Pelo Tratado de Madri (1750), as terras de Portugal e Espanha, no sudoeste da Amazônia, ficaram delimitadas por uma linha leste/oeste, que partia do rio Madeira, de um ponto situado à meia distância entre a foz do Mamoré e o Amazonas, até encontrar as nascentes do Javari, ponto incóg-

1 Este manifesto foi publicado no livro comemorativo do centenário de "Cruzeiro do Sul", por iniciativa do gabinete do então senador Geraldo Mesquita Júnior.

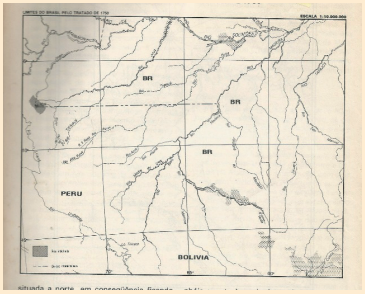
nito naquela época. O Tratado de Madri foi substituído pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), que, por sua vez, ratifica aquelas linhas limítrofes, mas nem um e nem o outro país tinha conhecimento, de fato, das terras que estavam disputando e dividindo (TOCANTINS, 2001a).

A questão dos limites entre o Brasil e a Bolívia na Amazônia remonta a 1867, e entre o Peru e o Brasil, a 1851. O acordo com o Peru já reconhecia o princípio do *Uti possidetis,* que diz respeito às terras já povoadas por qualquer uma das partes interessadas e que definia que cada uma destas nações conservaria o que tivesse ocupado (REIS, 1948). A Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites, assinada entre o Brasil e Peru, em 1851, tinha a seguinte redação:

> (...) concordam as duas altas partes contratantes em que os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade com o 'uti possidetis'; por conseguinte reconhecem, respectivamente, como fronteira a povoação de Tabatinga; e daí para o norte em linha reta, a encontrar o Rio Japurá, defronte do Apapóris e de Tabatinga para o sul, o Rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas (MELLO, 1990, p. 26-27).

Já o Tratado de 1867, assinado com a Bolívia, deslocava o ponto inicial da linha leste/oeste, ou linha Madeira/Javari, para a confluência dos rios Beni e Mamoré, os formadores do rio Madeira. Os pontos hachurados, na figura 01, durante muitos anos, foram considerados pontos indefinidos.

**Tratado de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777)**




**Tratado de Ayacucho (1867)**

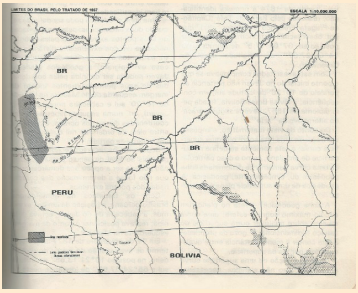



**Figura 01 - Deslocamento da Linha Leste-Oeste**
Fonte: Mello, 1990.

Por este Tratado de Ayacucho, a linha divisória entre a Bolívia e o Brasil recebeu a seguinte redação:

> Sua Majestade, o Imperador do Brasil e a República da Bolívia, concordam em reconhecer, como base para a determinação da fronteira entre os seus respectivos territórios, o '*uti possidetis*', e de conformidade com este princípio, declaram e definem a mesma fronteira do seguinte modo...
>
> Deste rio (Madeira) para oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul de 10°20' até encontrar o Rio Javari. Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste/oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta a buscar a origem do dito Javari (MELLO, 1990, P. 14).

Quando esses tratados foram assinados, ainda não se tinha conhecimentos das nascentes do rio Javari. Segundo Tocantins (2001a), o Brasil e a Bolívia assinaram o Tratado de Ayacucho "sem conhecerem um palmo da geografia daquele gigantesco e desértico espaço, entre o (rio) Madeira e o Javari" (p. 153). Da década de 1870 até por volta da década de 1890, as nascentes do Javari foram objeto de atritos entre as comissões demarcatórias da fronteira.

A primeira identificação das nascentes do rio Javari realizou-se em 1874, com as seguintes coordenadas: 07° 01' 17" de latitude sul e 74° 08' 27" de longitude oeste, o que comprovava que as cabeceiras do dito rio não eram no paralelo de 10° 22' de latitude; em consequência a divisa Brasil/Bolívia deveria seguir o traçado da "reta" (figura 02). Em 1895, assinou-se o Protocolo de Demarcação da Fronteira, que considerava para as nascentes do Javari as coordenadas identificadas em 1874. Quando foram iniciados os trabalhos demarcatórios, em 1896, o coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, comissário brasileiro, constatou que demarcar a linha Beni-Javari com base nas coordenadas identificadas iria implicar "considerar bolivianas uma vasta área ocupada por brasileiros", pois as terras banhadas pelos rios

Acre, Purus e Juruá já estavam ocupadas por brasileiros, na extração da goma elástica (MELLO, 1990, p. 18).

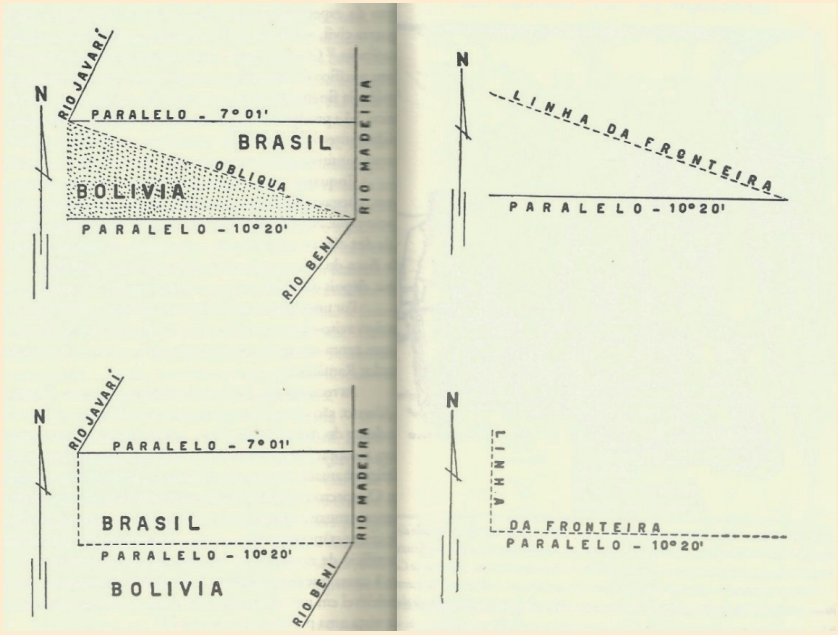



**Figura 02 - Croqui da questão fronteiriça entre Brasil e Bolívia no final do século XIX e início do XX**
Fonte: Tocantins, 2001a.

O povoamento, decorrente da frente extrativa da *Hevea brasiliensis*, para os altos rios que hoje formam o Vale do Purus no estado do Acre, tem como registro o ano de 1877, data de chegada dos primeiros migrantes nordestinos para se dedicar ao "corte da seringa". Neste ano, chegaram 4.600 nordestinos. Em 1878, mais de 15 mil e, em 1990, já somavam 158 mil migrantes (VARADOURO, set./1977). No Juruá, o registro dos primeiros migrantes data de 1888. Os nordestinos, diz Tocantins (2001a), "ávidos em cortar a árvore da fortuna", não encontraram "nenhum impedimento quando transpuseram, aos milhares, a linha fronteiriça", e nem havia, nesse tempo, "qualquer demarcação no terreno" (p. 44).

A ocupação boliviana no trecho compreendido entre esses dois pontos da linha leste/oeste, era dificultada pela desarticulação entre os rios da bacia

hidrográfica do Amazonas e o sistema hidrográfico da Bolívia, em função da barreira da Cordilheira dos Andes. As primeiras relações comerciais da Bolívia com o Brasil, na bacia amazônica, tiveram início na década de 1860, por meio de um rudimentar comércio pelo rio Madeira. Nas proximidades da atual fronteira, a ocupação só teve início por volta de 1880, e o primeiro núcleo de povoamento foi Riberalta, formado em 1890 (RANCY, 1992).

A chegada dos bolivianos aos altos rios (Purus e Acre), segundo Castelo Branco (1961), foi motivada pela "publicação do roteiro de varação", realizada pelo seringalista Antonio Labre, em 1877, no qual este dizia que o "Rio Acre era um dos mais ricos afluentes do Purus, exportava 500.000 quilos de goma elástica e tinha uma população estimada em 10.000 almas, excluídos os indígenas" (TOCANTINS, 2001a, p. 177-178).

Em 1894, o major-general José Manoel Pando tomou conhecimento da ocupação por parte de brasileiros e do roteiro de Antonio Labre. De volta do exílio no rio Beni, o então major-general, em um "arroubo patriótico", informara o Presidente da Bolívia da importância econômica dos territórios bolivianos, ocupados por "industriais brasileiros" nas "remotas plagas até então desconhecidas pelos da sua gente" (CALIXTO, 2003, p. 91). Na década de 1890, os bolivianos já se aproximavam do vale dos altos rios e fundaram alguns seringais, como o Nova Amélia, Carmem, Santa Cruz, Triunfo e São Vicente. Os bolivianos conviviam sem maiores problemas com os brasileiros, uma vez que integravam a mesma rede comercial que escoava toda a produção via os portos de Manaus e Belém. Segundo Castelo Branco, essas aquisições eram realizadas "por meio de compra, associação a brasileiros ou mesmo por exploração" (1961, p. 191). É desse período também a chegada dos peruanos que se estabeleceram no Seringal Porto Carlos e no Seringal Paraguaçu, este último associado a um brasileiro em terras dos atuais municípios acreanos de Brasiléia e Assis Brasil.

Já no Vale do Juruá, os peruanos começaram a "invadir a região em 1896, para a instalação de alguns postos comerciais e extração do caucho" (TOCANTINS, 2001b, p. 213). Os caucheiros peruanos começaram arrendando os seringais Porto Alberto e Centro Brasileiro, compraram o Monte

Cristo, o Monte Rico, o Novo Recreio, e Porangaba. E se "fizeram aproximar dos próprios brasileiros, com os quais jamais se desentenderam ali" (p. 213); também, foram seringueiros em seringais de brasileiros. No Vale do Acre, os peruanos realizaram, pelo rio Madeira, um largo comércio até Serpa, hoje Itacoatiara. Como seringalistas, exploraram seringais nos vales do Beni, do Orton e do Madre de Dios, para onde caminhavam, aliás, em concorrência a eles, os seringueiros brasileiros. Os caucheiros peruanos foram responsáveis pelo desvendamento "de todo o Alto Madre de Dios e do Alto Ucaiale que foram entregues à ciência geográfica pelos audazes mateiros", diz Cunha (2000, p. 278). Estes transpuseram o Ucaiale e "espraiaram-se pela sua margem direita, indo alcançar os manadeiros do Purus, do Juruá e do Javari" (TOCANTINS, 2001b, p. 391).

No que diz respeito à convivência entre brasileiros do Acre e peruanos, Euclides da Cunha ressalta que, até 1903, os brasileiros viam nos peruanos "menos o estrangeiro que sócios na mesma empresa contra as dificuldades naturais". Mas, depois de 1903, os peruanos tentaram "estabelecer, com todo o aparato oficial, uma comisaría peruana na foz do Rio Chandells" (CUNHA, 2000, p. 314).

Na medida em que a demanda por borracha crescia no mercado internacional, atraindo levas de migrantes nordestinos para os seringais que passaram a ocupar, nos "territórios incontestavelmente bolivianos" pelo Tratado de Ayacucho (1867), o governo boliviano tenta tomar posse das terras ao sul da linha/limite Madeira/Javari, nos primeiros dias do ano de 1899, instalando um posto aduaneiro às margens do rio Acre, no seringal Caquetá, de propriedade de um brasileiro. O governo do Brasil estava de acordo com essa iniciativa do governo boliviano, como podemos observar nesse ofício de 1898, do governo da União para o governador do Amazonas:

> (...) declaro pelo telegrapho ao Governador do Estado do Amazonas que pode concordar no estabelecimento do posto aduaneiro à margem do (Rio) Acre em território incontestavelmente boliviano, isto é, acima da linha tirada do (Rio) Madeira à margem do Javary na verdadeira latitude determinada pelo Capitão-tenente Cunha Gomes (ACRE, 2002a, p. 33).

O representante do governo boliviano, chegando ao rio Acre, constata que "muitos industrieas, de diversas nacionalidades, (estavam) de posse... de propriedades seringueiras, com títulos definitivos ou provisórios", mas adverte que era "necessário garantir ou regulamentar o exercício dos direitos que adquiriram" (ACRE, 2002a, 33). E foi o que aconteceu a partir do primeiro decreto do cônsul boliviano José Paravicini (05/01/1899), causando desagrado aos brasileiros do Rio Acre.

Pelo decreto em tela, Paravicini toma as seguintes medidas no que diz respeito à concessão de terras para abertura de novos seringais por brasileiros, e a regulamentação dos já adquiridos. No Art. 1°, isso fica mais explícito:

> São reconhecidas as concessões de seringais legitimamente feitas por autoridades brazileiras, antes da ocupação boliviana destes territórios; e, portanto, as escripturas por ellas outorgadas terão valor e merecerão fé (ACRE, 2002a, p. 33).

Mas alerta, no Art. 2°, que "os seringueiros (seringalistas), que houveram obtido títulos de autoridades brazileiras, são obrigados a registrá-los na Secretaria desta Delegação no prazo final de um anno", a contar da data de janeiro de 1899. No Art. 3° destacava que "os exempladores ou descobridores de seringais não poderão explorá-los antes de obtida a respectiva concessão". Já o Art. 4° ressaltava:

> (...) os que somente como exploradores ou descobridores e sem terem obtido qualquer título, estiverem de posse dos seringais, formalisarão suas petições no prazo de seis mezes, sob pena de perderem seu direito (ACRE, 2002a, p. 59).

Essas medidas de Paravicini muito desagradaram, os brasileiros, donos e os candidatos a donos de seringais, pois eram tidas como nocivas aos fins econômicos dos seringalistas. Outra medida tomada por Paravicini, por meio do Decreto de 22/02/1899, foi a "suspensão do corte das seringueiras no período de 01 de agosto a 01 de setembro", com o argumento que a árvore precisava se recompor, e recomendava também que, quando a seringueira estivesse toda cortada, "o seringueiro teria que suspender novas

incisões na árvore pelo espaço de cinco anos consecutivos", o que significava perda econômica para os seringalistas (TOCANTINS, 2001a, p. 254).

Com essas normas, no sentido de regulamentar a propriedade seringalista e disciplinar o corte da seringa, desencadearam-se reações de resistência contra a ocupação da Bolívia nos territórios dos altos rios. Os seringais, até então, eram formados valendo-se do poder econômico do pretenso proprietário e sem interferências governamentais. A esse respeito, Arthur Ferreira Reis (1953) fez a seguinte avaliação: a primeira fase de formação dos seringais era a de uma "ocupação possessória da terra". E a exploração do látex em operações comerciais lucrativas pressupunha grandes propriedades, pois as árvores de seringa encontravam-se dispersas na floresta, e "para extraí-la era mister realizar longas penetrações em áreas muito amplas e distantes" (REIS, 1953, p. 77).

Nessa fase, "os extratores atiravam-se à floresta em atividades predatórias" (REIS, 1953, p. 78) e não tinham necessidade de assegurar o direito de propriedade, uma vez que o que importava, inicialmente, eram as árvores de seringa, e não, a terra. Os "grupos que buscavam a borracha iam localizando (as seringueiras) aqui e ali e assinalando a posse pelo levantamento de um tapiri, indicativo da presença humana" (p. 78). Castelo Branco destaca que os primeiros exploradores iam "examinando ligeiramente a vegetação ciliar à procura da árvore produtora do cobiçado 'ouro negro'" e definindo as propriedades, que "era medida pelas praias ou voltas dos rios, em número de 5, 10 ou mais para cada tripulante da canoa" (CASTELO BRANCO, 1961, p. 174-175). Os que vinham depois, ao encontrar a marca da presença humana, seguiam adiante e se apossavam "das margens ainda não atingidas" por outros exploradores.

A colonização via frente extrativa fora iniciada com extensas propriedades privadas, algumas "com dez e quinze mil metros de frente, sem limitação quanto aos fundos, pois iam até topar com outro explorador que viesse em sentido contrário, tendo alguns se apossado de rios inteiros ou de quase todo" (CASTELO BRANCO, 1961, p. 177). E foi só a partir do momento em que se iniciavam os conflitos por causa de disputas de

propriedade é que se buscava a proteção das leis para garantir a posse dos territórios das "árvores de seringa". A proteção jurídica era pleiteada nas repartições competentes de Manaus; requerido o título definitivo, procedia-se à demarcação. Decorridos os prazos, obedecidas as exigências burocráticas, expedia-se o título definitivo. O seringal, nessa altura, destaca Reis (1953, p. 79), estava em franca exploração, já que o processo "oficial de aquisição era demorado".

Com base nessas informações, voltemos aos decretos de Paravicini. Demarcar os seringais nos prazos estabelecidos por ele era quase impossível naquela época, tanto por falta de agrimensores quanto pelo tamanho das propriedades, que em alguns casos era de todo um rio. Diante dessa questão, os seringalistas se insurgiram contra a pretensão da Bolívia de administrar as terras onde estavam os seringais de brasileiros.

Essa primeira tentativa de posse por parte do governo boliviano teve fim quatro meses depois, quando o cônsul boliviano, sucessor de Paravicini, Moises Santivanez, fora deposto por um grupo de seringalistas, o qual foi liderado pelo amazonense José de Carvalho. Vale ressaltar que este fora processado, por este ato, pelo governo do Amazonas pelo crime de lesa-pátria, sendo proibido de voltar a Manaus e terminando por morrer em Belém no exílio (CARVALHO, 2002[1904]).

A deposição do cônsul boliviano fora a primeira insurreição dos brasileiros do rio Acre contra os bolivianos. No manifesto de 1° de maio de 1899, assinado por cinquenta pessoas (a maioria seringalistas), reivindicava-se a saída da representação boliviana, nos seguintes termos:

> O povo brasileiro representado por nós abaixo-assinados, solidariamente responsáveis, no uso de sua alta vontade revoltada, vem intimar-vos para que abandoneis o governo ilegal que vos achais exercendo atualmente neste território, desbravado, habitado e hoje defendido, por milhares de brasileiros, que até a vossa invasão aparentemente legal viviam à sombra das leis de seu país e nelas confiavam (CARVALHO, 2002[1904], p. 39-40).

Esse manifesto, segundo Craveiro Costa (2005[1924], p. 117), encheu a "população" de esperança e entusiasmo e o "acreano" lavrara, assim, o seu

protesto, dizendo à "Bolívia que sua soberania não seria acatada e, ao Itamaraty, que os interesses do Brasil, desde aquele momento, ficavam sob a égide do seringueiro"[2]. Para os "revolucionários", o governo boliviano representava uma invasão ao território desbravado e ocupado por milhares de brasileiros desde a década de 1870 e, também, o estabelecimento de uma nova ordem contrária à existente até então, qual seja, contrária ao poder de mando dos seringalistas.

A segunda insurreição, denominada de *República de Galvez*, também ocorreu em 1899, quando o espanhol Luiz Galvez Rodrigues Arias proclama o Estado Independente do Acre. Essa insurreição foi contra o acordo EUA-Bolívia, o qual estabelecia que os EUA questionaria com o Brasil o pleno reconhecimento dos direitos da Bolívia aos territórios do Acre e Purus e, ainda, se comprometia a fornecer numerário e material bélico, em caso de guerra entre os dois países. A República de Galvez fracassa, dado os desentendimentos com os governos dos Estados do Pará e Amazonas, pela falta de apoio do governo brasileiro aos "seringueiros revolucionários" e pela oposição da Bolívia. Luiz Galvez é destituído do posto e deportado pela Marinha brasileira oito meses depois, e o território em questão foi restituído à Bolívia. Fato marcante da gestão de Luiz Galvez, segundo o discurso oficial, foi a experiência de constituir e manter, durante mais de 07 meses, o Estado Independente do Acre. Porém, vale ressaltar que o Estado Independente do Acre fora proclamado e administrado sem a presença de autoridades bolivianas no território contestado (TOCANTINS, 2001a).

A Expedição dos Poetas foi à terceira tentativa de expulsar os bolivianos do Acre. Mas a inexperiência militar dos revoltosos e sua falta de organização fizeram com que essa expedição fosse rapidamente derrotada pelas forças bolivianas. Entretanto, segundo o "historiador oficial", Marcus Vinicius Neves, a Expedição serviu para manter "viva a utopia que o Governo de Galvez tinha lançado" (entrevista em abril de 2008).

---

2 O termo seringueiro era utilizado nesse período para designar tanto o seringalista (patrão), quanto o extrator. Nesta citação, a palavra seringueiro, dado o caráter de subordinação do extrator ao patrão, refere-se ao seringalista.

A quarta insurreição, que é a fase sangrenta da Revolução Acreana, corresponde à fase da luta armada liderada por Plácido de Castro. Na construção do mito fundador do Acre, o termo Revolução Acreana é sempre mais enfático no que se refere à batalha comandada por Plácido de Castro, isto é, de 06 de agosto de 1902 a 24 de janeiro de 1903. Estas duas datas correspondem, respectivamente, à conquista de Mariscal Sucre (hoje Xapuri) e a conquista de Puerto Alonso (hoje Porto Acre), que estavam em posse dos bolivianos. Contudo, os conflitos e tensões fronteiriços entre seringueiros (nordestinos) e bolivianos e peruanos iniciaram bem antes, em 1899, e terminaram muito depois, com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro, em 1909, com o Peru, como podemos observar no quadro 01.*[3]

| EVENTO | DATA | LOCAL E/OU DESFECHO |
|---|---|---|
| Primeira expedição militar da Bolívia comandada pelo Major Benigno e mais 30 praças | 12/09/1898 a 30/11/1898 | Chegada no povoado do Xapurys com objetivo de fundar uma delegação nacional |
| Instalação da aduana boliviana comandada pelo ministro boliviano José Paravicini | 03/01/1899 | Fundação de Puerto Alonso em terras do Seringal Caquetá, em território incontestavelmente boliviano |
| 1ª Insurreição Acreana comandada por José de Carvalho | 01/05/1899 | Deposição de Santivanez, substituto de Paravicini |
| 2ª Insurreição – República de Galvez, protagonizada por Luiz Galvez Rodrigues de Arias | 14/07/1899* 15/03/1900 | Proclamação do Estado Independente do Acre, no povoado denominado de Puerto Alonso, que passou a ser chamado de Cidade do Acre; Rendição de Galvez por ordem do governo brasileiro |
| 3ª Insurreição – Expedição dos Poetas, comandada por intelectuais de Manaus | 29/12/1900 | Combate e derrota dos Poetas em Puerto Alonso |
| 4ª Insurreição – início da batalha de Plácido de Castro | 06/08/1902 | Tomada de Mariscal Sucre (Xapuri) |
| Plácido de Castro comanda o cerco de Puerto Alonso | 15 a 24/01/1903 | Tomada de Puerto Alonso pelo exército de seringueiros |
| Plácido de Castro toma conhecimento da assinatura do *Modus Vivendi* entre Brasil e Bolívia | 25/04/1903 | Quando o exército em marcha encontrava-se em Barraquila (Bolívia) foi notificado do *Modus Vivendi*. |

3 Luiz Galvez foi deporto por um seringalista da região do rio Acre em 28/12/1899 e retornou ao cargo de Presidente do Estado Idependente do Acre em 30/01/1900 (TOCANTINS, 2001a).

| EVENTO | DATA | LOCAL E/OU DESFECHO |
|---|---|---|
| Assinatura do Tratado de Petrópolis | 17/11/1903 | Entre o Governo do Brasil e da Bolívia |
| Combate e derrota dos peruanos | 1902 | Santa Rosa, no Rio Purus |
| Fuzilamento de peruanos por brasileiros | 1904 | Seringal Funil, no Rio Purus |
| Expulsão dos peruanos do Rio Amônea | 11/1904 | Vitória do destacamento do Exército brasileiro |
| Assinatura do Tratado do Rio de Janeiro | 08/09/1909 | Entre o Governo do Brasil e do Peru |

**Quadro 01 - Revolução Acreana: principais eventos dos conflitos fronteiriços no Acre**
Fonte: Tocantins, 2001a; Cunha, 2000; Neves, 26/01/2003.

A batalha comandada por Plácido de Castro está resumida nos seguintes eventos, e é contada pela narrativa oficial da seguinte forma:

> A localidade denominada Mariscal Xucre (hoje Xapuri) estava ocupada por autoridades bolivianas e no amanhecer do dia 06 de agosto (1902), data festiva alusiva à independência da Bolívia, Plácido de Castro a frente de trinta homens invadiu-a e tomou os três locais onde estavam os bolivianos. O Intendente, ao ser acordado tão cedo, ainda exclamou: És temprano para la fiesta. Ao que Plácido de Castro respondeu: "Não é festa, Senhor Intendente, é Revolução!" (NEVES, 26/01/2003).

Esse episódio é o início da fase da Revolução Acreana comandada por Plácido de Castro, que perdurou até 1903. O primeiro combate do exército de seringueiros, comandado por Plácido de Castro, ocorreu em 18/09/1902, no seringal **Volta da Empresa**, de propriedade do cearense Neutel Maia, abastado comerciante de gado boliviano no médio Rio Acre.

> De Mariscal Sucre, agora denominado de Xapuri, Plácido de Castro seguia para Volta da Empresa e ao receber a notícia do deslo-

> camento de tropas bolivianas pelo varadouro das Missões, avançou com um pelotão de 63 homens tentando surpreender os bolivianos. Mas no dia 18 de setembro, ao entrar no campo da Volta da Empresa, Plácido e seus homens foram atacados de surpresa pelo exército boliviano que havia chegado primeiro ao local. Melhor posicionados, os 150 soldados bolivianos comandados pelo Coronel Rozendo Rojas, levaram vantagem sobre os acreanos (NEVES, 26/01/2003).

Plácido de Castro recuou após verificar "a desigualdade entre a sua força e a dos inimigos que, havendo disposto a sua gente, faziam fogo de todos os flancos"; aí, deu sinal de retirada deixando para trás pelo menos 20 brasileiros mortos e outros tantos feridos ou prisioneiros no Volta da Empresa (CORREIO DO ACRE, 18/09/1910).

Os combates seguintes foram os dos seringais **Telheiro** e do **Bom Destino**, e ocorreram em 23 e 24 de setembro de 1902, respectivamente. Vejamos a narrativa:

> Com a ocupação da Volta da Empresa o exército boliviano consolidou seu domínio no médio Acre e se fazia necessário tomar o seringal Bom Destino (entre Puerto Alonso e Volta da Empresa), que bloqueava a movimentação militar boliviana. Para tanto, parte das tropas bolivianas aquarteladas em Puerto Alonso atacou os dois seringais citados acima (NEVES, 26/01/2003).

No dia 23 de setembro, um "pelotão boliviano composto por 50 homens comandados pelo coronel Canseco atacou de surpresa o Telheiro, matando sete brasileiros e prendendo outros seis". Porém, ao tentar atacar o seringal Bom Destino, no dia seguinte, os "bolivianos encontraram ali 250 seringueiros entrincheirados que rechaçaram o ataque e derrotaram o pelotão boliviano, obrigando-o a fugir de volta para Puerto Alonso" (NEVES, 26/01/2003).

O combate seguinte foi novamente no seringal Volta da Empresa, entre 05 e 15 de outubro de 1902, e é narrado nos seguintes termos:

> O exército boliviano havia fortificado sua posição na Volta da Empresa. Além de várias linhas de trincheiras, o acampamento militar

> recebeu também forte alambrado de arame que o tornava quase inexpugnável (NEVES, 26/01/2003).

No dia 5 de outubro, o "exército de seringueiros brasileiros cercou o campo do Seringal Volta da Empresa e deu início ao difícil ataque da cidadela boliviana". Os brasileiros precisaram "escavar trincheiras em zigue zague para se aproximar e tomar as trincheiras bolivianas". O combate "permaneceu equilibrado por vários dias, enquanto ambos os exércitos sofriam pesadas baixas". Até que, no dia 15 de outubro, os bolivianos "decidiram se render para evitar a investida final acreana, que era anunciada nas trincheiras como implacável" (NEVES, 26/01/2003).

O combate do Igarapé Baía, ocorrido em 11 de outubro de 1902, foi a terceira derrota dos brasileiros no Acre.

> Enquanto Plácido de Castro enfrentava o exército regular boliviano no médio Acre, os revolucionários do Xapuri comandados por José Galdino enfrentavam os bolivianos do Alto Acre. No Rio Tahuamano, Don Nicolas Suarez, havia reunido campesinos bolivianos e formado a Coluna Porvenir (NEVES, 26/01/2003).

Com o objetivo de barrar a investida da Coluna Porvenir, "80 revolucionários brasileiros deixaram Xapuri, sob o comando de Manoel Nunes, e marcharam até a barraca do Baía". Mas, no dia 11 de outubro, "os brasileiros foram atacados de surpresa pela Coluna Porvenir", às margens do citado igarapé Porvenir (NEVES, 26/01/2003). Os bolivianos

> (...) apertaram o cerco e incendiaram o barracão protegido pelas trincheiras brasileiras. Para não serem queimados, os acreanos tiveram que abandonar suas trincheiras, sendo mortos 44 revolucionários pelas balas inimigas (NEVES, 26/01/2003).

O combate de Santa Rosa (Rio Abunã) ocorreu em 18 de novembro de 1902. O Santa Rosa era um ponto estratégico para os brasileiros, pois:

> (...) era preciso estabelecer o controle dos varadouros que vinham desde os rios Beni e Madre de Dios – e que eram utilizados para abastecer de homens, armas e mantimentos o exército boliviano – Plácido de Castro marchou de Capatará até as margens do Rio Abunã, em pleno território povoado por bolivianos (NEVES, 26/01/2003).

E, no dia 18 de novembro, o

> (...) exército revolucionário (de seringueiros) atacou de surpresa o Barracão Santa Rosa, o mais importante daquele rio e rota do comércio de gado boliviano. Depois de algumas horas de intenso combate o barracão foi tomado pelos brasileiros, sendo então incendiado (NEVES, 26/01/2003).

Em seguida, os bolivianos que ali moravam foram dispersados e suas trincheiras destruídas, consolidando o domínio acreano do médio Acre (NEVES, 26/01/2003).

Em Costa Rica, o exército de Plácido de Castro foi também vitorioso, pois em 08 de dezembro de 1902 venceram as tropas bolivianas. Vejamos a narrativa oficial: Plácido de Castro "planejava atacar Palestina que era o mais importante arsenal boliviano no Rio Órton, mas desistiu e voltou para o Xapuri". No caminho, danificou todas as pontes e varadouros que cortavam a região dos campos por onde viajavam o gado e os soldados bolivianos para o Acre.

Dias depois, Plácido de Castro já se encontrava nas proximidades de Costa Rica, às margens do Rio Tahuamano. Em 8 de dezembro, "com 300 homens atacou de maneira fulminante o barracão Costa Rica que não conseguiu opor resistência". O "massacre de brasileiros do igarapé Baía estava vingado e o domínio revolucionário no Alto Acre garantido". Só faltava conquistar Puerto Alonso, último reduto boliviano no baixo Rio Acre (NEVES, 26/01/2003).

O combate de Porto Acre ocorreu de 15 a 24 de janeiro de 1903, e é considerada a batalha mais importante da Revolução Acreana, ou seja, aquela que caracteriza a vitória territorial dos brasileiros do Acre sobre os bolivianos, sendo sempre ressaltada a "força do exército de seringueiros co-

mandados por Plácido de Castro e outros seringalistas", e o coroamento de "uma sangrenta e penosa campanha militar que resultou em aproximadamente 500 mortos (5% de toda a população do Vale do Acre na época)" (NEVES, 26/01/2003).

Esse combate é narrado nos seguintes termos: "ao amanhecer do dia 15 de janeiro, o povoado de Puerto Alonso estava cercado pelas bandeiras dos 800 revolucionários acreanos". E foi deflagrado então o "combate que decidiria o destino do Acre" (NEVES, 26/01/2003).

O quartel-general boliviano era "protegido por linhas de trincheiras e alambrados, e a passagem pelo Rio Acre era impedida por uma grossa corrente de ferro e um canhão". Plácido de Castro, que tinha capturado o navio boliviano Rio Afluá e o renomeado como navio "Independência", encheu-o de borracha e baixava o rio Acre com o objetivo de vender a borracha para o sustento das tropas e a compra de munição. Plácido de Castro, ao avistar o empecilho no rio Acre, encarregou os soldados de limar a corrente, enquanto se preparava para passar a barreira, tendo o navio sob seu comando direto. Depois de "três dias de muitas mortes, os acreanos conseguiram romper a corrente que bloqueava o rio e passar com o vapor Independência" (NEVES, 26/01/2003). A batalha é assim narrada:

> Brasileiros e bolivianos guerrearam sem tréguas nas trincheiras alagadas pelas abundantes chuvas de janeiro. Até que, no dia 24, depois de seis meses de guerra e centenas de homens mortos, os militares bolivianos se renderam e entregaram definitivamente o Acre para os brasileiros (NEVES, 26/01/2003).

Esse foi o episódio que ficou conhecido como o final da etapa mais sangrenta do movimento revolucionário e que foi transformado no símbolo maior do heroísmo dos acreanos, principalmente, na versão de que os seringueiros iam se oferecendo para limar a corrente de ferro, e, ao mesmo tempo, sendo fuzilados, um a um, pelos bolivianos localizados na margem oposta, até retirarem o obstáculo do caminho do "vapor Independência". Após o combate de Porto Acre, se passaram, ainda, mais dez meses até a assinatura do Tratado de Petrópolis.

Paralelo à ação de Plácido de Castro, o governo brasileiro nomeava o Barão de Rio Branco, em 1902, para o Ministério das Relações Exteriores, com objetivo claro de resolver a "questão acreana". Com essa nomeação, a questão toma um outro sentido, pois de "Território Incontestavelmente Boliviano", agora o ministro se apega ao direito internacional, que confere o "direito ao trecho superior de um rio ao país que tem a soberania do trecho inferior, quando a área não se encontra ocupada" (MAGNOLI, 1997, p. 270).

O governo de Rodrigues Alves, em face da formação do *Bolivian Syndicate*, da mobilização das tropas bolivianas comandada pelo presidente Pando e incomodado com o "território rebelde" que poderia provocar uma guerra com a Bolívia, se pronuncia a favor do Brasil, em fevereiro de 1903, o que significava dizer que o governo brasileiro só intervém a favor dos "revolucionários do Acre" diante da formação do *Bolivian Syndicate*. O *Bolivian Syndicate* foi pensado pelo governo boliviano quando se viu a necessidade de uma presença mais efetiva da nação boliviana na região, uma vez que esse governo considerava impossível conservar o território do Acre sem o aporte de capitais externos, porque faltava uma presença efetiva do Estado boliviano e, também, uma base demográfica nacional na região onde a ocupação era, basicamente, de brasileiros. E a saída pensada pela Bolívia para não perder a região do Acre foi arrendar os altos rios para uma empresa de capital privado internacional, inspirada nas chamadas *Chartered Company*. Com o arrendamento, o Acre passaria a ser administrado por uma companhia de capital estrangeiro que estivesse interessada em arrendar o "território boliviano", ocupado por brasileiros, em sua maioria (TOCANTINS, 2001a).

O ponto principal do contrato do *Bolivian Syndicate* era o arrendamento por 30 anos, do "território boliviano" ocupado por brasileiros, pelo qual 60% dos lucros de exportação ficariam com a Bolívia e os 40% restantes com o *Bolivian Syndicate*. Os lucros futuros viriam, principalmente, da cobrança de impostos sobre a borracha produzida nos seringais brasileiros. Além disso, asseguraria ao cartel a faculdade do uso de força militar para

garantir seus direitos na região dos altos rios, e a opção preferencial de compra do território arrendado, se assim desejasse (TOCANTINS, 2001a).

Em 1903, o governo brasileiro toma precauções, temendo uma retomada dos conflitos, uma vez que o exército boliviano comandado pelo Presidente da República Manuel Pando, se encontrava a caminho do Acre (vindo pelos Andes), e o exército de Plácido de Castro se mantinha mobilizado. Naquela ocasião, o Barão de Rio Branco ordena a ocupação militar da área revoltosa, isto é, a área compreendida entre o paralelo 10°20' de latitude sul e a linha oblíqua Madeira-Javari, convidando a Bolívia a abrir negociações, iniciando-as pela nova interpretação do Tratado de 1867 e, Plácido de Castro se desloca para a área abaixo deste paralelo.

Os argumentos do Barão do Rio Branco, em entrevista com o Ministro da Bolívia, durante as negociações para a assinatura do Tratado de Petrópolis, eram os seguintes: "é um absurdo um sindicato composto de estrangeiros administrar território habitado por brasileiros e manter forças terrestres e fluviais" (TOCANTINS, 2001a, p. 233).

A intervenção federal se deu, portanto, em função da formação da companhia anglo-americana e da "guerrilha" comandada por Plácido de Castro. O problema da companhia foi resolvido com o pagamento de 110.000 libras esterlinas. E o da guerrilha, com a assinatura de um novo tratado de limites.

O Tratado de Petrópolis foi assinado em novembro de 1903 e pôs fim aos conflitos fronteiriços dos brasileiros do Acre com a Bolívia. Por esse Tratado, o Brasil se comprometia a pagar 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia, a construir uma estrada de ferro entre Santo Antônio do Rio Madeira e Vila Bela, na confluência do Beni com o Mamoré – estrada de ferro Madeira/Marmoré –, além da cessão de uma pequena área de terra no Rio Abunã e na fronteira com o Mato Grosso (MELLO, 1990).

Terminada a questão acreana com a Bolívia, restava resolver a linha fronteiriça com o Peru, que também reivindicava terras consideradas brasileiras pelo Tratado de Petrópolis (ver figura 03).

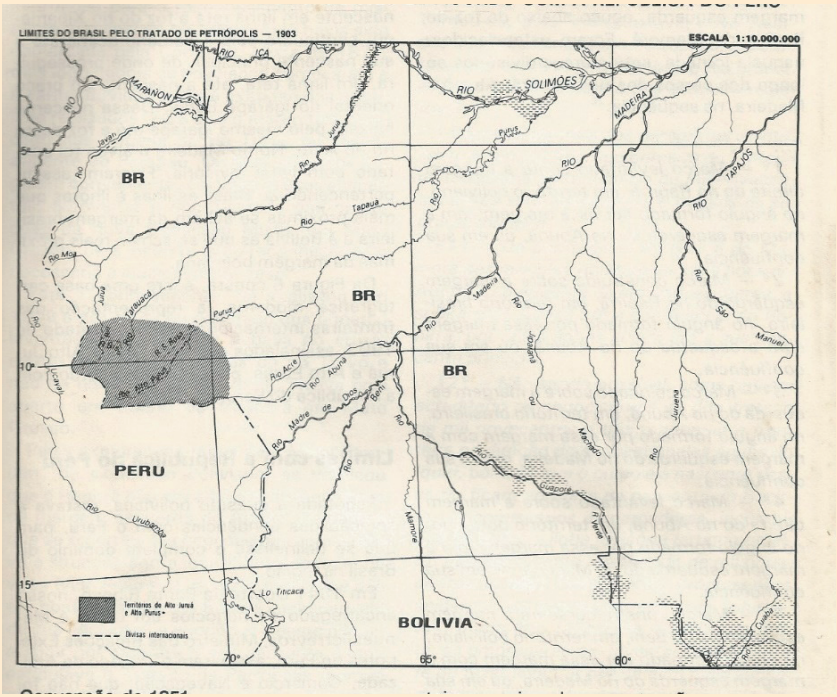



**Figura 03 - Área de litígio entre Brasil e Peru, no início do século XX**
Fonte: Mello, 1990.

O governo peruano, entre 1902 a 1904, começa, a exemplo da Bolívia, a tentar tomar posse das terras que pretendia no Vale do Juruá e Purus. Com os peruanos não houve guerra declarada, mas dois conflitos foram registrados: o da localidade Funil, onde peruanos foram mortos por brasileiros do Acre, e no rio Amônea, onde uma tropa do Exército brasileiro, sob o comando do então prefeito departamental, coronel Taumaturgo de Azevedo, em 1904, expulsou os peruanos do barracão do Seringal Minas Gerais, hoje terras do município de Marechal Taumaturgo, na fronteira com o Peru. Segundo Euclides da Cunha:

> Os peruanos só se localizaram no Purus depois de 1890 ocupando apenas três sítios aquém de Sobral, os de Hosanã, Cruzeiro (Independência) e Oriente na foz do Rio Chandless... Mas em 1903, pretendeu-se sancionar politicamente o que era apenas uma benévola tolerância (CUNHA, 2000, p. 165).

Continua Cunha em seu relato sobre a ocupação peruana, o caucheiro Dom Jorge Barreto, com instruções governamentais, fixa-se:

> (...) no Oriente, na foz do Chandless... território ocupado havia cerca de 30 anos por brasileiros, sem contestação, e numa distância abrangida por mais ou menos trinta seringais, que passava assim à jurisdição peruana (CUNHA, 2000, p. 165).

A fronteira com o Peru fora definida após a entrega de relatórios das comissões mistas de reconhecimento, criadas com a finalidade de atestar o "*uti possidetis*" ao longo dos rios Purus e Juruá. Para o Vale do Juruá, fora mandado Belarmino de Mendonça, e para o Vale do Purus, Euclides da Cunha.

A conclusão de Euclides da Cunha foi que a partir do Seringal Cataí começavam a aparecer "vestígios dos grupos errantes de caucheiros peruanos". Cunha (2000, p. 310) conclui afirmando que "entre Cataí e Santa Rosa, a região é aparentemente deserta: só caucheiros trabalham internados na mata. Nada revela de barracas ou postos de brasileiros". O Seringal Sobral "demarca hoje (1905) a mais avançada atalaia dessa enorme campanha contra o deserto"; ao alcançar a:

> Distância itinerária de 1.417 milhas, tem a prova tangível de que quatro quintos do majestoso Rio (*Purus*) estão povoados de brasileiros, sem um hiato, sem a menor falha de uma área em abandono, ligados as extremas de todos os seringais (CUNHA, 2000, p. 310).

Já no Juruá, o coronel Belarmino Mendonça admirou-se ao ver "os núcleos senhoriais construídos pelos barracões e barracas", em muitos pontos "verdadeiros povoados, ostentando casarões extensos, sobrados e edifícios". Tudo o que havia de "sólido e próspero era de brasileiro". Os caucheiros só começavam a aparecer, dispersamente, da foz do Breu em diante. A partir do Breu, à semelhança de Cataí, esse panorama mudava. A Foz do Breu e o Seringal Cataí serviam de marco de transição de "duas explorações silvestres: o caucho e a seringa" (TOCANTINS, 2001b, p. 508). Em 1909, chegou ao fim a contenda, com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro (entre Brasil e Peru), que selou as fronteiras internacionais do Acre.

Como podemos perceber com essa descrição, os conflitos e tensões pelos vales dos rios Purus e Juruá tiveram um tempo bem mais longo do que, de fato, é referenciado pelo discurso identitário, abrangendo cerca de uma década. No entanto, é a "Batalha de Plácido de Castro" que é considerada o grande movimento contra a dominação estrangeira, em uma guerra na qual o exército de seringueiros do Acre enfrentou e venceu as forças regulares do exército boliviano. Da mesma forma, os combates relacionados à conquista do Acre se resumem aos ocorridos ao longo do Rio Acre (ver foto 01). O mito fundador do Acre e dos acreanos, segundo o discurso oficial, está relacionado ao conflito com a Bolívia, com pouco destaque para os conflitos com os peruanos no Alto Purus e no Alto Juruá.

**Foto 01 – Síntese dos locais de conflitos da Revolução Acreana, segundo o discurso oficial. (Mastro do monumento em homenagem aos Combatentes da Revolução Acreana)**
Fonte: Maria de Jesus Morais, em março de 2007.

O mito fundador, conforme ressalta Portelli (2006), não é:

> (...) necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual, ... transportando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura (PORTELLI, 2006, p. 120-121).

A Revolução Acreana fornece, por conseguinte, as referências identitárias do Acre, tanto as geográficas quanto as históricas; elege, também, os personagens qualificados pelos atributos de força, audácia, perseverança e honestidade, acionados pelo discurso identitário da "acreanidade". Em termos de personagens, Plácido de Castro e Luiz Galvez são os símbolos que consubstanciam a legitimidade política e a coroação do poder de luta dos brasileiros do Acre. Com Plácido de Castro, é ressaltado o papel de libertador do Acre, aquele que organizou um exército de seringueiros e ganhou a guerra. E com Luiz Galvez, é ressaltado o "discurso fundador" do Acre, o "Manifesto da Junta Revolucionária", de 1899.

O discurso fundador, segundo Orlandi, é aquela fala "que transfigura o sem sentido em sentido" (2003[1993], p. 08); são aqueles discursos "que vão nos inventando um passado inequívoco", que vão nos "empurrando um futuro pela frente e que nos dá a sensação de estarmos dentro de uma história, de um mundo conhecido", e, com isso, contribui para a produção de um sentimento de pertencimento. O discurso fundador é o enunciado que ecoa e produz "efeitos de nossa história em nosso dia a dia, em nossa reconstrução cotidiana, de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica" (2003[1993], p. 12).

O discurso fundador pode ser tanto aquele que transforma o sem-sentido em sentido, quanto aquele que funda um sentido. O sentido, ao ser ressignificado, se torna fundador de uma nova ordem a partir do discurso fundante. O mesmo pode ser fundado em qualquer época e traz em si sua relação com vários outros, que contribuem igualmente para ressignificar (ORLANDI, 2008 [1990]). Nessa perspectiva, o discurso fundador é, portanto, o que "instala as condições de formação" de outros, filiando-se à "sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas", um sítio de significância que "configura um processo de

identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade" (ORLANDI, 2003[1993], p. 24).

No caso do Manifesto da Junta Revolucionária, este diz respeito à indignação dos brasileiros do Acre contra a posse da Bolívia e a decisão do governo brasileiro de considerar as terras reivindicadas pelos "revolucionários do Acre" em *território incontestavelmente boliviano*. Eis o que narra o discurso fundador acreano:

> O Governo do Brasil não respondeu aos nossos patrióticos alarmes; a Pátria, a nossa estremecida mãe personificada em grupo de valentes e caritativos irmãos respondeu sem precisar de nosso apelo: a 1° de maio[4], data que conservaremos gravada em nossos corações. Ilustres e denodados irmãos nos surpreenderam com a patriótica intimação que dirigiram em nome do povo brasileiro às autoridades bolivianas que, faltas de força e de prestígio, nos abandonaram com a mesma facilidade com que nos conquistaram.
>
> Sabemos da situação em que ficamos depois do abandono em que nos deixaram as autoridades brasileiras e isso vem demonstrar que os habitantes do Acre não pertencem à livre e grande pátria brasileira.
>
> É justo, pois, que cidadãos livres não se conformem com o estigma de parias criado pelo governo de sua pátria – nem podem de forma alguma continuar sendo escravos de uma outra nação: a Bolívia. Impôs-se a independência destes territórios, que elejam seu governo entre os cidadãos que trabalharam o seu solo e exploraram suas riquezas; é, pois, chegado o momento de proclamar nossos indiscutíveis direitos de cidadãos livres.
>
> Cidadãos – escutai a proclama que ao povo dos territórios do Acre, Purus e Iaco dirige à Junta Revolucionária, manifestai vossa ilustre opinião a que sempre respeitamos; se não aceitais a independência, continuaremos a sofrer as humilhações que nos impõe uma nação estrangeira; se, pelo contrário, aceitardes a independência, constituiremos o Estado Independente do Acre, valoroso, forte e

4 Data do início da primeira insurreição acreana, quando um grupo de seringalistas destituiu o chefe da aduana de Puerto Alonso.

> digno, pelo patriotismo de seus filhos, poderoso pelas suas riquezas inesgotáveis que ousados estrangeiros nos querem usurpar (TOCANTINS, 2001a, p. 327-328).

O sucesso desse discurso fundador se deve ao fato de ter realçado o papel que tiveram os "acreanos" no encaminhamento da Revolução. A pátria abandonava-os e os revolucionários criaram outra; com essa frase, têm-se a gênese do discurso fundador do Acre, o qual inaugura, também, o discurso do abandono político do governo federal em relação ao Acre. Para Toinho Alves, no prefácio da reedição do manifesto de José de Carvalho, a Revolução foi feita para "promover, ao mesmo tempo e contraditoriamente, a independência e o pertencimento a uma pátria". Ela mobilizou os que não "tinham nada para lutar ao lado daqueles que os dominavam. E, assim, um exército de seringueiros famintos e dispersos venceu a guerra" (CARVALHO, 2002[1904], p. 07).

Os conflitos entre acreanos e bolivianos, nessa perspectiva, são investidos de uma aura de "epopeia" e "revolução"; os que participaram são considerados heróis, bravos, destemidos, invencíveis, grandes na guerra. Após o término dos conflitos, surge toda uma literatura exaltando os feitos de José Plácido de Castro. Isso contribuiu para a afirmação identitária pautada no patriotismo e heroísmo. Elucidativas dessa questão são as primeiras obras escritas narrando a história da incorporação do Acre e da invenção do povo acreano. Os primeiros escritos têm como tema a Revolução Acreana. Destacamos algumas obras, a seguir.

Silva (1996), em *Procura-se uma Pátria,* apresenta como marco literário do Acre o primeiro poema, cujo tema é a Revolução Acreana, o *Hino da conquista* – que mais tarde tornar-se-ia o hino oficial da unidade administrativa do Território Federal do Acre. O hino foi escrito "sob o impacto das batalhas em 1903" pelo poeta e médico baiano Francisco Mangabeira, que "assistia os feridos das lutas no Seringal Capatará", sede do comando revolucionário de Plácido de Castro (p. 90). Vejamos a letra do hino acreano:

*Que este sol a brilhar soberano*
*Sobre as matas que o vêem com amor*
*Encha o peito de cada acreano*
*De nobreza, constância e valor...*
*Invencíveis e grandes na guerra,*
*Imitemos o exemplo sem par*
*Do amplo rio que briga com a terra*
*Vence-a e entra brigando com o mar*

*Fulge um astro na nossa bandeira*
*Que foi tinto no sangue de heróis*
*Adoremos na estrela altaneira*
*O mais belo e o melhor dos faróis* (refrão)

*Triunfantes da luta voltando*
*Temos n'alma os encantos do céu*
*E na fronte serena, radiante,*
*Imortal e sagrado troféu*
*O Brasil a exultar acompanha*
*Nossos passos, portanto, é subir*
*Que da glória a divina montanha*
*Tem no cimo o arrebol do porvir*

Refrão

*Possuímos um bem conquistado*
*Nobremente com armas na mão*
*Se o afrontarem, de cada soldado*
*Surgirá de repente um leão*
*Liberdade é o querido tesouro*
*Que depois do lutar nos seduz*
*Tal o rio que rola, o sol de ouro*
*Lança um manto sublime de luz*

Refrão

*Vamos ter como prêmio da guerra*
*Um consolo que as penas desfaz*
*Vendo as flores do amor sobre a terra*
*E no céu o arco-íris da paz*
*As esposas e mães carinhosas*
*A esperarem nos lares fiéis*
*Atapetam a porta de rosas*
*E cantando entretecem lauréis*

Refrão

*Mas se audaz estrangeiro algum dia*

*Nossos brios de novo ofender*
*Lutaremos com a mesma energia*
*Sem recuar, sem cair, sem temer*
*E ergueremos, então, destas zonas*
*Um tal canto vibrante e viril*
*Que será como a voz do Amazonas*
*Ecoando por todo o Brasil*

Refrão

O poema consagra o heroísmo acreano na conquista do seu território, marca e apresenta o nascimento do Acre e dos acreanos e, ao lado da bandeira criada por Luiz Galvez, consagra os símbolos cívicos do Estado do Acre. Na bandeira, sobressai a importância do sentido alegórico da estrela vermelha, em associação à luta dos acreanos que derramaram o sangue para defender a soberania do "seu solo". Essa alusão é ressignificada e retomada desde a campanha para o governo estadual no pleito eleitoral de 1990, pelo grupo político, formado principalmente pelo PT, que se constituiria mais tarde (1999) no Governo da Floresta. A utilização destes símbolos – a bandeira e o hino acreano –, serviram como instrumento de legitimação ao realçar características que permitiram associações entre a história dos movimentos sociais (dos quais o Governo da Floresta se coloca como continuador) e as lutas históricas do Acre.

Outra obra, que traz considerações sobre o sentido da Revolução Acreana como ato patriótico, foram os escritos de Euclides da Cunha. Euclides da Cunha foi enviado pelo Ministério das Relações Exteriores à Amazônia na condição de chefe, pelo Brasil, da Comissão Mista Brasileiro-Peruano de Reconhecimento do Alto Purus (1904-1905), com vistas a fixar os limites entre o Brasil (Acre) e o Peru.

Euclides da Cunha, em *À Margem da História* (1999[1909]), também salienta a coragem e o patriotismo dos seringueiros nordestinos, os quais, mesmo vivendo em condições subumanas, prisioneiros do sistema de aviamento e da hostilidade da floresta, foram exemplos de brasilidade. Para ele, o sertanejo é o conquistador, um herdeiro e continuador dos sertanistas, dos entradistas, com a diferença de fixar-se na terra, ocupar e domar o território sob as mais adversas condições. Na Amazônia, o Brasil sertanejo ganha outro sujeito: o seringueiro, o "desbravador das fronteiras". Os seringueiros, para Euclides da Cunha, são os homens que se fizeram mais fortes que a terra, para dominá-la, e a esses homens coube a tarefa "heroica" de povoar e ampliar as fronteiras territoriais do Brasil, com a compra do Acre para o território nacional.

Segundo a narrativa euclidiana, o migrante nordestino foi exortado para a Amazônia; este era um expatriado dentro da pátria. Os migrantes foram embarcados nos navios por preocuparem os poderes públicos quanto aos estragos que poderiam provocar nas cidades, e nunca foram acompanhados por médicos ou agentes oficiais. Os banidos, disse Cunha (2000, p. 150), "levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem". Porém, não desapareceram: ao chegarem aos altos rios, estes locais, que eram vagas expressões geográficas, "em menos de trinta anos, cem mil sertanejos, ou cem mil ressuscitados, apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heroico, dilatando a pátria até aos terrenos novos que tinham desvendado" (CUNHA, 2000, p. 150-151).

A questão do patriotismo e brasilidade teve no professor Craveiro Costa, com o livro *A conquista do Deserto Ocidental*, um grande alimentador dessa ideia de patriotismo, de um ímpeto de brasilidade e de orgulho nacional: a empreitada dos brasileiros do Acre. Craveiro Costa viveu no Território Federal do Acre, no Departamento do Alto Juruá, na década de 1910; foi Diretor da Instrução Pública do Vale do Juruá e Diretor do Grupo Escolar Barão do Rio Branco; foi, também, autonomista do Juruá (movimento que criticava a situação de Território Federal para o Acre) e participou dos levantes de 1909 e 1918. O livro foi publicado pela primeira vez em 1924, com o título *O fim da epopeia.* Os argumentos utilizados pelo autor, nesta obra, têm um caráter inconformado com a criação do Território Federal do Acre e com o assassinato de Plácido de Castro, questão essa que tem alimentado, ainda hoje, o discurso identitário do Acre. E continua sendo leitura obrigatória no que se refere à insatisfação dos acreanos com a situação de Território Federal. Prova disso é o fato deste livro ter sido reeditado várias vezes no Acre, em 1940, em 1978, em 1998, em 2003 e em 2005.

Outro autor que contribuiu com o ideal patriótico do acreano foi Abguar Bastos (1931, p. 47), romancista das décadas de 1920 e 1930. O mesmo destaca o caráter territorializador do nordestino no Acre. Nos trechos abaixo, o autor faz uma representação poética da conquista do território, da chegada do migrante, do cearense:

> O cearense e o Acre eram dois destinos ainda sem comunicação com a vida: o primeiro à procura duma terra que o recebesse, o segundo em busca de um povo que o tomasse. Ambos soturnos, ásperos, trágicos. Ambos libertando das costas um deserto agressivo. Um carregado de filhos. Outro carregado de rios (BASTOS, 1927: p. 13).

E continua:

> A terra não tinha amor ao seu dono (no caso o boliviano). Com as suas florestas desgrenhadas e as suas sombras lascivas, preferia entregar-se ao estrangeiro que vinha do Brasil com o cheiro do mar nas carnes rijas. Cada vez chegava mais gente do Ceará. A terra ali estava inacessível e áspera. Os rios passavam velozes procurando o seu leito. Os cearenses também. E a terra parecia mais mansa. Pouco a pouco o boliviano foi sentindo o desamor das plagas adúlteras. Cada vez mais a sua taciturna indiferença tornava o vale alheio aos seus carinhos. Pelas veias impetuosas duma gigantesca potamografia as águas arremessavam os índios para o ocidente. O boliviano parecia estrangeiro. O cearense parecia o dono da casa (BASTOS, 1931, p. 47).

O historiador e jurista José Moreira Brandão Castelo Branco, morador do Vale do Juruá no período de 1909 a 1934, também foi responsável por uma produção de registros sobre a história do Acre, os quais foram publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) do Rio de Janeiro. O jurista Castelo Branco (1961) ressaltava que, apesar das dificuldades, como a:

> (...) distância, o estranho sistema de trabalho e a falta de assistência, o 'brabo' venceu essa derradeira etapa, fazendo emergir de um meio inteiramente selvagem, no 'ultimo oeste' brasileiro, um extenso e opulento território devido à intensidade de sua produção industrial e ao movimento comercial daí sobrevindo (CASTELO BRANCO, 1961, p. 151-152).

Esses são alguns exemplos de obras, anteriores ao Governo da Floresta, que ressaltam o caráter patriótico da Revolução Acreana, protagonizada pelo "exército de seringueiros", sob comando de Plácido de Castro.

## 2.2 A "invenção" do Acre e dos acreanos

O acreano, enquanto povo, foi inventado a partir do evento Revolução Acreana; antes, não existiam acreanos nos altos rios e, sim, cearenses, maranhenses, pernambucanos, rio grandenses – ligados ao extrativismo da borracha –, e árabes, portugueses, sírios, libaneses, turcos – ligados ao comércio de mercadorias; todos viviam nos rios Acre, Purus, Xapuri, Iaco, Caeté e tantos outros. Esse povo só passou a ser denominado de acreano após a criação do Território Federal do Acre, em 1904. Antes desta data, os brasileiros do Acre eram identificados pelos rios que habitavam. O acreano (ex-nordestino, ex-cearense, o banido pela seca, o renegado) surgiu na relação com o chão (com o Acre, o rio) e, também, na relação com o outro (o boliviano).

O Acre nasceu com os seringueiros, "soldados de guerra", e a partir do extrativismo do látex, na última década do século XIX e início do século XX. O Rio Uakiry, origem do nome do Rio Acre, provém do dialeto Apurinã falado pelos índios que habitavam a região do Vale do Purus, nome este que foi se "corrompendo para Aquiri, Aqri, Akre, Acre que por corruptela de nome chegou a fixar-se, não só particular, como, oficialmente, em Acre", nome de Estado da federação brasileira (CASTELO BRANCO, 1945 *apud* PORTO-GONCALVES, 1998, p. 128).

O termo Acre – para denominar as terras ocupadas por brasileiros no perímetro do Tratado de Ayacucho – surgiu quando o governo boliviano, interessado nos dividendos da borracha, tentou tomar "posse" das terras ocupadas por nordestinos, estabelecendo a *aduana* em Puerto Alonso, (hoje Porto Acre), nas margens do rio Acre, para a cobrança dos impostos da borracha.

O nome do rio Acre se "impôs, devido às lutas que nas suas ribas se desenrolaram no decorrer do quinquênio que vai de 1899 a 1903". Nesse momento, o nome Acre "exorbitou das raias amazonenses e estendeu-se pelo Brasil inteiro, pelas duas Américas, atingindo até o continente europeu"

(CASTELO BRANCO, 1961, p. 250). Pois só o nome desse Rio aparecia no noticiário e nos "comunicados e proclamações dos guerrilheiros e das autoridades" de suas margens. A partir daí, "as terras que os cumpunham" passaram a ser "assunto das chancelarias", o que culminou com as negociações diplomáticas e a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903. O Purus e o Juruá, apesar de representarem caudais de muito maior extensão, só aparecem no noticiário em 1903 e 1904, após o término da "batalha da borracha", realizada pelos brasileiros do Acre, e a consequente "expulsão de forças regulares bolivianas e caucheiros peruanos", que invadiram os altos rios (CASTELO BRANCO, 1945 *apud* PORTO-GONCALVES, 1998).

No conflito com a Bolívia, o Rio Acre "tornou-se um rio político, dando o seu nome ao Território assim chamado e criado, em 1904", pelo governo brasileiro. O território criado abarcou "terras não só contestadas e apossadas pela Bolívia, em 1899, na bacia do Purus, como a zona contestada pelo Peru, no Alto Juruá" (CASTELO BRANCO, 1945 *apud* PORTO-GONCALVES, 1998).

O Acre – o rio –, um dos afluentes do Purus e que aparecia nos mapas bolivianos como *tierras non discubiertas,* foi um dos mais povoados e de maior produção de borracha – cerca de 60% da borracha amazônica exportada na época. O comércio era realizado por 15 vapores e havia 15 mil habitantes em 1899 (COSTA, 2005[1924]). Era também nas margens desse rio, segundo Marcus Vinícius Neves, que se realizava um comércio de gado entre os "ganaderos" bolivianos e o seringalista/comerciante Neutel Maia (NEVES, 02/03/2008). Segundo Tocantins (2001a, p. 203), o diplomata boliviano que vinha com a missão de "plantar" um posto aduaneiro "pretendia ir primeiro ao Purus e ao Iaco", mas, de posse da informação que "dezoito navios haviam subido o Acre, e sete os rios Purus e Juruá, resolveu, sem vacilações, seguir pelo caminho mais rico", pois "todos os vapores deviam regressar carregados de borracha e era mais conveniente para o fisco estabelecer, primeiramente, a alfândega no rio mais povoado e maior produtor daquele artigo" (p. 203).

Em termos de extensão, o Acre é bem maior do que o Juruá e o Purus. No limite com o Estado do Amazonas até a República do Peru, o Purus tem 377 quilômetros, e o Juruá, 480 quilômetros, ao passo que o Rio Acre, que rega terras do referido Território, tem uma extensão superior a 800 quilômetros, não restando a menor dúvida de que o valor econômico de sua produção foi bem maior do que o de qualquer um daqueles (CASTELO BRANCO, 1945 *apud* PORTO-GONCALVES, 1998).

Os "acreanos" – seringalistas e seringueiros – lutaram contra os bolivianos, mas tinham interesses diferenciados. Os primeiros lutavam para manter as suas propriedades – os seringais, ameaçados pela presença boliviana – e os seringueiros, guiados por Plácido de Castro, que estava a serviço dos seringalistas, sonhavam que a guerra iria "quebrar todas as pesadas correntes que os amarravam na grande selva" (BASTOS, 1927, p. 12).

Os seringueiros, para Bastos (1927, p. 35), foram ludibriados com a promessa de que seriam donos das terras que ocupavam e foram "incentivados" a se engajarem na luta a partir do perdão de suas dívidas. Estes, ao largarem "a tigelinha, o balde e a machadinha, empunhavam o mosquetão". Realizavam, assim, três movimentos libertários: "livrar o Acre do boliviano; livrar os proprietários dos impostos; livrarem-se a si próprios da opressão dos centros", dos barracões.

O conflito com a Bolívia, como vimos, iniciou em 1899 e só foi reconhecido pelo governo brasileiro em fevereiro de 1903, quando este começou as negociações que culminaram com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em novembro de 1903.

Por um lado, os que fizeram a Revolução Acreana não queriam ser bolivianos, como era dito no lema dos revolucionários, "já que não podemos ser brasileiros, resolvemos não ser bolivianos", o que seria o caminho natural se não tivesse havido as insurreições. Assim, os que decidiram que queriam ser brasileiros foram aqueles que tinham migrado para o Acre em condições para abrir seringais. Estes tiveram que "fazer" a Revolução Acreana, criaram um governo independente (Estado Independente do Acre, proclamado por Luiz Galvez em 1899 e por Plácido de Castro em 1902), organizaram um

exército e forçaram o Governo Federal a reconhecê-los (os habitantes e o território em disputa) como parte da nação. Essa é a ideia contida no discurso oficial.

A narrativa oficial ressalta que havia uma identidade nacional bem definida, no caso, dos bolivianos. Isso não ocorria, em se tratando dos brasileiros. A ausência de apoio do poder central deixou espaço para ambiguidades em relação à identidade nacional dos que lutavam contra os bolivianos que se consideravam mais "acreanos" do que brasileiros.

Como diz Joaquim Moreno, neto de um soldado de Plácido de Castro, em entrevista publicada na revista *Galvez e a República do Acre;* "a guerra dos acreanos não foi do Brasil. O Brasil não esteve em guerra com a Bolívia; foram os brasileiros – do Acre – que estavam aqui" (ACRE, 1999, p. 28).

Nessa construção do mito fundador do Acre, as diferenças nas relações sociais entre seringueiros e seringalistas são anuladas e colocadas sob o mesmo patamar de projetos. Desse modo, o índio, o seringueiro, o caboclo acreano, de um lado, e os seringalistas, de outro lado, perdem suas características antagônicas e passam a ser concebidas valendo-se da mesma matriz: o combatente da revolução (SILVA, 1996). Nessa anulação, parece até que os seringueiros tinham opção de aderir, ou não, à "guerra", quando os seus patrões se colocavam à disposição do comandante Plácido de Castro.

Assim como são anuladas as oposições de classe, muitos nomes são suprimidos, muitas vozes silenciadas, principalmente dos seringueiros em suas trajetórias na "guerra da borracha". Os nomes que aparecem são sempre dos seringalistas. Entretanto, algumas vozes se levantam e questionam essa história oficial dos grandes heróis, como a do historiador e então diretor do Centro de Documentação e Informação Histórica da UFAC, professor Gerson Albuquerque, que, durante as comemorações do "Centenário do Acre" em todas as entrevistas concedidas, trazia à tona "outras histórias" da Revolução. Realizou, também, na cidade de Brasiléia (fronteira com a Bolívia), o seminário *100 anos de Revolução Acreana: sentidos e possibilidades de interpretação*, durante o qual se discutiu com autoridades bolivianas os vários sentidos do conflito armado.

São anuladas, igualmente, as oposições ao movimento "revolucionário" entre os próprios seringalistas, como as que sofreram Luiz Galvez, em vários seringais do Acre. De Xapuri vinha resistência, do Seringal Empresa teve a resistência da "Comissão Garantidora dos Direitos", que buscava desestabilizar o governo promissório, e do Seringal Humaitá, que enfrentou a resistência do seringalista Leite Barbosa. Todas elas foram reprimidas com ordem de prisão e de pedido para deixar "as águas do território nacional" (CALIXTO, 2003, p. 164). Não é dito também que após a Revolução Acreana, os seringalistas se dividiram em muitas facções com interesses conflitantes. Havia os pró e os contra em relação à Plácido de Castro, e começou a se fazer a classificação dos seringalistas entre "históricos" e "não-históricos", sendo os primeiros aqueles que tinham participado, efetivamente, da campanha "revolucionária". E os segundos, como os que não tinham apoiado a Revolução. Vale ressaltar que existiram vários conflitos, visto que os primeiros se achavam no direito de "tomar" os seringais dos segundos (FERNANDES, 1999).

O governador Jorge Viana, na interpretação do seu historiador, foi muito inteligente por ter investido no fortalecimento dessa história acreana, contribuindo, portanto, para fortalecer esse "sentimento de pertencimento do acreano". E nesse sentido, tanto a Revolução Acreana com seus heróis personificados quanto à questão da insatisfação dos "acreanos históricos" com a situação de Território Federal alimentam a ressignificação da identidade acreana protagonizada por esse governo (entrevista com Marcus Vinicius Neves, em abril de 2008).

## 2.3 O movimento Acreanista e a questão da autonomia territorial

O mito fundador do Acre – a conquista do território dos bolivianos e peruanos – tem sido acionado em diferentes momentos históricos para justificar reivindicações políticas da classe dominante e política do Acre. Um desses momentos foi o do Movimento Autonomista no Acre que remonta a

década de 1910 e teve como ápice o ano de 1962, ano da criação do Estado do Acre. Para entender os argumentos desse movimento se faz necessário retroceder a 1904, para conhecer os motivos que levaram ao levante contra o Governo Federal.

O Acre foi incorporado ao Brasil em 1903 por meio do Tratado de Petrópolis, com área de 191.000 km², e foi diminuído com a assinatura do Tratado com o Peru, em 39.000 km², que foram cedidos a este. Três alternativas foram colocadas, após a compra do Acre para o Brasil, para o seu *status* jurídico: a administração direta pela União; anexá-lo ao Estado do Amazonas, ou elevá-lo à categoria de Estado autônomo da federação brasileira.

A anexação do território ao Estado do Amazonas foi descartada diante da oposição de Belém e da insatisfação de comerciantes e seringalistas acreanos. Plácido de Castro, na época, manifestava, através do Jornal do Comércio: que "o Acre não será agrilhoado à triste sorte do Amazonas porque nós, acreanos, não queremos" (COSTA, 2005[1924], p. 211). Naquela época, se acreditava que o interesse do governo do estado do Amazonas era em detrimento do valor dos impostos sobre a borracha, e acreditava-se que este não tinha intenção de devolvê-lo em benefício do Acre, mas, para benefício dos cofres estaduais do Amazonas. Isso significa dizer que os dirigentes e comerciantes amazonenses estavam ávidos pelos lucros advindos da exploração gomífera e dos impostos que seriam incorporados ao tesouro do Amazonas, caso se efetivasse essa alternativa.

As oligarquias locais (acreanas) desejavam que o Acre fosse elevado à condição de Estado, a fim de conformarem e exercerem o poder de uma maneira mais autônoma entre seus membros.

Prevaleceu a primeira alternativa, com administração pela União, uma saída que antes de tudo beneficiava o poder federal no âmbito econômico e político, desagradando, por sua vez, tanto as oligarquias locais (acreanas) quanto as regionais, ligadas ao extrativismo do látex. A nova unidade administrativa, o Território Federal do Acre, teve como fonte matriz inspiradora os EUA, que adotavam, no seu direito constitucional, unidades federativas com essa denominação, mas como algo excepcional e não regular. Porém, lá

os Territórios tinham autonomia para elaborar uma Constituição própria. No modelo adotado para o Acre, a tutela administrativa passava a ser da União (por meio de prefeitos nomeados), assim como as taxas de exportação da borracha iam para os cofres do Governo Federal. Os argumentos utilizados pelo Governo Federal, para criar o Território Federal, e não o Estado do Acre, foi que o Acre não poderia "gozar das prerrogativas da autonomia política, por lhe faltar tudo: organização social, facilidade de comunicação, capacidade econômica, densidade de população" (COSTA, 2005[1924], p. 217).

Com a implementação da administração pela União, o Governo Federal indicava os governantes territoriais e os membros do corpo judiciário, centralizado e mantendo sob seu controle o recolhimento dos impostos oriundos da produção de borracha, que até 1920 representavam uma fonte de divisas considerável na balança comercial brasileira.

A modalidade Território Federal provocou descontentamento tanto dos seringalistas acreanos, que acreditavam na criação do estado do Acre, quanto do Governo do estado do Amazonas, que tinha bastante interesse na área a ser incorporada a esse Estado, em detrimento das rendas oriundas do extrativismo do látex. Essa novidade agradou aos políticos do Pará que temiam a perda da hegemonia regional. Assim, a atuação dos deputados paraenses na Câmara dos Deputados conseguiu viabilizar a proposta do Governo Federal, da criação do Território Federal (COSTA, 2005[1924].

O Território Federal do Acre, criado em 1904, fora dividido em três departamentos: o do Alto Juruá, com sede na recém criada cidade de Cruzeiro do Sul (em 1912 este departamento foi desmembrado para formar o Departamento do Alto Tarauacá); o do Alto Purus, com sede na também recém criada cidade de Sena Madureira; e o do Alto Acre, com sede no povoado Villa Empresa (hoje Rio Branco).

De 1904 a 1920, prevaleceu a organização administrativa departamental, ocorrendo a unificação administrativa em 1920. Com a extinção dos departamentos, o Território Federal do Acre passou a ser administrado por um governador-geral, nomeado pelo Presidente da República, com sede na

cidade de Rio Branco. Antes, os departamentos eram administrados por prefeitos nomeados e cada departamento tinha o seu próprio orçamento, não havendo nenhuma interação entre eles. De 1920 até 1962, o Território do Acre teve seus governadores (na maioria, militares de outros Estados) nomeados pelo poder da União. Nesse intervalo de 42 anos, passaram pela cadeira do Executivo acreano 41 governadores – sendo 16 efetivos –, 18 substitutos, 05 interventores e 02 provisórios, como podemos ver no quadro 02. Em média, cada governador ficava 01 ano, com exceção de Epaminondas Martins (1937-1941) e José Guiomard dos Santos (1946-1950), que ficaram por um tempo mais longo.

| NOME | FUNÇÃO | FORMAÇÃO E PARTIDO POLÍTICO | ORIGEM | TEMPO DE GOVERNO |
|---|---|---|---|---|
| **Epaminondas Jácome** | **Efetivo** | **Médico militar** | **RN** | **1920/1921 (23) meses** |
| Manoel Duarte de Menezes | Substituto | Militar e 1 vice-governador | BA | 28 dias |
| Francisco de O. Conde | Substituto | Jurista | | 04 meses |
| João Câncio Fernandes | Substituto | Militar | RN | 02 meses |
| Major Ramiro Guerreiro | Substituto | Militar | | 05 dias |
| **José T. da Cunha Vasconcelos** | **Efetivo** | **Jurista** | **PE** | **1923-1926 (39) meses** |
| Antonio Ferreira Brasil | Substituto | Militar | | 03 dias |
| João Câncio Fernandes | Substituto | Militar e 1 vice-governador | RN | 02 meses |
| **Alberto Augusto O. Diniz** | **Efetivo** | **Desembargador** | **MG** | **1926 (04) meses** |
| João Câncio Fernandes | Substituto | Militar e 2 vice-governador | RN | 21 dias |
| Coronel Laudelino Benigno | Substituto | Militar, advogado e primeiro vice-governador | CE | 05 meses |
| **Hugo Ribeiro Carneiro** | **Efetivo** | **Advogado e engenheiro** | **PA** | **1927-1930 (36) meses** |
| João Câncio Fernandes | Substituto | Militar | RN | 03 meses |
| José M. de Souza Ramos | Provisório | Desembargador | | 02 meses |

| NOME | FUNÇÃO | FORMAÇÃO E PARTIDO POLÍTICO | ORIGEM | TEMPO DE GOVERNO |
|---|---|---|---|---|
| **Francisco de P. A. Vasconcelos** | **Efetivo** | **Advogado** | **PE** | **1930-1934 (45) meses** |
| **José M. B. Castelo B. Sobrinho** | **Efetivo** | **Magistrado** | **RN** | **04 meses** |
| João Felipe Sabóia Ribeiro | Substituto | Médico | | 02 meses |
| Manoel Martiniano Prado | Substituto | Bancário | SP | 21 meses |
| Manoel Q. B. de Araújo | Substituto | | | 01 mês |
| **Epaminondas Oliveira Martins** | **Efetivo** | **Médico - PP** | **BA** | **1937-1941 (52) meses** |
| **Oscar Passos** | **Efetivo** | **Militar - PTB** | **RS** | **1941-1942 (01) ano** |
| Francisco de O. Conde | Substituto | Jurista - PTB | | 02 meses |
| **Luiz Silvestre G. Coelho** | **Efetivo** | **Militar - PTB** | **CE** | **1942-1946 (39) meses** |
| **José Guiomard dos Santos** | **Efetivo** | **Militar - PSD** | **MG** | **1946-1950 (52) meses** |
| Raimundo Pinheiro Filho | Substituto | Militar - PSD | MA | 05 meses |
| Edílson Stanilaw Afonso | Substituto | Médico - PSD | AM | 02 meses |
| **Amílcar Dutra de Menezes** | **Efetivo** | **Militar - PSD** | **RJ** | **1951-1952 (08) meses** |
| Dehork de P. Gonçalves | Substituto | Militar - PSD | AM | 25 dias |
| **João Kubitschek Figueiredo** | **Efetivo** | **Engenheiro - PSD** | **MG** | **1952-1953 (15) meses** |
| **Abel Pinheiro Maciel Filho** | **Efetivo** | **Médico - PSD** | **AM** | **1953-1954 (15) meses** |
| Francisco de O. Conde | Substituto | Jurista - PTB | | 05 meses |
| **Paulo Francisco Torres** | **Efetivo** | **Militar** | **RJ** | **1955-1956 (13) meses** |
| Adilar dos Santos Teixeira | Substituto | Militar | | 25 dias |
| **Valério Caldas Magalhães** | **Efetivo** | **Agrônomo - PSD** | **T. R. Br.** | **1956-1958 (25) meses** |
| **Manoel Fontenelle de Castro** | **Efetivo** | **Militar - PSD** | **CE** | **1958-1961 (32) meses** |
| Jorge Felix Lavocat | Substituto | Advogado - PSD | | 16 dias |
| **Altino Machado** | **Efetivo** | **Advogado - PTB** | **SP** | **1961 (04) meses** |

| NOME | FUNÇÃO | FORMAÇÃO E PARTIDO POLÍTICO | ORIGEM | TEMPO DE GOVERNO |
|---|---|---|---|---|
| Fernando P. P. de Andrade | Substituto | | CE | 11 dias |
| Oswaldo Pinheiro de Lima | Substituto | | AC | 01 mês |
| **José Ruy da Silveira Lino** | **Efetivo** | **Agrônomo - PTB** | **AC** | **1961-1962 (08) meses** |
| Aníbal Miranda F. da Silva | Provisório | Agrônomo - PTB | AM | 07 meses |

**Quadro 02 - Governadores e interventores nomeados para o Território Federal do Acre no período de 1920 a 1962**
Fonte: Francisco Silva, (2002).

Tanto os prefeitos quanto os governadores mandados para o Acre eram considerados "aves de arribação", pois chegavam e, na primeira oportunidade, iam embora. Eles "subiam e desciam as escadas do Palácio Rio Branco, praticamente, sem ter tido tempo de abrir suas malas" (VARADOURO, dez/1977). Os nomeados, muitas vezes, eram pessoas que perdiam eleições e vinham fazer a vida financeira e política no Acre até conseguirem encontrar coisa melhor.

Três questões foram o mote da resistência à federalização do Acre. Uma foi a ausência da democracia representativa, já que os prefeitos departamentais e depois, os governadores, eram indicados pelo Governo Federal. O Acre fora penalizado, diz Osmir Lima, na "própria anexação como Território Federal à revelia da Constituição"; esse foi o primeiro impacto. O segundo foi que "eles só nomeavam prefeitos de fora do Acre". Não apareciam entre os nomeados "aqueles que lutaram pela sua anexação. Tinha algumas pessoas (prefeitos) que se adaptavam bem, e outras chegavam com um certo ar de arrogância, desprezando os nativos". E assim, foi se criando a insatisfação, tanto pela "questão financeira, quanto política" (entrevista em abril de 2008). A outra questão dizia respeito, nos termos de Costa (2005[1924], p. 278), "à rapinagem econômica da União contra o Território", ou seja, até a década de 1920, o imposto pela exportação da borracha saída do Acre era taxado em 23% e, em contrapartida, as prefeituras recebiam uma cota fixa de 300 contos de réis anuais. Essas três questões pesavam, significativamen-

te, nas tomadas de decisões da oligarquia que era sustentada pela "opulência da borracha e do comércio", tendo como consequência a mobilização dos seringalistas, profissionais liberais e comerciantes contra a situação de Território Federal na fase mais radical do movimento (até 1920) e depois, com a crise do extrativismo, em busca de cargos políticos.

Segundo o autonomista Omar Sabino de Paula, em entrevista a Maria José Bezerra, o:

> Território (Federal) era um regime unitário, a dependência da União era direta e como as comunicações eram difíceis, nós nem sabíamos quanto tempo ia ficar um governador. Tudo era decidido fora. Ninguém resolvia nada dos problemas do Acre (BEZERRA, 2006, p. 207).

Os seringalistas, entre eles, Plácido de Castro, se manifestaram contra a federalização do Acre, e questionaram a inexistência da representação política e o baixo retorno financeiro para o Território.

Plácido de Castro foi prefeito interino do Departamento do Alto Acre, no período de 24/07/1906 a 25/03/1907, e foi uma das primeiras vozes contrárias à categoria de Território Federal, como explicitou em relatório de prestação de contas ao Ministério da Justiça, em 1907.

No relatório, Plácido de Castro, de início, adverte que não seguirá a trilha das prestações de contas de outros prefeitos que o antecederam, que sempre partiram da descriminação em "phares bombásticas do desenvolvimento surpreendente das prefeituras" e, sim, que ia relatar "a nudez forte da verdade", o "abandono extremo a que foram atirados, pela incúria de uns e pela desonestidade de outros... a depredação das suas rendas, a incapacidade administrativa de seus representantes" (ACRE, 2002b, p. 09). Desse relatório extraímos alguns trechos elucidativos da insatisfação dos "acreanos históricos" e/ou dos acreanos que haviam lutado contra a Bolívia na conquista do Acre:

> Contenha V. Ex. em que para ninguém é mais doloroso do que nós vir dizer que na qualidade de colonos do extrangeiro, cujo jugo sacudimos, tínhamos mais direitos do que temos hoje na comunhão brasileira. Tínhamos direito de voto, embora não nos utilizássemos

> deste porque antes de tudo éramos brasileiros; a nossa borracha que constitui a nossa opulência e que tem sido, talvez, a causa dos nossos sofrimentos [...] era taxada em 15%, com promessa a ser baixada a 12%, como é atualmente na Bolívia, e a nossa importação pagava apenas 15%.
>
> Hoje sob denominação da soberania brasileira não temos voto, nem Tribunal, nem *habeas corpus* e, por conseguinte, não temos existência política na comunhão nacional; o nosso produto de exportação paga 23% de imposto, [...] e, além de tudo, transformada a região dos nossos lares em um corpo de guarda. Arredados de todas as posições oficiais, tiranizados pelos dirigentes de nossos destinos em nome do governo da República, a nossa lastimável situação nos traz a ideia de que somos um povo estranho, vencido pela força e cuja índole propensa às revoltas.
>
> Passado a administração para a União todos nós esperávamos, por certo, ser recebidos como filhos extremados nos braços maternais, que ao invés dos sofrimentos e provações com que temos sido mimoseados pelo Governo Federal, fossemos antes carinhosamente satisfeitos em nossas palpitantes necessidades, aspirações, aliás, justíssimas para aqueles que se apresentaram cheios de serviços prestados à pátria na integração de sua fronteira ocidental (ACRE, 2002b, p. 08-12).

Esse relatório de Plácido de Castro[5] é elencado como a origem formal das tensões da "população" local com o Governo Federal, como diz Fernandes (1999); daí, remonta o "sentimento do acreanismo" que se constituía em um "traço psico-cultural muito forte da população" local. O que significa dizer que os "acreanos históricos" "começavam a encarar com muitas reservas e desconfianças as autoridades nomeadas para o Território" (p. 22).

A insatisfação com a situação do Acre Território foi realimentada por quase 60 anos. Ao longo desse tempo houve focos de resistência, como a do Juruá em 1910, na qual depuseram o prefeito nomeado e a junta auto-

5 Plácido de Castro foi assassinado um ano após a entrega deste relatório, o que fez com que as suspeitas recaíssem sobre o próprio poder público, que ficou com medo de uma nova rebelião. Até hoje os assassinos de Plácido de Castro não foram punidos.

nomista governou a região por cem (100) dias, e a do Purus, em 1912, que também fez o mesmo com o prefeito nomeado. Propostas de criação do Estado do Acre foram encaminhadas à Câmera Federal, como a de 1908, apresentada pelo cearense Francisco Sá e reapresentada em 1915, e a de outro cearense, Justiniano de Serpa, em 1910, todas arquivadas pela União. Em 1919, Justiniano Serpa apresentou à Câmera Federal uma proposta de unificação e centralização administrativa, que se concretizou com a extinção dos departamentos.

No Juruá, o poder local representado por seringalistas, funcionários públicos e comerciantes elaboraram, em 1909, uma petição para o Congresso Nacional intitulada "Movimento Autonomista do Alto Juruá", a qual reivindicava que o Acre Território fosse transformado em Estado da Federação e gozasse das prerrogativas de eleger seus próprios representantes e gerir seus próprios recursos. Segundo Osmir Lima, o movimento foi ocasionado

> (...) acima de tudo por uma questão financeira, pois enquanto se arrecadava um determinado percentual que era centralizado no Rio de Janeiro, a União retornava para fomentar a saúde, a educação, a infraestrutura e para implantar a civilização nesta região apenas uma pequena quantia (entrevista em abril de 2008).

Nessa narrativa, o Acre era o filho enjeitado da Pátria "porque nunca promoveram nem um tipo de movimento para desenvolver o Acre". Outra questão foi política: os prefeitos eram nomeados de fora e se perguntava "por que não um de nós?" (entrevista em abril de 2008). No Manifesto Autonomista do Alto Juruá, de 25/06/1909, assinado por 8.000 pessoas, os argumentos eram:

> A região (Acre) desbravada pela energia do nortista, predominando os heroicos irmãos do Ceará, palmo a palmo disputada à potência esmagadora do selvagem e à hostilidade do clima, mais tarde pleiteada com armas na mão à cupidez da Bolívia e do Peru, os cento e noventa mil quilômetros quadrados que formam esta região pertencem de fato e de direito aos cento e tantos mil habitantes que aqui vivem na vastidão da floresta e nas margens dos

> rios, civilizando-as com a sua energia, com o seu trabalho, com a tenacidade de sua vontade.
>
> (...) Somos brasileiros, mas dentro do País é como se estrangeiros fôssemos; ... somos civilizados, nossos irmãos não nos devem olhar como selvagens indignos de intervir na direção da nossa pátria (MESQUITA JÚNIOR, 2004, p. 30-34-35).

Esse manifesto foi arquivado, mas em compensação, foram instituídas eleições para o Conselho Municipal. A questão "autonomista" volta à tona no Juruá, agora organizada enquanto partido político[6] no período de 1915 a 1919, contra o Projeto de Lei que unificaria o Território em um só departamento, com sede administrativa em Rio Branco, o que de fato aconteceu em 1920. No Purus, houve um levante em 1912, na cidade de Sena Madureira também com caráter autonomista, organizado pelo Partido Autonomista, e se insurgiu contra o prefeito Tristão de Araripe, que foi deposto.

O manifesto do capitão Regos Barros, de 1919, do Vale do Juruá, também tinha um apelo econômico e político. Este se insurgia contra a unificação do território. Assinaram o manifesto 22 pessoas, entre proprietários de seringais, comerciantes, funcionários públicos e profissionais autônomos (advogados). O manifesto apoiava-se em aspectos de ordem geográfica, no qual se ressaltava:

> Quem conhece a região acreana sabe que ela se divide em duas zonas diferentes, inteiramente distintas, naturalmente separadas, entre as quais não há ligação alguma. Essas zonas são formadas pelo Vale do Juruá, que compreende o seu grande tributário o Tarauacá, em cujas margens labora vasta e operosa população, e o vale do Purus, com o seu importante Acre, onde se desenrolaram as cenas de patriotismo que serviram à eficiência diplomática de Rio Branco (BARROS, 1993, p. 229).

---

6 Antes de 1945 existiam no Acre diversas agremiações políticas circunscritas aos vales dos rios onde eram organizados, como os denominados Partidos Autonomistas do Alto Acre, Alto Juruá, Alto Purus, os Partidos Republicanos do Acre Federal, do Purus e do Alto Acre. Os manifestos autonomistas também diziam respeito aos vales específicos (Marcus Vinicius Neves, entrevista em abril de 2008).

No que diz respeito aos aspectos econômicos, o manifesto ressaltava que o Acre já tinha pago à União, com impostos, os gastos com a sua incorporação, e tinha inclusive, saldo. Isso significava dizer que os saldos anuais resultantes da receita e despesa do Território ao invés de retornarem à região que os tinha produzido, em melhoramentos materiais e fomentos à atividade econômica, foram incorporados à renda da República e "tiveram aplicação inteiramente estranha ao Território" (BARROS, 1993, p. 230).

Esse manifesto era contra a unificação do Território Federal do Acre, o que significava dizer, contra a extinção dos departamentos. Os manifestantes propuseram a manutenção dos departamentos, no caso, em dois, nos seguintes termos: "dois vales, duas zonas de governo: o Juruá com o Tarauacá, e o Purus com o Acre". Nessa proposta, dever-se-ia negociar com o governador do Amazonas, no sentido de que ele cedesse duas faixas de terras. No Juruá, o trecho compreendido entre a Linha Cunha Gomes e o ponto da confluência do Tarauacá com o Juruá. Neste local, deveria ser assentada a sede administrativa no povoado de São Felipe (hoje Eirunepé). A outra faixa de terras seria no Vale do Acre, da Linha Cunha Gomes até a confluência dos rios Acre e Purus, com sede, administrativa no povoado de Boca do Acre (BARROS, 1993, p. 231).

Em todos os manifestos, algumas justificativas eram comuns, como o papel que os seringalistas tiveram na anexação do Acre ao Brasil. A insatisfação com os prefeitos e governadores nomeados e a questão dos poucos recursos destinados ao Território, isso em um primeiro momento, e, depois, em pedidos de "socorro" em decorrência da crise do extrativismo, como o manifesto de 1934.

Em 1934, os "proprietários de terras e comerciantes dos rios Tarauacá e Envira" encaminharam um manifesto ao Presidente da República, no qual ressaltaram que o Acre brasileiro foi uma audaciosa conquista de caráter nacional, protagonizada por seus antepassados,

> Mas executada por brasileiros desprovidos de qualquer auxílio governamental. Em zonas inóspitas e agressivas, que nos combatiam com a febre, o índio, os estrangeiros, à distância a milhares de kilômetros dos primeiros civilizados, plantamos a bandeira do Brasil,

> exploramos as matas, povoamos o solo e nos limites em que poderíamos fazer pelo desbravamento do solo... O deserto tornou-se produtivo e por muitos anos concorreu para a fortuna pública e particular do país, já pelos créditos arrecadados pela União, já pelo regresso dos emigrantes enriquecidos às terras e estados de origem (PORTO-GONÇALVES, 1998, p. 240).

O Acre, no período em que esse manifesto foi encaminhado ao poder central, vivia a mais temerosa crise do extrativismo, para os seringalistas. Os anos de menor cotação e produção do látex foram de 1932 a 1934. Nesse sentido, o pedido de socorro dizia respeito à "pesada carga de impostos" decretados para o ano de 1934. E, também, reforçavam que precisavam de:

> (...) mais população... pedimos, portanto, ao Governo Federal, que interfira junto aos governos dos Estados do Nordeste para que não criem entraves à emigração dos trabalhadores que queiram se localizar no Acre e ainda que, com o objetivo de não onerá-los com dívidas de início, conceda certo número de passagens gratuitas por ano (PORTO-GONÇALVES, 1998, p. 241).

Esse manifesto ficou sem resposta do Governo Federal. E vale salientar que desde o início da década de 1930, o Acre "encontrava-se completamente arruinado pela decadência da economia da borracha" (FERNANDES, 1999, p. 25). A crise econômica debilitava o poder político dos "coronéis de barranco" e da elite seringalista; daí, a facilidade encontrada pelo Governo Federal em manter a situação acreana sob total controle.

Reivindicavam, também, melhorias nas condições de navegação para o Acre e arrematavam com a questão da unificação do Território de 1920, que tinha centralizado "o progresso das Prefeituras em benefício único de uma só". E nesse sentido, também diziam que "descentralizar o Acre era a grande aspiração do todos os acreanos", o que permitiria a "cada região construir o seu progresso com todos os seus recursos" (PORTO-GONCALVES, 1998, p. 242).

No Alto Acre (Rio Branco), a partir de 1920, passa-se, também, a fazer reivindicações autonomistas. Em 1924 criou-se o Centro Cívico Acreano

– CCA, depois transformado em Legião Autonomista em 1934. O CCA, quando foi criado, se:

> (...) insurgia contra essa indiferença do Poder Central que, depois do movimento armado entre o Acre e Bolívia, manifestava-se através de delegados da União com seus séqüitos de apaziguados para dirigir os destinos do então Território do Acre. Os que têm vivido e sofrido no Acre, por largas dezenas de anos, sabem que a nossa terra sempre foi pasto das 'aves de arribação', explorada por indivíduos sem delicadeza moral nem consciência cívica, criminosamente indiferentes aos memoráveis fatos de nossa história (FERNANDES, 1999, p. 60).

O ideal autonomista esteve sempre presente, como em 1927, em um artigo intitulado *Pró-Alforria,* publicado pelo juiz de direito Giovanni Costa. Nesse artigo, a questão autonomista foi mais uma vez colocada em evidência:

> Somos cerca de 100 mil brasileiros sem direitos políticos, sem dispor de nossas rendas, lutando com toda sorte de agressividades, atrophiados pela indiferença da União, reduzidos à mera condição de colonos na própria pátria (F. SILVA, 2002, p. 56).

Do ponto de vista da representação política, só a partir da Constituição de 1934, os prefeitos, vereadores e dois deputados federais passaram a ser eleitos pela população local, mas o governador territorial continuava nomeado pela Presidência da República. Os deputados eleitos pelo Território Federal do Acre, em 1934, não eram nascidos no Acre. Os eleitos foram: o ex-governador Hugo Carneiro e o advogado Mário de Oliveira, ambos pela Legião Autonomista do Acre[7]. A Constituição de 1934 criou mais um entrave à questão autonomista do Acre, pois em seu Art. 16, parágrafo 1°, dizia que para que um Território fosse elevado à categoria de Estado deveria possuir "300.000 habitantes e recursos suficientes para a manutenção

7 A Legião Autonomista não se constituía efetivamente em partido político e, a ela se contrapunha os Construtores, os defensores do Acre Território. Estas eram agremiações circunscritas aos seringalistas (Marcus Vinicius Neves, entrevista em abril de 2008).

dos serviços públicos". Na Constituição de 1937, as câmaras municipais foram dissolvidas, os prefeitos nomeados pelo governo territorial e a população perdeu o direito de eleger os dois deputados, o que só foi restaurado na Constituição de 1946.

Essas primeiras manifestações em prol da criação do Estado do Acre só ganharam corpo na década de 1950, com a atuação do deputado federal eleito pelo Acre e ex-governador efetivo José Guiomard dos Santos[8], pois até então, as reivindicações territoriais do Acre eram defendidas por parlamentares de outros Estados, principalmente, do Ceará. José Guiomard dos Santos, em 1954, apresentou a proposta de criação do Estado do Acre, por meio do Projeto de Lei n° 2654. Depois de acirradas discussões e modificações, foi aprovado e sancionado em 15 de junho de 1962.

A gênese do projeto de emancipação encontra-se no discurso de José Guiomard dos Santos, de 17/11/1953, durante as celebrações dos 50 anos da assinatura do Tratado de Petrópolis. Esse discurso inaugurou a luta autonomista na esfera do Congresso Nacional por um parlamentar eleito pelo Acre. Com esse discurso, José Guiomard dos Santos assumiu publicamente que, enquanto parlamentar, iria lutar pela emancipação política do Acre. Naquela época, dizia:

> Sou, portanto, neste momento, a voz dos heróis infelizes que nos deram o Acre, à custa de todos os sacrifícios, inclusive o da própria vida; daqueles cearenses audaciosos que, tangidos pela seca e ao arrepio dos caudais, alcançaram os confins da Pátria, descrevendo já em pleno século 20, novo drama de bandeirismo, na luta feroz com a vastidão amazônica; daqueles demarcadores de fronteiras que se rebelaram contra os gabinetes e as intrigas da cidade, sofrendo injustiças e admoestações, como no dizer do Thaumaturgo de Azevedo, 'por cumprir deveres além do meu dever'.

8 O major do Exército José Guiomard dos Santos, "o pai do Estado do Acre", foi governador do Território de 1946 a 1950; depois, foi eleito pelo Acre deputado federal de 1951 a 1962. Concorreu às eleições de 1962 para 1° governador do Estado do Acre, todavia foi derrotado pelo acreano José Augusto. Nesse mesmo pleito eleitoral foi eleito senador (na época era permitido concorrer a dois cargos). E em 1970 foi reeleito senador, cargo que exerceu até 1983, quando veio a falecer (PÁGINA 20, em 23/03/2007).

> E, finalmente, tenho de falar em nome dos soldados provisórios apodrecidos nos igapós a fim de que a espada vitoriosa de Plácido de Castro (fosse) a expressão mais forte da nossa vontade de ser uma grande nação.
>
> Correndo os olhos pelo mundo afora Senhor Presidente, Srs. Deputados, não se encontra muita cousa parecida com o estado a que se relegou o Território do Acre. [...] o que existe é omissão, displicência e desconhecimento. Não se compreende as lutas para sua incorporação, se em seguida foi abandonado à própria sorte, destacando-se para ali, às vezes bisonhos emissários do poder central, desambientados, ou desocupados, verdadeiros ditadores mirins, sem o menor tirocínio administrativo, e nem ao menos vocação para a arte de governar.
>
> Correram cinqüenta anos sobre o Tratado de Petrópolis. E o Acre! Com supressa dos revolucionários, foi criada uma forma de governo desconhecida até então entre nós .... Custa a crer que a partir de 1904 se tenha dividido a população do Brasil em duas categorias – a dos habitantes dos estados, no uso pleno e no gozo de todas as características de cidadania, e a dos habitantes do Acre. Estes não tinham, como ainda não tem, direitos políticos integrais. É em tal sentido ... que apresentarei projeto à Câmara pleiteando para o Acre um estatuto de Estado (BEZERRA, 1992, p. 43-50).

A falta de tirocínio administrativo era derivada da falta de compromisso da maioria dos governadores nomeados para com a população local. Estes são comparados as "aves de arribação", pois chegavam ao Acre somente para se "acasalarem com o poder e garantir uma gorda aposentadoria em função de servirem em local tão ermo e rarefeito de civilização", como alguns afirmavam. Assumir qualquer compromisso no Acre era um meio de "consertar as avarias financeiras, um estágio para promoção de oficiais, com o soldo dobrado pelo doloroso sacrifício de viver entre os índios" (COSTA, 2005[1924], p. 148). Todavia o sonho de todos, quando acabava o prazo da nomeação, era baixar o rio. Para Osmir Lima, José Guiomard dos Santos teve muita sensibilidade ao perceber essa insatisfação e assumir a bandeira

de defender a criação do estado do Acre. Para isso, traz à tona o slogan "O Acre para os Acreanos", que significava que os "acreanos" deveriam escolher seus governantes. Essa palavra de ordem, "não tinha esse sentido dos nascidos no Acre e, sim, para os que estavam aqui trabalhando". Exemplo disso foi o caso do coronel Mâncio Lima. Este "cearense de Russas, no Ceará, chegara ao Juruá em 1899; foi seringalista, amansador de índios, mas era considerado acreano", porque "ele resolveu dedicar a sua vida aqui nessa terra que escolhera para centro de suas atividades econômicas" (entrevista com Osmir Lima, em abril de 2008).

Além das questões relacionadas a dar voz e voto aos acreanos, José Guiomard dos Santos acenava que a elevação do Acre a Estado significaria a "possibilidade de viabilizar um projeto de desenvolvimento para a região, embora formulado e gestado de fora para dentro" (BEZERRA, 2006, p. 147). Além disso, significaria a elaboração de uma Constituição estadual com representantes da política local.

Após a apresentação do Projeto de Lei, começa a se fortalecer no Acre o movimento pró-autonomia. O CCA se transforma na Legião Autonomista e/ou Comitê Pró-Autonomia, que passa a divulgar os ideais em prol da criação do Estado do Acre. A Legião Autonomista acreana teve marcante atuação política principalmente em Rio Branco. Os ideais autonomistas eram constantemente reafirmados na publicação de matérias em jornais como o Renovação, como esta assinada pelo articulista Mário de Oliveira em 1954 e reeditada no Jornal Gazeta do Acre em maio de 1980:

> O acreanismo era uma ideia-força, gerada no inconformismo contra atitude impatriótica do governo brasileiro (...) e argumentava que o Acre nasceu de uma rebeldia ao conformismo. O Acre apareceu na história brasileira como um fenômeno de ordem moral. (...) O acreanismo não se tratava de nenhum regionalismo estreito; o movimento é uma ação a serviço de uma ideia, que vem de longe, que tem raízes profundas (FERNANDES, 1999, p. 61).

O Comitê Pró-Autonomia do Vale do Acre também lançou manifesto, no qual orientava a população acreana sobre as principais questões em torno da "autonomia", tais como:

> I – defender a autonomia do Acre, independente da política partidária, zelando pela conservação das bases em que está redigido o Projeto já de conhecimento público;
>
> II – ter sempre em mente que o ídolo dos acreanos, Plácido de Castro e seus comandados, ao lutarem para que nosso território fosse Brasil, com a denominação de Estado do Acre, outra intenção não tiveram senão tornar-nos iguais em direitos e deveres, aos demais cidadãos brasileiros (BEZERRA, 2006, p. 152).

O Comitê Autonomista recebia apoio do governador do Território, como do coronel Fontenelle de Castro (1958 a 1961) e também dos aparelhos oficiais como do jornal O Acre, veículo de comunicação oficial do governo do Território (BEZERRA, 2006). Mas, o que popularizou a proposta de criação do Estado do Acre foi porque José Guiomard dos Santos teve um "ato de surpreendente esperteza política". Quando ele foi governador, não deixou nenhum município sem a nomeação de alguém de uma família importante, o que "agradava a oligarquia" local (Osmir Lima, entrevista em abril de 2008).

Papéis importantes tiveram, também as legionárias, como ressaltou a autonomista Iris Célia Cabanellas, bandeirante do Comitê Pró-Autonomia. As legionárias:

> (...) cantavam as canções criadas por pessoas ligadas ao Guiomard dos Santos e ao Comitê Pró-Autonomia para criar uma consciência nos jovens, para divulgar a proposta autonomista (Iris Célia Cabanellas, entrevista em 16/04/2008).

As discussões centradas na campanha em prol da emancipação política estavam baseadas nos seguintes argumentos, que eram performaticamente proferidos por José Guiomard dos Santos: "com a criação do Estado, teríamos mais recursos" (entrevista com Iris Célia Cabanellas, em 16/04/2008). O Guiomard dizia:

> o Brasil é uma Federação e nós vamos ser em pé de igualdade um membro dessa Federação, porque como Território a gente não somos nada. Mas, se formos um membro dessa Federação, politica-

> mente autônoma, nós vamos poder exigir o que cabe do Governo Federal nos dar, que nem está dando isso, ele está nos esmolando, mas se nós formos politicamente autônomos, nós vamos exigir o que nos cabe, e a parte que nos cabe será muito mais e vamos poder gerir a nossa própria independência financeira (Iris Célia Cabanellas, entrevista em 16/04/2008).

Mas nem tudo foi consenso. O projeto de José Guiomard dos Santos teve resistências no próprio Território do Acre. A campanha de resistência (dos de dentro) à autonomia foi de dois tipos: a relacionada às questões econômicas e as relacionadas à questão política.

Do ponto de vista econômico, o caso dos comerciantes e seringalistas é bem expressivo; estes temiam o aumento dos impostos e as questões trabalhistas. Do ponto de vista político existia: a resistência empreendida pela classe política e/ou dominante do Juruá, principalmente, de Cruzeiro do Sul, que historicamente vinha recebendo menos investimentos que Rio Branco, capital do Território. Segundo Bezerra (2006), os seringalistas do Juruá também tinham medo de perder o poder político que detinham.

Desse ponto de vista, os casos da família Nobre, em Cruzeiro do Sul, e a fala do presidente da Associação Comercial do Acre daquela época são elucidativos:

> O movimento autonomista já vinha desde o Coronel Mâncio Lima e outros de Cruzeiro do Sul. Era um movimento grande. Mas depois do Coronel (ter morrido) ficou adormecido. Quando o Guiomard dos Santos apareceu falando do projeto do Acre-Estado, os grandes comerciantes de Cruzeiro do Sul e de outros municípios ficaram com medo do imposto. Então eles não abraçaram de imediato a causa (Cláudio Nobre, em entrevista a BEZERRA, 2006, p. 222).

Os comerciantes e seringalistas, tanto do vale do Acre quanto do Juruá, tinham um receio em comum, que fazia sua grande maioria ser contra ou ver com certa desconfiança a possibilidade do Acre ser elevado à categoria de Estado. Esse receio era em relação a um possível aumento dos impostos

sobre as mercadorias que comercializavam e sobre o extrativismo da borracha. Em um evento ocorrido em Rio Branco, patrocinado pela Associação Comercial e Associação dos Seringalistas, que reuniu no mesmo evento — José Guiomard dos Santos e Oscar Passos, — isso fica patente quando os dois grupos patronais manifestaram suas preocupações diante de ambos os deputados.

O próprio presidente da Associação Comercial, Abrahim Isper Júnior, ao abrir a solenidade em 1957, sob os "auspícios das classes conservadoras" – Associação Comercial do Acre e Associação dos Seringalistas –, ressaltava que:

> (...) o grande medo ... são os impostos que fatalmente surgirão com a transformação do nosso Território em Estado. Medo também da burocracia, de uma máquina estatal que trará para aqui Alfândega, Ministério do Trabalho, Delegacia do Imposto de Renda, Capitania dos Portos, Instituto de Previdência Social, Sindicatos e quanta coisa mais que das vezes dificulta, embaraça e por demais aperreia os homens que querem liberdade de trabalho, liberdade de ação (BEZERRA, 1992, p. 289-330).

Ao mesmo tempo, Abrahim chamava a atenção para o seguinte fato: caso o Acre fosse elevado a Estado, aproveitar-se-ia de suas vantagens políticas, como a eleição de "seus governadores ... principalmente, porque somos nós, os homens do Acre, que teremos que legislar para esta região querida" (BEZERRA, 1992, p. 289-293).

Como fica evidente nessa fala, o maior temor para a maioria dos comerciantes e seringalistas era que o Estado trouxesse novos ordenamentos fiscais e jurídicos por meio de órgãos reguladores e burocráticos. Isso alteraria sobremaneira toda estrutura na qual se assentavam os procedimentos comerciais e as relações de trabalho não formalizadas em contrato, além da diminuição de suas margens de lucros, bem como a possibilidade de uma fiscalização sobre suas atividades econômicas, que durante longo tempo permaneceram ao largo de qualquer injunção estatal de caráter regulatório. Liberdade era ficar livre de qualquer ingerência do poder público que pudesse "prejudicar" seus negócios.

Do Juruá, as manifestações contrárias à autonomia foram organizadas pelo "Comitê Pró-Território do Juruá", composto por membros das associações: Comercial, dos Seringalistas e dos Proprietários Rurais. Os principais argumentos utilizados pelos membros deste comitê diziam respeito à concentração da aplicação dos recursos federais no Vale do Acre e a falta de investimentos no Juruá, o que se caracterizava como um atraso na implantação da infraestrutura e da distribuição do emprego público. Nesse sentido, "...o Vale do Juruá que é a metade do Acre, não está em condições de fazer parte do Estado autônomo do Acre, pois além da falta de vida própria, há a encarar o fator capital", esse era o argumento principal. Em suma, a proposta que vinha do Juruá dizia que: "se o Vale do Acre, (...), pela situação financeira, estiver em condições de reclamar a sua autonomia, que se constitua em Estado, e se faça do Vale do Juruá um Território" Federal (BEZERRA, 1992, p. 79). Esse pensamento prevaleceu no Juruá até meados de 1958, quando se criou o seu subcomitê Pró-Autonomia do Acre.

Oscar Passos[9], por sua vez, utilizava como justificativa, em sua oposição ao projeto de Guiomard dos Santos, o "subterfúgio de que o Acre não tinha recursos econômicos para caminhar em direção a uma autonomia nos moldes que seu opositor desejava". Com isso, ele procurava granjear para si o apoio dos seringalistas e comerciantes acreanos, que, nas suas palavras, "desde muito há essa mania de perseguir esses homens, sem os quais o Acre não seria nada". Mas, ressaltava que não era um opositor da autonomia acreana e, sim, da proposta de Guiomard dos Santos. Na sua contradita, dizia em tom indagativo: "que vantagem advirá da imediata autonomia do Acre? Positivamente nenhuma. Vantagens terão os mandões atuais, que tudo farão para se manter no poder e sugar mais e mais a anemia da economia acreana" (F. SILVA, 2002, p. 65).

9 O militar gaúcho Oscar Passos veio para o Acre a fim de assumir o cargo de governador do Território, no início da década de 1940, mas se afastou em 1942, para assumir a direção do Banco de Crédito da Borracha. Foi deputado federal pelo Acre de 1951 a 1963 e Senador da República pelo Acre de 1963 a 1971 (BEZER-

Com isso, Oscar Passos conseguia o apoio dos seringalistas e comerciantes acreanos, temerosos com as obrigações do possível Estado. Mas, ele reconhecia a necessidade da autonomia acreana, dizendo que:

> Não há quem de boa fé, possa ser contrário à autonomia dos territórios brasileiros, aspiração máxima dos seus habitantes e objetivo que encontra guarida na própria Constituição.
>
> No caso especial do Acre, com mais forte razão, é de reconhecer a urgência da solução, já pela experiência dolorosa porque tem passado as suas populações, submetidas a tirania do capricho, do interesse político ou não, da incompetência de administrações alienígenas, que lhe são impostas, já por se tratar do mais antigo Território. Nesse último aspecto é de levar em conta que os brasileiros do Acre demonstram, há mais de meio século, capacidade, decisão e bravura para repelir violentamente a dominação estrangeira. Se estas qualidades tivessem sido convenientemente aproveitadas e orientadas na paz, como o foram na guerra, já o Acre... estaria a brilhar na constelação dos Estados brasileiros (BEZERRA, 1992, p. 61-66).

E justificava que, em função da atividade econômica que sempre prevaleceu no Acre, o extrativismo do látex e a falta de outras atividades explicam, em parte, o desejo de autonomia, mas reconhecia que esse desejo e/ou a euforia em torno da autonomia se dava em função do atrelamento dessa população com o governo, pois:

> A corrida para o emprego público, estimulada pelos detentores do poder é normal e imperiosa.
>
> (...) Acorrentados ao governo pela inevitável dependência econômica dificilmente poderão essas populações manifestar livremente a sua preferência política ou sequer a sua opinião sobre os detentores do poder local.
>
> (...) Politicamente o Acre e sua população nada lucrariam... A eleição do governador e da Assembleia Legislativa seria uma farsa...

RA, 2006).

> No momento presente como é público, a União entrega ao Acre mais de 300 milhões de cruzeiros por ano e arrecada... apenas 3 ou 4 milhões. Com a emancipação do Território, a União não fornecerá mais verbas. (...) Os 300 milhões terão que ser arrecadados do próprio povo acreano (BEZERRA, 1992, p. 61-66).

Questão, essa, reforçada por Osmir Lima:

> Havia um termo que o PTB pregava que o Acre elevado à categoria de Estado não teria condições de se manter porque a borracha estava em declínio, em 1957, e nós não tínhamos nenhuma outra riqueza, com isso se pregava de que era um retrocesso e nós iríamos sofrer com a criação do Estado (Osmir Lima, entrevista em abril de 2008).

Vale ressaltar que José Guiomard dos Santos e Oscar Passos, durante, cerca de três décadas (1940-1960), militaram em campos partidários opostos e monopolizaram, por muito tempo, a vida política acreana. Os dois foram governadores nomeados do Território do Acre, depois passaram a se dedicar ao parlamento federal e se tornaram as principais lideranças de seus partidos no Acre. Os dois fundaram o PSD e PTB respectivamente. O PSD de José Guiomard dos Santos tinha como base de sustentação política os seringalistas, comerciantes e funcionários mais graduados. Mas, tinha grande penetração junto às camadas populares graças à prática clientelista que adotava. Já o PTB tinha como base as camadas populares,

> Era muito difícil um seringalista ser do PTB. Precisava ter coragem. O PTB era uma espécie de PT, quando começou precisava ter muita coragem pra botar a cabeça pra fora, porque era perseguido. Não vendia borracha, não conseguia financiamento com o Banco da Amazônia. Os parentes eram perseguidos... O PTB tinha um pouco de elite, mas era mais funcionários (BEZERRA, 2006, p. 216).

Foi por meio do hábil manejamento do aparato estatal que Oscar Passos e Guiomard dos Santos – apesar de não serem nascidos no Acre – firmaram-se como os principais chefes políticos da história do Acre após 1930. Investidos de poderes delegados diretamente pela Presidência da Repúbli-

ca, de suas patentes militares e, posteriormente, dos cargos parlamentares, constituíram-se, ao longo do tempo, em autoridades "capazes de arbitrar as contendas entre as oligarquias em torno das disputas pelo domínio do aparato burocrático administrativo" (BEZERRA, 2006, p. 218).

Com a criação do bipartidarismo, em 1965, pelo Ato Institucional n° 02, e pelo Ato Complementar n° 04, José Guiomard dos Santos e Oscar Passos, PSD e PTB respectivamente, partidos extintos naquela ocasião, continuaram a comandar a vida política local. Guiomard dos Santos dirigiu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Oscar Passos tornou-se presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), cada um deles arrebanhando seus correligionários para as novas legendas.

Após a aprovação da Lei de criação do Estado do Acre, iniciou-se a campanha para a primeira eleição de governador do Estado. A disputa da primeira campanha eleitoral para o cargo de governador do Acre foi polarizada entre José Guiomard dos Santos, pelo PSD, e o acreano José Augusto de Araújo, pelo PTB (que concorreu também para o legislativo federal). Com o slogan o "Acre para os acreanos"[10], o qual pressupunha que não se deveriam aceitar mais governantes estranhos ao Acre e/ou não comprometidos com ele, o acreano (cruzeirense) José Augusto ganha a eleição (para os dois mandatos), apesar de seu partido político ter sido contrário à criação do Estado do Acre. Porém, é dito hoje que o fato de ser acreano contava muito a seu favor. José Augusto recebeu mais votos para governador do que Guiomard dos Santos para o Senado e optou por este cargo. Para o historiador Marcus Vinicius, isso é sintomático da luta em prol da autonomia que remonta a Revolução Acreana, pois nunca mais se elegeu nenhum governador do Acre que não fosse acreano.

---

10 A ideia contida no slogan "O Acre para os acreanos" advém das questões do início do século XX, mas, como slogan remonta à década de 1950. Bezerra (2006) apresenta argumentos no qual esta ideia era reforçada no início desta década, quando foi indicado para governador do Território Federal o médico Abel Pinheiro Macedo Filho, já que até então, nenhum acreano tinha sido indicado para governar o Acre. Este apesar de não ter nascido no Acre (era amazonense) estava radicado há 20 anos no Território e era "considerado" acreano.

O grande argumento utilizado pelos partidários de José Augusto foi o slogan "O Acre para os acreanos", e também servia como argumento o fato de ser o novo contra o velho; um rapaz jovem contra a cacicada, um acreano contra um mineiro. O apoio político de Guiomard dos Santos era a direita, as famílias mais tradicionais, os comerciantes, seringalistas e funcionários públicos. O apoio político de José Augusto eram as famílias de esquerda, os simpatizantes do socialismo, as pessoas de "ideias vermelhas" (entrevista com Iris Célia Cabanellas, em abril de 2008).

A eleição de José Augusto foi considerada, para alguns autonomistas, como uma traição ao "pai do Acre", José Guiomard dos Santos. Na avaliação de Iris Célia Cabanellas:

> Os caciques entenderam como uma traição do povo acreano, mas eu entendi como o resultado de uma conscientização política, de um processo que precisava mudar, pois não adiantava mudar a condição de Estado, se não mudasse a mentalidade política (Iris Célia Cabanellas, entrevista em 16/04/2008).

A vitória eleitoral de José Augusto representou, segundo Bezerra (2006), uma demonstração da força popular, do entusiasmo de colocar um acreano nos destinos do recém-criado Estado. Mas, não foi bem assim, pois a "força popular" a que se refere a historiadora era de apenas 12% da população acreana apta a votar, já que o restante da população era analfabeta. E a grande maioria da população do estado (74%) vivia na zona rural, no interior da floresta e sem contato com o dia a dia das questões políticas do Território Federal (F. SILVA, 2002).

Esses dois eventos que discutimos neste capítulo, Revolução Acreana (conquista territorial) e Movimento Autonomista (autonomia territorial), foram eventos ressignificados em torno da "acreanidade"; contudo, já eram símbolos identitários do Acre. No próximo capítulo, iremos discutir o movimento social de índios e seringueiros contra a expropriação territorial nas décadas de 1970 e 1980, evento inserido pelo Governo da Floresta como o símbolo da defesa da floresta e, portanto, da "acreanidade".

CAPÍTULO 03

# A RESIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA: O MOVIMENTO SOCIAL DE ÍNDIOS E SERINGUEIROS COMO SÍMBOLO DA "DEFESA DA FLORESTA" E DO "VERDADEIRO ACREANO"

O discurso identitário da construção da "acreanidade", o qual ressignifica o acreano e os eventos históricos que lhe dão sustentação, dá um amplo destaque à trajetória de índios e seringueiros no Acre. Nesse sentido, é enfatizado o fato de seringueiros e índios resistirem à expropriação de seus territórios e proporem alternativas de uso para estes: os territórios reservados aos povos da floresta, as Reservas Extrativistas.

A construção da identidade, como discutida em Castells (2000, p. 24), possui três formas e/ou origens: uma é a identidade de resistência, criada por sujeitos que se "encontram em posição/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação". E, nesse sentido, os sujeitos constroem "trincheiras de resistência e de sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade". A outra origem

é a identidade de projeto, que ocorre quando os sujeitos sociais, "utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda estrutura social". Já a terceira origem, a identidade legitimadora, é a "introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação" em relação aos diversos sujeitos. Mas, isso não quer dizer que essas três origens sejam estanques, pois uma identidade que se organiza como de resistência, subalterna, pode se tornar uma identidade de projeto, transformadora e, portanto, tornar-se legitimadora de uma nova ordem social.

Neste capítulo, discutiremos a trajetória de índios e seringueiros no Acre, a partir do movimento social de resistência à pecuarização do estado do Acre e/ou a construção de uma identidade de resistência. Isto é, discutiremos a construção das identidades dos diferentes povos indígenas e dos seringueiros em sua relação com os empresários e fazendeiros do centro sul que se dirigiram ao Acre a partir da década de 1970. Também, as proposições do movimento social (identidade de projeto) que são apropriadas pelo Governo da Floresta na elaboração de políticas públicas e territoriais, sob o rótulo de "desenvolvimento sustentável", as quais são legitimadas pelas ideias e ideais de índios e seringueiros.

A construção da identidade do acreano, no contexto dos anos de 1970 e 1980, teve como seu opositor o "paulista", que representava os protagonistas da frente agropecuária, os empresários do Centro Sul do país que, apoiados pelo governo dos militares, se apossaram dos territórios tradicionais de índios e seringueiros. A oposição entre os acreanos (índios e seringueiros) e os "paulistas" foi construída ao longo do movimento de resistência contra a expropriação da terra, a transformação das colocações-seringais em fazendas e a derrubada de seringueiras e castanheiras para a formação de pastos (PAULA, 2005 e PORTO-GONCALVES, 1998).

A década de 1970, no Acre, foi marcada por intensos conflitos entre os paulistas, os "novos donos" dos seringais, e os seringueiros e índios, os moradores tradicionais da floresta. Desse conflito, emergem dois movimentos

sociais: o indígena e o seringueiro, ambos lutando pela permanência nos seus territórios tradicionais e por um certo *habitus* acreano.

## 3.1 Movimento social dos seringueiros do Acre: resistência à pecuarização e "invenção de direitos"

O movimento social de índios e seringueiros, no Acre, se contrapunha ao modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo governo dos militares (1964-1985) para a Amazônia. Esse modelo começa a se concretizar em 1966, com o lançamento da Operação Amazônica que criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA) e a Lei de Incentivos Fiscais.

No plano estadual, é preciso destacar dois perfis de governadores da década de 1970: um que atuou no sentido de atrair investidores do centro sul (os paulistas); e outro, que atuou no sentido de frear a pecuarização. O primeiro foi Wanderlei Dantas (1971-1975), o governador que mais incentivou a migração de paulistas para o Acre. Este governador, por meio de uma ampla campanha nos meios de comunicação do Centro Sul, exaltava o potencial de fertilidade dos solos acreanos e suas múltiplas aptidões para as atividades ligadas à agropecuária em geral. Com isso, criava-se o "mito da pecuarização", o qual apregoava que "cortar seringa e quebrar castanha" tornavam-se "atividades desprezíveis e retrógradas" (VARADOURO, ago./1977). Exaltava também os baixos preços da terra e a garantia de abertura da estrada para o Pacifico (BR-317), o que formaria um corredor de exportação para o mercado asiático e a costa oeste dos EUA. "Acre, a nova Canaã, um nordeste sem seca, um sul sem geadas. Invista no Acre e exporte pelo Pacífico", era o slogan que aparecia nas rádios e em cartazes espalhados em hotéis, aeroportos, rodoviárias e outros lugares públicos do Centro Sul (PAULA, 1991, p. 72). Os agentes do governo, como ressaltou Chico Mendes, "diziam que o Acre tinha terra barata", mas não disseram que "lá dentro tinha os trabalhadores posseiros", que habitavam "aquela terra, que foram

eles que, realmente, conquistaram essa terra para o Brasil" (Chico Mendes em entrevista a ALLEGRETTI (2002), em maio de 1981).

O período do governo de Wanderlei Dantas foi de intensos conflitos e de intensa migração de seringueiros, tanto para os espaços urbanos (principalmente Rio Branco) quanto para os seringais da Bolívia. Em 1977, segundo reportagem do Jornal Varadouro (set/1977), 40 mil seringueiros acreanos (aí incluídos os índios e caboclos) migraram para as cabeceiras dos rios Juruá (Vale do Juruá), Purus e Acre (Vale do Acre), Abunã e Xipamanu, na Amazônia boliviana. Foi também, nesta década, que se iniciou a organização política de seringueiros e índios em decorrência da transferência das terras acreanas para empresários do Centro Sul. Em 1978, o Jornal Varadouro fazia a seguinte avaliação da concentração fundiária decorrente da transferência das terras acreanas para os empresários do Centro Sul:

> (...) dos 4.280 mil hectares vendidos a proprietários de fora, no período de 1970 e 1974, mais de 30% passou para o poder de apenas quatro proprietários. No Acre, aconteceram desses fatos dificilmente repetíveis em qualquer outra parte: as fazendas Novo Oeste, do grupo Atlântica Boa Vista, e a Califórnia, do grupo Atalla (COPERSUCAR), ocupam nada menos do que uma área de 1,9 milhões de hectares (VARADOURO, fev.1978).

Os empresários do Centro Sul vieram de "braços dados com seus jagunços e aqui encontraram outros aliados", como o governador Wanderlei Dantas, os "chefes de cartório, alguns juízes e a polícia". Em poucos anos, "compraram a maior parte dos 15 milhões de hectares" de terras e "desarrumaram a vida de 40 mil famílias de seringueiros" e de índios, em conformidade com a nova ordem econômica, estimulada pelo governo federal e estadual que defendiam "a pecuária em vez da borracha. O boi no lugar do homem". Os incentivos fiscais, juntamente com as agências federais, "operaram o milagre de transformar grileiros e jagunços em empresários de boa fé". Mesmo que estes "queimassem barracas de seringueiros", desmatassem e se apossassem de "terras indígenas... continuavam sendo de boa-fé para o governo e os órgãos de desenvolvimento" e, por conseguinte, bem-vindos ao Acre (VARADOURO, maio de 1980a).

O segundo governador foi Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979), militante autonomista do Acre, comprometido, portanto, com a "causa dos acreanos". Geraldo Mesquita governou o estado do Acre em um contexto também de intensos conflitos entre seringueiros-índios e fazendeiros. Mas, Mesquita manteve uma política restritiva à expansão da pecuária no Acre. Naquela época, dizia:

> *(...)* a borracha, mais que uma contingência histórica na vida do Acre, é uma realidade econômica insofismável. Seu desempenho, na composição tributária estadual ainda é cerca de 10 vezes superior ao do setor agropecuário, como um todo .... Os novos povoadores, entretanto, estão se dedicando, principalmente, à pecuária. Têm-se, dessa forma, dois Acres distintos: um avançando e outro recuando (VARADOURO, agosto de 1977).

Segundo Paula (1991), esse governo agiu no sentido de "criar obstáculos à liberdade de financiamentos e incentivos fiscais para a expansão de projetos ligados à pecuária extensiva na região" (p. 108), utilizando, inclusive, a sua influência política junto aos agentes financeiros federais como tentativa de reter ou suspender os financiamentos de projetos voltados para a implantação da pecuária extensiva. Ele defendia uma política de apoio ao extrativismo, sintetizado na seguinte passagem:

> *(...)* manutenção do seringal nativo onde ainda for produtivo, diversificação das atividades primárias no vale do Rio Acre com a agricultura de produtos de mercado na base de propriedade familiar e média empresa agrícola. A pecuária de corte está fora, é predatória, ocupa grandes áreas e isso implica em desmatamentos descontrolados, ocupa pouca mão-de-obra e seria um desperdício gastar solos de alta fertilidade com pastagens (PAULA, 1991, p. 110).

Os movimentos sociais que emergiram a partir da década de 1970 no Acre estão relacionados, simultaneamente, à resistência da destruição do modelo anterior (seringal empresa), à contestação do novo (a pecuarização) e à busca de soluções que contemplassem as especificidades do modo de vida de índios e seringueiros. Para serem compreendidos, é necessário iden-

tificar as diferentes etapas desse processo e os desdobramentos que produziram e influenciaram cada momento. A desagregação da empresa seringalista facilitou o surgimento do seringueiro autônomo[1]; a venda dos seringais para os paulistas resultou na expulsão de muitos seringueiros autônomos para a periferia das cidades e países vizinhos, Bolívia e Peru; também houve a incorporação de alguns como diaristas e peões das fazendas. Com a atuação dos mediadores (CEBs e Confederação Nacional dos Trabalhadores de Agricultura-CONTAG) e a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os seringueiros foram legalmente definidos como posseiros e passaram a ter direito a uma indenização monetária ou a uma parcela de terra nos projetos de assentamento do INCRA; a constatação de que estes benefícios não compensavam a perda da posição de seringueiro autônomo levou a um novo momento: o de resistência à expropriação territorial e identificação do fato gerador dos conflitos, neste caso, os desmatamentos para a instalação de fazendas de criação de animais e os desmatamentos decorrentes da exploração madeireira. Daí, constatou-se que a destruição da floresta levava "à eliminação definitiva do meio de vida desses grupos sociais". Diante dessa constatação, o movimento torna-se propositivo em busca da criação de Reservas Extrativistas e Terras Indígenas (ALLEGRETTI, 2002, p. 191).

No contexto do avanço da frente agropecuária, pode-se dizer que houve três tipos de reações por parte dos seringueiros-posseiros e índios-posseiros: em um primeiro momento, grande parte deles, intimidados pelas pressões, abandonaram suas colocações de seringa e migraram para os seringais da Bolívia, correndo "atrás das seringueiras à semelhança dos seus antepassados nordestinos, para os quais não existiam fronteiras entre o Acre

1 O seringueiro "autônomo", ou liberto, era um seringueiro sem patrão, que comercializava a borracha por conta própria, não pagava renda pelas estradas de seringa, combinava diferentes atividades produtivas, conforme suas necessidades e as características do mercado, e exercia controle sobre sua colocação. Emergiu no bojo da desagregação da empresa seringalista. O surgimento do liberto levou à classificação do seu oposto como cativo, o seringueiro que vivia sob ordens de um patrão, pagava renda pelas estradas de seringa e só podia vender a borracha no barracão (ALLEGRETTI, 2002 e O'DWYER, 1998).

(Brasil), a Bolívia e o Peru" (VARADOURO, maio/1978a); outro contingente migrou para as periferias urbanas, principalmente para Rio Branco; e, uma terceira parcela reagiu contra os "paulistas", iniciando uma longa jornada de lutas de resistência pela posse da terra.

A propaganda governamental, aliada ao endividamento dos seringalistas[2] (uma vez que o monopólio da borracha tinha sido extinto), aos novos incentivos fiscais para a diversificação de atividades produtivas e os baixos preços da terra, foi motivação suficiente para que as terras acreanas pouco a pouco, fossem transferidas a agropecuaristas do centro sul. Os primeiros compradores de terras "chegaram ao Acre no início da década de 1970 e pareciam interessar-se mais pela especulação fundiária do que ... pela implantação de fazendas de pecuária de corte" (SILVA, 2003, p. 167). Já o segundo fluxo de fazendeiros se dedicou à pecuária. E, concomitante a esses, chegou uma considerável parcela de pequenos e médios proprietários do Centro Sul, atraídos pelo preço diferencial da terra entre o Sul e o Acre. Vieram, também, trabalhadores rurais sem terra que foram expropriados de suas áreas, no Centro Sul do país, como os atingidos pela construção da hidrelétrica de Itaipu (CALACA, 1993).

Os paulistas "vieram como revoadas de jacus, compraram os seringais, expulsando milhares de seringueiros e desestabilizando o frágil equilíbrio socioeconômico apoiado no extrativismo da borracha". Estes começaram a chegar no início da década de 1970, e vinham junto com o "grileiro, com o tabelião, o rábula, o especialista em escrituras. Vieram fazer a paranização do Acre", denunciava, naquela época, o Jornal Varadouro (VARADOURO, set./1978).

---

2 No ano de 1978 cerca de 80% dos seringalistas do Vale do Purus-Acre estavam com dívidas no BASA. Essas remontavam ao "tempo em que muitos deles pegavam os financiamentos" que eram aplicados em outras atividades (VARADOURO, maio/1978a).

Os primeiros jagunços chegaram no início da década de 1970, com o fazendeiro

> Benedito Tavares de Couto para o Seringal Riozinho onde confinaram 200 trabalhadores numa área a ser desmatada. A segunda safra chegou no Seringal Carmem em Brasiléia para expulsar posseiros ou forçá-los a aceitar indenizações pelas terras (VARADOURO, abr./1981).

Eles chegaram de "botas cano longo, chapelão de vaqueiro, armas penduradas ostensivamente na cintura e, não raro, um policial a tiracolo, ou um oficial de justiça", e invadiam barracos e estabeleciam os prazos para a expulsão de seringueiros e índios (VARADOURO, abr./1981).

Grande quantidade de seringais e florestas foi "comprada" e esperavam valorização futura no mercado de terras. Para justificar o recebimento de recursos federais, os paulistas procederam, por um lado, com a derrubada da floresta para abertura de campo, pastagens, sedes de fazendas, e, por outro lado, reativaram o aviamento e a produção de borracha em suas fazendas. Esse processo resultou no alastramento de conflitos pela posse da terra, confrontando os "novos proprietários do Acre" contra seringueiros, barranqueiros e índios que, tradicionalmente, habitavam e trabalhavam nos antigos seringais (VARADOURO, ago./1978). A partir daí, grande parte dos seringais saiu das mãos dos antigos seringalistas para os empresários do Centro Sul, comprados no período de 1971 a 1979, como podemos perceber no quadro 03.

| MUNICÍPIO E/OU SERINGAL | TAMANHO (HA) | PROPRIETÁRIOS OU GRUPO ECONÔMICO |
|---|---|---|
| Sena Madureira (um dos casos mais escandalosos de grilagem e especulação de terras no Acre) | 1 milhão de ha | Colonizadora Agropecuária de São Paulo-Amazonas-COLOAMA (Pedro Aparecido Dotto, Alcebíades Bernardes e Juvenal Girardelli de Jales-SP). |
| Sena Madureira – Seringal Vale do Rio Chandless | 975.000 | Nelson Taveira |

| MUNICÍPIO E/OU SERINGAL | TAMANHO (HA) | PROPRIETÁRIOS OU GRUPO ECONÔMICO |
|---|---|---|
| Tarauacá – Parte dos seringais dos rios Gregório, Acuraua e Tarauacá | 600.000 | Companhia Paranaense de Colonização Agropecuária e Industrial do Acre-PARANACRE (Grupo Viação Garcia e outros), seringais adquiridos do ex-senador Altervir Leal |
| Feijó | 510.000 | Cia. de Desenvolvimento Novo Oeste do grupo Atlântica Boa Vista |
| Rio Branco e Sena Madureira (seringais Nova Empresa e Santa Rosa) | 440.000 | José Maria Junqueira, Ismerindo Ribeiro do Vale, Líbero Luchesi e outros. |
| Feijó | 427.000 | Fazenda Califórnia (Grupo Atalla) |
| Cruzeiro do Sul | 350.000 | Santana Empreendimentos Agropastoril |
| Tarauacá – Parte dos seringais São Vicente, Tocantins, Estrela do Norte e Havre (AC) e Lorena e Atalaia no AM | 300.000 | Condomínio Tarauacá do grupo Agapito Lemos |
| Sena Madureira – Seringal Icuriã | 187.000 | Cooperativa Agropecuária Alto Iaco-COAPAI (IBC do Paraná) |
| Tarauacá – Seringais Havre (AC), Lorena e Atalaia no AM | 160.000 | Agronorte (grupo Agapito Lemos), seringais adquiridas do ex-senador Altervir Leal |
| Tarauacá | 114.000 | Agropastoril Leal Indústria e Comércio Ltda. Seringais adquiridos do ex-senador Altervir Leal |
| Tarauacá | 63.000 | Condomínio Acuraua (Paraguai Pablo) |
| Tarauacá – seringais Tocantins, Independência e Foz do Acuraua | 60.000 | Fazenda Morungaba, do grupo Agapito Lemos adquiridas do ex-senador Altervir Leal |
| Tarauacá – Seringal Araripe | 37.000 | Agropecuária Cinco Estrelas, do grupo Cruzeiro do Sul |
| Tarauacá | 16.000 | Fazenda Boa Esperança (José Bento Valias e Pedro Bento Valias) |
| **Total** | **5.391.000** | |

**Quadro 03 - Grandes propriedades de terras no estado do Acre na década de 1970**
Fonte: elaborado a partir dos dados do Jornal Varadouro, maio/1980a.

No momento em que começaram a chegar os primeiros grupos de latifundiários do centro sul do país, que, com a propaganda do governo, naquela época, lançaram mão das terras, principalmente nas margens da

BR-317, entram em cena alguns mediadores que foram fundamentais na organização do movimento de resistência. Entre esses mediadores, se destacaram a Igreja Católica, por meio das CEBs, o sindicalismo que, pela CONTAG, organizou os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Acre e o movimento de resistência, em uma primeira fase. Já entre os índios, as ONGs Comissão Pró Índio (CPI/Acre) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – foram essenciais na conscientização dos direitos indígenas instituídos pelo Estatuto do Índio, e na organização da resistência via "projetos de cooperativas" a partir dos quais os índios se "libertaram" dos domínios do patrão seringalista.

A posição da Igreja fica clara nesse trecho do depoimento de D. Moacyr Grechi (CEBs) à Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra (CPI), realizado em 1977, no qual ele questiona o modelo de desenvolvimento adotado pelos militares para a Amazônia e "clama por um desenvolvimento econômico" que leve em consideração a melhoria da qualidade de vida da população que vivia na floresta:

> índios, seringueiros, ribeirinhos, pequenos lavradores (descendentes) dos milhares de nordestinos que se deslocaram a essa área a partir do século passado (XIX) e os milhões de novos imigrantes, nos últimos anos, buscam na Amazônia a última chance de uma vida com o mínimo de condições humanas ... A igreja, procurando ser fiel à mensagem evangélica de libertação integral do homem, interessa-se por um desenvolvimento verdadeiro e apóia as aspirações, exigências e lutas de todos esses homens da região amazônica para conquistar o que necessitam (VARADOURO, dez./1979).

Ao fazer essa opção, a Igreja (no caso a Diocese do Acre e Purus) rompe radicalmente com o seu passado, pois, antes, ela só aparecia junto às comunidades ribeirinhas para fazer a "desobriga". As desobrigas eram encomendadas e financiadas pelos patrões seringalistas. Naquelas ocasiões, o missionário era hóspede do patrão e durante "esse tempo, aproveitava para batizar, confessar, casar e pregar a resignação cristã" (VARADOURO, nov./1977a). O seringalista "era quem convidava os seringueiros para com-

parecerem à sua casa ... e os padres não falavam da posse da terra, só davam razão e elogiavam os patrões" (VARADOURO, ago./1981).

No que diz respeito aos problemas fundiários, em 1973, a Igreja Católica, através das CEBs, divulgava o seu "Catecismo", o qual informava sobre o que era o Estatuto da Terra, o INCRA, e como resistir às ameaças de expulsão dos seringais. Padre Paolino, um dos padres comprometidos com os movimentos sociais de seringueiros e índios do extrativismo acreano que viveu no Acre de 1955 a 2016 (ano de seu falecimento), relata aquela estratégia:

> Eu dizia para os seringueiros: se você não sabe ler, coloque isso na parede de sua casa. Na hora em que quiserem lhe botar pra fora, mostre pra eles que existe uma lei que protege os seringueiros. Por isso, surgiu uma enorme reação dos fazendeiros, do Prefeito e do gerente do Banco, contra o Catecismo da Terra. Para evitar que só um padre se expusesse, a Igreja assumiu junto, fizemos o decreto de Xapuri (PAULA, 1991, p. 83).

Por meio das CEBs, os seringueiros e índios começaram a tomar consciência de seus direitos e a compreender a necessidade de construir uma união entre eles para lutar contra a pecuarização do estado do Acre. Dizia padre Paolino, em entrevista ao Jornal Varadouro, em 1979:

> São os seringueiros que precisam tomar consciência de sua própria situação. [...] É preciso que todos se unam em torno de seus sindicatos rurais, nas comunidades eclesiais de base. Os seringueiros precisam gritar bem alto e todos juntos, para que as leis sejam cumpridas, as leis que estão no Estatuto da Terra ... (VARADOURO, jun./1979a).

Outra iniciativa da Igreja, sob a coordenação de padre Paulino, foi a construção das escolas nos seringais dos rios Purus, Iaco e Caeté, que tinha como objetivo alfabetizar e divulgar o Catecismo da Terra. Em entrevista ao Varadouro, padre Paulino justificou a iniciativa afirmando que, "além de acabar com o analfabetismo, as escolas dão uma consciência crítica aos seringueiros para reclamarem os seus direitos". Padre Paolino acreditava que se os seringueiros soubessem ler, poderiam conhecer o Catecismo da

Terra e da Política. Poderiam ler o Estatuto da Terra e perceber que, como posseiros, não poderiam ser expulsos de suas ocupações. "Através das escolas", reforça Paolino, "nossa intenção era dar não apenas uma orientação didática ou religiosa, mas uma orientação de libertação" (VARADOURO, jun./1979a).

Foi nesse contexto que o sindicalismo rural chegou ao Acre por meio da CONTAG, em 1975, e encontrou um campo fértil preparado pela Igreja Católica. Na avaliação de Chico Mendes, não foi difícil fundar os sindicatos porque:

> *(...)* todo mundo estava vivendo o problema e a gente já tinha certa orientação para defender a terra. Mas houve, sim, algumas incompreensões de alguns companheiros e principalmente pressões dos patrões seringalistas e dos fazendeiros (VARADOURO, mar./1980b).

A atuação da CONTAG foi, a princípio, um trabalho de conscientização e organização para "juntar o pessoal" e forjar a criação de uma identidade de "posseiros", de trabalhadores rurais, entre os seringueiros, uma vez que, com a desarticulação do "movimento dos seringais", eles continuaram a viver por conta e risco próprios.

Na avaliação dos seringueiros, o sindicato representou um importante momento na luta contra a expropriação, pois,

> *(...)* antes do sindicato chegar, nós vivia no maior cativeiro do mundo, os patrões faziam o que queriam. Depois chegou o Sindicato explicando os direitos e as leis que protegem os posseiros e hoje nós não estamos libertos, mas pelo menos já temos um amparo w(-fala de um seringueiro, publicada no VARADOURO, out./1979).

Como fruto da atuação da CONTAG, fundaram-se os sindicatos de Sena Madureira e Brasiléia, em 1975, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá, em 1976, e Xapuri e Feijó, em 1977 (PAULA, 1991).

O Estatuto da Terra foi a primeira cartilha de orientação aos seringueiros, com base na qual se iniciou o processo de reconhecimento do seringueiro como posseiro. Chico Mendes assim se expressa sobre a temática:

"a gente iniciou um processo de luta e começamos, então, um trabalho urgente e imediato explicando a todos os seringueiros os direitos que a gente tinha sobre a terra" (Chico Mendes, em entrevista a ALLEGRETTI, 2002, p. 230).

Definir o seringueiro como posseiro significava aplicar o Estatuto da Terra, o que implicava reconhecer o direito à indenização por benfeitorias existentes na área onde morava e a preferência na aquisição de uma parcela de terra ou da legitimação da posse, como colonos. Foi com base nesses princípios que a CONTAG atuou nos conflitos, primeiro, assegurando que os seringueiros ameaçados de expulsão recebessem indenização pelas benfeitorias existentes na 'colocação' e, em seguida, realizando acordos com fazendeiros visando à distribuição de lotes aos seringueiros que moravam nos seringais que haviam sido vendidos.

Tão valioso quanto esses mediadores foi o Jornal Varadouro, importante veículo de divulgação e de apoio da questão indígena e seringueira no final da década de 1970. O "Varadouro", que circulou no Acre no período de maio de 1977 a dezembro de 1981, constituiu-se em um dos mais importantes instrumentos de divulgação da luta de índios e seringueiros contra a expropriação da terra, uma vez que eles não tinham abertura na imprensa e porque assumiram uma postura contra a pecuarização do estado do Acre. O jornal chegou a imprimir até 7 mil exemplares, quando, na época, os outros jornais tiravam em média 300 exemplares. A CONTAG era a maior distribuidora do jornal. O Varadouro tinha leitores, além do Acre, nas cidades de Porto Velho, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo um dos seus editores, o jornalista Elson Martins, o Varadouro "era um ponto de encontro das pessoas indignadas com o que acontecia no Acre" naquela ocasião (entrevista em abril de 2008). O Varadouro:

> *(...)* surgiu em decorrência do momento que o Acre vivia. No começo dos anos de 1970, a revoada de jacus estava chegando... a imprensa aqui era (o Jornal) O Rio Branco feito de notícias que eram mandadas pela elite. Este jornal não tinha repórter e não havia a preocupação de ver o que acontecia no Estado (entrevista à autora, em abril de 2008).

> Aqui (no Acre) não se falava em conflito, mas a gente em São Paulo acompanhava o problema que estava surgindo no Acre, os conflitos eram acompanhados através do estadão (Estado de São Paulo), do qual o Élson era correspondente (entrevista do jornalista Sílvio Martinello, fonte: <www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br>).

Temas como índios, meio ambiente e conflitos de terra não eram discutidos nos jornais acreanos da época e, nesse sentido, o jornal veio a preencher essa lacuna de "divulgar os conflitos". As fontes de pesquisa das matérias do Jornal eram o pessoal das CEBs e da CONTAG, os antropólogos Terri Aquino e Porfírio de Carvalho. O propósito, segundo Elson Martins (editor do jornal da época), era fazer um jornal em que as questões dos conflitos de terras pudessem ser discutidas. O objetivo "era ouvir os seringueiros e índios, os marginalizados e conscientizar a população (das cidades) sobre a violência que estes estavam sofrendo" (PAULA, 1991, p. 113). Os principais temas publicados nas 24 (vinte e quatro) edições do Jornal versavam sobre: a migração de nordestinos para a Amazônia em seus dois momentos principais (1870-1915 e 1942-1945); a expansão da frente agropecuária e suas consequências para as populações da floresta (índios e seringueiros) e das cidades; a luta de resistência dos seringueiros, índios e posseiros; e denúncias dos métodos arbitrários e violentos praticados pelos "paulistas" contra os acreanos.

Orientados e municiados por esses mediadores, a estratégia de resistência à expropriação mais eficaz foi à invenção dos 'empates'. Empatar, no linguajar acreano, quer dizer impedir, empatar as derrubadas, empatar os desmatamentos; foi essa a denominação dada a uma iniciativa local que resultou da organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e da consciência que os seringueiros adquiriram em relação aos direitos de posse assegurados pelo Estatuto da Terra (ALLEGRETTI, 2002; PORTO-GONCALVES, 1998). O empate representou a primeira ação de impacto do Sindicato de Trabalhadores Rurais, diz Paula (2005). Foi uma nova estratégia de luta que tinha como objetivo "impedir o desmatamento e a implantação das fazendas", assegurando, assim, a "subsistência através da defesa da seringueira e da castanheira" (VARADOURO, jun./1981). E

representou um passo "importantíssimo para a luta de seringueiros, na medida em que se afirmou a eficácia da ação coletiva como forma de pressão para conquistar seus direitos e, ao mesmo tempo, inaugurou a adoção de uma outra linha de ação pelo sindicalismo emergente no Acre" (PAULA, 2005, p. 119). O empate, segundo o próprio Chico Mendes,

> *(...)* foi uma forma que os trabalhadores encontraram de impedir o avanço do latifúndio. Uma espécie de bandeira que eles, entre si (os seringueiros), pensaram que seria o último apelo, já que às vezes eles recorriam à justiça e o processo era muito lento (Chico Mendes, em entrevista a ALLEGRETTI, 2002, p. 190).

Com os empates, os seringueiros tinham descoberto um espaço específico de pressão em relação aos fazendeiros. Por meio dele houve a diminuição das expulsões dos seringueiros e foi estabelecido um espaço de negociação com o governo. Os seringueiros continuaram utilizando essa estratégia de luta em outros conflitos nas décadas seguintes. Entretanto, com objetivos diferentes dos primeiros. A pressão não era mais feita no sentido de apenas forçar uma negociação que garantisse um lote de terras, e, sim, com objetivo de impedir os desmatamentos e evitar acordos por "lotes de terras" nos projetos de assentamento do INCRA. A luta passa a ter uma conotação diferente: "a de garantir os seringueiros nas suas colocações, preservando-se sua forma de reprodução social, os seus valores morais e culturais" (PAULA, 1991, p. 164).

O movimento dos seringueiros, com os empates, esbarrava na ausência de uma solução legal para continuarem sendo seringueiros. No início do movimento ainda não se tinha uma proposta clara de qual "rumo seguir" e a luta consistia na tentativa de assegurar a posse da terra com base no Estatuto da Terra, que assegurava o direito à posse desde que os posseiros trabalhassem a mesma por mais de um ano e um dia. O enquadramento do seringueiro na condição de posseiro até que foi fácil; mas, reconhecer a posse do seringueiro foi muito mais difícil. A orientação dada aos mesmos era para que os seringueiros "botassem" roçado, plantassem fruteiras e criassem pequenos animais, já que a justiça considerava posse a área de cultivo,

o barraco e outras benfeitorias. As estradas de seringa nunca foram aceitas como benfeitorias ou áreas de posse efetiva (PAULA, 1991).

Mas os seringueiros não queriam se transformar em "colonos" e, mesmo desprovidos de uma alternativa, já manifestavam o interesse de permanecer na floresta e manter intocáveis as suas colocações. Esse momento representa o início das tensões "que irão permear as relações entre a CONTAG e algumas lideranças dos seringueiros" (PAULA, 1991, p. 129). As tensões refletem as contradições entre o direito existente e a "invenção dos direitos", pois o:

> *(...)* mesmo sindicato que incentivou o não pagamento da renda nos seringais (pelo uso das estradas de seringas), criando condições favoráveis para legitimar a conquista da 'autonomia' dos seringueiros, adotava como fórmula de resolução dos conflitos de terra a negociação com os fazendeiros. E também com autoridades governamentais a reivindicação pelo loteamento de terras (as colônias) para estes mesmos seringueiros (PAULA, 1991, p. 149).

Com isso, por um lado, o sindicato garantia a permanência dos seringueiros na floresta em melhores condições de sobrevivência, com a extinção do pagamento da renda pelas estradas de seringa, mas, por outro lado, negava as reivindicações dos seringueiros ao aceitar a transferência dos trabalhadores para os projetos de colonização. O sindicalismo também se dividiu: de um lado o sindicato de Xapuri com o movimento de resistência à "colonização oficial"; e do outro, o do município de Plácido de Castro lutando por melhores condições de produção e vida nos Projetos de Assentamentos Dirigidos-PADs.

A proposta de criação da Reserva Extrativista surgiu em contraposição ao modelo de colonização adotado na Amazônia pelo INCRA e, por ser orientada para a produção agrícola, a divisão da terra deveria ser em lotes individuais para serem explorados por unidades familiares. Os seringueiros não aceitavam essa modalidade de reforma agrária e passaram alguns anos recusando a solução do INCRA para os conflitos na floresta, argumentando que não queriam se transformar em colonos.

O que a política de reforma agrária defendida pela CONTAG lhes oferecia não era, portanto, uma solução, pois não queriam deixar de ser seringueiros para se transformar em colonos. Isso acarretava largar uma 'colocação' de 300 hectares por um lote de 30 hectares; largar uma área de floresta, por um pedaço de terra em um projeto de colonização. Ao analisar esse período, Chico Mendes dizia:

> Então chegou o momento em que começamos a nos preocupar, porque a gente tinha uma luta, uma resistência contra o desmatamento, mas ao mesmo tempo não tinha uma proposta alternativa a apresentar, um argumento mais forte para justificar porque queríamos defender a floresta (PAULA, 1991, p. 203).

A identidade política de seringueiro, que estava sendo inventada na luta de resistência em Xapuri, tendia a generalizar-se, regionalmente. Porém, isso só seria possível se fosse encontrado um canal próprio que lhe desse expressão. Na estrutura sindical, tal fato não tinha condições de ocorrer, pelo menos em curto prazo, pois na CUT eles continuavam a ser reconhecidos como os "rurais da CUT". E na CONTAG, como posseiros ou trabalhadores rurais. Então, a proposição foi a criação de Reservas Extrativistas que surge ao longo das discussões de preparação do I Encontro Nacional dos Seringueiros (PAULA, 1991).

Antes do I Encontro Nacional dos Seringueiros, a proposta de reforma agrária diferenciada para a Amazônia, que já vinha sendo discutida, ganha força no 4° Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio de 1985, do qual participou Chico Mendes, como líder seringueiro. Nas resoluções deste encontro foram incorporadas as principais questões postas pelos seringueiros do Acre, até aquele momento. Os argumentos utilizados pelas lideranças seringueiras estavam pautados no papel histórico dos seringueiros na "conquista do Acre via Revolução Acreana que incorporou o Acre ao Brasil" e no papel dos seringueiros durante a Batalha da Borracha (1942-1945), no "esforço de guerra" (ALLEGRETTI, 2002, p. 407). Nesse sentido, conseguiu sensibilizar a opinião dos trabalhadores e aprovar as seguintes propostas:

> 1° Alteração imediata do Estatuto da Terra e sua substituição por uma legislação que venha de fato atender aos interesses de todos os trabalhadores rurais do país.
>
> 2° Um modelo específico de Reforma Agrária para a Região Amazônica, principalmente na área extrativista para o seringueiro que após 100 anos de resistência e derramamento de sangue tem a sua existência ameaçada.
>
> 3° Que o modelo de Reforma Agrária para as regiões extrativistas não seja inferior a 300 hectares e que esse critério seja coordenado pelos Sindicatos e Delegacias Sindicais da região (ALLEGRETTI, 2002, p. 407).

O 1° Encontro Nacional dos Seringueiros ocorreu em outubro de 1985, em Brasília, e teve como eixo de reivindicações a desapropriação dos seringais e a manutenção da estrutura tradicional de ocupação dessas áreas pelos seringueiros, no qual o regime de posse deveria ser definido posteriormente, em conjunto com suas entidades de representação. Reivindicava, ainda, o apoio à produção, à comercialização de produtos e melhorias gerais nas condições de vida nos seringais.

No 1° Encontro estiveram presentes 17 entidades, entre essas as dos extrativistas do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia. Cento e trinta (130) seringueiros estiveram presentes no encontro, cuja pauta abordou cinco temas: – Direitos históricos dos soldados da borracha (influência dos seringueiros de Rondônia); – Os seringueiros e o desenvolvimento da Amazônia; – Os seringueiros e a reforma agrária; – Política para a borracha; – Cultura, educação e saúde nos seringais.

Entre as principais conquistas desse encontro, pode-se destacar: a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); a elaboração da proposta de reforma agrária diferenciada – as Reservas Extrativistas –; e a proposta de Aliança dos Povos da Floresta, isto é, a união de índios e seringueiros.

O CNS foi criado para se contrapor ao Conselho Nacional da Borracha (instância de deliberação das políticas para o setor, onde participavam,

principalmente seringalistas, comerciantes e representantes dos órgãos estatais). Por meio do CNS, os seringueiros lutariam pelo direito de participar das decisões referentes à política para a borracha, com o propósito de incorporar a ela as suas demandas específicas. Lutariam, também, por uma reforma agrária que atendesse aos anseios dos extrativistas e que reconhecesse as "colocações como o verdadeiro módulo adequado ao uso equilibrado da floresta e contra o loteamento dos seringais" (ALLEGRETTI, 2002, p. 489). O CNS, segundo Chico Mendes:

> Não pretendia e nem pretende ser um sindicato paralelo, mas uma entidade de seringueiros, porque os seringueiros nunca foram reconhecidos como classe. Os sindicatos surgiram com uma importância muito grande, num momento muito importante. Mas os sindicatos de trabalhadores rurais congregam seringueiros e ao mesmo tempo ... todos os trabalhadores rurais. As classes todas têm o seu reconhecimento como classe, o seringueiro não. ... Então uma das razões do CNS é fazer reconhecer o seringueiro como uma classe que já deu a sua contribuição, que luta e que tem uma luta importante (PORTO-GONCALVES, 1998, p. 447-448).

As principais propostas e recomendações aprovadas durante o Encontro Nacional dos Seringueiros, no que diz respeito aos "Direitos históricos dos soldados da borracha", recomendavam que se considerasse:

> *(...)* como Soldado da Borracha todos os seringueiros que imigraram para a Amazônia e os que já trabalhavam no extrativismo no período de intensificação da produção da borracha para o esforço de guerra (CNS, 1985).

Para os "Seringueiros e o desenvolvimento da Amazônia", aprovou-se a não aceitação de projetos de colonização do INCRA em áreas de seringueiras e castanheiras. E, também, se reivindicou a implementação de uma política de desenvolvimento que viesse apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicavam ao extrativismo, bem como as culturas permanentes e as outras culturas de seu interesse. Naquela ocasião, ressaltavam:

> Queremos uma política que traga benefícios a nós trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringuei-

> ros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta (CNS, 1985).

Esta frase sintetizou duas ideias fundamentais que estavam presentes nas iniciativas dos seringueiros: primeiro, o reconhecimento da categoria como produtores de borracha ao invés dos seringalistas, como havia ocorrido até então; segundo, a ligação entre a produção da borracha e a defesa da floresta. Por meio da primeira ideia, eles estavam criticando todas as políticas públicas formuladas, até aquele momento, para a economia da borracha, que sempre tiveram como interlocutores os seringalistas e/ou comerciantes. A segunda ideia sintetizou um pensamento já presente nos 'empates'. Essa conexão fica mais explícita se analisarmos o primeiro item do documento final do Encontro:

> Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza (CNS, 1985).

No item "Política para a borracha", foi reivindicado a:

> Garantia de oportunidade para os seringueiros que foram expulsos pelo latifúndio para o estrangeiro (no caso a Bolívia), de retornar à pátria como seringueiros (CNS, 1985).

E, a:

> Extinção do pagamento da renda pelas estradas de seringa em todas as regiões produtoras de borracha e liberdade de comercialização de todos os tipos de borracha diretamente pelos seringueiros[3] (ALLEGRETTI, 2002, p. 438).

No item "Os seringueiros e a reforma agrária", foi explicitado o modelo de reforma agrária proposto pelos seringueiros, ou seja, que as colocações ocupadas por eles fossem demarcadas pelos próprios seringueiros, confor-

3 Até 1985 os seringueiros do Vale do Juruá ainda pagavam "renda pelo uso das estradas de seringa" das colocações onde viviam.

me as estradas de seringa. E que fossem respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo específico de reforma agrária para a Amazônia, que garanta o mínimo de 300 hectares e o máximo de 500 hectares por 'colocação', obedecendo à realidade extrativista da região. Desapropriação dos seringais nativos e definição das áreas ocupadas por seringueiros como Reservas Extrativistas, assegurando seu uso pelos seringueiros. Com essas reivindicações, evitava-se a dupla expropriação dos seringueiros: a material e a subjetiva. A material era a perda das colocações e a subjetiva era a "perda do seu saber" (PAULA, 1991, p. 130).

A partir do ano de 1986, o Conselho Nacional dos Seringueiros começou a atuar em quatro direções: – na organização da entidade que passaria a representar publicamente suas lutas; – na defesa da floresta, por meio dos empates e da resistência à expulsão; – na inserção da ideia de Reserva Extrativista nas políticas governamentais para reforma agrária e proteção do meio ambiente; – e no acompanhamento aos programas de desenvolvimento sintetizados no asfaltamento da BR 364 e no Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI) (ALLEGRETTI, 2002).

A primeira formulação propositiva das Reservas Extrativistas surgiu da comparação com as terras indígenas e, nesses termos, foi aprovada durante o 1° Encontro Nacional dos Seringueiros. Até aquele momento, segundo Paula (1991), ninguém havia ainda se "dedicado a aprofundar, do ponto de vista jurídico ou institucional, como a idéia poderia ser transformada em um modelo exeqüível de reforma agrária ou de proteção ambiental" (PAULA, 1991, p. 243).

Isso não impediu, porém, a disseminação do conceito que, a partir de outubro de 1985, passou a ser enunciado sempre que surgia uma oportunidade de se contrapor às propostas oficiais (PAULA, 2005). Como explicitado nesta fala do antropólogo Terri Aquino, "uma reforma agrária que preserve as colocações de seringa, que limitem as posses dos seringueiros e de suas famílias e que dê condições para eles financiar o custeio de suas

safras extrativas" (entrevista publicada no Jornal *Folha do Acre*, em 20 de outubro de 1985).

A proposta da Reserva Extrativista foi importante pelo seu significado interno para o movimento, aparecendo como aquela alternativa que faltava para os seringueiros e, externamente, pela sua objetividade em relação ao convívio homem-natureza, sob a forma de uma exploração econômica viável. Na sua definição mais geral, a Reserva Extrativista:

> *(...)* é a reforma agrária do seringueiro. É o reconhecimento de áreas da floresta, ocupadas tradicionalmente por seringueiros e outros extrativistas, como áreas de domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações. Na Resex não há títulos individuais de propriedade. Neles serão respeitadas as culturas e as formas tradicionais de organização e trabalho dos seringueiros. A Resex não é apenas a reforma agrária dos seringueiros, mas também uma forma de preservação da natureza e dos que dela dependem... (STR de Xapuri, CNS, CUT, 1989, *apud* PAULA, 1991, p. 212).

A proposição das Reservas foi uma "invenção de direitos", pois até então não existia na legislação brasileira. As leis de proteção ambiental levavam em conta apenas os aspectos físico-geográficos e bio-ecológicos da natureza para a criação de Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas. Em documento dos seringueiros analisado por Allegretti (2002) era colocada esta questão:

> Não existe na legislação brasileira sobre preservação ambiental o tipo de reserva que vem sendo pleiteada pelos seringueiros. Da mesma forma, não existem estudos a respeito que possam orientar as alternativas. Isso se explica por duas razões: no Brasil, as áreas predominantemente extrativistas estão concentradas na Amazônia e são consideradas em extinção, pelo poder público, em função do baixo valor da renda gerada. Além disso, áreas de preservação ambiental, com exceção das reservas indígenas, são concebidas como vazios humanos, ou seja, são áreas de proteção à flora e à fauna e não aos moradores locais (ALLEGRETTI, 2002, p. 519).

Desde o momento em que a ideia de Reserva Extrativista se consolidou entre os seringueiros como a proposta que sintetizava suas aspirações

de futuro, durante o Encontro Nacional de 1985, até a criação do primeiro projeto extrativista, no Seringal Cachoeira, em 1988, foram três anos de intenso trabalho e muitos obstáculos. E desse momento, até a proposta se transformar em uma política pública, em 1990, foi necessário, segundo Allegretti (2002), catalizar a pressão internacional que resultou do assassinato de Chico Mendes, em 1988. Foram cinco anos de conquistas e recuos em um cenário complexo do ponto de vista institucional e político, pelo fato da proposta extrapolar a esfera local e seus protagonistas tradicionais requererem articulações nacionais para se efetivar (ALLEGRETTI, 2002).

Os Projetos de Assentamento Extrativistas e as Reservas Extrativistas revelam, portanto, o reconhecimento formal por parte do Estado da territorialidade dos extrativistas. Como ressalta Porto-Gonçalves (1998), as Reservas Extrativistas constituíram-se:

> *(...)* em uma tarefa revolucionária para os trabalhadores da mata: destruir o sistema econômico dos seringais e, ao mesmo tempo, desenvolver e aprimorar o sistema de colocações; abolir as relações de patronagem, elevando a um novo patamar o manejo agroextrativista auto-sustentado, criado pelos seringueiros. Nesses termos é que a Reserva traduz uma aspiração de um segmento social específico que mantém uma relação histórica e singular com a floresta. Ao reivindicarem sua permanência na mata, explorando seus recursos, os seringueiros desejam obter o reconhecimento de seus direitos ao território, acesso às riquezas que lhe contém e querem assegurar uma forma de vida florestal independente dos patrões (PORTO-GONCALVES, 1998, p. 514).

A fase ecológica do movimento seringueiro se deu quando os ambientalistas se identificaram com as questões principais do movimento: conflito pela posse da terra, bandeira de luta contra os desmatamentos, que passa a ser apropriada e divulgada por grupos de ecologistas com uma outra roupagem, cujo centro estruturador passa a ser o enfoque da questão ambiental (PAULA, 2005).

A perspectiva ambiental como componente de luta dos seringueiros e índios é explicitada nas falas de dois líderes seringueiros, Raimundo Mendes de Barros (primo de Chico Mendes) e Osmarino Amâncio. Para o pri-

meiro, a questão ecológica veio a reboque da questão fundiária-agrária: "o ecológico foi uma coisa que veio depois. A gente não tinha ideia que estava numa luta ecológica", mas de fato estava, pois "havia a defesa dos rios, da floresta, dos animais" (entrevista concedida a SILVA (2006, p. 54)). Já Osmarino Amâncio relata que:

> *(...)* nós nunca nos colocamos como ambientalista, até porque pra nós ambientalista era aquele que defendia só uma coisa ou outra.... A gente não tinha noção disso. Porque nós achamos que uma das questões que tava muito ligado a isso era a questão fundiária, e os ambientalistas eles não tinham essa preocupação com a questão fundiária. Porque para eles, o cara podia ter propriedade privada ali desde que ele não mexesse nela, tudo bem! O cara tava preocupado com a água, mas não tava preocupado com o cara que podia causar dano na água.
>
> A questão fundiária tinha que ser resolvida e, pra ela ser resolvida, tinha que acontecer a reforma agrária. Só que a nossa proposta de Reforma Agrária pra Amazônia não podia ser igual à do Rio Grande do Sul, lá do Centro-Oeste ou do Sul do país. Ela tinha que ser uma coisa de acordo com a nossa realidade, que a gente aqui não botava roçado, nós trabalhava com a seringa e com a castanha, então tinha que ter uma colocação pra cada um de forma que ele garantisse a sua sobrevivência sem precisar trabalhar no sol. ...
>
> A criação do CNS foi o que salvou a situação. Fizemos essa junção da questão fundiária com a econômica, a social e a ecológica. Passamos a explicar lá fora que as consequências do desequilíbrio social e econômico, do desequilíbrio ecológico e ambiental eram consequência do desequilíbrio econômico e social e que se a gente tivesse bem, trabalhando na nossa castanha, na nossa seringa, ninguém ia precisar desmatar pra sobreviver, porque a castanha e a seringa davam bem (ALMEIDA & CAVALCANTE, 2006, 63-64; e entrevista com Osmarino Amâncio, em abril de 2008).

A construção da Reserva Extrativista foi, segundo Paula (1991), a expressão de um conjunto de experiências acumuladas pelos seringueiros ao longo de suas vidas e lutas. Esse acúmulo se fazia de várias formas: no traba-

lho, voltado basicamente para a extração dos recursos múltiplos da floresta; nas relações sociais que se estabeleceram nos seringais; na conquista de sua autonomia em relação aos patrões; no malogro daqueles que tentaram a vida nas colônias, seringais bolivianos ou nas periferias das cidades; nos empates, assembleias e reuniões sindicais; na vontade e determinação de manterem-se reproduzindo socialmente no lugar que, voluntária ou involuntariamente, escolheram para viver: a floresta; e na capacidade de articulação desse movimento com os outros segmentos organizados da sociedade civil: central sindical, partidos políticos, ONGs, intelectuais. No início do movimento, como ressaltava Chico Mendes, não se sabia:

> *(...)* o que fazer diante do problema, mas com o correr dos tempos, os mais experientes foram conscientizando os outros, dizendo que a terra é nossa, que foram nossos antepassados que lutaram para conquistar esta terra e que hoje é possível fazer uma nova reconquista, se for preciso (VARADOURO, mar./1980).

A identidade seringueira foi construída durante os conflitos pela posse da terra, no contexto dos anos de 1970 e 1980 no Acre, como comprovam os estudos de Paula (1991) e Porto-Gonçalves (1998). Foi construída também na luta por um modelo de reforma agrária diferenciada em que fossem levadas em consideração as singularidades do *habitat* (o vínculo territorial com as colocações de seringa) e o *habitus*, o conhecimento adquirido ao longo do tempo, a maneira de se relacionar com a natureza. O "resgate" da cultura no sentido de fortalecer a luta de resistência nos seringais e a organização sindical tiveram, segundo Paula (1991), "grande importância nos desdobramentos do movimento, na formação da identidade política dos seringueiros" (p. 152).

Nesse contexto, a identidade do seringueiro assume um significado político e indica uma oposição ao fazendeiro, isto é, um confronto entre dois segmentos sociais, no qual é revelado com maior nitidez o antagonismo dos interesses em disputa e os diferentes lugares ocupados por esses sujeitos. Os seringueiros, "despossuídos da propriedade legal da terra, lutam para manter suas condições de reprodução social, o que implica, fundamentalmente,

na preservação da floresta e na sua permanência nela" (PAULA, 1991). Os fazendeiros, os novos donos das terras, tinham interesses em "eliminar as atividades extrativas, substituindo-as pela pecuária extensiva de corte, o que implicava a derrubada da floresta e, consequentemente, na expulsão dos seringueiros" (PAULA, 1991, p. 164-165).

Nesse embate, a denominação seringueiro deixa de indicar apenas uma atividade econômica – extrator do látex – e passa a constituir-se em uma identidade política (PAULA, 2005, e PORTO-GONCALVES, 1998).

## 3.2 Povos indígenas do Acre: do "tempo das correrias" ao "tempo da revitalização cultural"

Antes da chegada dos migrantes nordestinos que serão responsáveis pelo corte do látex e pela "conquista do Acre", os índios que viviam nas bacias hidrográficas dos altos rios Purus e Juruá (que correspondem hoje ao estado do Acre) eram oriundos de 50 povos e estavam territorializados ao longo dos rios (ver figura 04). No Purus predominava os grupos linguísticos Arawá e Aruak e no Vale do Juruá o grupo Pano (NEVES, 2004).

No alto curso do rio Purus e no baixo Rio Acre, viviam diversos povos do tronco linguístico Aruak: Apurinãs, Manchineri*[4], Kulina*, Canamari, Piros e Ashaninka*. Essas, segundo Neves (2004), se espalharam desde a confluência dos rios Pauini e Purus até as encostas orientais dos Andes, e teriam "resistido à exploração das civilizações andinas antes de enfrentar o avanço dos brancos sobre suas terras, na época da borracha" (p. 14). Na região intermediária entre o médio curso do Purus e o Juruá, habitavam os Katukinas*. Em parte do médio e alto curso do rio Juruá, bem como a maior parte de seus afluentes, como o Tarauacá, o Muru, o Envira e o Moa, eram locais dominados pelos índios da língua Pano: Kaxinawá*, Jaminawá*, Amahuaca, Arara*, Rununawá e Xixinawá (NEVES, 2004, p. 14).

4 * Índios reconhecidos no Acre atualmente.

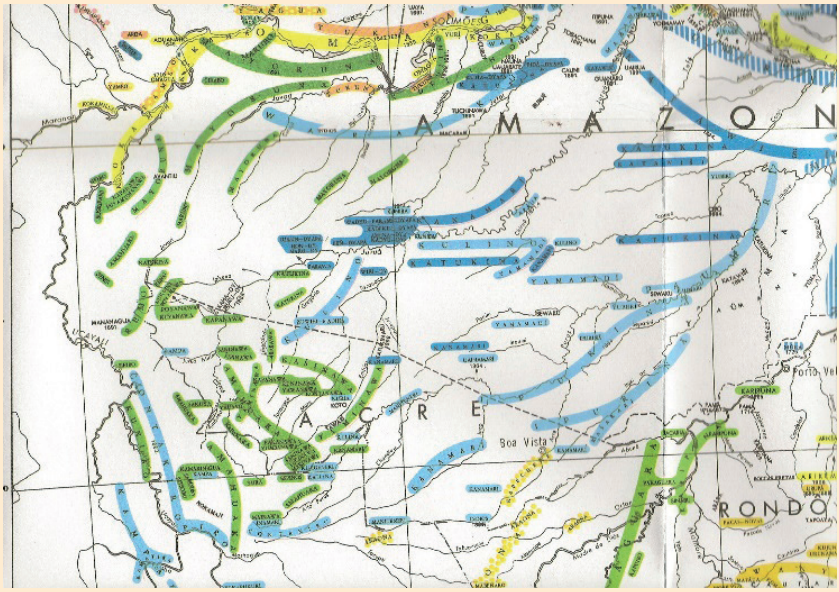



**Figura 04 - Vale do Purus e Juruá – trecho do mapa étnico histórico de Curt Nimmendajú**
Fonte: IBGE, 1987.

Desde fins do século XIX, os territórios indígenas das bacias dos rios Purus e Juruá, ricos em seringa e caucho, foram invadidos e ocupados por caucheiros peruanos, seringalistas e seringueiros brasileiros. Essa ocupação foi rápida e intensa e, em pouco tempo, todos esses vales passaram a propriedade dos "coronéis de barranco". Isso resultou em uma drástica redução da população indígena, na dispersão dos que sobreviveram e sua incorporação à empresa seringalista. Mesmo quando não se usou a violência física, evidenciou-se uma violência simbólica, de apagamento da cultura. O resultado dessas "histórias de contatos" foram grupos inteiros eliminados e muitos "amansados" para se adaptar ao ritmo de trabalho no seringal (WEBER, 2006).

O convívio dos índios com os não-índios ao longo da "história do contado", segundo a narrativa oficial, é narrado em diferentes "tempos históricos", conforme proposição do antropólogo Txai Terri Aquino. O tempo mais remoto é denominado como "de antigamente", antes da chegada dos

nordestinos. Com o início do extrativismo das *heveas* se instala o "tempo das correrias". Concomitante a esse, se inicia o "tempo do cativeiro", o tempo no qual o índio trabalhou nos seringais, como seringueiro, agricultor, mateiro.

Já o "tempo dos direitos" está relacionado à "descoberta" dos direitos indígenas, propiciados pelo CIMI e pela conquista territorial, a partir da atuação da FUNAI, e o "tempo da revitalização cultural" (concomitante ao anterior) são os anos recentes, do "resgate" das tradições e da implantação de uma "educação diferenciada" que fomente a discussão cultural.

Sobre os três primeiros tempos, pode-se dizer que são tempos passados, mas os dois últimos continuam atuais, pois ainda existem povos que reivindicam o "direito" de serem reconhecidos como índios e terem suas terras delimitadas.

O "tempo das correrias" corresponde aos primeiros contatos dos povos indígenas com a sociedade envolvente, a partir do final do século XIX. Esse contato foi marcado por violentos conflitos e expedições armadas que resultaram em massacres, acirramento de conflitos intertribais, ocupação de antigos territórios indígenas por seringueiros e seringalistas nordestinos, e dispersão dos remanescentes pelas cabeceiras dos rios. No caso dos índios do Vale do Juruá, estes, além de sofrerem a ação da frente extrativa da seringa, sofreram, também, a ação da frente extrativa do caucho. A primeira, empreendida por seringueiros brasileiros, e a segunda, por *caucheiros* peruanos (AQUINO e IGLESIAS, 1994). O "tempo das correrias" é diferenciado em duas fases: uma, de conflito aberto contra os indígenas, a qual objetivava "limpar" a mata para os seringueiros cortarem a seringa e, a segunda, a partir de 1910-20, com objetivo de capturar o índio e incorporá-lo à empresa seringalista (AQUINO & IGLESIAS, 1994).

Com as frentes extrativas, os índios passam de senhores das terras que ocupavam, a obstáculos à exploração do caucho e da seringa, e são vítimas das expedições armadas com o intuito de "limpar a terra" para os seringueiros trabalharem, como noticiou o Jornal Varadouro na década de 1970:

> (...) os índios que dificultassem o avanço da frente extrativa, eram simplesmente massacrados, e quando cansados de lutar ou vencidos pela força das espingardas, refugiavam-se nos lugares mais inacessíveis e, posteriormente, viraram mão-de-obra barata (VARADOURO, mai./1977: p. 08).

Os caucheiros peruanos também promoveram correrias, principalmente, contra os índios dos rios Juruá, Breu, Amônea, Jordão e Envira, no Vale do Juruá:

> Consta que esses caucheiros entregavam espingardas de repetição aos índios Cunido que, por sua vez, tinham que pagá-las com escravos Campa. Depois, entregavam essas mesmas armas aos Campa escravizados e estes eram obrigados a saldar a dívida com escravos – Amuesha. Tratava-se de uma cadeia de correrias trágicas e cruentas que se prolongaram por mais de 40 anos (VARADOURO, dez./1978).

As correrias são "sinônimos de dizimação, dispersão, escravidão ou submissão dos índios à empresa seringalista" impostos pelos caucheiros e seringalistas (CASTELO BRANCO, 1961). Este tempo é relembrado, pelos índios, como o tempo dos "trabalhos pesados que eram obrigados a fazer no seringal, dos intermináveis dias em caçadas para o patrão, das longas caminhadas carregando bolas de borracha" (VARADOURO, nov./1977b).

O "tempo do cativeiro" iniciou-se com a inserção da população indígena nos seringais do Acre, em decorrência da redução de migrantes nordestinos a partir dos baixos preços da borracha no mercado internacional, e foi marcado pela "escravidão" por dívidas, a dupla exploração: nos preços da borracha (paga ao seringueiro) e das mercadorias (adquiridas pelos seringueiros), pelo roubo no peso da borracha e os pesados preconceitos associados à categoria de caboclos. Essa inserção histórica perdurou até fins da década de 1970, como comenta o antropólogo Terri Aquino no prefácio do livro *Um copo de cultura: os Huni Kuin (Kaxinawá) do rio Humaitá* de Ingrid WEBER (2006). Esse foi o "tempo da perda dos parentes, dos pajés, das mulheres que foram capturadas para servir de esposas para os nordestinos", como relembra um Jaminawa (CRUZ & FERREIRA, 2004, p. 112).

O "tempo do cativeiro" é relembrado pelos índios conjuntamente com o "tempo das correrias", que os associam às doenças e ao "espalhamento" das populações, como os Kaxinawá que viviam antigamente nas cabeceiras dos rios Envira, Muru e Tarauacá e depois foram expulsos desses locais pela força da empresa seringalista, como relembra Ixã Kaxinawá:

> *(...)* daí chegaram os caucheiros peruanos e os seringalistas e seringueiros brasileiros na nossa terra e aí nós nos espalhamos. Teve muito conflito forte e eles mataram muita gente nossa. E foi assim que a gente se espalhou. Diz que tem nosso parente é no alto Rio Purus, tanto no lado do Brasil quanto no Peru (AQUINO & IGLESIAS (Papo de Índio), 09/10/2005).

Os Kaxinawá, diante do avanço das frentes extrativas do caucho e da seringa, foram para o alto Rio Curanja (Peru) onde se refugiaram. Outra parte foi integrada à empresa seringalista sob a proteção de Felizardo Cerqueira, famoso "amansador" de índios "brabos". "Felizardo (Cerqueira) amansava caboclo e depois botava a marca FC para os outros patrões saberem que aquele caboclo era dele, que ele que tinha amansado" (AQUINO & IGLESIAS, 2002, p. 108).

Nesse tempo, houve uma invisibilidade da identidade indígena, pois, para escapar da violência do contato, os índios abandonaram traços culturais que os denunciavam como tais. Na tentativa de se passarem por caboclos, adotaram hábitos dos seringueiros, como morar em "casas de madeira construída sobre palafitas" (MAHER, 2002, p. 122).

Para Aquino & Iglesias (2002), o "desejo" de deixar de ser índio foi uma estratégia de sobrevivência do tempo de cativeiro. Como exemplo, o "desejo" de ser batizado, pois os mesmos observavam que "os seringueiros só matavam os índios que não eram". Os seringueiros não tinham o "menor escrúpulo de atirarem num índio pagão", embora já convivessem entre si. Os índios ouviam e viam os seringueiros matarem índios "só pelo prazer de verificar a boa pontaria de seu rifle". O índio batizado "identifica-se logo com os seringueiros, julga-se um outro homem, um carua ou civilizado, e não admite que o chamem de índio" (p. 221). Mas, mesmo quando os grupos indígenas se misturaram (genealógica e culturalmente, entre índios

de variadas tradições e entre índios e não-índios), a plena assimilação não ocorreu, emergindo nas últimas décadas a reivindicação de serem reconhecidos como Ashaninka, Kaxinawá e outros e, portanto, com direitos às terras que ocupavam.

O "Tempo dos direitos", segundo a narrativa oficial, se inicia com o apoio do CIMI e com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976. O CIMI foi criado em 1972, tinha como objetivo apoiar o processo de autonomia dessa população como povos "étnica e culturalmente diferenciados", contribuindo para o fortalecimento de suas organizações, articulações e alianças (www.chicomendes.org.br). Já a FUNAI, que sucedeu o SPI, estruturou-se no Acre em uma conjuntura marcada pela compra dos seringais por grupos econômicos do centro sul do país, os chamados "paulistas", e pelo surgimento de graves conflitos pela posse da terra, entre fazendeiros e posseiros/seringueiros e posseiros/índios.

Antes da vinda da FUNAI, o CIMI já tinha iniciado um levantamento das populações indígenas do estado do Acre e comprovaram "a presença dos povos indígenas, fato que vinha sendo ocultado na memória e imagem que certos segmentos faziam do Acre". O Acre, naquele momento, era considerado como o estado onde "os povos indígenas havia sido extintos ou incorporados à comunhão nacional" (BARNES, 2006, p. 39).

Com esse levantamento as populações indígenas tomam conhecimento de que, na condição de indígena, poderiam garantir o seu direito à terra. Diante dessa possibilidade, desencadeia-se a resistência das comunidades que se recusam a sair de suas colocações, provocando a vinda de equipes da FUNAI ao Acre, em 1976. Nesse caso, houve uma emergência étnica/indígena, durante a qual as populações que anteriormente camuflavam sua identidade como indígenas, se colocam no centro das discussões e reivindicações de direitos que essa condição oferece. Nesse sentido, a recuperação de uma identidade indígena esteve associada à descoberta da existência desses direitos. Este é o "tempo dos direitos", tempo marcado pela livre comercialização da borracha, pela conquista e demarcação de Terras Indígenas, pelo surgimento de escolas e da educação diferenciada, pelo direito de

serem reconhecidas, como Yawanawá, Madijá, Nawa e tantos outros. Como lembra um Jaminawá, é o tempo que o índio "deixou de trabalhar com os patrões, fizeram cooperativas" e conquistaram a terra (CRUZ e FERREIRA, 2004, p. 112).

A definição dos territórios indígenas se fundamenta na ocupação efetiva, e a longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais, muitas vezes ancoradas na memória dos mais antigos e no reconhecimento de seu vínculo territorial e de sua condição de indígena. Os índios, ao serem incorporados à empresa seringalista, se "misturaram" com os cariús (não indígenas), tanto maritalmente quanto do ponto de vista econômico, incorporando muito dos costumes dos não índios e sendo denominados genericamente de caboclos. Nesse sentido, João Pacheco de Oliveira (1999), em estudos sobre os "índios misturados do Nordeste", traz uma importante contribuição para compreender a emergência indígena das últimas décadas.

O autor chama atenção para três aspectos principais: o primeiro diz respeito à autenticidade do indígena; o segundo, à relação entre terra e índio; e o terceiro, ao aspecto cultural.

No primeiro aspecto destaca, a partir da discussão de grupos étnicos de F. Barth, que o grupo como entidade social emerge da diferenciação estrutural dos grupos em interação. É um modo de constituir oposições e classificar pessoas. Modo em que o social e o simbolicamente relevante são as fronteiras que esses grupos criam para manter a sua distinção.

O índio, nessa perspectiva das fronteiras étnicas, não é uma unidade cultural, porém, uma unidade legal, acionada para obter o reconhecimento de direitos específicos. Como unidade legal, as lideranças indígenas transformam os processos locais de identificação puramente negativos, como a de caboclos, reivindicando direitos que decorrem do *status* jurídico do índio (OLIVEIRA, 1999; 2003).

O segundo aspecto relaciona-se ao "território", sobre como apresentar evidências históricas sobre a antiguidade da Terra Indígena reivindicada, pois, no caso do Acre, as Terras Indígenas reivindicadas por eles não são os

territórios ocupados imemorialmente, já que foram expulsos para áreas nas quais inexistiam seringa e caucho. Essa questão é central na existência atual dos índios e se reflete "não apenas nas suas mobilizações político-reivindicatórias, mas também ocupa uma posição central na definição dos padrões de sua organização social e nas suas manifestações identitárias e culturais" (OLIVEIRA, 1999, p. 108).

No que diz respeito ao aspecto cultural, ressalta o antropólogo,

> *(...)* os direitos indígenas não decorrem de uma condição de primitividade ou de pureza cultural a ser comprovada nos índios e coletividades indígenas atuais, mas sim do reconhecimento pelo Estado brasileiro de sua condição de descendentes da população autóctone (OLIVEIRA, 1999, p. 117-118).

Trata-se, segundo Oliveira (1999), de um "mecanismo compensatório pela exploração territorial", pelo "extermínio de incontável número de etnias e pela perda de uma significativa parcela de seus conhecimentos e do seu patrimônio cultural". Nesse sentido, demarcar territórios indígenas significa: "resgatar uma dívida histórica" com os habitantes originais do Brasil, propiciar as "condições fundamentais para a sobrevivência física e cultural" desses povos e preservar a "diversidade cultural brasileira" (p. 117-118).

A identidade indígena não se restringe aos grupos definidos por critérios linguísticos e "sinais diacríticos" – estes que, na maioria dos casos, já tinham sido silenciados desde que houve a desagregação das aldeias e quando a empresa seringalista se instalou – e, sim, pela auto identificação. O que significa utilizar elementos para se identificar e se diferenciar dos demais, como também a auto identificação realizada pelo outro para identificar e diferenciar o grupo.

A partir da década de 1980 aumentou o número de populações que passaram a reivindicar pública e oficialmente a condição de indígenas, no Acre. Trata-se de famílias que, miscigenadas e territorialmente espoliadas, reencontraram contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de identidades étnicas. Isso significa dizer que o movimento indígena passa por um processo de auto reconhecimento, e, também, pela "retomada de

suas tradições a partir de uma identidade genérica de caboclos, sem uma língua distinta, cristianizados, muitas vezes integrados aos mercados local e nacional como força de trabalho" (ARRUTI, 1997, p. 11), situação também vivenciada pelos índios nordestinos estudados pelo antropólogo José Maurício Arruti (2006).

Nesse sentido, no processo de emergências indígenas, as "lutas comuns e os rituais retomados ou inventados" contribuem para dotar aqueles sujeitos de uma "grande importância normativa, afetiva e valorativa, criando as condições para que surja em torno daqueles sujeitos históricos um sentimento de unidade, de pertencimento e destino comuns" (ARRUTI, 1997, p. 28).

De todos os povos tradicionais, os povos indígenas foram os "primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais", inicialmente com a criação da FUNAI (1967) e a promulgação do Estatuto do Índio, em 1973, época em que houve um aumento no reconhecimento dessas populações, tendo em vista integrá-los à comunhão nacional.

A FUNAI foi criada com o propósito de garantir aos índios "a posse permanente das terras que habitam e o usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as unidades neles existentes" (Lei n° 5.371 de 05/12/1967).

O Estatuto do Índio inaugura a autodenominação como critério de reconhecimento, pois leva em consideração que índio é quem se considera como tal e assim é considerado pela sociedade envolvente. Nesse contexto, a categoria Terra Indígena foi definida e classificada, pelo Estatuto, em três tipos, como: as áreas de posse permanente dos índios, que constituem o seu *habitat*; as áreas dominiais, recebidas por doações e/ou compra pelos próprios índios, e as áreas reservadas pelo Estado (Lei n° 6.001 de 19/12/1973).

Os anos de 1980 abriram novos espaços para o debate sobre a questão indígena. As ONGs, os movimentos indígenas e os organismos internacionais articularam-se em campanhas pela demarcação de Terras Indígenas, contudo, o grande ganho foi a partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988.

A Constituição de 1988 reconhece aos índios sua especificidade sociocultural e o direito às terras por eles tradicionalmente ocupadas, o que impulsionou as reivindicações por Terras Indígenas.

A Constituição também dedica um capítulo aos índios, reconhecendo seus direitos às terras de ocupação tradicional, bem como à preservação de sua cultura e de canais próprios de expressão e representação. As organizações indígenas tiveram sua existência jurídica reconhecida e reduziu-se o espaço político ocupado pelo indigenismo tutelar. Com isso, foi invertida "uma tradição anterior de políticas assimilacionistas, em que o fim último era a integração dos índios na chamada comunhão nacional", manifestada pelo Serviço de Proteção ao Índio (CPI) e pelo Estatuto do Índio (OLIVEIRA, 1999, p. 164-165).

A Constituição de 1988 adota um único critério para a definição de uma Terra Indígena: que nela os índios exerçam de modo estável e regular, uma ocupação tradicional, isto é, que utilizem tal território segundo "seus usos e costumes". E define Terra Indígena como "toda e qualquer parcela do território brasileiro ocupado e utilizado em caráter permanente por uma sociedade indígena ou por um de seus segmentos", constituindo-se, assim, no "*habitat* tradicional" para a garantia da "reprodução econômica e social destas coletividades" (OLIVEIRA, 1999, 157). Isso é explicitado nos artigos 231 e 232. O Art. 231 reconhece:

> *(...)* aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

Reconhece, também, que as "terras tradicionalmente ocupadas por índios" são as:

> *(...)* habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus costumes e tradições (BRASIL, 1988, Art. 231, & 1°).

No Acre, a instalação da FUNAI tinha o intuito de resolver os conflitos entre os habitantes que se diziam índios e os novos proprietários da terra, já que, para os fazendeiros terem acesso aos incentivos fiscais, eram necessários os laudos técnicos que comprovassem a inexistência de índios na propriedade. E essa certidão só era emitida pela FUNAI.

As primeiras ações da FUNAI no Acre foram os levantamentos demográficos e socioeconômicos das populações indígenas acreanas. Entre elas, a dos Manchineri e Jaminawá nas cabeceiras do rio Iaco, Kulina e Kaxinawá no alto Purus, Kaxinawá nos rios Envira, Tarauacá e Jordão, Yawanawá e Katukina no Rio Gregório, Poyanawa e Nukini no rio Moa, Katukina no rio Campinas, Kulina e Kampa no alto rio Envira e ainda Shanenawa, na época também identificada como Katukina (AQUINO & IGLESIAS, 2005a).

O primeiro trabalho realizado visava a identificação dos territórios tradicionais ocupados naquele momento pelos indígenas. Naquela época, os índios, segundo Terri Aquino, viviam à "moda dos seringueiros, castanheiros, pescadores e, também, como peões dos paulistas" (VARADOURO, fev./1978b). Até o governador do estado do Acre, na época, Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979), mandou carta ao presidente da FUNAI perguntando "de onde saíram esses índios", pois os órgãos oficiais, inclusive a FUNAI, "desconheciam a existência dessas populações no Estado" (AQUINO, 2001, p. 38).

O antropólogo "Txai" Terri V. Aquino integrou a primeira equipe da FUNAI responsável pelo levantamento socioeconômico e demográfico dos Kaxinawá nos rios Envira, Tarauacá e Jordão, fruto do questionamento do então governador Geraldo Mesquita. Desse trabalho, resultou a dissertação de mestrado *Kaxinawá: de seringueiro "caboclo"* a peão *"acreano"*, defendida em 1977, na UnB. Nessa dissertação, o autor discute a trajetória dos Kaxinawá durante sua inserção na empresa seringalista e, mais tarde, em sua inserção como peão da frente agropecuária, bem como a experiência do "seringal caboclo", protagonizada pelos Kaxinawá no rio Jordão (AQUINO, 1977). Aquino (2001) relata que, quando começou o levantamento so-

cioeconômico, "os índios desconheciam seus direitos sobre seus territórios" e que, oficialmente, não existiam índios no Acre e, "quanto menos, terra para eles" (p. 38). A versão oficial era que não havia índios e, sim, "caboclos pintados de urucum".

O movimento de resistência indígena, com o apoio da CPI e CIMI, se fortaleceu a partir da criação de cooperativas para a venda de borracha e compra de mercadorias e, assim, se livrou do aviamento dos patrões cariús, tornando possíveis alternativas sociais e econômicas ao esquema dos seringais instalados na região. Esse movimento de cooperativas, segundo o sertanista Meireles, "deu um fôlego para os índios saírem das mãos dos patrões de seringais" e "ajudou os índios a se mobilizar pela conquista de suas terras. Os índios começaram a sair dos fundos dos seringais" para a margem dos rios principais (AQUINO e IGLESIAS (Papo de Índio, 18/05/2008).

A implantação e o funcionamento das cooperativas, administradas pelas lideranças locais e viabilizadas com recursos intermediados pelas entidades indigenistas, principalmente pela CPI-Acre, resultou, em nível local, na desarticulação do quase secular regime de barracão engendrado pelos patrões; no "ajuntamento" de famílias indígenas que viviam espalhadas por seringais e colônias; na retirada dos patrões e de seringueiros não-índios das Terras Indígenas; na abolição da renda pelas estradas de seringa; e, na conquista de maior autonomia a fim de venderem nas cidades as produções de borracha e gêneros agrícolas e comprar mercadorias nas cidades (AQUINO & IGLESIAS, 2005a, p. 127).

Concomitante a esse "tempo dos direitos", que corresponde ao reconhecimento e demarcação de Terras Indígenas, surge também, com o Governo da Floresta, o denominado "tempo da revitalização cultural", proporcionado pela incipiente educação bilíngue via políticas públicas indígenas, nos anos 2000. Os cursos de educação bilíngue têm contribuído, minimamente, para o "fortalecimento das identidades étnicas e revitalização cultural dos grupos participantes, por meio do incentivo ao ensino das manifestações da cultura tradicional" (WEBER, 2006, p. 105).

O recente interesse dos índios pela cultura, segundo Weber (2006), é um novo meio de "aproximação ao mundo dos brancos", pois a mercantilização da cultura tem gerado renda para algumas comunidades indígenas e tem proporcionado a elevação da autoestima do povo. A cultura, para um professor indígena, entrevistado por Weber (2006, p. 153), é considerada como "uma coisa importante que está unindo o branco com o índio", reforçando que a cultura "pra mim é uma coisa novata, uma coisa que é nossa, mas eu nunca tinha visto" (p. 147). Essa situação é oposta à de antes do "tempo de direitos", pois, como vimos, antes os índios queriam tornar-se brancos, e hoje, querem voltar a ser índios.

Essa revitalização é fruto também das iniciativas do Governo da Floresta, que criou, em 1999, o Núcleo de Indigenismo da FEM. Este núcleo atuou no sentido de implementar ações que visavam a "manutenção da identidade cultural" dos povos indígenas, por meio do "incentivo à produção e uso das artes materiais e artísticas desenvolvidas pelos próprios índios, de forma a promover a revitalização cultural almejada por essas etnias" (AQUINO e IGLESIAS, 2005a, p. 186). O governo também incentivou, além da produção artesanal, os festivais de cultura, a valorização dos saberes e usos associados à "medicina" e à formação de novos pajés, o qual recebe o reconhecimento dos povos indígenas, como relata um Jaminawa: "o Governo da Floresta começou a se preocupar desse lado da cultura" (CRUZ e FERREIRA, 2004, p. 110).

Outra iniciativa do Governo da Floresta foi criar, em 2003, a Secretaria Executiva dos Povos Indígenas (SEPI). Esta secretaria teve como objetivo articular as "políticas públicas, dialogar e discutir com as comunidades as demandas dessas" e transformá-las em "agenda para que o Estado" pudesse atendê-las melhor. Para Francisco Pianko, então secretário da SEPI, o "Acre é o primeiro estado que vai conseguir ter uma política definida com orçamento, com metas e com estudos para o desenvolvimento" das comunidades indígenas (entrevista com Francisco Pianko, em abril de 2008).

Para Francisco Pianko, a diferença fundamental para os povos indígenas em relação aos governos anteriores é a de que, hoje, quando os índios

procuram governo, ele existe. Antigamente, explica, era como se os índios não existissem dentro do Estado (entrevista em abril de 2008).

Pianko considera que a criação da secretaria indígena foi uma conquista do movimento indígena, muito mais que um gesto de boa vontade do atual governo,

> Nós somos responsáveis pelo surgimento da secretaria e o que queremos é que ela coopere com a evolução do movimento indígena do Acre, não só das cabeças, mas das bases. As ações da secretaria devem atingir cada um dos índios do Estado (PÁGINA 20, 14/01/2003).

Entre as expressividades culturais mais significativas dos povos indígenas que vivem no Acre, a partir dos anos 2000, se destacam os "Encontros de Culturas", como o "Festival Yawa" do povo Yawanawá da Terra Indígena rio Gregório (figura 05), as festas de "mariri" em algumas Terras Indígenas, a implantação da educação bilíngue diferenciada, em algumas aldeias e a publicação de revistas temáticas sobre os povos indígenas do Acre.

**Figura 05 - Ilustração do Festival Yawa**
Fonte: <www.yawanawa.org>.

O 1° Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas aconteceu em abril de 2000, como atividade promovida pelo Executivo estadual em comemoração aos "500 anos do descobrimento do Brasil, mais os 500 anos de resistência cultural e da luta dos povos tradicionais da região". Na justificativa do evento, os "índios e seringueiros nordestinos" foram apresentados como aqueles que participaram da criação do "Estado

Independente do Acre" e depois fizeram a Revolução Acreana, para que essa "terra e seu povo se tornassem Brasil" (www.fem.ac.gov.br).

Em 2002, realizou-se o primeiro "Yawa – Festival de dança, expressões artística, manifestação cultural e espiritualidade do povo Yawanawa", que deu origem ao DVD homônimo traduzido para oito línguas. Esse evento surgiu da "necessidade de valorizar as danças, expressões artísticas, cultural e espiritual que não foram apagadas e esquecidas da memória dos Yawanawá" (www.yawanawa.org). O mesmo, segundo o cacique e pajé Niximaka em depoimento à antropóloga Ingrid Weber, tem se mostrado uma "importante escola de educação de nossa cultura" (WEBER, 2006). O Yawa, além de contribuir para a autoestima do seu povo, tem se constituído em uma grande vitrine da cultura indígena acreana, através de um renascimento/redescobrimento como povo, com uma "cultura, uma identidade e uma espiritualidade em pleno século XXI" (AQUINO e IGLESIAS, 2005a, p. 186).

Os povos Yawanawá, Kaxinawá e os Ashaninka são os que mais investem em um "resgate" cultural de suas tradições, principalmente, a partir das festas e festivais culturais. Em 1999, os Yawanawá lançaram o CD – "Saiti Munuti-Mariri Yawanawá – Secred ceremonial songs of the Yawanawá people", uma coleção de cantos cerimoniais que "nos fazem recordar nossos antepassados e nos conectam ao mundo 'moderno', sem perder nossa identidade cultural". Saiti Munuti é o que nos "fortalece como um povo indígena, com uma cultura, língua e tradição diferente" (www.yawanawa.org).

Os Yawanawá investem na publicidade e politização de sua cultura, o que atrai cada vez mais participantes não indígenas para os seus festivais, como o então governador do estado do Acre, Jorge Viana, no festival de 2003. O Governo da Floresta é sempre apontado como um grande "amigo dos índios" para estes grupos que recebem apoio direto, pois, desde que assumiu o Executivo estadual, ele cumpre com o compromisso de "apoiar os processos de regularização das terras indígenas no Acre" (AQUINO & IGLESIAS, 2005b). Francisco Pianko, que ocupou o cargo de secretário da SEPI do Acre no período de 2003 a 2006, ressalta que, antes do Governo da Floresta, "os índios eram ignorados no Estado, vistos como problema e

atraso" e, com o governo de Jorge Viana, "a FUNAI deixou de ser o único órgão responsável na atuação voltada a eles" (entrevista em abril de 2008).

Os Yawanawá também têm investido na mercantilização da cultura com o lançamento, a partir de 2005, do Kene Yawanawá, marca da grife de roupas (figura 06).

**Figura 06 – Roupas da Kene Yawanawá**
Fonte: <www.yawanawa/org>.

O projeto da grife Yawanawá surgiu no 1° Festival de Cultura Yawanawá. E desde então, as lideranças Yawanawá investem nessa

> (...) arte milenar para compartilhar com o mundo ocidental a valorização da arte indígena expressa nas pinturas corporais e faciais, através do transporte dos mesmos em tecidos que levassem a marca do povo Yawanawá (www.yawanawa.org).

O povo Ashaninka, do rio Amônea, é um dos povos indígenas do Acre apoiados pelo Governo da Floresta e tem trabalhado para o "resgate" da cultura. Esse povo, além das festas de "mariri", participa de feiras artesanais e aprovou, em 2006, o Projeto Escola Yorenka Ãtame (Saber da Floresta), criado no sentido de "dar continuidade à preservação de seus conhecimentos tradicionais" (www.apiwtxa.blogspot.com).

Os etnônimos dos povos indígenas (já reconhecidos) que hoje vivem no Estado do Acre são: Arara (autodenominação Shawãdawa), Kampa (autodenominação Ashaninka), Jaminawá, Jaminawá-Arara, Katukina, Kaxinawá (autodenominação Huni Kuin), Kulina (autodenominação Madijá), Shanenawa, Manchineri, Nawá, Nukini, Poyanawa, Yawanawá, Apolima-Arara e Isolados (AQUINO e IGLESIAS, 2005a).

Além desses índios já reconhecidos no Acre, existem os "índios isolados", considerados sobreviventes das "correrias" promovidas por *caucheiros* peruanos e seringalistas brasileiros a partir das três últimas décadas do século XIX. Estes formam um conjunto bastante diverso, porém numericamente reduzido, dos povos indígenas que lograram, por mais de um século, manter-se relativamente, à margem das atividades produtivas da empresa seringalista. Esses índios, denominados de "brabos" pelos patrões, seringueiros e índios já inseridos na vida dos seringais, passaram a ser considerados ameaça à "segurança" das famílias que trabalhavam nas colocações mais afastadas. Por quase oitenta anos, os patrões seringalistas adotaram diferentes estratégias para tentar manter os "brabos" afastados de suas propriedades. Nas duas primeiras décadas do século XX, acordos foram firmados com *caucheiros* peruanos para que, em troca do aproveitamento dos cauchais, estes realizassem correrias contra as malocas de "brabos" e "limpassem" os terrenos para que os seringalistas pudessem formar seringais.

Nos anos de 1920, patrões dos rios Jordão e Tarauacá financiaram as atividades da "polícia de fronteira", comandada pelo mateiro e patrão cearense Felizardo Cerqueira, à frente dos Kaxinawá, que se agruparam no seringal Revisão (último seringal do Rio Jordão na fronteira com o Peru) (AQUINO e IGLESIAS, 2005a, p. 33). Os isolados optaram por "refugiar-

-se e estabelecer moradia permanente em território peruano, onde a seringa inexistia e, em grande medida, o *caucho* fora esgotado no início do século passado" (XX), como resultado do extrativismo predatório promovido pelos *caucheiros* advindos dos afluentes do Ucayali e do Madre de Dios (AQUINO e IGLESIAS, 2005a, p. 33).

Em 2008, eram duas as Terras Indígenas já regularizadas e destinadas aos "isolados": Kampa (Ashaninka) e Isolados do Rio Envira no município de Feijó, que é dividida com cerca de 230 Ashaninka e a Terra Indígena Alto Tarauacá, no município de Feijó, exclusiva para eles. Já a Terra Indígena Riozinho do Alto Envira está em processo de identificação e será também dividida com cerca de 15 Ashaninka (AQUINO & IGLESIAS (Papo de Índio), 30/06/2008).

No Acre, em 2008, havia 38 terras indígenas, das quais 23 já estavam registradas e três (03) homologadas, o que significa que estão plenamente regularizadas. As outras estavam em processo de criação (05 em identificação, 01 a identificar, 01 identificada e 01 Área Dominial) (ver quadro 04[5]), e dois novos pedidos de reconhecimento ainda estão sem nenhuma providência por parte da FUNAI (Kuntanawa do alto Rio Tejo, no Vale do Juruá, e Jaminawa/Madiha de Santa Rosa do Purus). Incluindo-as, a extensão agregada das Terras Indígenas será equivalente a cerca de 15% do território acreano (AQUINO e IGLESIAS, 2005a).

Das 38 T.I. já reconhecidas listadas no quadro 04, em 2008, dez (10) estavam em estudo para revisão de limites: Rio Gregório do povo Yawanawá e Katukina, Nukini na área de entorno do Parque Nacional da Serra

5 A primeira estapa de definição de um Ti é a identificação e determinação. Nessa etapa, realizam-se os estudos de natureza etno-histórico, sociológico, fundiário, cartográfico, ambiental e o levantamento fundiário necessário à delimitação (decreto 1775-96). Após aprovação do relatório com essas informações, pelo presidente da FUNAI, o memorial descritivo e o mapa da TI são publicados nos diários oficiais da União e do Estado onde a terra será localizada. Após a publicação do mesmo e decorrido o prazo de constestação, o ministro da justiça declara os limites da TI a ser decretada pela FUNAI. A última etapa do processo é a homologação pelo presidente da república, acompanhada pelo registro no cartório de registo de imóveis da comarca municiapal, onde a terra está localizada, e o respectivo cadastro na secreataria de patrimônio da União.

do Divisor/PNSD, Igarapé do Caucho, Katukina-Kaxinawá, Campinas--Katukina, Mamoadate, Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Poyanawá e Arara do Igarapé Humaitá.

| MUNICÍPIO | TERRAS INDÍGENAS | POVO | ÁREA (HA) | POPULAÇÃO | SITUAÇÃO JURÍDICA |
|---|---|---|---|---|---|
| **Vale do Purus** | | | | | |
| Assis Brasil | Cabeceira do Rio Acre | Jaminawa | 78.512,58 | 238 | Registrada* |
| Assis Brasil e Sena Madureira | Mamoadate | Manchineri Jaminawa | 313.647,00 | 937 168 | Registrada |
| Sena Madureira | Jaminawa do Rio Caeté | Jaminawa | 9.878,48 | 78 | A identificar |
| | Manchineri do Seringal Guanabara | Manchineri | 213.254 | 166 | Em identificação |
| | Jaminawa do Guajará | Jaminawa | 600 | 70 | Em identificação |
| Sta Rosa do Purus e Manuel Urbano | Alto Purus | Kaxinawa Kulina | 263.129,81 | 1.117 743 | Registrada |
| **Vale do Juruá** | | | | | |
| Feijó | Jaminawa Envira | Kulina Ashaninka | 80.618,00 | 60 51 | Registrada |
| | Kampa (Ashaninka) Isolados do Rio Envira | Ashaninka Isolados | 232.795,00 | 283 ? | Registrada |
| | Katukina-Kaxinawá | Shanenawa Kaxinawá | 23.474,04 | 322 376 | Registrada |
| | Kaxinawá do Rio Humaitá | Kaxinawá | 127.383,56 | 287 | Registrada |
| | Kaxinawá Nova Olinda | Kaxinawá | 27.533,40 | 247 | Registrada |
| | Kulina do Rio Envira | Kulina | 84.364,61 | 257 | Registrada |
| | Kulina do Igarapé do Pau | Kulina | 45.590,00 | 127 | Registrada |
| | Kaxinawa do Seringal Curralinho | Kaxinawa | ? | 89 | Em identificação |

| MUNICÍPIO | TERRAS INDÍGENAS | POVO | ÁREA (HA) | POPULAÇÃO | SITUAÇÃO JURÍDICA |
|---|---|---|---|---|---|
| Feijó e Santa Rosa do Purus | Riozinho do Alto Envira (Xiname Velha) | Ashaninka Isolados | 260.970,00 | 15<br>? | Identificada |
| Tarauacá | Kampa do Igarapé Primavera | Ashaninka | 21.987,00 | 21 | Registrada |
| | Kaxinawa da Colônia 27 | Kaxinawa | 105,17 | 70 | Registrada |
| | Kaxinawa Igarapé do Caucho | Kaxinawa | 12.317,89 | 531 | Registrada |
| | Kaxinawa da Praia do Carapanã | Kaxinawa | 60.698,00 | 485 | Registrada |
| | Rio Gregório | Yawanawa Katukina | 92.859,75 | 475<br>99 | Homologada |
| Cruzeiro do Sul | Campinas Katukina | Katukina | 32.623,64 | 404 | Registrada |
| | Jaminawa do Igarapé Preto | Jaminawa Jaminawa-Arara | 25.651,62 | 171<br>39 | Registrada |
| Marechal Thaumaturgo | Jaminawa-Arara do Rio Bagé | Jaminawa-Arara | 28.926,00 | 196 | Registrada |
| | Kampa do Rio Amônia | Ashaninka | 87.205,40 | 450 | Registrada |
| | Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu | Ashaninka Kaxinawa | 31.277,00 | 359<br>53 | Registrada |
| | Arara do Rio Amônia | Arara, Santa Rosa, Amawaba, Konibo, Kampa, Txama | 20.724 | 278 | Em identificação |
| Jordão e Feijó | Alto Tarauacá | Isolados | 142.619,00 | ? | Homologada |
| Jordão | Kax. do Baixo Rio Jordão | Kaxinawa | 8.726,00 | 319 | Registrada |
| | Kaxinawá do Rio Jordão | Kaxinawa | 87.293,80 | 1230 | Registrada |
| | Kax. do S. Independência | Kaxinawa | 11.463,00 | 166 | Área dominial |

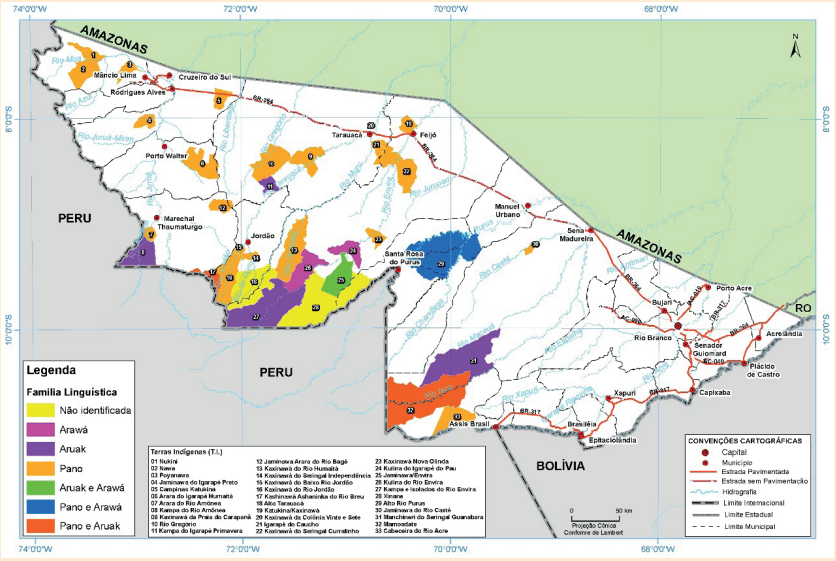
| MUNICÍPIO | TERRAS INDÍGENAS | POVO | ÁREA (HA) | POPULAÇÃO | SITUAÇÃO JURÍDICA |
|---|---|---|---|---|---|
| Mâncio Lima | Nukini | Nukini | 27.263,52 | 553 | Registrada |
| | Poyanawa | Poyanawa | 24.499,00 | 403 | Registrada |
| | Nawá | Nawa, Arara, Nukini, Jaminawa | 83.218 | 306 | Em identificação |
| Porto Valter | Arara do Igarapé Humaitá | Arara | 86.700,00 | 327 | Homologada |
| **Total** | | | 2.390.112 | 12.720,00 | |

**Quadro 04 - Povos e Terras Indígenas no Acre**
Fonte: Acre, 2006a; Aquino e Iglesias, 2005a.

Essas novas demandas territoriais decorrem do "crescimento demográfico dos povos indígenas" no estado do Acre, bem como da revisão dos componentes indígenas dos EIA-RIMA pelo asfaltamento das BRs 364 e 317 e "negociação, junto ao governo estadual, de planos de mitigação e compensação pelos prejuízos ambientais, sociais e culturais resultantes da pavimentação dessas rodovias federais" (AQUINO & IGLESIAS (Papo de Índio), 18/06/2006; MACIEL (Papo de Índio), 25/03/2006).

As reivindicações territoriais, ainda sem providência por parte da FUNAI em 2008, no Acre, eram: uma localizada no município de Marechal Thaumaturgo, na Reserva Extrativista do Alto Juruá, dos Milton, grande família formada a partir de casamentos de descendentes de Kuntanawa e Neanawa (PANTOJA, 2008). Eles fazem parte dos povos indígenas julgados extintos e que ressurge a partir de seus descendentes. Estes, desde 2003, estão empenhados em ser reconhecidos enquanto Kuntanawa e conquistar um território próprio, mas estão enfrentando problemas, pois o território reivindicado é incidente na Reserva Extrativista Alto Juruá. Outro povo que busca reconhecimento são os Jaminawa/Madijá, que vivem atualmente no Alto Rio Purus, os quais propõem que seja criada a TI Estirão (município de Santa Rosa do Purus) onde vivem 160 índios Jaminawa e Madijá e os Manchineri do Seringal Guanabara (AQUINO e IGLESIAS (Papo de Índio), 11/06/2006).

As 34 Terras Indígenas estão distribuídas em metade dos 22 municípios do Acre, com maior concentração nos vales dos rios Juruá, Tarauacá e Envira, na fronteira com o Peru (ver mapa 01). Essas terras destinam-se a 14 povos indígenas com uma população estimada em pouco mais de 13.000 habitantes, cerca de 2,1% da população atual do estado do Acre. Esses números dizem respeito apenas aos moradores das Terras Indígenas, não incluindo aí um considerável contingente indígena que habita os centros urbanos.




**Mapa 01 - Terras Indígenas no estado do Acre, em 2008.**
Fonte: Aquino & Iglesias, 2005 a.

Nas cidades, segundo dados da Administração da FUNAI de Rio Branco, de 2008, são cerca de 3.700 índios, residindo em 15 sedes municipais, dos quais 2.500[6] na cidade de Rio Branco. Tampouco incluem dados demográficos da Frente de Proteção Etnoambiental Envira, que estima a população de "isolados" entre 600 a 1000 índios. Agregando esse conjunto de dados, é possível afirmar que a população indígena no Acre é de apro-

6 Segundos dados do IBGE do Censo de 2010, existem 4.270 pessoas vivendo fora das aldeias, 1020, segundo levantamento do CIMI, na cidade de Rio Branco (CIMI, 2012).

ximadamente 18 mil, correspondente a 3% da população acreana (dados de 2008). Entretanto, nos municípios novos que fazem fronteira com o Peru, como Jordão e Santa Rosa do Purus, os habitantes indígenas Kaxinawá e Kulina constituem, respectivamente, 40% e 60% de suas populações (AQUINO e IGLESIAS (Papo de Índio), 25/02/2007).

## 3.3 A Aliança dos Povos da Floresta

O 1° Encontro Nacional dos Seringueiros, de 1985, decidiu que, a partir daquele momento, seria realizada uma campanha no sentido de se tentar uma aliança com os índios, já que as lutas tinham o mesmo alvo, isto é, a resistência à pecuarização e à ação dos madeireiros. Os depoimentos abaixo, de um índio e de um seringueiro, em 1988, são ilustrativos dessa Aliança; naquela ocasião Raimundo Barros, dizia:

> As lideranças seringueiras procuraram mostrar às lideranças indígenas que os seringueiros, a exemplo do que ocorreu com os índios, estão sendo espoliados pelo avanço do capital e do latifúndio. A exploração irracional das madeiras, os desmates predatórios e a completa expropriação dos recursos existentes nas matas foram apontados como uma verdadeira ameaça aos índios e seringueiros (PAULA, 1991, p. 210-211).

Já o índio Zé Ossai ressaltava que:

> *(...)* o mais importante é saber que índios e seringueiros hoje já estão conscientes de que vivem problemas semelhantes ... e se sente muito feliz pelo fato de seringueiros estarem hoje ao lado dos índios, porque em outras épocas o latifúndio se utilizou dos seringueiros para expulsar os índios de suas terras, que depois acabaram nas mãos dos fazendeiros (PAULA, 1991, p. 210-211).

O seringueiro não queria ser colono, queria utilizar as áreas comunitariamente: "não queremos título de propriedade"; "queremos que ela seja da União, com usufruto dos seringueiros", dizia Chico Mendes. "Essa coisa pegou e chamou a atenção dos índios, que começavam a se articular" em

torno da criação de Terras Indígenas (PORTO-GONCALVES, 1998, p. 490).

Ao defender as Reservas Extrativistas como bandeira de luta, os seringueiros abriam caminho para a aproximação com o movimento indígena, que culmina em 1989 na "Aliança dos Povos da Floresta", na aliança entre o CNS e a União das Nações Indígenas (UNI). A UNI, junto com o CNS, no âmbito da "Aliança dos Povos da Floresta", defenderam a regularização de Terras Indígenas, a criação das Reservas Extrativistas e de políticas públicas para a economia da borracha (AQUINO e IGLESIAS, 2005a, p. 154).

A UNI, em diferentes fóruns políticos, nos anos de 1988-89, assumiu posições conjuntas com o CNS, reivindicando que o Governo Federal procedesse à regularização de áreas indígenas e Reservas Extrativistas e efetivasse políticas públicas que garantissem a permanência e a melhoria da qualidade de vida das populações da floresta. Essas lideranças dos movimentos seringueiro e indígena atuavam pela primeira vez em conjunto, e também tentaram influenciar os rumos da política oficial para a borracha, incentivando a realização de pesquisas adequadas às necessidades dos povos da floresta, assim como angariando apoio para os programas de cooperativismo, educação e saúde, que vinham desenvolvendo em parcerias com entidades da sociedade civil (AQUINO e IGLESIAS, 2005a).

A Aliança dos Povos da Floresta oficializou-se durante o II Encontro Nacional dos Seringueiros ocorrido em Rio Branco, em março de 1989. O documento que oficialmente criou a aliança justificava a união desses povos da seguinte forma:

> *(...)* os habitantes tradicionais da floresta amazônica – índios, seringueiros, castanheiros, etc. – baseiam seu modo de vida na extração de produtos como a borracha (látex), a castanha, a balata, os óleos vegetais e outros. Além disso, dedicam-se à caça e à pesca não predatória, bem como à agricultura de subsistência. Esses grupos sociais – os povos da floresta – precisam da mata e dos rios para sobreviver, e sabem como utilizar os recursos naturais sem destruí-los.

> Eles (os habitantes tradicionais), hoje, enfrentam um inimigo comum: o capitalismo predatório que tem invadido as terras de índios e de seringueiros. A Aliança dos Povos da Floresta é a união dos trabalhadores extrativistas com os povos indígenas para a defesa conjunta da reforma agrária e das terras indígenas. Essa aliança, iniciada a partir do Conselho Nacional dos Seringueiros e da União das Nações Indígenas, tem se concretizado na participação de seringueiros em assembléias indígenas e na participação de índios nas assembléias de seringueiros.

> Outros exemplos é a colaboração mútua em projetos de educação, saúde e cooperativismo, no apoio de índios a empates de seringueiros e reivindicações conjuntas contra a implantação de colônias indígenas e contra o projeto Calha Norte, na medida em que esses projetos implicam em medidas agressivas contra pessoas e contra a natureza (www.cnsnet.org.br).

Diante dessa perspectiva, declararam:

> As populações tradicionais que hoje marcam no céu da Amazônia o Arco da Aliança dos Povos da Floresta proclamaram sua vontade de permanecer com suas regiões preservadas. Entendem que o desenvolvimento das potencialidades destas populações e das regiões em que habitam se constituem na economia futura de suas comunidades e deve ser assegurada por toda a Nação Brasileira como parte da sua afirmação e orgulho.

> Esta Aliança dos Povos da Floresta reunindo índios, seringueiros e ribeirinhos iniciada aqui, nesta região do Acre estende os braços para acolher todo esforço de proteção e preservação deste imenso, porém frágil sistema de vida que envolvem nossas florestas, lagos, rios e mananciais, fonte de nossas riquezas e base de nossas culturas e tradições (www.cnsnet.org.br)

O 1° Encontro dos Povos da Floresta e II Encontro Nacional dos Seringueiros teve como principais finalidades legitimar a Aliança (ver figura 07). O mesmo aconteceu três meses após o assassinato de Chico Mendes, com todas as "atenções voltadas para o Acre" (PAULA, 1991, p. 230). Esse

Encontro contou com a presença da imprensa internacional e nacional, representantes de entidades ambientalistas e partidos de esquerda.

**Figura 07 - Cartaz ilustrativo da Aliança dos povos da Floresta**

O movimento social de índios e seringueiros conseguiu importantes conquistas, tanto do ponto de vista do reconhecimento das identidades es-

pecíficas quanto da criação de territórios reservados às comunidades tradicionais; pois antes de 1980, não existia nenhum território de preservação ou de conservação no estado do Acre. Entre os territórios reservados às comunidades tradicionais no Estado[7], conquistados diretamente pelo movimento social destacam-se: as Reservas Extrativistas, os Projetos de Assentamentos Extrativistas e as Terras Indígenas.

Os Projetos de Assentamento Extrativista-PAE, criados em 1987, partem do mesmo conceito de Reservas Extrativistas, mas se expressam no contexto de projetos de reforma agrária. O PAE foi a primeira iniciativa que reconheceu a "posse extrativista"; isso implicava a criação de uma nova categoria de território, e uma tentativa do INCRA de atentar para as possibilidades locais de uso dos territórios e dos recursos, permitindo a subsistência de famílias com perfil extrativista. Os PAEs tiveram a sua denominação alterada em 1996 para Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, o que desviou o objetivo inicial de uso exclusivo ao extrativismo para outros usos, como o manejo florestal empresarial e comercial. Segundo os dados de 2006, são 11 projetos dessa modalidade no Acre (ver quadro 05)[8].

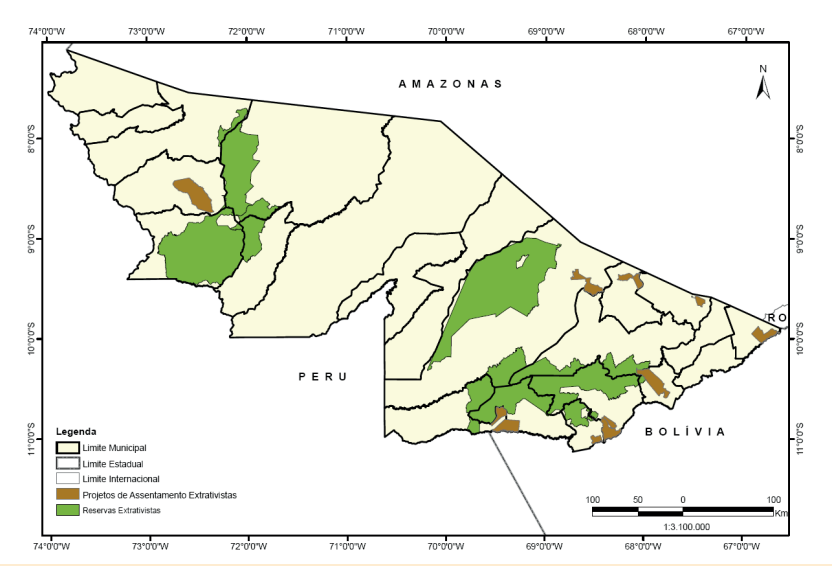
A Reserva Extrativista é uma invenção de direitos, já que não existia na legislação brasileira até 1988, e é fruto do movimento social dos seringueiros. No Acre, existem cinco: Reserva Extrativista do Alto Juruá, Reserva Extrativista Chico Mendes, Reserva Extrativista do Alto Tarauacá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade. As duas primeiras foram criadas em 1990, no auge do movimento social dos seringueiros (ver mapa 02), e as demais em 2000, 2002 e 2005, respectivamente.

7 A partir de 2006 foram criadas as Florestas Estaduais também destinadas às comunidades tradicionais, mas com algumas diferenças no que diz respeito ao uso do solo. Diferentes das áreas de uso tradicional reivindicados pelo movimento social.

8 Existem outras modalidades de Projetos de Assentamentos no Acre, sob responsabilidade do Incra. No total, são 107 (dados de 2006). Além dos PAE, o Acre possui 05 PAD (Projeto de Assentamento Dirigido), 06 PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), 03 PAF (Projeto de Assentamento Florestal), 03 PCA (Projeto Casulo), 02 PAR (Projeto de Assentamento Rápido) e 06 PA (Projeto de Assentamento) e 12 PF (Polo Agroflorestal) criados pelo governo estadual (ACRE, 2006a).

| PROJETO | MUNICÍPIO | ÁREA (HA) | CAPACIDADE | FAMÍLIAS ASSENTADAS | ANO DE CRIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| Remanso | Capixaba | 43.228,18 | 189 | 170 | 1987 |
| Chico Mendes | Epitaciolândia | 24.098,61 | 87 | 84 | 1988 |
| Santa Quitéria | Brasiléia | 44.858,91 | 242 | 221 | 1988 |
| Porto Dias | Acrelândia | 22.348,93 | 98 | 98 | 1989 |
| Riozinho | Sena Madureira | 30.381,62 | 120 | 63 | 1989 |
| Porto Rico | Epitaciolândia | 7.858,42 | 73 | 68 | 1991 |
| Canary | Bujari | 8.053,00 | 27 | 20 | 1997 |
| Limoeiro | Bujari | 11.150,00 | 37 | 16 | 1998 |
| Barreiro | Porto Acre | 9.760,46 | 20 | Sem dado (SD) | SD |
| Equador | Epitaciolândia | 7.757,72 | 36 | 35 | SD |
| Cruzeiro do Vale | Porto Walter | 76.900,00 | 300 | 196 | SD |
| Total | | 978.495,85 | 1.229 | 908 | |

**Quadro 05 - Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no estado do Acre**
Fonte: Acre, 2006a.




**Mapa 02 - Reservas extrativistas e projetos de assentamentos agroextrativistas no estado do Acre, em 2008.**
Fonte: dados do ZEE (fase 2). Organizado por Cláudio Cavalcante, IMAC.

Na década de 1970 e no bojo dos conflitos pela posse da terra, duas identidades são distinguidas no Acre: os acreanos e os paulistas, as quais representavam muito mais do que a origem estadual. A identidade de paulista não somente englobava, sem distinção, todos aqueles não nascidos no Acre, como ser paulista era, por princípio, um qualificativo depreciativo, associado aos males causados aos acreanos pela venda dos seringais. Mesmo aqueles oriundos do Centro-Sul, mas sem laços familiares, econômicos, políticos ou ideológicos com os fazendeiros, precisavam provar sua identificação com a "causa acreana" para serem aceitos e não hostilizados. Da mesma forma como a categoria paulista englobava todos os "de fora", independentemente de classe social ou posição política, o termo acreano englobava todos os "de dentro", seringueiros e seringalistas, patrões e fregueses que fossem contrários à bovinização do estado do Acre (ALLEGRETTI, 2002).

Os índios, a exemplo dos seringueiros, também têm uma longa trajetória a partir do contato com as frentes extrativas do *caucho* e da seringa. Inicialmente, foram massacrados pelos nordestinos pelas violentas correrias protagonizadas por *caucheiros* e por seringalistas. Muitos morreram e alguns se esconderam para não serem mortos. Os que restaram foram encontrados e incorporados à empresa seringalista. Com a crise do extrativismo, "desapareceram" por várias décadas. Reapareceram como peões acreanos, no contexto da frente agropecuária, a partir da década de 1970, e lutando para serem reconhecidos como povos indígenas de diferentes etnias.

A polarização acreano/paulista passa a marcar politicamente o movimento de resistência e confere significados peculiares à disputa pela propriedade da terra: "os paulistas são identificados como os novos colonizadores do território" que, em nome do progresso e apoiados por seringalistas e comerciantes, expulsam índios e seringueiros da mata e devastam a floresta. Já os acreanos são "os seringueiros, índios e demais posseiros que se revoltam com a invasão de suas terras", e acionam um conteúdo identitário para justificar sua permanência nas colocações de seringa, bem como para propor uma nova modalidade de uso dos recursos naturais, "os territórios

reservados ao extrativismo", as Terras Indígenas e as Reservas Extrativistas (PAULA, 1991, 83-84).

No próximo capítulo, iremos discutir a trajetória política do PT no Acre e de que forma os movimentos indígena e seringueiro são acionados pelo Governo da Floresta para implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, e como símbolos da "acreanidade".

CAPÍTULO 04

# A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ACRE: O GOVERNO DA FLORESTA E O "DISCURSO FLORESTÂNICO"

Na década de 1999/2008 observava-se, no Acre, o uso de termos como: mercado verde, eco negócios, dinheiro verde, empreendimentos florestais, florestania, povos da floresta, "acreanidade". A popularização desses termos foi fruto do (re)direcionamento econômico implementado pelo governo estadual, supostamente ancorado nos princípios do "desenvolvimento sustentável", isto é, no uso dos recursos naturais com "sabedoria e em respeito aos saberes e valores culturais dos povos da floresta". Esses princípios "foram" se concretizado em uma crescente mercantilização da natureza, principalmente, no que se refere aos negócios sustentáveis viabilizados pelo manejo florestal e ao incentivo a mercantilização da cultura, principalmente a indígena (ACRE, 2006a).

Dois fatores, enquanto "uso" ideológico-político-discursivo-simbólico, contribuíram para a mercantilização da natureza no Acre: o movimento

social protagonizado por seringueiros e índios (nas décadas de 1970 e 1980) contra a expropriação territorial e em defesa da floresta como meio de sobrevivência, e a emergência de um discurso sobre a "sustentabilidade ambiental", nacional e internacional, que reconhecia o papel das comunidades locais na gestão dos recursos naturais. Fatores esses que o executivo estadual eleito em 1998, pelo PT, insere no seu plano de governo.

Nesse caso, há uma inversão dos parâmetros de desenvolvimento, como lembra Paula (2005), que dão novos significados aos termos "moderno" e "atrasado" no Acre. Os seringueiros e índios, nas décadas de 1970 e 1980, em "função de suas formas de reprodução social", eram considerados "atrasados", principalmente no contexto das políticas públicas desenvolvimentistas do governo do regime militar (1964-1985). E, na década de 1990, com o advento do paradigma do "desenvolvimento sustentável", passam a ser "considerados modernos", exatamente em sua forma de se relacionar com a natureza, pois essa passa a ser a "mais adequada para garantir a proteção da cobertura florestal na Amazônia" (p. 288).

Com base nessas questões, objetivamos, nesse capítulo, discutir a trajetória do PT do Acre – da sua criação, no seio do movimento de seringueiros em Xapuri, à eleição de Jorge Viana para governador estadual, destacando a política estadual denominada de Florestania, a qual era utilizada, pelo governo, como slogan para diferenciar o modelo de desenvolvimento econômico do Acre (inspirado nos ideais dos povos da floresta) –, em relação aos outros estados amazônicos. No próximo item, discutiremos a trajetória do PT, para depois retornar a questão da sustentabilidade e do "discurso florestânico". Inicialmente, contaremos a trajetória do PT no Acre e, em seguida discutiremos os argumentos discursivos do Governo da Floresta.

## 4.1 O Partido dos Trabalhadores no Acre

O PT teve a sua seção criada no Acre no início da década de 1980, em um período de intensos conflitos entre os posseiros acreanos e agropecua-

ristas do Centro Sul do país, e de luta pela inserção no espaço urbano dos "posseiros urbanos", principalmente seringueiros e ribeirinhos que, expulsos dos seringais, migraram para a cidade. As discussões que levaram à criação do partido partiram de Xapuri e Brasiléia, os núcleos mais avançados da luta dos seringueiros e sede dos dois principais sindicatos de trabalhadores rurais da época. Como frisa Sibá Machado, "o PT nasceu disso, na cidade brigando pelo solo urbano, no setor rural com os seringueiros" (entrevista em março de 2007).

A base social do partido, nos primeiros anos, estava assentada no meio rural por uma "massa de cerca de 30 mil trabalhadores sindicalizados" (FERNANDES, 1999, p. 64). A composição inicial do partido, segundo Sibá Machado, era "80% de camponeses e 20% de população urbana", e só com a eleição de Marina Silva[1], a vereadora de Rio Branco em 1988, o partido passa a ter "uma presença urbana, o rosto urbano do PT ficou mais visível" (entrevista, em março de 2007).

O processo organizativo do partido contou com o apoio da Igreja Católica (por meio das CEBs) e da CONTAG. As CEBs, criadas, em 1971 (no Vale do Purus), e a CONTAG, em 1975, já vinham apoiando as "lutas dos trabalhadores" e foram responsáveis pela organização do PT no Acre (FERNANDES, 1999).

A criação do PT no Acre veio reforçar a luta dos seringueiros, que desde 1970 encampara uma intensa luta pela posse da terra, como frisou o então sindicalista de Xapuri, Raimundo Barros: o "PT já começou há muito tempo, desde quando começamos a lutar pelo direito de ficar na terra, muito embora ele não tivesse esse nome" (VARADOURO, mai./1980b). O PT, segundo matéria do Jornal Varadouro, publicada em 1980, surgiu

---

1 Marina Silva tem uma longa trajetória política, pelo PT: foi vereadora por Rio Branco (1988-1990), deputada estadual (1990-1994) e senadora da República por dois mandatos. Foi, também, ministra de Meio Ambiente (2003-2008) do governo Lula. Hoje Marina Silva é filiada à Rede Sustentabilidade, que teve seu registro em setembro de 20015. Em 2014, Marina concorreu a eleição de Presidente da República, mas pelo Partido Socialista Brasileiro.

> *(...)* em razão da militância, porque o seringueiro, o posseiro, o trabalhador rural, o trabalhador acreano já milita, já defende seus direitos, já luta, já briga, já enfrenta o patrão indicado do vereador, do deputado federal, do estadual, do senador (VARADOURO, mai./1980b).

A organização do PT foi fruto da articulação das lideranças sindicais locais e da direção nacional do partido. No lançamento da comissão esteve presente Jacó Bittar, pela Comissão Nacional; João Maia, delegado da CONTAG, e os presidentes dos sindicatos rurais de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Sena Madureira e Xapuri. Na ocasião, o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira assim se pronunciou sobre o evento:

> Companheiros, nós não estamos começando com o partido dos trabalhadores, nós vamos continuar o nosso trabalho, pois, há tempo que viemos trabalhando no sindicalismo. Nesse tempo todo, a gente vem enxergando muita coisa errada, mesmo como analfabetos (...) mas não somos cegos. Agora chegou esta oportunidade de criar o PT e nós vamos seguir em frente. Não podemos mais ficar esperando as soluções, as promessas dos políticos, (...) Nós já temos o sindicato, que é o nosso órgão de classe: agora precisamos nos unir dentro de um partido que será o nosso partido (VARADOURO mai./1980b).

Para Paula (2005, p. 312), antes do PT, o sindicalismo rural do Acre havia se pautado de acordo com suas agendas e prioridades da "luta pela posse da terra". O vínculo dos movimentos sociais com o PT trouxe um redirecionamento a essa prática. E já nos anos de 1990, "o sindicalismo agia de acordo com a prioridade número 1 do PT no Acre: eleger o governador do Estado".

O resultado disso, defende Paula (2005, p. 291), foi "uma inversão no direcionamento do MSTR e de outros movimentos sociais, que até então, tentavam democratizar a sociedade regional de baixo para cima". A partir de então, o que importava era "comandar" o Estado e realizar as mudanças "de cima para baixo".

O PT organizou-se e cresceu valendo-se da luta dos extrativistas, questionando o modelo de desenvolvimento econômico adotado até então no Acre. Por um lado, imbricado ao movimento de resistência à ocupação das florestas pela pecuária e de confronto com o empresariado do Centro-Sul do país, que era a bandeira dos movimentos sociais do Acre na época, e por outro, no enfrentamento com os "forâneos" que chegavam "menosprezando a história, a cultura e os costumes locais" (FERNANDES, 1999, p. 61). Com isso, recupera o sentimento do acreanismo que estava "silenciado desde o início do governo dos militares" (1964-1985) e recupera o slogan "O Acre para os acreanos".

O PT do Acre começa a concorrer às eleições ao Executivo estadual em 1982. Essa eleição se deu em torno de uma grande perspectiva de se eleger diretamente o governador do Estado, o que significava a segunda experiência desse tipo na história política acreana. Essa eleição reacendeu os brios dos acreanos e, particularmente, dos militantes do PT em processo de formação, mas que já se constituía na expressão política mais forte de resistência aos grupos forâneos e de contestação às tradicionais práticas dos políticos locais.

O candidato petista indicado para a eleição de 1982 foi Nilson Mourão (CEBs), que conseguiu apenas 5,4% dos votos válidos. Embora não tenha conseguido eleger nenhum dos candidatos, a campanha serviu para divulgar a plataforma do partido, que era o amplo apoio às "questões dos acreanos" (seringueiros e índios) daquele momento, traduzidas na resistência à pecuarização do Estado. Nessa eleição o PT elege um deputado estadual (Ivan de Castro Melo) e um vereador em Xapuri, mas sem relação direta com os seringueiros. A virada petista começou no pleito municipal de 1988, com a eleição de Marina Silva, a vereadora mais votada de Rio Branco, e de três vereadores em Xapuri (entre eles Raimundo Barros – primo de Chico Mendes) e dois em Brasiléia.

Com a eleição de Marina Silva, o PT no Acre passa a ter maior visibilidade. Esse mandato, segundo Fernandes (1999, 127), imprimiu "uma postura ética e fiscalizadora" da vereadora que, por um lado, provocou a "ira de

seus colegas da Câmara" e, por outro lado, "granjeou a simpatia e o respeito dos munícipes". Para Toinho Alves, o mandato da vereadora Marina Silva, além de dar visibilidade ao PT, contribuiu também para o bom desempenho dos candidatos petistas nos pleitos seguintes, e foi:

> Muito importante para que a população descobrisse que existia uma maneira diferente de fazer política.... fez com que a população compreendesse que o parlamentar do PT, a política do PT era uma coisa diferente. Aí, quando foi em 1990, a Marina se elegeu com grande votação para deputada estadual (entrevista concedida a FERNANDES, 1999: p. 127).

Marina Silva, em entrevista a Marcos Fernandes (1999), recorda o tempo em que foi vereadora:

> A minha ação como vereadora foi marcada pelas denúncias das coisas que eram feitas, 'interna-*corporis*', dentro da Câmara, que todos ficavam calados para o 'bem da casa', da 'corporação' e eu não queria saber desses esquemas, e também por uma participação ativa na sociedade, nos bairros menos favorecidos. (Eu) era uma vereadora que tinha opinião, que se colocava publicamente e que tentava colocar o projeto político do PT (FERNANDES, 1999, p. 128).

Na eleição de 1990 foi formada a FPA e a coligação Renovação Democrática do Acre-RDA. A FPA congregava o PCB, o PC do B, o PDT, o PPS, o PSB, o PT e o PV, enquanto que a coligação da RDA, era constituída pelo PL, PTB, PDC, PTR e PRN. A campanha eleitoral da FPA, em 1990, centrou-se em dois eixos: um na discussão dos problemas socioambientais provocados pelo modelo desenvolvimentista vigente, na qual eram apresentadas "alternativas econômicas para a crise do extrativismo" por meio do "desenvolvimento sustentável"; o outro eixo no "acreanismo" e/ou nas questões relacionadas à insatisfação do "povo acreano" diante do modelo administrativo que vigorou no Acre durante a maior parte de sua história, o "Território Federal" e/ou a nomeação de administradores "de fora" para "mandar no Acre". No caso desse segundo eixo, o ponto central foi a "indiferença e o desamor dos eternos forâneos em relação aos fatos,

coisas e pessoas do Acre". Isso contribuiu para fortalecer o sentimento de pertencimento do acreano. Esse sentimento, enquanto construção, remonta ao início do século XX e, nos anos de 1970 e 1980, simbolizava a rejeição "aos empresários e especuladores do Centro-Sul do país, os denominados 'paulistas'" que compraram e grilaram os seringais do Acre (FERNANDES, 1999, p. 60). Essa questão do "direito de permanência dos seringueiros à terra que haviam conquistado de armas nas mãos", voltava a fazer parte do debate político (p. 61).

Para ressaltar a identificação do candidato da FPA com as principais questões do povo acreano, em oposição aos "de fora", os principais símbolos identitários do Acre foram acionados. Os símbolos que lembram episódios da Revolução Acreana foram utilizados com objetivo de estabelecer a conexão entre o período de 1899 e 1903 (o da luta pela incorporação do Acre ao Brasil), com os conflitos e tensões das décadas de 1970 e 1980, protagonizados por índios e seringueiros, em luta contra os "paulistas" e por seus territórios tradicionais.

A bandeira do estado do Acre, criada por Luiz Galvez, presidente do Estado Independente do Acre, em 1899, muito se aproxima da bandeira do PT. A estrela vermelha, solitária, simboliza o sangue dos heróis da Revolução Acreana, e naquela oportunidade, era confundida com a estrela, também vermelha, do PT, que não perdia a oportunidade de reverenciar os seus "mártires", como Chico Mendes e Wilson Pinheiro. Esses personagens são os símbolos da resistência aos pecuaristas forâneos, que se instalaram no Acre com suas fazendas e que em 1990 ousavam disputar, por meio de um de seus representantes, o poder político estadual. O hino acreano, poema escrito em 1903 por Francisco Mangabeira (médico do exército de seringueiros de Plácido de Castro), que exalta os "feitos heroicos" e o "sangue derramado" pelos líderes protagonistas da Revolução, também foi associado com os heróis do presente que lutaram contra a bovinização do estado do Acre.

O trecho do hino acreano que mais se ouvia na campanha do PT de 1990 era: "Mas se audaz estrangeiro algum dia / Nossos brios de novo ofen-

der / Lutaremos com a mesma energia / Sem recuar, sem cair, sem temer...", fazendo-se uma analogia com o "estrangeiro" Rubem Branquinho[2], considerado uma "ave de arribação" (FERNANDES, 1999, p. 130). Toinho Alves, relembrando essa campanha eleitoral, fez a seguinte avaliação:

> Na campanha política de 1990 o hino acreano foi usado, começamos a valorizar a bandeira em oposição ao candidato oposto Branquinho, fazendeiro, paulista e filiado à UDR, a escolha desse símbolo da identidade acreana foi para contrapor a invasão, ao domínio do que vem de fora. Diante disso o Edmundo Pinto viu que era por aí e pegou essa linha também. Branquinho começou com 46% da intenção de votos nas pesquisas, mas acabou não indo nem para o segundo turno. Esta campanha definiu muitas coisas da valorização da nossa identidade, dos movimentos culturais e sociais que desaguaram na política (Entrevista concedida em março de 2007).

Jorge Viana também explica a iniciativa do "movimento" para ganhar o Executivo estadual em 1990. Segundo ele, "estávamos atordoados com a morte do Chico e indagando o que fazer" depois da perda do líder sindicalista; "aí um pequeno grupo de pessoas tomou a decisão que me parecia ser a mais difícil: a de levar adiante as ideias do Chico e ganhar o governo". Continua Viana:

> (...) eu me lembro bem das palavras de Toinho: era pegar a bandeira do Acre na mão, o hino, a história que o Chico Mendes tinha – junto com outras pessoas – deixado para nós, e levar aquilo para frente (Jorge Viana em entrevista ao jornalista Élson Martins e publicada no Jornal PÁGINA 20, em 16/12/2006).

Concorreram às eleições ao governo estadual de 1990, pela FPA, o engenheiro florestal e funcionário da FUNTAC, o acreano Jorge Viana. Pelo PDS, o deputado estadual acreano Edmundo Pinto e, pela RDA, o paulista deputado federal, pelo Acre, Rubem Branquinho.

---

2 Rubem Branquinho veio para o Acre em 1982, ocupar o cargo de secretário de Transportes e Serviços Públicos do governo do PMDB de Nabor Júnior. Em 1986, elege-se, pelo Acre, deputado federal constituinte, e em 1990 "ousou" disputar a eleição para governador (FERNANDES, 1999).

O candidato da FPA, Jorge Viana, apoiado pelos movimentos sociais, conseguiu aglutinar as forças de esquerda, congregar um vasto número de pessoas com especialização técnico-profissional que, além de elaborarem um plano de governo, passaram para a sociedade uma imagem de competência técnica (FERNANDES, 1999, p. 129). O candidato do PDS, Edmundo Pinto, também salientava a sua condição de acreano, de ter estudado e se formado (Direito) no Acre e de pertencer à escola política de Guiomard Santos, o pai do Acre.

A polarização da campanha se deu entre os candidatos Jorge Viana e Edmundo Pinto contra Rubem Branquinho – "ave de arribação". E quando Branquinho, em "um dos programas de TV do horário eleitoral, de posse de um pincel atômico, asfaltou todo o Estado, prometendo realizar essa proeza à revelia das questões ambientais, das agências financeiras internacionais", que segundo ele não queriam o "nosso desenvolvimento e a nossa soberania" (FERNANDES, 1999, p. 131), reforçou a questão do desmatamento, do modelo de desenvolvimento contrário ao defendido pelo movimento social de índios e seringueiros, portanto, contra os acreanos.

Vale ressaltar que essa campanha foi dois anos após a morte de Chico Mendes, portanto, ainda sob o impacto da repercussão de seu assassinato. Para Marina Silva, a sociedade acreana naquela ocasião

> (...) reagiu positivamente à idéia de ter uma identidade acreana, traduzida em novo projeto político que começou a ganhar espaço com a ida, em 1990, de Jorge Viana para o segundo turno das eleições estaduais contra um candidato do setor ruralista (PÁGINA 20, 02/12/2003).

Foi a partir desse momento que teve início um processo de disputa entre dois projetos no Acre. Um que insistia no "modelo de ocupação predatória e o outro que sinalizava para uma ocupação que precisava acontecer de forma controlada e sustentável" (PÁGINA 20, 02/12/2003).

No segundo turno, o embate foi entre os dois acreanos, que defendiam a moralização nos costumes político-administrativos, o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, as Reservas Extrativistas e um melhor apro-

veitamento dos produtos florestais. Edmundo Pinto apelou para a falta de experiência em cargos políticos da candidatura da FPA e saiu vitorioso das urnas[3].

Após o resultado do segundo turno, que deu a vitória a Edmundo Pinto, Jorge Viana[4] soltava uma nota na imprensa intitulada "Vamos em frente", onde agradecia a excelente votação e fazia um balanço daquele processo:

> Não ganhamos a eleição, mas inauguramos uma nova fase na política acreana. Conosco, a famosa balsa não vai descer o rio. Vai subir rumo às cabeceiras, aos seringais, às colônias, aos municípios do interior do Estado, pois a nossa luta junto ao povo continua e nossa responsabilidade na organização popular não diminui, mas aumenta, (...) A campanha que fizemos nos dá a certeza de que estamos no caminho certo. A participação popular é possível. Ela deve prosseguir. Devemos recolher as esperanças do povo para seguir adiante. Com esperanças, trabalharemos. A luta continua. O futuro é nosso. Obrigado a todos (FERNANDES, 1999, p. 134).

Após a derrota do candidato da FPA, o petista Marcos Afonso, à Prefeitura de Rio Branco, em 1996, membros da FPA, juntamente com Jorge Viana, iniciaram um intenso trabalho de base que durou dois anos. Jorge Viana visitou todos os municípios acreanos, durante essas visitas manteve contatos com lideranças de vários segmentos da sociedade local, na perspectiva de aglutinar forças para a eleição de 1998. Sibá Machado relembra aquele momento, dizendo que Jorge Viana:

> (...) cruzou do rio Juruá ao Jordão a pé. Cruzou de cavalo de Assis Brasil (cidade) ao (rio) Icuriá. Ele andou de canoa no rio Gregório, ele viveu na pele as comunidades mais distantes, conheceu o Esta-

3 Eleito governador do Estado, Edmundo Pinto, logo no primeiro ano de seu mandato, se viu envolvido em um esquema de corrupção que ficou conhecido como o "escândalo do Canal da Maternidade", no qual estiveram envolvidos o então ministro Rogério Magri, membros do 1° escalão do seu governo e a empreiteira Odebrecht. Em 17 de maio de 1992, faltando dois dias para o governador depor na CPI da corrupção do Congresso Nacional, foi assassinado em São Paulo, em circunstâncias até hoje não esclarecidas.

4 Vale ressaltar que Jorge Viana saiu vitorioso na eleição para prefeito de Rio Branco, no pleito de 1992.

> do de fato, isso interiorizou nele o desafio de governar o Acre para todo mundo (entrevista concedida a autora em março de 2007).

Nessas comunidades, apresentou a plataforma da Frente Popular, discutiu-a, recebeu propostas e documentos e se comprometeu com essas comunidades (entrevista com Sibá Machado em março de 2007).

A campanha estadual de 1998 deu a Jorge Viana a vitória para governar o Acre. O PT, que já vinha fazendo alianças desde a campanha de 1990, para essa eleição fez uma ampla aliança de 12 partidos (www.tre-ac.gov.br). Essa campanha foi marcada pelas denúncias de falcatruas dos governos anteriores, principalmente, o governo de Orleir Cameli (1995-1998) por meio do seu "comandante geral da Polícia Militar e seu envolvimento com o narcotráfico e o crime organizado" (PÁGINA 20, 27/02/2003). As notícias de corrupção, esquadrão da morte e narcotráfico chegaram ao noticiário nacional e foram fartamente utilizadas na campanha eleitoral para ilustrar a necessidade de moralização da política no Acre.

A FPA também fez uma campanha mostrando a necessidade de adotar no Acre um novo direcionamento de "desenvolvimento econômico", que já tinha sido adotado durante a experiência administrativa, da Prefeitura de Rio Branco, onde fora mostrado o "jeito PT de governar". A campanha da FPA centrou-se na valorização da identidade acreana. Para isso, foram utilizados, novamente os símbolos criados durante a Revolução, como a bandeira e o hino estadual. Esses símbolos foram utilizados como instrumentos de legitimação, realçando as características que permitiam associações entre a história do partido e as lutas históricas do Acre. Além disso, o discurso político buscava, permanentemente, estabelecer a ligação entre os que lutaram para "tornar o Acre brasileiro". Foram utilizados, também, os ideais dos autonomistas, os ideais daqueles que "lutaram" para transformar o Acre em Estado e livrá-lo da "humilhante condição de Território Federal administrado por interventores"; e os ideais dos que lutavam em defesa da floresta amazônica, os índios e seringueiros (SANT'ANA JÚNIOR, 2004).

A ascensão da Frente Popular ao Executivo estadual encheu de esperanças os movimentos sociais, que viam na eleição de Jorge Viana a con-

cretização do movimento. Com a eleição do PT para governador do Acre, passou-se a divulgar, com maior ênfase, a ideia de que a eleição "expressaria um considerável êxito político dos movimentos sociais" e, com isso, remover-se-iam os "obstáculos que se interpunham, até então, à adoção de políticas orientadas para a implantação de alternativas de desenvolvimento sustentável" no estado do Acre (PAULA, 2005, p. 20-21).

Essa "vitória" passou a expressar os interesses simbólicos dos "de baixo" que, até então, eram deslocados do foco de ação do poder estatal. Para Sibá Machado, "as expectativas dos movimentos começam a se concretizar com o governo do Jorge Viana"; para Júlio Barbosa (seringueiro e ex-prefeito de Xapuri) era o movimento que teria sido eleito. Na campanha de 2002, Jorge Viana foi reeleito para o segundo mandato (2003-2006) (gráfico 01).

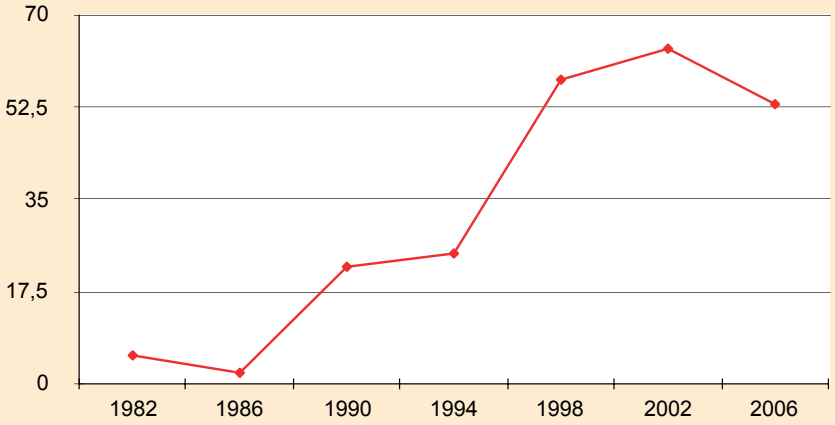



**Gráfico 01 – Evolução do Partido dos Trabalhadores nas Eleições para Governador do estado do Acre, em % de votos**
Fonte: <www.tre-ac.gov.br>.

Gilberto Siqueira (então secretário de Planejamento do estado do Acre) ressalta que a vitória da FPA, de 1998, foi fruto da união de forças da luta histórica dos movimentos sociais, associada a uma conjuntura local de insatisfação, acentuada por causa do

desmando governamental e anseios por ética na condução da coisa pública, pois, nos últimos anos, antes da eleição do PT, fora "um desespero de péssimas administrações" e o "último governo foi um escândalo nacional". A sociedade do Acre queria uma mudança e "todo mundo se juntou, sem perceber suas profundas diferenças", para vencer a eleição (SANT'ANA JÚNIOR, 2004, p. 253).

Essa questão do movimento social se transformar em força política e fundar um partido de esquerda já estava posta, segundo o jornalista Élson Martins, desde os primeiros anos da CONTAG, desde o João Maia, mas ele não conseguiu. Aí, lembra Élson Martins, "entra o talento dos irmãos Viana, sobretudo do Jorge Viana". O Jorge conseguiu transformar os ideais dos movimentos sociais em uma "força política que ainda permanece" (entrevista em abril de 2008).

## 4.2 O "desenvolvimento sustentável" e a mercantilização da natureza no Acre

O movimento social de seringueiros e índios, como visto no capítulo 03, protagonizou modificações importantes na estrutura fundiária e no uso do solo do estado do Acre. O movimento seringueiro inovou com a "invenção" do CNS e com a proposta das Reservas Extrativistas. As reivindicações territoriais de índios e seringueiros, em defesa de um modo de vida, seja pela precedência de ocupação (no caso dos índios), seja pelos direitos históricos (no caso dos seringueiros e demais posseiros), foram recontextualizadas e apropriadas pelo Governo da Floresta, como modelo de ordenamento territorial para o Acre e como "inspirador" para a adoção de um Programa de Desenvolvimento Sustentável no Estado.

No início dos anos 2000 foi construído, no Acre, um consenso em torno do "desenvolvimento sustentável", como modelo econômico ideal, o que passou a ser massificado ideologicamente como a única alternativa viável para fomentar economicamente o Estado. Os meios de comunicações, em geral, e a produção acadêmica, em particular, enfatizavam a ideia de que estaria em curso no Acre, a reversão do "modelo anterior" que, gradualmente, cede lugar ao "desenvolvimento sustentável" (PAULA, 2004).

O "modelo anterior" foi o implantado a partir da década de 1960 pelo governo do regime militar (1964-1985), período esse caracterizado pela implantação de uma malha técnica composta de rodovias, redes de telecomunicações, e subsídios ao fluxo de capital via incentivos fiscais e crédito a juros baixos para quem quisesse investir no Acre. E também incentivos à migração dos "homens sem-terra do Nordeste para as terras sem homem na Amazônia" (slogan do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969/1974) para a Amazonia). Todas essas iniciativas foram tomadas com o intuito de modernizar a Amazônia e integrá-la ao restante da nação.

As agências federais criadas pelos militares especialmente a SUDAM, a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), o BASA e o Banco do Brasil (BB), ofereciam recursos e facilidades creditícias para que os grupos econômicos investissem na Amazônia. Com esses incentivos, aliados aos baixos preços das terras, vários seringais nativos foram adquiridos por empresários do Centro-Sul, para a implantação de fazendas de gado e seringais de cultivo[5]. Estes últimos foram incentivados por meio dos Projetos de Incentivos à Produção de Borracha (PROBOR), para o plantio de seringueiras. Com essas iniciativas, até "paulistas" "que nunca pensaram em tocar seringal" se movimentaram para "pegar financiamentos, tanto para a reabertura de seringais quanto para a produção da safra", ressaltou padre

5 Os seringais de cultivo fizeram parte do conjunto de incentivos fiscais dos governos Federal e Estadual, que visavam "dinamizar economicamente" o Acre. Com este objetivo foi criado o PROBOR, o qual previa o plantio racional de seringueiras e o estímulo à exploração do látex nos seringais nativos (PAULA, 2005, p. 121-122).

Paolino, em entrevista publicada no Jornal Varadouro (VARADOURO, jun./1979a).

O desenvolvimento econômico do governo dos militares para a Amazônia centrou-se no incentivo à exploração do potencial mineral, no incentivo fiscal à aquisição de terras para projetos agropecuários e nos projetos de colonização oficial, ao longo das rodovias federais, os quais objetivavam diminuir as pressões sociais no Centro-Sul e Nordeste do país (SILVA, 2003).

O impacto das políticas públicas dos militares apareceu ainda na década de 1970, com os primeiros sinais da degradação ambiental e dos conflitos pela posse da terra no Acre. A partir de então, a permanência na terra passa a se constituir no elemento fundamental de resistência de seringueiros, índios e posseiros, uma vez que os desmatamentos, para fins de implantação de projetos agropecuários, representavam uma séria ameaça aos posseiros, em geral, e aos seringueiros, em particular. A derrubada da mata representava a eliminação das possibilidades materiais de sua sobrevivência, via destruição de suas fontes de renda baseadas no extrativismo (PORTO-GONÇALVES, 1998 e PAULA, 1991; 2005).

Como visto no capítulo anterior, o movimento dos seringueiros e índios passou a defender (no contexto das décadas de 1970 e 1980) que a terra não deveria constituir-se em objeto de apropriação privada, e, sim, ser regularizada juridicamente na forma de um patrimônio público, sob a guarda do Estado. Ao Estado caberia assegurar as condições necessárias para que os ocupantes desses territórios (seringueiros, ribeirinhos e demais populações existentes nessas áreas) pudessem nelas permanecer. Tal permanência requeria, necessariamente, a adoção de um "conjunto de políticas públicas voltadas tanto para a elevação dos níveis sociais de vida e renda dessas populações, quanto para a proteção do meio ambiente". Como a floresta era vista como "um potencial de exploração ainda largamente desconhecido, caberia, a longo prazo, desenvolver pesquisas", com o intuito de ampliar esse conhecimento e gerar novas tecnologias para uma utilização "sustentável" da floresta. A curto prazo, dever-se-ia priorizar subsídios à borracha e a

Castanha, habitualmente exploradas pelas populações que vivem na floresta. Cabe salientar, que a "exploração de madeira para fins comerciais era absolutamente descartada naquele esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista" (PAULA, 2004, p. 92). Mas, como veremos, a questão da exploração madeireira passa a ser defendida pelo Governo da Floresta como se fossem conquistas do movimento social.

As questões referentes ao "desenvolvimento sustentável" na Amazônia, e a introdução do componente do vetor tecno-ecológico a partir da década, segundo Becker (2004) e Paula (2005), são o resultado de quatro processos: da resistência das comunidades tradicionais à expropriação de seus territórios; do esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da retração econômica do Estado brasileiro; da pressão ambientalista nacional e internacional, contra o uso predatório da natureza e por um novo padrão de desenvolvimento; e da resposta do governo brasileiro a essas pressões por meio da aceitação de projetos e programas em parceria com instituições internacionais na adoção de uma política ambiental.

Um dos processos que levaram a essas mudanças estruturais na Amazônia, no final do século XX, segundo Becker (2004), entre outros, foi à organização da sociedade civil, o que resultou em novas demandas territoriais e novas parcerias e na implantação de uma "malha socioambiental como resultante dos conflitos sócio-territoriais" (p. 31). A nova malha se concretiza com diversos territórios reservados ao extrativismo, nos quais a "posse extrativista" é reconhecida, concretizando, assim, "geopolíticas de diferentes grupos sociais" resistentes à expropriação territorial. Isso acabou atraindo a atenção do movimento ambientalista nacional e internacional, o que contribuiu para a implantação de projetos alternativos de "desenvolvimento" (BECKER, 2004, p. 31).

De acordo com a Comissão Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável é "um processo de mudança no qual a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional acontecem em concordância com as necessidades presentes e futuras" (p. 9). O "desenvolvimento sustentável" é

conceituado como "aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades" (LEROY, 1997, p. 251).

Para Fernandes (2006), o desenvolvimento sustentável visa, com o seu discurso,

> fazer o desenvolvimento econômico aparecer como necessário, por meio de sua combinação com o supremo valor reconhecido do meio ambiente. Desse ângulo, o desenvolvimento sustentável aparece como uma operação de encobrimento**. Ele acalma os medos provocados pelos efeitos indesejáveis do desenvolvimento econômico**. Segundo a idéia de sustentabilidade produzida 'o que deve ser sustentado é o desenvolvimento, e não a capacidade (de tolerância) dos ecossistemas e das sociedades humanas (FERNANDES, 2006, p. 18) (grifo nosso).

Essa é a ideia síntese do que se assiste no Acre a partir de 1999. Paula (2006, p. 291), analisando essa "operação de encobrimento", ressalta que houve uma "mudança abrupta e radical dos pressupostos (limites à exploração do homem e da natureza e combate ao projeto neoliberal na Amazônia) que se baseavam, nos anos de 1980, no Acre", o movimento seringueiro. E a "ideia de desenvolvimento sustentável propugnada especialmente pelos organismos internacionais, como os bancos multilaterais de desenvolvimento, nos anos de 1990", era orientada para a "apropriação dos bens naturais para fins de mercantilização", valorizando, com isso, "a esfera do mercado nas estratégias de desenvolvimento". Paula (2006) chama atenção para a legitimidade, forjada no Acre, por um consenso em torno da sustentabilidade, que passa, num salto de mágica, a "expressar o interesse geral de todos os que vivem no Acre, de forma indistinta: seringueiros, fazendeiros, madeireiros, comerciantes, servidores públicos" (p. 291).

Para Becker (2004, p. 117-118), o ano de 1989 marca um grande avanço no entendimento da questão ambiental no Brasil, em "decorrência da repercussão mundial do assassinato do seringueiro e líder sindicalista Chico Mendes", em dezembro de 1988, que acrescentou uma "dimensão social ao debate em torno do desenvolvimento na Amazônia". Esse fato deu visibi-

lidade à luta política dos seringueiros da Amazônia Ocidental e dos povos indígenas, que sobreviviam da exploração dos recursos naturais renováveis e necessitavam defender seus territórios tradicionais, ameaçados pelo avanço indiscriminado de pecuaristas e madeireiras.

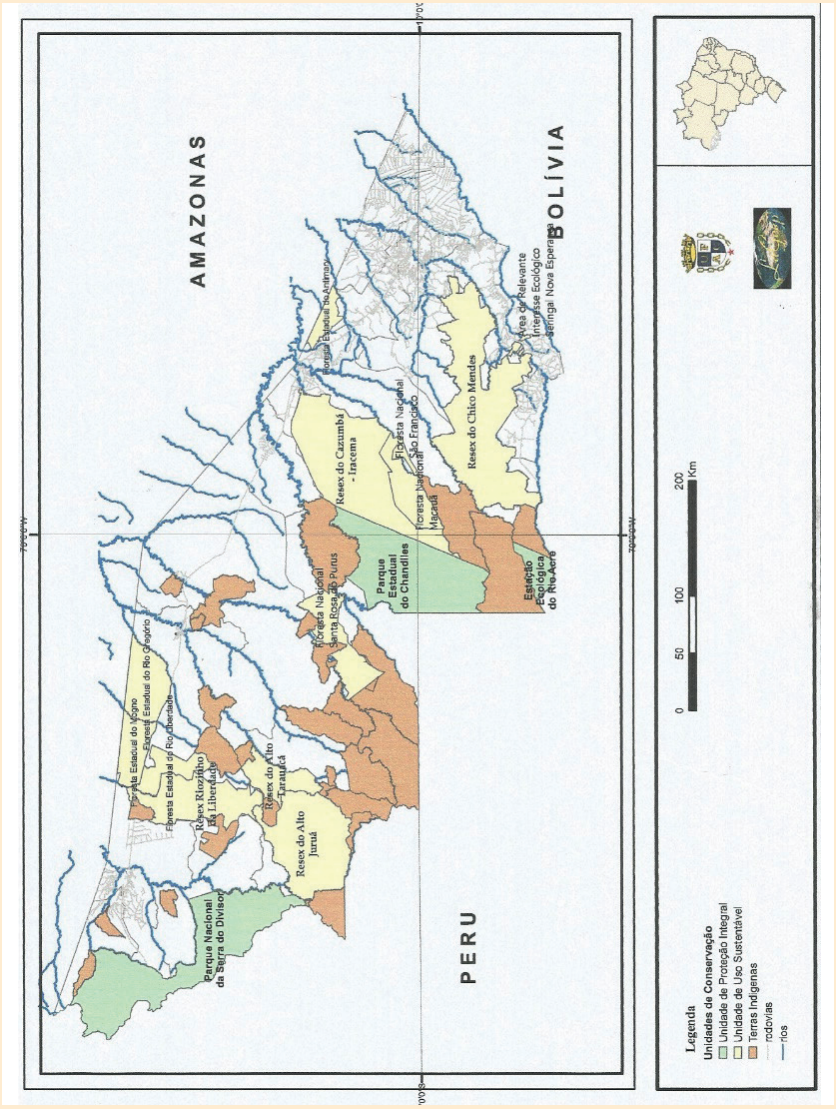
O vetor tecno-ecológico, segundo Becker (1997, 2004), está imbricado de conflitos de valores quanto à natureza que a Amazônia passa a representar: o valor como estoque de vida para as populações nativas e movimentos ambientalistas; o valor como base de recursos para o desenvolvimento de países periféricos; e o valor como capital natural, em conformidade com o novo rumo que toma o "desenvolvimento sustentável" – o mercado e a mercantilização da natureza.

O vetor tecno-ecológico, ainda segundo Becker (1997), envolve projetos preservacionistas e projetos conservacionistas. Os primeiros são provenientes da "consciência ecológica" que se materializa nas propostas de preservação ambiental como "estoque de vida" e da "geopolítica ecológica", objetivando a preservação como "reserva de valor" (p. 432). Já os projetos conservacionistas correspondem a experiências associadas à biodiversidade da Amazônia e representam "novas territorialidades resistentes à expropriação" territorial (p. 433).

Segundo a autora, no plano dos interesses internacionais, a Amazônia passou a significar um duplo patrimônio: "o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural". Esse capital natural, segundo a autora, não é para uso imediato, mas para formar reserva de valor para o futuro. (BECKER, 2004, p. 35).

Em nível territorial, as ações se deram da seguinte forma: apoiar, em primeiro plano, as experiências locais, cujo objetivo era garantir a sobrevivência das populações tradicionais mediante o acesso ao território, o que vem se concretizando com a criação de Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável. E proteger, em segundo plano, a biodiversidade com a criação de áreas de preservação e/ou de conservação, os denominados "corredores ecológicos". No caso do Acre, as ações de regulamentação fundiária promovidas por diferentes órgãos federais resultaram

em um mosaico contínuo de 43 territórios reservados à preservação e conservação. Em 2008, o mosaico era composto de 27 Terras Indígenas, 14 Unidades de Conservação e 02 Projetos de Assentamentos Extrativistas (Ver mapa 03).




**Mapa 03 - Estado do Acre: áreas naturais protegidas, em 2008.**
Fonte: Base cartográfica SEMA-IMAC-ZEE, 2007.

Com o Governo da FPA, novas modalidades foram criadas, como as Florestas Estaduais, inaugurando novos usos, como o manejo florestal madeireiro.

O movimento social de índios e seringueiros conseguiu importantes conquistas, tanto do ponto de vista do reconhecimento das identidades específicas quanto da criação de territórios reservados às comunidades tradicionais, antes de 1980 não existia nenhum território de preservação ou de conservação e, em 2008, o Estado do Acre somava 48% dessas áreas. Entre os territórios reservados às comunidades tradicionais no Estado do Acre, conquistados diretamente pelo movimento social, destacam-se: as Reservas Extrativistas, os Projetos de Assentamentos Extrativistas e as Terras Indígenas. Com o Governo da FPA, novas modalidades foram criadas como as Florestas Estaduais, inaugurando novos usos, como o manejo florestal madeireiro.

Entre as iniciativas, por parte do governo brasileiro, que fortaleceram o vetor tecno-ecológico, destacam-se a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as políticas públicas de subsídios ao desenvolvimento sustentável e o planejamento ambiental.

Em se tratando das políticas públicas, podemos destacar o Pró-ambiente, que consiste em um programa de "desenvolvimento sustentável" voltado para a produção familiar agrícola, agroflorestal, extrativista, pesqueira, artesanal, indígena ou outra forma de produção tradicional da Amazônia Legal. O produtor que adere ao programa tem financiamento e/ou apoio para um projeto técnico de produção sustentável que estabeleça manejo integrado dos recursos naturais da unidade de produção, e que prevê a cobertura de custos ambientais e a prestação de serviços ambientais à sociedade (BECKER, 2004). E, entre o planejamento ambiental, o Plano Plurianual Nacional, de 2004, que elegeu cinco focos de ação: produção sustentável, gestão ambiental e ordenamento do território, inclusão social, financiamento e infraestrutura para o desenvolvimento.

A partir da primeira década deste século, a Amazônia tem sido levada a um novo direcionamento no "sentido de viabilizar a realização do capital

natural pelo processo crescente de mercantilização da natureza" (BECKER, 2004, p. 39). Essa mercantilização tem sido viabilizada, principalmente, por financiamentos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas-PPG 7. Financiamentos esses concretizados nos "negócios sustentáveis", principalmente o manejo florestal de usos múltiplos.

Dentro da lógica da reestruturação do capital, a Amazônia desponta como um reservatório de matéria-prima estratégica, de capital natural e suas "formas de exploração passam a se orientar de acordo com as conveniências políticas" – incorporação seletiva de algumas demandas voltadas para a proteção das florestas tropicais e do meio ambiente – e os "interesses estratégicos das empresas privadas" (PAULA, 2005, p. 273).

A estratégia florestal tem sido a política dos governos estaduais do Acre (com Jorge Viana) e do Amapá (com João Capiberibe). Enquanto discurso, é dito que, no Acre, essa é uma proposta alternativa à pecuarização "gerada pela força dos extrativistas para defender as colocações de seringas, atividades produtivas e identidades econômicas". O caminho adotado por estes dois estados tem sido o da "valorização da riqueza natural", não se tratando mais do extrativismo tradicional e, sim, do manejo de usos múltiplos ou neoextrativismo (BECKER, 2004, p. 138-139). Gerar renda a partir da floresta tem sido o slogan do Governo da Floresta. E é consenso que, no Acre, o manejo florestal de usos múltiplos é o mais avançado no país.

Na década de 1990, segundo Paula (2005, p. 263-264), formou-se um "consenso em torno da ideia de que esta década marca as iniciativas mais notáveis da concretização do sonho de Chico Mendes". Com a criação das Reservas Extrativistas e com a eleição de Jorge Viana, estabelece-se uma linha de continuidade entre as "críticas e proposições elaboradas nos anos de 1980 e as práticas do desenvolvimento sustentável no Estado", implementado pelo Governo da Floresta, que se apropria e ressignifica os ideais dos povos da floresta e implanta um Programa de Desenvolvimento Sustentável no Acre, para o qual é acionado um amplo discurso, ressaltando que o que se está fazendo no Acre é a realização dos sonhos de Chico Mendes, "resga-

tando a cultura florestal" do acreano, como gostava de afirmar o secretário da SEF, Resende (entrevista com a autora em abril de 2008).

## 4.3 O Governo da Floresta e a "Florestania"

"Governo da Floresta" foi o slogan da administração do engenheiro florestal Jorge Viana no Executivo estadual acreano, no período de 1999 a 2006. Termo ambíguo, pois de um lado, se associa ao governo dos povos da floresta as inspirações do movimento social de índios e seringueiros; mas, por outro lado, o que tem se concretizado é um governo que explora a floresta, um governo dos negócios sustentáveis, onde, na realidade, os maiores beneficiados não são os povos da floresta e, sim, aqueles que sempre se beneficiaram das políticas públicas estaduais. Já "florestania" é o termo que traduziria a "experiência de sustentabilidade do Acre". O neologismo adotado pelo governo indicava que a "prioridade" dele era levar cidadania às populações florestais, buscando aliar "desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente" (Jorge Viana, PÁGINA 20, 27/12/2006).

O termo florestania significa, segundo o governo:

> (...) um novo jeito de caminhar e entender a Amazônia e os povos que nela habitam, com respeito a seu ambiente, tradições e cultura. Este conceito se expressa num sentimento de orgulho, respeito e responsabilidade sobre o nosso patrimônio ambiental e cultural (Governador Jorge Viana, em matéria do Jornal PÁGINA 20 de 04/05/2004).

O Executivo estadual fez sua propaganda, em torno dos termos "florestania" e "desenvolvimento sustentável"; nesse sentido, justificava suas ações e obtinha o consenso da população em torno da construção de um "novo Acre". Com a florestania estar-se-ia respeitando os povos da floresta e também se concretizando o "sonho de Chico Mendes". Florestania é, então, o termo que passou a expressar um "conjunto de ideias, propostas, maneiras de abordar os problemas do desenvolvimento econômico da Amazônia/

acreana" (ALVES, 2004, p. 129). E, também, um modo de pensar, criar e produzir "tipicamente amazônico". Representa, enquanto discurso, um sentimento que "nos induz a estabelecer, não apenas um pacto social, mas um novo pacto natural baseado no equilíbrio de nossas ações e relações no ambiente em que vivemos" (p. 129-130).

Os pontos que constituem a florestania, segundo Alves (2004), são: o respeito pelos ecossistemas e o respeito pelos povos indígenas e demais populações tradicionais, nos quais está implícita a importância dada à cultura, "chão de toda sustentabilidade", para o desenvolvimento, que "se não for sustentável no ambiente da cultura, não vai ser sustentável nem economicamente, nem politicamente, nem socialmente" (p.132).

A exemplo da florestania, o "discurso florestânico" destaca que o "desenvolvimento sustentável" representa um pacto social e teve efeitos correlatos no que se refere ao tratamento dado aos movimentos sociais (SOUZA, 2005). Paula (2005, p. 290-291) ressalta que tem havido um consenso em torno do "desenvolvimento sustentável", o qual passa a ser "massificado ideologicamente como a única alternativa viável" para o Acre. Isso tem se revelado "bastante oportuno para concretizar um amplo pacto social no Estado", pois:

> Uma das questões centrais dos debates sobre o desenvolvimento no Acre nos anos de 1970 e 1980 (condenação à concentração da propriedade fundiária e de rendas, bem como a exploração de classes) foi deslocada para os imperativos da natureza e do mercado (PAULA, 2005, p. 290-291).

O Governo da Floresta atuou em duas direções: uma na adoção do modelo de "desenvolvimento sustentável", o qual era justificado como a continuidade dos "sonhos de Chico Mendes", e o outro foi o "resgate", valorização e construção de sentidos, no qual o Acre é apresentado como um Estado com vocação florestal; "resgata"/constrói também signos da identidade acreana, tanto para elevar a "autoestima" do povo acreano quanto para justificar e legitimar o "discurso florestânico".

O primeiro mandato do Governo da Floresta (1999-2002) foi de "arrumação da casa", como costuma dizer Jorge Viana, da regularização dos salários atrasados do servidor público[6] (o que muito contribuiu para aumentar a sua popularidade), das reformas de prédios públicos que também significavam a reconstrução do Acre, da implantação de uma infraestrutura viária de rodovias, ramais, aerovias e hidrovias, com o discurso de escoar a produção do interior da mata. Foi, também, o período de resgatar o "valor da floresta do ponto de vista da condição cultural do seringueiro", como nos disse Resende. Com isso, passa-se a divulgar o poder da floresta para tirar o Acre da estagnação econômica. E, também, criou a Lei Chico Mendes, que deu subsídios à produção de borracha. Já no segundo mandato foi a vez de fomentar economicamente o Estado, com a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável, do Pró-Florestania e a adoção dos negócios sustentáveis. Com isso apregoava que se realizava o sonho do Chico Mendes, pois o que "ele queria era ver o povo dele com liberdade" e que, a partir daí, o Acre estaria "pronto para defender a floresta de forma diferente, usando com sabedoria os recursos da biodiversidade" (Jorge Viana, entrevista publicada no Jornal PÁGINA 20, 04/09/2004).

O governo do PT assumiu o estado do Acre, segundo dados do próprio governo, com mais de 90% de sua cobertura florestal. E explorar esse potencial tem sido o eixo de desenvolvimento, o qual, no discurso oficial, é o diferencial do Acre em relação aos outros estados amazônicos. Nas palavras do Secretário de Floresta e Extrativismo, Carlos Antônio da Rocha, em 2001, período da primeira gestão do Governo da Floresta, portanto, dentro do período do "resgate do valor (econômico) da floresta", a tônica era:

> A floresta é nosso passaporte para o futuro. É através dela que poderemos promover acesso à qualidade de vida para as atuais e futuras gerações de acreanos. Além disso, poderemos contribuir para a manutenção de um padrão aceitável de qualidade de vida global, por meio dos efeitos positivos da conservação da floresta. Nossa própria gênese está ligada a busca por uma opção susten-

6 Quando o governo do PT assumiu, os funcionários públicos estaduais estavam sem receber salários há 03 meses, décimo terceiro e, era dito que não havia dinheiro nos cofres públicos.

> tável à aproximadamente 3 década, para que essas idéias criassem uma consciência social capaz de ocupar importantes espaços de decisão política (GARRAFIEL, 2004, p. 34).

O Governo da Floresta, como justificado no texto do ZEE (2ª fase), tinha como "objetivo e prioridade máxima" a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável local e regional, pautado no

> (...) combate à pobreza e na elevação do bem-estar da população, no dinamismo econômico com a geração de emprego e renda, no fortalecimento da identidade e respeito à diversidade cultural, no uso dos recursos naturais com sabedoria e na manutenção do equilíbrio ambiental (ACRE, 2006a, p. 26).

O plano de governo, lançado em 1999, adotou um conceito de desenvolvimento, que pressupunha diferente daquele que, até então, predominara no Acre. O novo desenvolvimento, difundido pelo poder público, deveria ser sustentável, isto é, modernizar e dinamizar a economia e corrigir as injustiças sociais e, ao mesmo tempo, conservar a floresta e respeitar a cultura dos vários povos que compõem a sociedade acreana.

Com o direcionamento das políticas públicas para uma estratégia de "desenvolvimento sustentável", os principais investimentos do governo, nos primeiros quatro (04) anos, foram direcionados para: obras de infraestrutura e integração regional tendo em vista o "desenvolvimento econômico sustentável", e ações de apoio à economia extrativista.

No que diz respeito ao apoio ao extrativismo, o governo do Estado implantou um Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Borracha, por meio da Lei n° 1277 de 13/01/1999, denominada Lei Chico Mendes, que assegurou preço mínimo à borracha nativa. Em 1999, quando o programa foi iniciado, o valor do subsídio era de R$ 0,40 por quilo de borracha, passando para R$ 0,70 a partir de 2003. Isso contribuiu para o aumento da borracha produzida, passando de 763 toneladas em 1999 para 2.245 toneladas em 2006 (ACRE, 2006a) (ver gráfico 02[7]).

7 Não foram concedidos a mim os dados para os anos de 2004 a 2007 de produção da borracha "bruta".

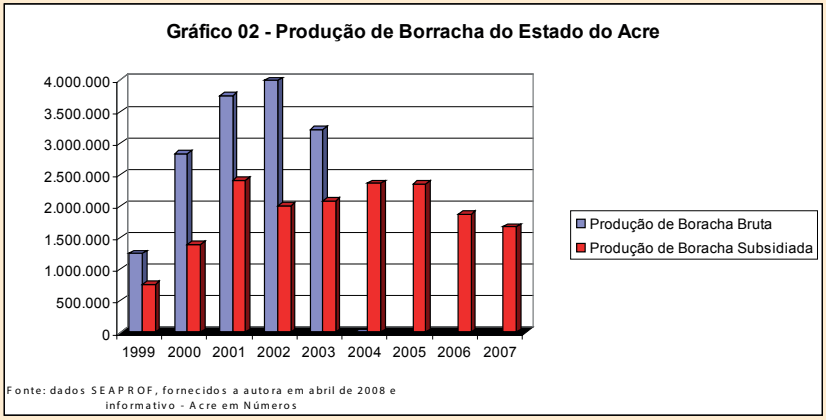



**Gráfico 02 – Produção de Borracha do estado do Acre, durante o Governo da Floresta**
Fonte: dados da SEAPROF, fornecidos a autora em abril dev 2008 e informático Acre em números.

Os investimentos em infraestrutura e integração visavam uma melhor comunicação entre os municípios, e entre o estado do Acre e os demais estados da Federação, além de possibilitar o acesso ao oceano Pacífico, via integração com o Peru. Nesse sentido, foram recuperadas hidrovias e aerovias e pavimentadas a "estrada do agricultor" (Acrelândia), trechos da BR-364 no sentido Sena Madureira-Cruzeiro do Sul, a "estrada da borracha" (Xapuri) e a "estrada do Pacífico" (BR-317 – Brasiléia-Assis Brasil).

A primeira iniciativa para planejar e legitimar as ações do governo foi realizar o Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE, com objetivo de fazer um diagnóstico da situação social, econômica e territorial do Acre, a fim de nortear o planejamento e a execução de políticas públicas.

Os resultados do ZEE (1ª fase) apontaram que na maior parte do estado do Acre "a aptidão é florestal" e, nesse sentido, este é o

> (...) espaço ideal para a modernização do extrativismo tradicional com a diversificação dos produtos e incorporação de novas tecnologias, e também para os novos empreendimentos baseados no uso da biodiversidade, manejo, certificação, industrialização de produtos florestais e valorização dos serviços ambientais (ACRE, 2004b).

Com base nos resultados do Zoneamento, o governo "elegeu" a floresta como eixo de desenvolvimento, o qual é visto como o diferencial do estado do Acre. Daí, decidiu-se que a "alma do governo seria a questão ambiental", pois essa questão:

> (...) é muito importante porque é a questão da vida dessa cultura e dessa civilização do Ocidente da Amazônia. Na Amazônia a economia está no próprio ambiente. **Quando os seringueiros falavam de reforma agrária, o que eles queriam era o direito de uso do bem coletivo que é a natureza. A cultura ambiental no Acre está ligada à sobrevivência das pessoas. O Governo orienta, governa e normatiza toda essa coisa** (Gilberto Siqueira em entrevista a SANT'ANA JÚNIOR, 2004, p. 264-265) (grifo nosso).

A direção do desenvolvimento, como era veiculado nos meios de comunicação, era que deveria "ser sustentável, valorizar a floresta e seus recursos e respeitar a cultura do povo acreano", já que a "vocação do Acre é para uma economia florestal moderna que distribua emprego e renda em todos os setores, desde o extrativismo, no interior da floresta, até a indústria urbana" (ACRE, 2004b).

Entre as iniciativas e ações realizadas pelo Governo da Floresta com base nas recomendações da primeira fase do ZEE/AC, podemos destacar: – a elaboração e implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre e do Programa de Apoio às Populações Indígenas (Pró-Florestania), – a elaboração do Programa Estadual de Reforma Agrária em parceria com o INCRA; – a regularização de Terras Indígenas em parceria com a FUNAI; a criação do Instituto Estadual de Terras (ITEACRE) e; – a criação de várias Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável, em parceria com o IBAMA.

Para implantar os programas de desenvolvimento, o Governo da Floresta fez parcerias com agências multilaterais, já que o Acre, como a maioria dos estados amazônicos, depende do repasse do governo federal e esses foram bastante reduzidos a partir dos anos de 1990 e, nesse sentido, as agências multilaterais passaram a se constituir nas principais alternativas de financiamento aos governos estaduais da Amazônia. Banco Interamericano

de Desenvolvimento e Banco Mundial (BIRD) são as agências responsáveis pelo financiamento de dois grandes projetos no estado do Acre: o PDS e o Pró-Florestania, respectivamente (PAULA, 2005).

O PDS do Acre foi financiado pelo BIRD, por meio do Contrato de Empréstimo BID 1399/OC-BR, com objetivo de explorar o potencial madeireiro em "bases sustentáveis". Vejamos parte do texto do Contrato:

> Mais de 90% da área do Acre é composta por cobertura florestal original, o que gera condições para um ordenamento adequado do uso deste patrimônio, baseado na sustentabilidade ambiental, em mecanismos de inclusão social e no crescimento de uma economia florestal forte. Deste total, aproximadamente seis milhões de hectares apresentam aptidão e acessibilidade para a produção florestal sustentada e contínua, representando uma economia florestal potencial de 1 bilhão de dólares/ano com a possibilidade de criação de 5.000 empregos diretos (www.ac.gov.br/contratobid).

Pelo texto acima, o território acreano é apresentado como tendo 6 milhões de hectares com aptidão e acessibilidade para a produção florestal sustentada, o que não deixa dúvidas da proeminência do projeto econômico com relação à exploração do patrimônio natural do Acre. A natureza, nessa perspectiva, é vista, fundamentalmente, como capital natural (SOUZA, 2008).

O programa teve início em 2003, foi coordenado e executado pela Secretaria de Estado do Planejamento Econômico Sustentável (SEPLANDS) e estava ancorado em três instrumentos para criar uma economia florestal no Acre: manejo florestal (através de treinamentos de pessoal), infraestrutura (de transporte, energética e industrial) e instrumentos de créditos econômicos e legais (leis de incentivos fiscais). O PDS tinha como objetivo geral "a promoção do crescimento econômico, ambientalmente sustentável, e a diversificação produtiva" do Acre, a fim de melhorar a "qualidade de vida da sua população e preservar seu patrimônio natural". E como diretriz estratégica: o "crescimento racional de setores produtivos com vantagens comparativas, que leve em consideração as aptidões naturais, a alta biodiversidade e a diversidade cultural existente no Estado" (www.ac.gov.br/contratobid).

O programa fora composto de três componentes gerais e doze subcomponentes, como podemos observar no quadro 06.

| GESTÃO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS | APOIO E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO SUSTENTÁVEL E EMPREGO | INFRAESTRUTURA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO |
|---|---|---|
| Administração de terras | Geração e transferência de tecnologia | Transporte terrestre |
| Estabelecimento e gestão de áreas protegidas | Apoio a populações tradicionais e pequenos produtores | Melhoria da rede fluvial |
| Fortalecimento do sistema de gestão ambiental | Defesa e inspeção sanitária | Energia alternativa |
| Apoio à preservação de culturas tradicionais | Gestão de recursos florestais | |
| | Promoção de negócios | |

**Quadro 06 - Subcomponentes do PDS do estado do Acre**
Fonte: <www.ac.gov.br/contratobid>.

**01 - O primeiro componente, "Gestão sustentável e conservação dos recursos naturais",** teve como objetivo modernizar a capacidade empreendedora, reguladora, administrativa e supervisora do aparato público, para assegurar a "ampliação do uso sustentável" dos recursos naturais do Acre;

**02 - O segundo, "Apoio e promoção do desenvolvimento produtivo sustentável e emprego",** objetivava incrementar a rentabilidade econômica dos setores florestal e agropecuário, por meio de investimentos direcionados, com a finalidade de elevar as taxas de crescimento da economia do Estado e melhorar os níveis de emprego e renda existentes.

**03 - E o terceiro componente, "Infraestrutura pública de desenvolvimento",** contemplava ações de melhoria nas áreas de infraestrutura de transporte e energia, que fomentassem o crescimento econômico do Estado, reduzindo as desvantagens competitivas.

No que diz respeito aos subcomponentes, gostaríamos de chamar a atenção para dois deles: "apoio às populações tradicionais" e "gestão de recursos florestais". Os dois estão voltados, especificamente para a exploração de madeira. O primeiro visa garantir florestas para suprir a indústria madeireira e melhorar a produtividade da agropecuária, além de incentivar à formação de polos de desenvolvimento local:

> O município de Xapuri e Rio Branco como pólos madeireiros e moveleiros para absorver a produção das Reservas Extrativistas, Florestas Estaduais e áreas particulares que executam o manejo florestal. A região do Alto Juruá forma o pólo de produção de farinha de mandioca. A região do Baixo Acre a produção do leite. No Alto Acre consolida-se a pecuária de corte (informações fornecidas pelo SEPLANDS em abril de 2008).

E o segundo subcomponente, "Gestão de recursos florestais", executado pela SEF, "órgão responsável pela elaboração e implementação da política de desenvolvimento e de incentivos para o setor florestal", pela "promoção do desenvolvimento industrial do setor madeireiro-moveleiro e o estabelecimento e gestão de Florestas Estaduais de Produção (Unidades de Conservação de Uso Sustentável)". Os objetivos desse subcomponente foram, basicamente, a gestão da política pública estadual florestal, administrando e executando políticas de incentivo ao setor florestal, ao desenvolvimento do setor industrial de base florestal, de modo a "desenvolver canais de cooperação com o mercado, a sociedade civil e diferentes níveis de governo, tanto nacional como internacional" (www.ac.gov.br/contratobid).

O subcomponente em questão tem por meta assegurar que as áreas florestais sejam, na forma da Lei de Florestas (n° 1426 de 27/12/2001), destinadas ao uso produtivo (e sustentável) com vistas a "suprir de madeira legal as indústrias localizadas na região". A referida Lei também autoriza a exploração comercial de madeira nas Reservas Extrativistas (conforme §4º, do art. 21), inclusive com a participação, na extração de madeira, do setor privado (inciso I, art. 36). A Lei estadual em questão, que ganhou uma réplica, em nível federal (Lei 11.284/2006), na qual se concede a floresta para exploração do setor privado, sobretudo o madeireiro.

O governo estadual até abril de 2008, já tinha realizado as seguintes ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável (quadro 07).

| COMPONENTES<br>SUB-COMPONENTES | PRINCIPAIS REALIZAÇÕES |
|---|---|
| **GESTÃO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS** | |
| Administração de terras | Criação de 03 Unidades de Conservação de Uso Direto: as Florestas Estaduais do Mogno, Liberdade e Gregório. |
| Estabelecimento e gestão de áreas protegidas | Criação da Lei 1.426 de 27/12/2001 que estabelece o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP;<br>Criação do Parque Estadual do Chandless em 2004;<br>Planos de gestão ambiental em 03 projetos de assentamento do INCRA |
| **Fortalecimento do sistema de gestão ambiental** | Cadastro do patrimônio ambiental e treinamento de técnicos para gestão e controle ambiental |
| **Apoio à preservação de culturas tradicionais** | Inventário das culturas tradicionais dos povos indígenas ao longo das BRs 364 e 317;<br>Foram 23 publicações, entre revistas e informativos sobre a cultura do Acre;<br>Construção de 14 Centros de Cultura e Florestania e a Casa dos Povos da Floresta (Parque da Maternidade) |
| **APOIO E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO SUSTENTÁVEL E EMPREGO** | |
| **Geração e transferência de tecnologia** | Construção de unidades de gestão ambiental integradas nas margens da BR 364 |
| **Apoio a populações tradicionais e pequenos produtores** | Recuperação de áreas degradadas;<br>Implantação dos polos moveleiro em Xapuri e Rio Branco. |
| **Defesa e inspeção sanitária** | Estudos para o planejamento estratégico do IDAF |
| **Gestão de recursos florestais** | Viveiros;<br>Oficinas de manejo florestal<br>Certificação florestal pelo FSC da Floresta Estadual do Antimary |
| **Promoção de negócios** | Incentivo a empresários acreanos para participar de feiras e exposições |
| **Infraestrutura pública de desenvolvimento** | |
| Transporte terrestre | Pavimentação de trechos da BR 364 |
| Melhoria da rede fluvial | Construção de rampas na confluência de rios com a BR 364 |
| Energia alternativa | Implantação dos fogões geradores de energia elétrica |

**Quadro 07 - Ações realizadas com recursos do PDS do estado do Acre**
Fonte: SEPLANDS, abril de 2008.

O **Pró-Florestania** foi o segundo programa do Governo da Floresta com objetivo de apoiar populações tradicionais e agricultores familiares, atendendo, ao mesmo tempo, ao subcomponente "Apoio as populações tradicionais" do PDS. O Pró-Florestania se constitui, na ótica governamental, em um mecanismo de apoio às populações tradicionais para que estas pudessem construir projetos de desenvolvimento baseados na sustentabilidade e no exercício da florestania. Com isso se estaria combatendo a pobreza e reduzindo a degradação ambiental. O Pró-Florestania beneficiou, principalmente, as populações tradicionais e pequenos produtores rurais, por meio de grupos organizados (associações, cooperativas, sociedade agrícola e assemelhados).

**Os objetivos desse programa foram: a**poiar a elaboração de planos de desenvolvimento comunitários; projetos produtivos e estudos específicos, e proporcionar às populações tradicionais e de pequenos produtores rurais apoio a projetos produtivos que maximizem o uso dos recursos naturais.

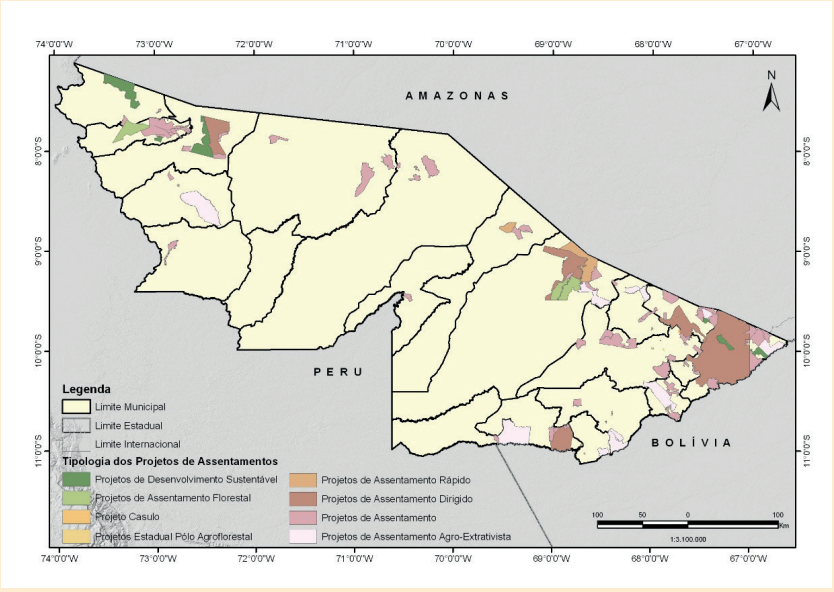
**O Pró-Florestania contempla as seguintes áreas temáticas:**

I - Recuperação de áreas alteradas: com incentivo à recuperação pela utilização de tecnologias agroflorestais e de silvicultura. No que se refere a essa área, foram aprovados 71 projetos de recuperação de áreas degradadas.

II - Fomento à cadeia produtiva: fortalecer a agregação de valor às matérias-primas locais, principalmente dos produtos considerados estratégicos na política de desenvolvimento do setor agropecuário, agroflorestal e florestal do Estado. Essa temática diz respeito aos polos de desenvolvimento.

III - Extração sustentável de recursos florestais: apoiar a elaboração e implementação de planos de manejo florestal sustentáveis, por meio de apoio às unidades de pré-beneficiamento e processamento de produtos florestais não-madeireiros, equipamento e material permanente de extração de produtos não-madeireiros e madeireiros de uso comunitário, licenciamento e registro de atividades ou produtos, capacitação para o manejo, processamento e comercialização. Nessa área foram atendidos vários planos de manejo florestal em áreas públicas.

No que diz respeito ao Programa de Reforma Agrária Estadual fora proposto novas modalidades de assentamentos, como os Projetos de Assentamento Ribeirinho, Projeto de Assentamento Agrícola, Projeto de Assentamento Fruti-Florestal, Projeto de (assentamento) Desenvolvimento Sustentável e Projeto de Assentamento Florestal que veio somar com as outras modalidades de projetos já implantados no Acre, como os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, Projeto de Assentamento Dirigido, Projeto Casulo, Projeto de Assentamento Rápido, Projeto de Assentamento (mapa 04). Dos projetos propostos pelo Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre, duas modalidades já foram implantadas: os de Desenvolvimento Sustentável e os de Assentamento Florestal.




**Mapa 04 - Distribuição territorial e modalidades dos projetos de reforma agrária do INCRA, no estado do Acre, em 2008.**
Fonte: ZEE (fase 2). Elaborado por Cláudio Cavalcante, IMAC.

O Projeto (de assentamento) Desenvolvimento Sustentável (PDS), criado em áreas de interesse social e ecológico, destina-se às "populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em

outras atividades de baixo impacto ambiental"; nesses, é permitido o manejo florestal (INCRA, 2004).

Os Projetos de Assentamento Florestais (PAFs) estão destinados às áreas com aptidão para a exploração florestal e têm como objetivo desenvolver o manejo florestal de uso múltiplo em base familiar comunitária.

Os PAFs foram criados em 2003 e compõem a nova política de reordenamento do espaço econômico do Estado, por meio dos quais é dito que se busca combinar "exploração econômica com conservação ambiental".

Essas duas modalidades de projetos seguem a mesma lógica dos Projetos Agroextrativistas, ou seja, o acesso à terra é dado através da 'concessão de uso'. Eles buscam combinar a garantia de acesso às condições de trabalho para produtores já inseridos na realidade local, com a preservação da natureza, onde é permitindo, portanto, só atividade de baixo impacto ambiental. Segundo o Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre, esses projetos são implantados em áreas com potencial produtivo que viabilize a conservação e/ou a ampliação dos recursos naturais, em suas bases primárias (INCRA, 2004). Um diferencial é que esses projetos não são demandas dos povos da floresta e, sim, imposição do INCRA e do Governo da Floresta.

A produção madeireira nos PAFs segue as mesmas regulamentações do IBAMA, apesar de ser modalidade de projeto do INCRA, para manejo florestal comunitário, guardando os limites do ciclo de exploração por 30 anos renováveis pelo mesmo período com direito à sucessão hereditária (INCRA, 2004).

Nos PAFs, além do manejo florestal de uso múltiplo, de madeira, manejam-se também essências medicinais, plantas ornamentais, óleos vegetais (como o de copaíba), látex, resinas, gomas, frutos, sementes, corantes, material para artesanato e fauna. Toda essa produção está associada às ações de empresas do Acre e de fora, que farão o beneficiamento e a industrialização.

E quanto à criação de Unidades de Conservação e preservação, durante o Governo da Floresta, foram ampliadas em 15% as áreas naturais

protegidas do estado do Acre, que hoje somam, juntamente com as Terras Indígenas, um pouco mais de 40% do território estadual (ver quadro 08).

| UNIDADES CRIADAS ANTES DE 1999<br>CATEGORIA | % DO ESTADO |
|---|---|
| I - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL | |
| Parque Nacional Serra do Divisor | 4,77 |
| Estação Ecológica Rio Acre | 0,51 |
| SUBTOTAL | 5,28 |
| II - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL | |
| Reserva Extrativista Alto Juruá | 3,28 |
| Reserva Extrativista Chico Mendes | 5,66 |
| Floresta Nacional do Macauã | 1,08 |
| Floresta Estadual do Antimary | 0,88 |
| SUBTOTAL | 10,90 |
| TOTAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | 16,18 |
| UNIDADES CRIADAS DURANTE O GOVERNO DA FLORESTA<br>CATEGORIA | % DO ESTADO |
| I - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL | |
| Parque Estadual Chandless | 4,23 |
| SUBTOTAL | 4,23 |
| II - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL | |
| Área de Proteção Ambiental Igarapé São Francisco | 0,18 |
| Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá | 0,03 |
| Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra | 0,01 |
| Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança | 0,02 |
| Reserva Extrativista Alto Tarauacá | 0,92 |
| Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema | 4,47 |
| Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade | 1,95 |
| Floresta Nacional Santa Rosa do Purus | 1,40 |
| Floresta Nacional São Francisco | 0,12 |
| Floresta Estadual Mogno | 0,88 |
| Floresta Estadual Rio Liberdade | 0,47 |
| Floresta Estadual Rio Gregório | 1,32 |
| SUBTOTAL | 11,77 |
| TOTAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | 16,00 |
| TOTAL | 32,18 |

**Quadro 08 - Estado do Acre: Unidades de Conservação criadas antes e durante o Governo da Floresta**
Fonte: Acre, 2006[a].

A adoção dos "negócios sustentáveis", símbolos da mercantilização da natureza, foi incentivada a partir do segundo mandato do Governo da Floresta (2003-2006) e está estruturada em três eixos (ACRE, 2006a):

No Programa de Florestas Estaduais de Produção, instituído pela Lei da Política Florestal do Acre, n°. 1426 de 27/12/2001, que estabeleceu a concessão de florestas públicas para a exploração de madeiras por empresas privadas. Essa Lei instituiu o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), composto pelo conjunto de Unidades de Conservação estaduais e municipais.

Outro programa é o de Manejo Florestal Comunitário, que opera em parceria com o Serviço Estadual de Extensão Agroflorestal, cooperativas e associações locais, promovendo treinamentos, investimentos em infraestrutura, fortalecimento de cooperativas e associações, e apoio à elaboração de planos de manejo florestal, via programa Pró-Florestania.

Por fim, o Programa de Apoio à Indústria Florestal, que tem por objetivo a condução de uma política industrial florestal alinhada com os objetivos estratégicos do programa de desenvolvimento do Estado. Nesse ponto, foi criada a COPIAI (Comissão Executiva da Política de Incentivo à Atividade Industrial) tendo em vista estimular o desenvolvimento industrial do Acre, bem como o de suas cadeias produtivas que vão do extrativismo, passando pelos sistemas agroflorestais, pecuário e madeireiro. A partir da COPIAI, o governo fornece a infraestrutura industrial e concede incentivos fiscais às empresas, que se propuserem a trabalhar com a matéria-prima regional.

A COPIAI foi criada com objetivo de definir a política voltada para o desenvolvimento das atividades industriais do Acre. No art. 1°, fica explícito a opção do Governo do Estado para a fomentação dos negócios sustentáveis a partir de alguns princípios. Vejamos esses princípios: a COPIAI "reger-se-á... obedecendo aos princípios da seletividade e temporalidade". A seletividade foi definida como o "caráter de prioridade dos empreendimentos florestais, agroflorestais, extrativistas, agropecuários, agroindustriais e tecnológicos dirigidos à industrialização no Estado". E a temporalidade

diz respeito à "concessão de incentivos fiscais e financeiros com prazos previamente determinados" (Art. 2°, alínea I, II e III).

A COPIAI foi criada através da Lei n° 1.361, de dezembro de 2000. E as leis complementares a esta foram: Lei n° 1.358-2000, que confere incentivo tributário aos interessados em atividades industriais, e Lei n° 1.359-2000 que possibilita a permuta, concessão, alienação e a locação de bens móveis e imóveis, por parte do Estado para as empresas interessadas em se estabelecerem no Acre.

A Lei 1.358 "dispõe sobre o Regulamento Operativo do Programa de Incentivo Tributário" para empresas no Acre e tem como finalidade:

> Conceder incentivos tributários às Empresas, Cooperativas e Associações de Produtores já instalados, que vierem a se instalar, em implantação, ampliação ou modernização de empresas inseridas em atividades industriais, agroindustriais, industrial agroflorestal, industrial florestal, industrial extrativa vegetal e indústria turística, na modalidade de financiamento direto ao contribuinte, limitado no total do investimento fixo realizado, mediante dedução de até 95% dos saldos devedores do ICMS e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação a ser utilizado no prazo de até 120 meses (art. 2° da Lei n° 1358 de 29/12/2000).

Um dos critérios utilizados pela COPIAI para permitir investidores de outras regiões, no Acre, é que a matriz da fábrica seja registrada e instalada no Estado, e que utilize matéria-prima e mão de obra regional. Esses critérios têm sido utilizados por alguns grupos econômicos que expandem seus negócios no Acre, como o caso do Grupo Farias, de Pernambuco, que instalou a fábrica Álcool Verde (monocultura da cana de açúcar); a Laminados Triunfo, grupo do Mato Grosso que instalou uma fábrica de pisos; e a Ouro Verde, cujo proprietário é oriundo do Rio Grande do Sul e que também instalou uma outra fábrica de pisos e decks, todos sob o rótulo de desenvolvimento sustentável e todas com incentivos do governo estadual.

A Lei n° 1.359 "regulamenta as normas e critérios para o Poder Executivo dispor de bens móveis e imóveis, de sua propriedade" e incentiva a concessão de bens móveis para a montagem da infraestrutura, como gastos

realizados com máquinas e obras. No que se refere aos imóveis, o Governo da Floresta ampliou a área do Distrito Industrial existente, implantando em anexo o Polo Moveleiro de Rio Branco, e construiu o Parque Industrial de Rio Branco em uma área de 73 hectares, objetivando com isso, atrair empresas do próprio Estado e de outras regiões do país que não possuíssem terrenos no Acre.

O polo moveleiro foi criado com objetivo de agregar valor aos móveis de madeira produzidos no Acre por meio de "desenhos arrojados que deverão ser produzidos em escala industrial", além da utilização de madeira certificada e de manejo florestal (PÁGINA 20, 16/04/2004).

A instalação do polo pelo governo estadual teve como objetivo "produzir peças modernas, com fino acabamento, em madeira maciça certificada, tendo como foco a valorização das variedades de madeira disponível". O somatório de tudo isso,

> (...) dá um diferencial muito especial, além de criar uma cadeia de custódia que se inicia lá na floresta, passa pela produção em escala industrial para terminar no consumidor. Isso torna o Acre referência de boas práticas sócio-econômicas e ambientais do Brasil (César Dotto – então presidente da FUNTAC durante o lançamento do Catálogo Moveleiro do Acre em Rio Branco, Jornal PÁGINA 20, 19/06/2007).

De acordo com o governador Jorge Viana, o polo vai diversificar a produção e firmar o Estado como produtor de móveis do Brasil. "O próprio governo será um grande consumidor dos produtos elaborados por esse polo". Outrossim, orienta que os empresários devem buscar a certificação e o manejo, pois isso "agrega valor e diferencia o produto. O empresariado acreano já percebeu os benefícios dessa política e sabe que esse é o melhor caminho" (PÁGINA 20, 21/06/2005).

O setor industrial que mais foi atendido pela Lei de Incentivos, foi o setor de indústrias de madeiras e derivados, como podemos observar no quadro 09.

| RAMO DE ATIVIDADE | SITUAÇÃO DOS PROCESSOS | | TOTAL |
|---|---|---|---|
| | APROVADOS | EM ANÁLISE | |
| Ind. de Madeira e Derivados | 28 | 06 | 34 |
| Ind. de alimentos/ ind. água mineral | 10 | 01 | 11 |
| Ind. de artefatos de concreto, marmoaria e cerâmica | 09 | 01 | 10 |
| Ind. de beneficiamento de produtos extrativistas | 07 | 0 | 07 |
| Ind. frigorífica | 04 | 0 | 04 |
| Ind. de esquadria de ferro, alumínio e telhas | 03 | 01 | 04 |
| Ind. de reciclagem e fabricação de embalagens plásticas e perfis rígidos de PVC | 03 | 01 | 04 |
| Ind. de higiene e limpeza | 02 | 01 | 03 |
| Ind. de fabricação de derivados de cana de açúcar | 01 | 01 | 02 |
| Ind. de fabricação de supl. mineral p/ pecuária | 01 | 0 | 01 |
| Ind. de tintas | 01 | 0 | 01 |
| Ind. de fumo | 01 | 0 | 01 |
| Ind. de instrumentos musicais | 01 | 0 | 01 |
| Ind. de recuperação de pneus | 01 | 01 | 02 |
| Ind. de transformadores | 01 | 0 | 01 |
| Ind. de fabricação de massas para const. civil | 0 | 01 | 01 |
| Total | 73 | 14 | 87 |

**Quadro 09 - Atividades industriais beneficiadas pela Lei de Incentivos no estado do Acre**
Fonte: COPIAI, atualizados até março de 2008.

No estado do Acre, em 2008, 92 empresas já tinham sido beneficiadas com a lei de incentivos industriais, das quais 30 eram madeireiras e moveleiras. E só 08 diziam respeito à borracha e a castanha. Das 73 empresas que tiveram os projetos aprovados pela COPIAI: 34 empresas foram beneficiadas com o financiamento do ICMS; 23 empresas com a concessão de bens imóveis e 15 empresas com ambos os incentivos (dados fornecidos pela SEF, em abril de 2008).

Como podemos perceber com a Lei de Florestas Públicas, o governo estadual legalizou a exploração madeireira e com a lei de incentivos fiscais tem atraído novas empresas para o Acre, que têm como matéria-prima básica a madeira manejada.

Em 12/08/2007, o Jornal Página 20 publicou uma matéria assinada pelo economista e ex-secretário do Governo da Floresta, José Fernandes Rego, em que este dizia que antes de 1998, apenas 4% do suprimento da indústria madeireira era proveniente de manejo florestal e que os restantes 96% provinham de desmatamentos. Hoje, continua a matéria, houve uma inversão, 84% do suprimento vêm do manejo florestal e 16% do desmatamento. Rego ressalta que esse resultado é fruto da administração Jorge Viana, que foi um governo "inspirado e sustentado politicamente nas lutas dos povos tradicionais do Acre". Este governo "rompeu com o novo-velho modelo e iniciou, a partir do Acre, o redesenho do mapa do desenvolvimento econômico da Amazônia e do Brasil", avalia o economista (PÁGINA 20, 12/08/2007).

Entre os negócios sustentáveis de maior destaque no Acre o manejo florestal é a grande vitrine, apesar de ter sido duramente criticado nos anos de 1980 e 1990 pelo CNS e pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Essa posição aparece de forma bem explícita no documento "Diretrizes para um Programa de Reserva Extrativista na Amazônia", de 1993. Naquele momento o CNS se posicionava contra a exploração dos recursos madeireiros (CNS, 1993).

Com o PDS do Estado, o governador, apoiado pela legislação nacional, conseguiu redirecionar estas diretrizes do CNS, criando um consenso de que a exploração madeireira é o carro-chefe da inclusão social. O que muito corroborou para isso foram as mudanças no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), particularmente o Art. 17 do Capítulo V, que retira a autonomia das comunidades para decidir sobre o plano de uso dessas áreas. Isso contribuiu para forçar a aprovação dos "planos de manejo comunitário" para exploração madeireira em áreas onde antes não era permitido, como as Reservas Extrativistas. Isso foi possível a partir da

criação do Conselho Deliberativo, que é presidido pelo órgão gestor (no caso, o IBAMA), por representantes das comunidades locais e outras instituições envolvidas com as reservas. Ele visa aprovar os ditos "planos de manejo comunitário" para exploração madeireira (PAULA, 2005). Na Reserva Extrativista Chico Mendes, em 2008, cinco seringais estavam recebendo treinamento e outras iniciativas para a prática de manejo florestal, desde 2003. Os seringais envolvidos eram: Palmari, Dois Irmãos, Independência, São João e São Francisco.

Os negócios sustentáveis têm na certificação florestal o maior rendimento econômico. A certificação é realizada pelo Conselho de Manejo Florestal, FSC, organização internacional para a certificação madeireira. O logotipo do FSC identifica produtos que contêm madeira proveniente de florestas "bem manejadas", certificadas de acordo com as regras por ele estabelecidas, sejam elas nativas ou plantadas. O FSC não emite certificados, mas os credencia no mundo inteiro, ao permitir o uso da marca do FSC. No Brasil, o Instituto de Manejo Florestal e Agrícola (IMAFLORA), ONG sediada em Piracicaba (SP), é a responsável pelo selo verde do FSC (BECKER, 2004).

As áreas no Acre que realizavam o manejo florestal certificado pelo FSC-Imaflora, em 2008, eram as do quadro 10.

- As fazendas particulares 'Acre Brasil Verde Industrial Madeireira Ltda.', a primeira área privada a ter o selo de certificação no Acre, e a 'Indústria e Comércio Nova Canaã', que pertencem à presidente da Associação das Indústrias de Madeira Manejada (Asimmanejo), cujo lema é 'manejar é conservar'. Na fazenda Acre Brasil Verde, são 7.800 hectares voltadas para o manejo florestal. A proprietária da fazenda ressaltava, em 2005, que a:

> (...) maioria dos madeireiros não virou ambientalista, mas compreendeu que o manejo é a única maneira de garantir a sustentabilidade de nosso negócio. Por isso deixamos de ser predadores para usar os recursos com inteligência a fim de preservá-los (PÁGINA 20, 05/06/2005).

| ÁREAS | ESCALA | PRODUTOS | MUNICÍPIO | TERRAS |
|---|---|---|---|---|
| Acre Brasil Verde Industrial Madeireira | Empresarial | Madeira | Sena Madureira | Particular |
| Indústria e Comércio Nova Canaã | Empresarial | Madeira | Sena Madureira | Particular |
| PAD Pedro Peixoto | Comunitário | Madeira | Senador Guiomar e Plácido de castro | Projeto de Assentamento |
| PAE Chico Mendes | Comunitário | Madeira | Xapuri | Projeto de Assentamento |
| PAE Equador | Comunitário | Madeira | Xapuri | Projeto de Assentamento |
| PAE Remanso | Comunitário | Madeira | Capixaba | Projeto de Assentamento |
| PAE Porto Dias | Comunitário | Madeira | Acrelândia | Projeto de Assentamento |
| Floresta do Antimary | Comunitário | Madeira | Sena Madureira | Floresta Estadual |

**Quadro 10 - Áreas onde se realiza manejo florestal no estado do Acre**
Fonte: <www.imaflora.org> (acessado em 20/11/2008).

O certificado dessa fazenda foi entregue à empresária pelo governador Jorge Viana, em uma grande festa, onde o mesmo ressaltou a importância do evento e ressaltava o crescimento do manejo sustentável entre os empresários acreanos. Naquela ocasião, disse:

> (...) as empresas de madeira estão vendo que o selo FSC apresenta bons resultados do ponto de vista ambiental, econômico e social. A parceria que nós do governo estamos fazendo com várias empresas e entidades, é com o propósito de consolidar uma economia sustentável. No Acre, já é uma realidade.

Enfatizando também que:

> Alguns ainda podem estranhar o que vem a ser uma madeira manejada, e é normal que aconteça isso, porque esse assunto continua sendo uma novidade. No entanto, muitos já entenderam a importância de se trabalhar com critérios e regras dentro da floresta. A empresa da Fátima é um ótimo exemplo desse novo comportamento adotado pelas madeireiras, enfatizou Viana (PÁGINA 20, 05/06/2005).

- Outra área é o PAD Pedro Peixoto, que através da Associação dos Produtores Rurais em Manejo Florestal e Agricultura vem, em parceria com a EMBRAPA, e o Centro de Trabalhadores da Amazônia, manejando madeiras e colocando no mercado "espécies nativas da Amazônia".

- O PAE Chico Mendes, através da Associação dos Moradores e Produtores do Projeto Agroextrativista Chico Mendes, foi a primeira comunidade brasileira a conquistar o selo verde internacional do FSC. Essa comunidade conhecida como seringal Cachoeira (localizada em Xapuri) é um dos símbolos de resistência contra a pecuarização do Acre nos anos de 1970 e 1980 e, no entanto, foi a primeira a aderir a mercantilização da floresta.

- Os PA Agroextrativista Equador e Remanso, através de suas associações – dos Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Seringal Equador e dos Seringueiros da Reserva Extrativista São Luiz do Remanso – onde, além da madeira, estão sendo manejados o óleo de copaíba e as sementes de jarinas.

- O PAE Porto Dias, através da Associação dos Seringueiros do Projeto de Assentamento Agroextrativista Porto Dias, além do manejo madeireiro, também maneja óleo de copaíba. E a Floresta Estadual do Antimary tem o manejo coordenado diretamente pela Fundação de Tecnologia do Acre (br.fsc.org/pt-br)

As empresas que vendem ou industrializam os produtos manejados no Acre, em 2008, eram as do quadro 11.

Além da madeira, o óleo de copaíba também recebeu o selo verde. Produzido no Porto Dias, e foi o primeiro produto não madeireiro da floresta amazônica em área de manejo comunitário a obter o selo FSC. A área é administrada pela Associação Seringueira de Porto Dias localizada em Acrelândia. O programa piloto de copaíba é desenvolvido em parceria com o Centro de Trabalhadores da Amazônia/CTA e o WWF-Brasil, apoiados pelo BM e outras instituições (PÁGINA 20, 16/04/2004).

| EMPRESA | ESCALA DE OPERAÇÃO | PRODUTO | MUNICÍPIO |
|---|---|---|---|
| Aver Amazônia Ltda | Empresarial | Móveis e utensílios de madeira | Xapuri |
| Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários – COOPERFLORESTA | Comunitário | Madeira tropical em torras ou serrada verde e seca | Rio Branco |
| IIBA Produtos Florestais | Empresarial | Artigos domésticos e brindes decorativos | Rio Branco |
| Laminados Triunfo Ltda | Empresarial | Compensados | Rio Branco |
| Oficina Escola de Marcenaria e Ebanisteria Carlo Castiglioni | Empresarial | Artefatos e móveis de madeira | Xapuri |
| Ouro Verde Importação, Exportação Ltda | Empresarial | Madeira serrada bruta | Rio Branco |
| Ouro Branco Madeira Importação e exportação Ltda. | Empresarial | Madeira serrada | Capixaba |

**Quadro 11 - Empresas que possuem Selo FSC por realizarem manejo florestal no estado do Acre**
Fonte: <www.imaflora.org> (acessado em 15/11/2008).

A castanha do Brasil também está sendo certificada com selo verde. Nesse caso o processo é realizado em três níveis: primeiro, o Instituto de Biodinâmica de Botucatu (IBD) dá a certificação de que esse é um produto orgânico produzido sem o uso de agrotóxicos. No segundo, a FSC dá uma certidão de responsabilidade ambiental que confirma ser esse um produto colhido de área ambiental manejada de modo sustentável. E, por fim, o selo do *Fair Trade* garante que o "produto é fruto de trabalho socialmente justo, sem a exploração desumana dos trabalhadores e com garantia de que beneficia diretamente os produtores" (PÁGINA 20, 16/04/2004).

Os exemplos supracitados parecem não deixar dúvidas sobre a escalada da mercantilização da natureza, atualmente, no Acre. Como é ressaltado em Paula (2005), a incorporação de uma grande parcela do território acreano ao patrimônio público – na forma de "Unidades de Conservação de Uso Sustentável", não significa, necessariamente, um avanço na reversão da in-

sustentabilidade do estilo de "modernização" desencadeado na década de 1970 e, sim, uma nova forma de privatização da natureza e exploração de trabalhadores.

O governo de Jorge Viana, na avaliação de seus defensores, é considerado um marco na história do Acre, pois do "Jorge para trás, a gente tinha um governo que derrotava nossas propostas". Aí, o Jorge Viana é eleito e para os seringueiros, na perspectiva de Assis Monteiro, "entrou o nosso governo, que tinha uma nova proposta" e começaria "todo o trabalho de melhoria para os seringueiros", pois hoje, continua Assis, "nós temos ramais para todo canto, para apoiar a questão da produção e, incentivo a extração da borracha" (Assis Monteiro, entrevista em abril de 2008).

Nesse sentido, Assis Monteiro acha muito importante a adoção do PDS no Acre, pois antes, "nós vivíamos um momento aqui que a gente não tinha educação, não tinha saúde nos seringais, a gente não tinha energia, ramais, e a gente tinha um governo com aparato policial pra junto com os fazendeiros expulsar a gente da terra" (entrevista em abril de 2008).

O Governo da Floresta, para Assis Monteiro, contribuiu para concretizar os sonhos de Chico Mendes, pois "nós enquanto movimento, desde a época de Chico Mendes, nós criamos uma proposta de desenvolvimento sustentável, ou seja, a possibilidade da pessoa continuar vivendo lá no mato sendo seringueiro, continuando sendo seringueiro porque estava sujeito a desaparecer", e, para ele, o Jorge Viana tem realizado esses sonhos (entrevista em abril de 2008).

Já para Raimundo de Barros, Jorge Viana é um "engenheiro florestal conhecedor da questão florestal e muito ligado ao movimento de seringueiro", então, "é lógico que ele não podia ter uma prática diferente da que ele pregou no palanque, que era defender a causa dos seringueiros, fazer uma administração voltada para os interesses dessa população" (entrevista em 05/04/2008). Nesse ponto, Raimundão ressalta a criação da Lei Chico Mendes que incentivou a atividade extrativa através do subsídio à borracha.

O que Chico Mendes queria, segundo Raimundo de Barros, era "ver o povo dele viver em liberdade, ele deu a sua vida por isso, não só a liberdade

de ir e vir, mas de aprender a ler, de usufruir dos direitos que cada cidadão tem, isso está sendo construído" com o Governo da Floresta (entrevista em abril de 2008).

Já Osmarino Amâncio, líder seringueiro do tempo de Chico Mendes, se posiciona contra esse consenso em torno do manejo florestal, dizendo que vê com muita preocupação "a falência dos movimentos", pois hoje em sua "grande maioria, se adaptou com um discurso bonito de sustentabilidade, e a gente vê que **a forma como que estão sendo implantados os grandes projetos não é sustentável**" (grifo nosso). E lamenta, com muita tristeza, pois o que o Chico Mendes queria era a liberdade, mas ele não queria a liberdade para a destruição da natureza. Quem faz coro com essa ideia, é a então presidente do STR de Xapuri Dercy Teles, quando afirma que "os ideais de Chico Mendes foram distorcidos, porque o sindicato está falido, a CAEX está falida" e, continua criticando o governo que prega "uma sustentabilidade, querendo fazer prospecção de petróleo, incentivando a hidrelétrica do Rio Madeira" (entrevista em abril de 2008).

Com relação ao governo e ao movimento, Osmarino Amâncio ressalta que o "Jorge não viveu o movimento, ele viu o movimento, mas quando ele surge e se propôs a entrar para o PT nós o acolhemos". O Jorge conheceu a proposta dos seringueiros, quanto às diretrizes econômicas, "topou e disse esse é o projeto que tem que ser defendido". O que significa dizer que o "Jorge chega (de Brasília onde cursava engenharia florestal) adere à proposta do movimento e diz que vai colocar em prática". O Jorge Viana, portanto, surge na política com a "força do movimento e se espalhou, massificou, ele utilizou os símbolos que orgulham os acreanos, como a Revolução Acreana, pegou o Chico e colocou lá em cima, aí pensamos: vai dar certo". Mas tudo isso foi uma "traição premeditada, bem bolada" (entrevista concedida à autora, em abril de 2008).

Entretanto, os empresários estão "felizes da vida" com o Governo da Floresta, como podemos aludir de parte da matéria "economia do contracheque vai desaparecendo no Acre", pela qual é possível saber os passos da

economia, do desenvolvimento sustentável, na visão do governo estadual e dos empresários do Acre, aliados a ele:

> Com passadas firmes e objetivas, o Acre vai substituindo a "economia do contracheque" pelo 'mercado verde'. Em 1998, o setor florestal participava com 7,4% no bolo das atividades econômicas e os serviços públicos detinham 41,3%, um peso seis vezes maior. Em 2001, as florestas já participavam com 11,6% do valor da produção e a administração pública, 34,9%. Esse valor subiu em 2002 (36,6%) e voltou a cair em 2003 (34%).
>
> Enquanto isso, o segmento florestal seguiu impondo sua força nesse bolo: em 2001, já representava 11,6% – quase tão forte quanto a construção civil, que detinha 11,9% de participação – e em 2002 subiu para 12,8%.
>
> Em 2003, as florestas já eram responsáveis pela segunda colocação no ranking das atividades que mais influenciam na economia do Acre, num embate positivo com o poderio do serviço público: naquele ano, o setor florestal produziu 16,1% da riqueza.
>
> O valor bruto da produção industrial evoluiu muito entre 1998 a 2004, saindo de R$39.849 milhões para R$173.520. O valor de transformação registrou grande incremento nesse período, de R$18,9 milhões para R$78,7 milhões, acompanhando o desempenho das exportações: em 1998 o Acre exportou medíocres US$834 mil. Em 2006, até junho, as vendas para o exterior já somavam US$12,1 milhões. Novos destinos – A China segue cada vez mais consolidada como o principal destino dos produtos acreanos. Ocupa as primeiras colocações no ranking de compradores.
>
> A mercadoria mais importante é a madeira. A Bolívia aparece como grande comprador dos produtos do Acre, especialmente a castanha. A política comercial vigente busca vender exclusivamente produtos de alto valor agregado – e não a matéria-prima. O contrário disso é a devastação como resultado. O mercado verde tem engordado o produto interno bruto (PIB) no Acre. O índice, que é a soma de todas as riquezas produzidas no Estado, teve seu valor *per capita* calculado em R$2.730 mil em 1998.

Em 2003, último ano estudado, o valor era de R$4.338 mil, segundo a Coordenação das Contas Nacionais do IBGE – variação de 16% no período. Entre 2002 e 2003, o IBGE apontou que a variação real do PIB acreano ficou em quarto lugar na tabela dos Estados (www.ac.gov.br, acessada em 27/09/2008).

Essas questões mostram quem está ganhando com a mercantilização da floresta.

## 4.4 Ambiguidades e tensões do "discurso florestânico"

O discurso da "acreanidade" está ancorado em duas questões – a valorização do passado, e o suposto reencontro do acreano com a floresta –. Essas questões têm sido alvos de críticas no que se refere ao PDS, cuja propaganda vende a ideia de que "se avançou muito com o desenvolvimento sustentável", cuja "inspiração" foram os ideais do movimento social de índios e seringueiros. Nesse sentido, o nome do Chico Mendes é amplamente utilizado, tanto para angariar fundos externos, quanto dentro do próprio Acre, entre os seringueiros, para ganhar destes a adesão à proposta do governo. Como nos lembrou a então presidente do STR de Xapuri (Dercy Teles), "não tem um encontro, uma reunião que não seja citado duzentas vezes o nome do Chico Mendes se tiver duzentos oradores. Governo da Floresta não foi de graça, foi estratégia simbólica para enganar quem vive na floresta".

Mas nem tudo é consenso, algumas vozes destoam, algumas lideranças seringueiras afirmam que o que o movimento dos seringueiros defendia era a "adoção de um conjunto de políticas públicas voltadas tanto para a elevação dos níveis de vida e renda dessas populações, quanto para a proteção do meio ambiente", como ressalta Paula (2004, p. 92).

Questão essa também discutida por Souza (2005), que destaca a "forma mercantilizada com que a natureza é tratada" no Acre, como por exemplo, no caso da concessão de florestas públicas. Com esta ação "o governo oferece um bem público à exploração privada, e com incentivos". Isto significa

"que nossa cidadania encontra-se ameaçada" (p. 44). A tão propalada florestania que supostamente significa "cidadania da floresta", é uma estratégia discursiva de valorização do "verdadeiro acreano", mas "se mercantiliza a floresta (pressuposto de nossa cidadania), mercantiliza-se, também e necessariamente, os direitos sociais, a cidadania" (p. 44). Já Osmarino Amâncio aponta que:

> (...) hoje estamos tentando sobreviver com medo de perder essa identidade porque o governo quer que a gente deixe de ser seringueiro para ser extrator de madeira, isso é uma afronta a uma cultura que tanto se lutou para afirmar (Osmarino Amâncio[8], entrevista em abril de 2008).

Osmarino Amâncio, contemporâneo de Chico Mendes no movimento social dos seringueiros desde os idos de 1970, se coloca contra a "sustentabilidade" apregoada pelo Governo da Floresta e traduzida nos "negócios sustentáveis", que têm na exploração madeireira o seu carro-chefe. Osmarino contesta o manejo florestal colocado em prática pelo Governo, contesta também que este tenha sido um dos ideais dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980. Quando começou o movimento de resistência, diz Osmarino, a "concepção era que nós só temos condições de sobreviver, se a gente fizer a floresta sobreviver". Opinião também da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Teles: "o movimento em nenhum momento, antes de ser aparelhado/atrelado pelo Estado, antes de muitos dirigentes terem cargos comissionados, defendia a exploração madeireira". Como bem lembra Osmarino Amâncio e Dercy Teles, antes, a tentativa do governo foi de instalar os "contratos de risco". Hoje, as mesmas

8 O seringueiro Osmarino Amâncio (ex-presidente do STR de Brasiléia e contemporâneo de Chico Mendes no CNS, coordenador, no Acre, do Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA e Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL) foi entrevistado por nós em dois momentos da elaboração desse estudo, em março de 2007, durante um encontro no Projeto (de assentamento) Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos em Brasiléia, quando se discutia formas de resistência à adoção do manejo florestal comunitário, e em abril de 2008, também em Brasiléia quando fizemos uma longa entrevista em que ele avaliou a gestão do Governo da Floresta, mostrando a contraposição entre o discurso oficial e a trajetória do movimento seringueiro.

metas são rotuladas de "contrato comunitário" (entrevista realizada em Rio Branco em abril de 2008).

Para Osmarino Amâncio, essas propagandas do manejo madeireiro que o Governo da Floresta faz é um "filme que está se repetindo, pois eu já ouvi falar que a gente ia deixar de ser pobre se a BR-317 fosse aberta". Com a madeira é a mesma coisa, mas se:

> (...) tirar a floresta, tirou a fonte de renda, ameaça à geração futura. Mas, o marketing (do governo) é grande, sai todos os dias mais de 30 comerciais (nas tvs acreana) falando de manejo florestal, biodiesel. Eles estão destruindo árvores de 500, 600 anos e estão dizendo que as outras vão se recompor em 30 anos[9], isso não é verdade, ainda não conhecemos a dinâmica da floresta, dizem que só tiram as árvores avós, mas estão tirando até as varinhas (entrevista, em abril de 2008).

E acrescenta: "esse é um discurso fragilizado, economicista, de lucro a curto prazo, não tem sustentabilidade, não tem solidez é um discurso para inglês ver" (entrevista concedida à autora em abril de 2008).

Como forma de resistência ao manejo madeireiro, em 2005, moradores da Floresta Estadual do Antimary, uma das vitrines do manejo florestal no Estado, ocuparam a FUNTAC fazendo um 'Empate[10] contra a devastação da Floresta', que contou com o apoio do Movimento Pequenos Agricultores (MPA). As principais denúncias feitas na ocasião foram a "falta de acesso dos moradores às informações sobre a gestão da floresta, o baixo preço que os moradores recebiam pela madeira manejada, a falta de infraestrutura social e produtiva e a acelerada destruição das áreas de florestas já manejadas" (PAULA, 2006, p. 60).

9 O manejo florestal é operado da seguinte forma: as árvores-mães são as que serão utilizadas na primeira exploração; as árvores-filhas serão utilizadas no ciclo seguinte, ou seja, em dez anos, e as netas 1 e netas 2 são árvores que serão utilizadas em 20 e 30 anos respectivamente (FRANCO, 2008, mimeo).

10 Os empates, desde que foram "inventados", no Acre, assumem diversos significados. Inicialmente, era uma forma de resistência dos "acreanos" contra o usurpador de seu território, os "paulistas", posteriormente, indicaram a oposição entre "seringueiro" e "fazendeiro", forjando, daí a formação de uma identidade política dos seringueiros (PAULA, 2004).

Osmarino Amâncio e Dercy Teles, são algumas das poucas vozes de seringueiros que não fazem parte do consenso em torno do PDS; a eles, se somam as vozes que escreviam no Jornal 'Empate: espaço de debates de ideias políticas e culturais', de Rio Branco. Este, em sua primeira edição, se colocava contra as políticas estaduais implementadas pelo Governo da Floresta no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e às políticas relacionadas à cultura, como podemos ler no trecho abaixo do seu editorial:

> Quinze anos após o covarde assassinato de Chico Mendes, seus antigos companheiros de luta, aqueles que nada ganharam mercantilizando sua memória e sonhos, aqueles que continuaram e continuam trabalhando e vivendo no interior da floresta, sem deixar de ser o que eram; sem tornarem-se prefeitos, vereadores, deputados, ou seja, lá o que for, assistem atônicos seus ex-companheiros de 'viagem' entregarem-se à causa da retirada e comercialização de madeira que tanto criticavam e que tantas dores produziram. Os princípios que projetaram as lutas dos trabalhadores rurais acreanos e lançaram seu representante maior no cenário internacional foram abandonados em troca de um enganoso projeto de 'desenvolvimento estadual' com 'sustentabilidade'. Os inimigos de Chico Mendes o eliminaram fisicamente. Os que se diziam seus amigos e aliados que, hoje, vivem e acumulam cargos e benefícios às custas de sua memória, tratam de eliminar seus sonhos, seus projetos, sua herança, seus princípios de não mercantilizar a floresta (Jornal EMPATE, 2003).

A crítica realizada por algumas lideranças seringueiras tem como base o documento "Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia", do CNS, de 1993, já referenciado em outra parte deste capítulo. No documento, os seringueiros se posicionavam "contra a exploração dos recursos madeireiros", uma vez que tanto a legislação quanto os mecanismos de fiscalização do aparelho do Estado não ofereciam nenhuma garantia de controle das atividades das indústrias madeireiras (CNS, 1993, 18). Apesar desse documento ter sido construído depois de muito tempo de discussão, como nos lembrou Osmarino Amâncio, dois anos depois, em 1995, durante o IV Encontro Nacional, o CNS muda suas resoluções e aceita incluir a

madeira na pauta de produção passível de exploração comercial nas áreas de domínio das populações extrativistas (PAULA, 2006).

O documento definia como desenvolvimento para os agroextrativistas a "garantia das áreas que ocupam, acesso ao conjunto de recursos naturais existentes nessas áreas, garantia à saúde, educação e respeito por sua cultura" (CNS, 1993, p. 12). Não descartando também o acesso à "tecnologia e aos meios modernos", que possibilitassem o "aumento da produtividade nas atividades extrativas e agrícolas, mas de uma perspectiva que respeitasse as concepções próprias sobre as formas racionais de uso dos recursos naturais" (CNS, 1993, p. 12).

Os seringueiros, na última década, têm sido incentivados a substituir as atividades ligadas ao extrativismo do látex pela exploração de madeira, via projetos de manejo comunitário. "Chega a Marina (Silva), e diz: vocês vão ter que fazer manejo madeireiro, chega a Mary Alegretti, os assessores do Governo e dizem a mesma coisa", diz Osmarino Amâncio, mas até agora eles "não conseguiram que o manejo madeireiro entrasse na Reserva Extrativista Chico Mendes". Osmarino denuncia que os governos do Estado e Federal estão "semeando os planos de manejo ao redor das reservas" e isso tem influenciado, positiva e negativamente, "alguns seringueiros". No dia 05 de abril, quando eu estava em Xapuri para entrevistar Assis Monteiro e Raimundo Barros (Raimundão), eles estavam retornando de uma reunião realizada nas comunidades Dois Irmãos e Floresta com objetivo de discutir as condições necessárias para os extrativistas aderirem ao manejo florestal. Essa estratégia, de atrair lideranças seringueiras para as discussões, tem assumido um papel importante no convencimento de seringueiros para a adoção da prática. A respeito dessa reunião, Assis Monteiro nos esclareceu dizendo que estavam fazendo "uma discussão com 10 comunidades dentro da Reserva Extrativista", nos seringais de "Filipinas, Iracema, Dois Irmãos, Palmari, Rio Branco, Guarani e São Pedro". As discussões com as comunidades, continua Assis, é para ver "quem está interessado de entrar (aderir ao manejo) e a partir daí fazer os projetos para buscar os recursos com o

próprio governo", através do programa Pró-Florestania (entrevista em abril de 2008).

Para os que defendem a exploração madeireira, a adoção do manejo comunitário florestal, por parte das populações que vivem do extrativismo vegetal, é muito positiva, como afirmou Raimundo Barros:

> (...) eu prefiro dizer que quando a gente tirou as propostas de desenvolvimento sem agredir a floresta, naqueles anos ali, quando iniciava o movimento, essas questões da madeira, ela era uma coisa ignorada porque o que se via era o roubo de madeira, assim como eram também os desmatamentos, barrar os desmatamentos e barrar a retirada de madeira eram as nossas metas (Raimundo Barros, em entrevista concedida à autora, em abril de 2008).

A política estadual implementada pelo Governo da Floresta tem sido justificada como inspiração nos ideais do movimento social de índios e seringueiros, o que nos parece uma contradição, pois uma das questões que os seringueiros defendiam era a não-transformação dos seringais em que viviam em fazendas para a criação de gado, bem como eram contra a exploração de madeira. Comparemos os fragmentos dos textos abaixo:

O primeiro:

> A área escolhida no Acre corresponde a mais de 6.000 milhões de hectares, localizados em três municípios acreanos: Sena Madureira (Rio Purus e Rio Caeté), Feijó (Rio Envira) e Tarauacá (rio homônimo) com a justificativa de que o potencial de madeira permitirá, se utilizado dentro dos métodos racionais, que a região venha a se sobressair como um dos grandes centros madeireiros da Amazônia (VARADOURO, jun./1979b).

O segundo:

> As florestas de alto valor econômico estão situadas ao longo da calha do Rio Iaco, entre a Rodovia AC-90 e a Resex Chico Mendes, algumas áreas entre os Rios Caeté e Purus (hoje inseridas na Resex Cazumbá-Iracema) e na confluência dos rios Tarauacá e Envira.

> A atividade florestal obteve crescimento médio de 13% nos últimos cinco anos transformando-se na atividade econômica mais

> importante. As exportações do Estado sofreram um acentuado aumento com variação média anual de 86,5%, onde o setor florestal madeireiro vem contribuindo com cerca de 50% do total. E com a ampliação da infra-estrutura de pavimentação, melhoria das estradas vicinais e a ligação com os portos do Pacífico, pode-se projetar um crescimento anual médio de 15% da demanda madeireira para os próximos 10 anos (ACRE, 2006a).

O primeiro texto, do final da década de 1970 e publicado na edição do Jornal Varadouro de junho de 1979, denunciava o plano de Florestas Regionais de Rendimento (IBDF-SUDAM), conhecido como "contratos de riscos". Essa denominação se dava em detrimento da singularidade da cláusula que definia a parceria entre poder público e poder privado, ou seja, a semelhança dos "contratos de riscos" para a área petrolífera, o interessado assinaria um contrato com o IBDF para "explorar a madeira de determinada área da floresta amazônica, supostamente correndo o risco de, na área escolhida, não existir madeiras nobres" (VARADOURO, mar./1979).

O plano "Florestas Regionais de Rendimento" visava estabelecer, na Amazônia Legal, 12 florestas para a exploração madeireira. E objetivava a "exploração do potencial madeireiro da Amazônia com utilização da terra durante o período em que vigorasse o contrato" (VARADOURO, jun./1979b).

Na área escolhida, no Acre, na época, o Jornal Varadouro denunciava que seriam prejudicados cerca de 8.000 índios de sete etnias que já tinham assegurado a criação de 8 Terras Indígenas, os seringueiros, castanheiros e posseiros que ainda viviam nos seringais daquela região e que já eram considerados posseiros, pois tinham se livrado do regime do barracão e, também, prejudicaria o equilíbrio ambiental, pois desmatariam as cabeceiras do Rio Acre, os vales do Iaco, Rio Chandless, Alto Purus, Rio Envira e alguns afluentes destes, como o Jurupari e o Jaminawa.

Por isso, repudiava os "contratos de riscos" porque eles representavam o favorecimento de um governo conivente com os grandes grupos internacionais interessados na madeira, que visavam à exportação de matéria-prima e, não, o desenvolvimento da região. Estes contratos refletiam a

desconsideração de um governo ditatorial para com o povo da região, e significavam afastar, cada vez mais, o trabalhador da floresta da posse da terra (VARADOURO, jun./1979b).

O segundo texto é do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE II fase), que reflete o cenário divulgado pelo Governo da Floresta para a consolidação dos negócios sustentáveis que têm como carro-chefe o manejo florestal, tanto o comunitário em áreas públicas (florestas estaduais, PAF, PDS e PAE) quanto o privado, em áreas de Reserva Legal, estabelecido pelo Programa de Florestas Estaduais de Produção. O primeiro texto foi extremamente criticado e não vingou. Já o segundo está em curso e é performaticamente proferido como a "concretização dos sonhos de Chico Mendes", o qual é defendido no bojo da formação do 'consenso', do qual fala Paula (2005), de que as populações tradicionais são as protagonistas na construção de novas alternativas de desenvolvimento sustentável e que, por isso, estão sendo respeitados a diversidade e os conhecimentos tradicionais dessa população.

Para inverter a crítica feita ao plano do IBDF na década de 1970, o Governo da Floresta tem investido na cooptação de lideranças do movimento sindical e colocado essas pessoas em posições estratégicas, como o caso de Raimundo de Barros[11] e Assis Monteiro (ex-presidente da CAEX), para discutir com as comunidades os "benefícios" do manejo florestal. No sentido de convencer os seringueiros, o governo aciona as próprias lideranças do passado para fazer as explicações sobre as vantagens do manejo.

Nesse caso, tanto Raimundo de Barros quanto Assis Monteiro são defensores do manejo e assim se posicionam:

> Eu, inicialmente, tive muita resistência, mas a partir das coisas acontecendo, então, comecei a participar das discussões e confesso, aqui para vocês, de que pra mim, e assim é o juízo de outros companheiros, a questão do desenvolvimento sustentável, essa questão do manejo, ele se dando na forma que ele vem se dando e se

11 Raimundo de Barros, primo e contemporâneo de Chico Mendes, foi vereador pelo PT em Xapuri por quatro mandatos (16 anos) e tesoureiro do Conselho Nacional de Seringueiros.

> aperfeiçoando, mais os cuidados, ele não é uma agressão a nossa floresta (Raimundo de Barros, entrevista em abril de 2008).

E reforça o seu argumento nos seguintes termos: "veja, nos estudos que são feitos nas áreas que estão sendo retiradas a madeira, em um hectare de floresta é retirado no máximo 10 árvores", o que significa, na perspectiva de "Raimundão", "de que, se num hectare se tira 10 árvores, o impacto é pequeno, ao passo que se pega um hectare, derruba e queima (para botar roçado) é um impacto bastante grande".

Já Assis Monteiro dá a seguinte explicação para o fato de algumas pessoas dos seringais serem contra o manejo madeireiro:

> Existe resistência ao manejo madeireiro por falta de entendimento de algumas pessoas, uma coisa que eu tenho colocado, que essa certa resistência, em alguns poucos, é por desconhecer o que significa o manejo. Sabá Marinho, Aluá, Analu, eles não conseguiram entender direito, eles se colocam contra. Só que eu vejo o seguinte: a Resex foi criada e, por falta de alternativa, alguns estudos indicam que o desmatamento tem aumentado.
>
> E por outro lado, eu vejo: o que manejamos aí? A castanha, porque a gente colhe os frutos, e a cotia correndo da gente, ela carrega os ouriços; isso dá conta da espécie continuar existindo. Nós nunca paramos para dizer que a castanheira tenha 1000 ouriços e a gente junte só 800. A cotia que roube da gente para poder guardar, mas isso não é manejo (Assis Monteiro, entrevista concedida à autora em abril de 2008).

E complementa explicando que, no Seringal Cachoeira, um seringueiro que "produz 2.500 reais de borracha, 2.500 ou 3.000 reais de castanha e o manejo tem dado para alguns deles até 5.000 reais por ano". Então, o manejo tem "se apresentado como a melhor fonte de renda". Mas "depende das áreas, uma área tem mais madeira, outras menos. Desse ponto de vista, é uma boa ajuda. Ele (o seringueiro) tem que ter mais um complemento na renda dele mesmo". Porque hoje, continua Assis, as necessidades são outras, "hoje eu quero a geladeira, a moto, a TV, e a seringa e a castanha já não seguram mais" (entrevista, em abril de 2008).

Vale ressaltar que Assis Monteiro e Raimundo de Barros atualmente têm cargos comissionados da SEF, para fomentar a discussão do manejo florestal no município de Xapuri. Como Assis nos explicou, a escolha dele e de outros, como o Raimundo Barros, é decorrência do passado de "militância no movimento seringueiro", do "linguajar bem próximo ou igual ao dos seringueiros que estão nas áreas de reserva", o que muito tem contribuído para incentivar os seringueiros a aderirem ao manejo.

O consenso em torno do desenvolvimento sustentável, no Acre, que une seringueiros, empresários e funcionários públicos, é fruto de uma intensa propaganda performaticamente repetida, o discurso florestânico. Vejamos alguns fragmentos desse discurso.

**Sobre a inspiração do Governo da Floresta:**

Em julho de 2007 o Acre sediou o 1° Encontro Internacional de Manejo Florestal Comunitário promovido pela ITTO (organismo internacional de madeiras tropicais), entidade essa que é parceira do governo do estado do Acre no manejo florestal da Floresta Estadual do Antimary. Na ocasião, o secretário de Planejamento fazia a seguinte afirmação:

> O segredo da sustentabilidade defendido pela Florestania foi criado por Chico Mendes, cuja proposta de criar as Resex (reservas extrativistas) como forma de garantir o meio de produção dos seringueiros uniu a preservação ambiental ao interesse econômico. Nós somamos à ecologia e ao meio ambiente os elementos da ética, cultura, o conhecimento tradicional e a distribuição de renda que dão sustentabilidade à Florestania (Gilberto Siqueira[12], PÁGINA 20: 05/06/2005).

Sobre o significado da floresta para o desenvolvimento econômico do Acre, o então governador dizia, em 2005 "na Amazônia, o ideal é você colher a floresta, ou seja, manejar, tirar aquilo que está maduro, ganhar dinheiro com a floresta e, quem ganha dinheiro com a floresta, vai defender a floresta" (PÁGINA 20, 03/06/2005).

---

12 Gilberto Siqueira foi secretário de Estado de Planejamento do Governo da Floresta e continuou no governo de Binho Marques, como responsável pelo PDS.

Na reportagem de 06/03/2004 sobre a viagem do então governador Jorge Viana a São Paulo, em busca de parceiros para se instalarem no Acre e se dedicarem aos negócios sustentáveis, ele dizia "Os negócios florestais apresentam possibilidades ainda mais amplas, pois o mercado está preocupado com a origem ambiental dos produtos, cresce no Brasil e no exterior" (PÁGINA 20, 06/03/2004).

Segundo a propaganda oficial, o modelo de desenvolvimento adotado no Acre, a partir do Governo Jorge Viana, é a realização do legado de Chico Mendes, o do "desenvolvimento econômico sem a destruição ambiental", pois, como é dito, "fomos buscar inspiração no movimento dos povos da floresta e nas ideias de Chico Mendes para ampliar e aprofundar o conceito de desenvolvimento sustentável que, no entendimento do Governo da Floresta, poderia ajudar a conciliar o crescimento da economia com a indispensável proteção da natureza. "Isto não só é possível como, efetivamente, se realiza no Acre", justifica Jorge Viana, em face da adoção, pelo Governo da Floresta, do modelo de política pública, propagandeada de desenvolvimento sustentável (Jornal A TRIBUNA, de 28.11.2006).

A adoção de um Programa de Desenvolvimento Sustentável no Acre, no final da década de 1990, se deu com a eleição do engenheiro florestal Jorge Viana ao governo estadual. Ele justifica, sempre, as suas ações, se referindo a Chico Mendes, como neste trecho em que dizia, ao inaugurar, em dezembro de 2006, a Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, que "aos poucos, os sonhos de Chico Mendes caminham para a concretização". O Chico "passou a vida lutando pela implantação de um projeto de desenvolvimento econômico que levasse em conta os recursos naturais e as culturas e tradições das populações tradicionais" (PÁGINA 20, 23/12/2006a).

No que diz respeito à associação do nome de Chico com o PDS do Acre, selecionamos três matérias publicadas no Jornal Página 20. Na primeira matéria, alusiva à comemoração do Dia da Amazônia (05/09), Jorge Viana disse: "o Chico Mendes está em cada lugar onde se trabalha com o conceito de manejo florestal". E, nesse sentido, o Governo da Floresta traz essa marca e essa preocupação "defender a Amazônia, defender a floresta,

mas defender, também, o homem que nela mora, este ser especial que é ao mesmo tempo habitante e guardião de coisas tão belas" (Jorge Viana, PÁGINA 20, 04/09/2004).

A reportagem 'Homenagens pelo Dia da Amazônia', de 05/09/2004, do Jornal Página 20, cujo subtítulo era *Governador concede Ordem da Estrela do Acre a seringueiros e manejadores florestais que mantêm vivos os ideais de Chico Mendes por uma sociedade autossustentável*, trata da assinatura do decreto que criou o Prêmio Chico Mendes de Florestania. O objetivo do Prêmio é premiar as melhores experiências de desenvolvimento sustentável no Acre. A iniciativa procura difundir a expressão florestania como um "novo conceito de vida, associado com a história, a cultura, o imaginário e a sociedade, além de estimular as práticas comunitárias, projetos, programas e ações de incentivo à construção de uma nova realidade, propondo um novo modelo econômico que leve ao desenvolvimento sustentável". Um outro objetivo é "incentivar as instituições públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, lideranças e cidadãos a contribuir cada vez mais com o processo de consolidação do ideal da florestania" (PÁGINA 20, 05/09/2004).

Na ocasião, foram entregues a Ordem da Estrela a 13 instituições que supostamente trabalham em defesa do meio ambiente, como a WWF, o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), a EMBRAPA, o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE), as ong SOS Amazônia e Comissão Pró-Índio. O discurso proferido pelo então governador Jorge Viana, no evento, ressaltou que aquele dia era "muito especial para o governo e para o Acre", pois durante muito tempo, "se falou que o manejo florestal era um sonho, uma teoria". E concluiu: "juntos, nós mostramos que o desenvolvimento sustentável é uma realidade" (PÁGINA 20, 04/09/2004).

Esses discursos, do próprio governador ou dos seus assessores, trazem sempre uma defesa irrestrita ao manejo madeireiro e, nesse sentido, o Seringal Cachoeira é apresentado como vitrine do manejo em função do seu

poder simbólico, tendo em vista ser tal área defendida por Chico Mendes "para garantir a preservação da floresta e de sua gente" (ACRE, 2006a).

O Seringal Cachoeira, delimitado como Projeto de Assentamento Agroextrativista em 1989, possui uma área de 24 mil hectares, onde viviam, em 2008, cerca de 80 famílias de seringueiros que resistiram, sob a liderança de Chico Mendes, às investidas dos fazendeiros, principalmente, de Darly Alves da Silva[13], para expulsar seringueiros e desmatar o seringal. No Seringal Cachoeira, vivem parentes de Chico Mendes. Vejamos como aparece o nome de Duda Mendes, irmão de Chico Mendes.

Com a borracha produzida e comercializada na fábrica de camisinhas, situada na Estrada da Borracha, que dá acesso à cidade de Xapuri, a menos de 20 quilômetros da sede do projeto extrativista, Duda Mendes apurou R$ 2,5 mil. A castanha, vendida para a Bolívia, para as cooperativas de Xapuri e Brasiléia e a compradores de Rio Branco, resultou em outra renda em torno de R$ 6 mil. E a madeira, comercializada em grande parte na fábrica de tacos, situada na BR-317, a poucos quilômetros da sede do projeto, ultrapassou os R$ 6,7 mil. Tudo isso, somado deu uma renda anual, para Duda Mendes, de mais de R$ 15,2 mil, o que resulta numa renda mensal de cerca de R$ 1,27 mil, que representam mais de três salários mínimos. Duda Mendes explica que antes do manejo florestal, os seringueiros enfrentavam dificuldades econômicas, e que, a partir do projeto de manejo, dezenas de famílias puderam explorar, de maneira sustentável, a madeira e outras riquezas da floresta, o que lhes permitiu elevar a renda e dispor de

13 Em 1988, o fazendeiro e pecuarista Darly Alves tentou desmatar e queimar uma parte das florestas do Seringal Cachoeira. Na tentativa de impedi-lo, os seringueiros do Seringal se mobilizaram e realizaram um empate em março daquele ano, impedindo os homens de Darly de entrarem no seringal. Um segundo empate logo se seguiu quando Darly tentou desmatar parte do Equador, um seringal vizinho. Em consequência desses confrontos, dois seringueiros foram seriamente feridos por um filho de Darly. Em junho de 1988, o líder sindicalista Ivair Higino foi assassinado, supostamente por um pistoleiro de Darly. Logo depois, em dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado (SCHMINK, Marianne. Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira, Acre - Brasil. Indonésia, CIFOR, 2007).

recursos para a aquisição de equipamentos e de bens de consumo duráveis (www.aids.gov.br, acessada em 25/05/2009).

Em linhas gerais, esse é o discurso florestânico, que, para os seus apoiadores ou os que estão se beneficiando com as benesses da política estadual, é o rumo que deve ser dado ao Acre. E, nesse sentido, Jorge Viana é avaliado como o governador que contribui

> (...) fortemente para a criação de uma consciência coletiva de valorização da floresta e defesa do ambiente natural. Contribuiu para dar sentido não só ambiental e natural à floresta, mas, especificamente, sócio-cultural (PÁGINA 20, 29/07/2007).

Já para os que não acreditam na sustentabilidade desse projeto, este é "filme repetido" que já foi visto na década de 1970 com o governador Wanderley Dantas, responsável pela transferência de 1/3 das terras acreanas para os "paulistas", e o governador que se colocou contra os seringueiros que estavam sendo expulsos dos seringais. Para os críticos, Jorge Viana é visto como o manipulador dos ideais de Chico Mendes e da memória acreana, a fim de criar um consenso em torno do PDS do Acre, o qual tem se convertido em uma expressiva fonte de concentração de renda e de exploração de seringueiros, principalmente, pelas empresas madeireiras e do aumento do desmatamento no Acre.

No próximo capítulo, destacaremos as ações implementadas pelo Executivo estadual, no que se refere ao resgate cultural e à construção de uma certa memória acreana.

CAPÍTULO 05

# (RE)INVENTANDO O PASSADO: A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO ACRE – CRIAÇÃO DE "ESPAÇOS DE MEMÓRIA" E "INVENÇÃO DE TRADIÇÕES"

*Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles. Se descrevo Olívia, cidade rica de mercadorias e de lucros, o único modo de representar a sua prosperidade é falar dos palácios de filigranas com almofadas franjadas nos parapeitos dos bífores; uma girândola d'água num pátio protegido por uma grade rega o gramado em que um pavão branco obra a cauda em leque. Mas, a partir desse discurso, é fácil compreender que Olívia é envolta por uma nuvem de fuligem e gordura que gruda na parede das casas; que, na aglomeração das ruas, os guinchos manobram comprimindo os pedestres contra os muros. Se devo descrever a operosidade dos habitantes, falo das selarias com cheiro de couro, das mulheres que tagarelam enquanto entrelaçam tapetes de ráfia, dos canais suspensos cujas cascatas movem as pás dos moinhos: mas a imagem que essas palavras evocam na sua iluminada consciência é o movimento que leva o mandril até os dentes da engrenagem repetido por milhares de mãos, milhares de vezes nos tempos previstos para cada turno. Se devo explicar como o espírito de Olívia tende para uma vida livre e um alto grau de civilização, falarei das mulheres que navegam de noite cantando em canoas iluminadas entre as margens de um estuário verde; mas isso serve apenas para recordar que, nos subúrbios em que homens e mulheres desembarcam todas as noites como fileiras de sonâmbulos, sempre existe quem começa a gargalhar na escuridão, dá vazão às piadas e aos sarcasmos.*

*Pode ser que isto você não saiba: que para falar de Olívia eu não poderia fazer outro discurso. Se de fato existisse uma Olívia de bífores e pavões, de seleiros e tecelãs de tapetes e canoas e estuários, seria um mero buraco negro de moscas, e para descrevê-la eu teria de utilizar as metáforas da fuligem, dos chiados de rodas, dos movimentos repetidos, dos sarcasmos. A mentira não está no discurso, mas nas coisas*

(Ítalo CALVINO, 1990, p. 59-60).

Para falar da patrimonialização das cidades acreanas, recorremos, inicialmente, à descrição da cidade de Olívia descrita por Ítalo Calvino, na epígrafe acima, pois neste processo, espaços de memórias e tradições foram inventados para dar sustentação ao discurso da "acreanidade". A memória da cidade foi construída. No entanto, não aparecem os conflitos inerentes à vida cotidiana. Falar do discurso construído em torno da cidade de Rio Branco é falar da "cidade seringal", supostamente fundada após a instalação do Seringal Empreza do cearense Neutel Maia; da "cidade dividida", (reforma de Gabino Besouro), entre o 1° e o 2° Distrito: o primeiro, o espaço da ordem; e o segundo, das festas populares. É também falar da "cidade de alvenaria" (dos governos de Hugo Carneiro e Guiomard dos Santos), asseada, civilizada; é também falar da cidade da "nova arquitetura", da cidade do governador Jorge Viana. E, é esquecer-se da cidade das "invasões" urbanas, a cidade das décadas de 1970 e 1980, da cidade da periferia, do dia a dia da periferia com população de baixa renda que continua sendo expulsas de seus espaços de vivência para dar lugar a uma limpeza urbana.

Durante os oitos anos de mandatos do governador Jorge Viana, foram construídas várias obras arquitetônicas na cidade de Rio Branco; foram reconstruídos e recuperados prédios públicos com objetivo de materializar um discurso identitário, tanto do ponto de vista material quanto imaterial. O Governo da Floresta revitalizou trechos da paisagem urbana, criou novos espaços de memória e investiu no "resgate" de um certo modo de vida citadino a partir da reinvenção de tradições, com objetivo de "resgatar" uma certa memória de algumas cidades do Acre.

Este capítulo tem como objetivo discutir, a partir da construção-recuperação-revitalização do patrimônio histórico, a materialização da memória coletiva construída pelo Governo da Floresta, que se concretiza em velhos e novos espaços de memória, bem como na invenção de tradições e nos eventos comemorativos das datas cívicas, dando destaque para o discurso identitário que é condição e reflexo dessa reconstrução, pois as "imagens construídas constituem", como ressalta Sanchez (2002), em um "discurso

sobre a cidade". E, as "intervenções espaciais são discursos em ação, expressões materiais de uma concepção de cidade" (p. 87).

## 5.1 Materializando a memória na cidade de Rio Branco

Uma das primeiras iniciativas do Executivo estadual, ao assumir o governo do Acre em janeiro de 1999, no que diz respeito aos aspectos culturais e históricos, foi reformular a Fundação Cultural do Estado (criada na década de 1970). Depois, vieram outras iniciativas como: revisar a Lei Estadual de Patrimônio Histórico (Lei n°. 1294 de 1999), criar o Departamento de Patrimônio Histórico, a Lei de Incentivo à Cultura e o Fundo para Recuperação do Patrimônio Acreano. Essas iniciativas visavam recuperar, criar e difundir o patrimônio histórico e cultural do Acre com objetivo de fortalecer um "sentimento de pertencimento do acreano e contribuir para que ele voltasse a ter orgulho da sua história" (entrevista com o então diretor da Fundação Garibaldi Brasil, historiador Marcus Vinícius Neves, em abril de 2008).

Criou-se a Lei de Incentivo à Cultura objetivando apoiar projetos nas áreas de música, artesanato, artes cênicas, audiovisual, literatura, artes digitais, culturas urbanas, cultura afro-brasileira, comunidades tradicionais, culturas e tradições populares, criações de arquivos, museus, obras sobre a historiografia acreana, turismo cultural e patrimônio material e imaterial (Lei n. 1.288 de 05/07/1999). Essas iniciativas tiveram como objetivo recuperar e difundir o patrimônio histórico e cultural do estado do Acre que, em 2006, segundo dados do ZEE, somavam 106 sítios arqueológicos, 06 sítios paleontológicos, 30 sítios paisagísticos, 45 sítios ou bens históricos, e 27 referências culturais (ACRE, 2006a).

A partir de 1999, os termos mais utilizados pela Fundação passam a ser "regaste, revitalização, recuperação, preservação e comemoração", e a entidade passou a atuar na "recuperação de prédios, monumentos e sítios históricos, na abertura de museus e espaços de memória e na valorização da

cultura indígena acreana". Mas, também, na "retomada de antigas tradições que estavam em desuso, na publicação de várias revistas temáticas e na reedição de textos para constituição da história regional" (NEVES (Miolo de Pote), 07/01/2007).

No período de 1999 a 2006, a Fundação Cultural Elias Mansour realizou investimentos nos espaços destinados à memória acreana, recuperou paisagens culturais, mudou a toponímia de alguns lugares, homenageou algumas "personalidades históricas", criou novos "lugares de memória" em conformidade com a ressignificação da identidade acreana, e conseguiu trazer para Rio Branco uma coordenação sub-regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

As iniciativas explicitam a criação e/ou invenção de "simulacros" representativos do passado. O que significa dizer, em conformidade com as reflexões de Le Goff (2003, p. 427), em História e Memória, que é "necessário encontrar simulacros adequados das coisas que se deseja recordar e é necessário inventar simulacros e imagens" das coisas que se deseja incorporar nessas recordações.

O apelo à memória tem sido utilizado no sentido de reforçar a coesão dos grupos e da sociedade em prol de um "sentido" para os mais de cem anos de história do Acre. Dar sentidos "é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir sítios de significação, é tornar possíveis gestos de interpretação" (ORLANDI, 2003[1993], p. 15). Sentidos esses que são encadeados pelo trabalho de enquadramento da memória coletiva em uma sequência cronológica linear e não conflituosa.

A memória, como ressaltado em Le Goff (2003) e Pollak (1989), é um elemento constituinte da identidade. O apelo e construção da memória coletiva é uma das formas de reforçar uma unidade local e de reafirmação identitária, criar laços de pertencimento a uma história, a uma origem, a um povo original (que lutou para ser brasileiro) e a uma herança cultural.

No Acre, a partir do Governo da Floresta, percebemos, muito claramente, os elementos elencados por Hall (2005b) na construção do discurso identitário da nação, a saber: a narrativa da nação, a invenção de tradições,

a ênfase dada às origens, ao mito fundacional e a referência a um povo original. A narrativa sobre o Acre tem sido permanentemente alimentada com publicações que contam e recontam a "saga" acreana. Igualmente, é salientado que o povo acreano foi o único a lutar para ser brasileiro e também tem sido feito todo um investimento, em uma ressignificação das tradições, como veremos mais adiante. Porém, antes de falarmos sobre a construção do patrimônio histórico acreano, faremos algumas reflexões acerca do patrimônio histórico.

O conceito de patrimônio histórico evoca a imagem de um conjunto de monumentos antigos e novos que devem ser preservados, seja porque constituem obras excepcionais, seja por terem sido palco de eventos marcantes ou para construir referências identitárias. O patrimônio tem como objetivo celebrar e relembrar os feitos da coletividade, que são construídos para esse fim. A noção de patrimônio contém a ideia de uma inscrição de valor nas formas materiais, de um "lugar sagrado o qual é preciso preservar" (DI MEO, 1998, p. 59). Nesse sentido são sacralizados certos lugares, ou certos traços da paisagem, alguns personagens e algumas datas.

Com a criação de um patrimônio cultural reforça-se o patriotismo da cidade. Este é, segundo Vainer (2000), um valor construído e reforçado que permite ao poder político e ao conjunto dos citadinos assumir com orgulho seu passado, seu presente e seu futuro. Isso significa envolver, simbolicamente, os citadinos com o "projeto de cidade", seja pela força física, ou discursivamente ressaltando a importância do empreendimento. O patriotismo visa construir um sentimento de pertencimento a uma determinada narrativa e território, e sua construção apoia-se em obras públicas que lhe dão visibilidade e reforçam o patriotismo cívico dos citadinos, pois "[...] [...] cada espaço inaugurado, transformado em evento e capturado pelos produtores de imagem, constitui oportunidade de afirmação do projeto de cidade" (SANCHEZ, 2003, 92).

A "patrimonialização dos territórios", segundo Di Mèo (1998), explicita uma relação particular entre o grupo juridicamente definido e certos bens materiais, como as obras de arte, as edificações e, também, os semi-

óforos e os símbolos. O símbolo, como conceituado em Chauí (2006b, p. 112), é "alguma coisa que se apresenta no lugar de outra e presentifica algo ausente". E o semióforo é:

> (...) alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos. O mesmo destina-se exclusivamente à visibilidade e à contemplação, porque é nisso que realiza sua significação e sua existência (CHAUÍ, 2006a, p. 117).

Além de objeto de contemplação, o semióforo é "... algo retirado do circuito da utilidade encarregado de simbolizar o invisível espacial ou temporal e de celebrar a unidade indivisa dos que compartilham uma crença comum ou um passado comum" (CHAUÍ, 2006a, p. 11-14).

O semióforo é, igualmente, "posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições permitindo-lhes dominar um meio social" (CHAUÍ, 2006a, p. 11-14).

Os poderes religioso, econômico e político fazem uso dos semióforos. O poder religioso estimula "os milagres" que, por seu turno, geram novas pessoas e novos lugares santos. O poder econômico estimula a aquisição de objetos raros, a descoberta de novos semióforos pelo conhecimento científico. E o poder político estimula a propaganda "que produz novas pessoas e objetos para o culto cívico" (CHAUÍ, 2006a, p. 14).

O semióforo é, portanto, um "objeto de celebração" por meio de cultos, peregrinações a lugares sagrados; são semióforos, também, os heróis e as celebrações de datas públicas. Estes, quando materializados devem estar localizados em locais públicos, como museus, lugares santos, em locais "onde toda a sociedade possa comunicar-se celebrando algo comum a todos e que conserve e assegure o sentimento de comunhão e de unidade" (CHAUÍ, 2006a, p. 12).

O primeiro semióforo instituído pelo Estado, segundo Chauí (2006b), é a própria "ideia de nação", que é sujeito e objeto dos "cultos cívicos que ela

presta a si mesma". A partir da nação, os semióforos nacionais são estabelecidos, e, com eles, o patrimônio cultural e as instituições públicas encarregadas de guardá-los, conservá-los e exibi-los (p. 119).

Para Chauí (2006b), o patrimônio histórico-cultural está associado a três aspectos: ao conjunto de monumentos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva; às edificações e; às instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauração e preservação, documentos, edificações e objetos antigos. Os monumentos, um dos aspectos do Patrimônio Histórico e Cultural, são:

> (...) intencionalmente dotados de sentido político, capazes de 'condensar complexos significados' em torno de valores e práticas e, ao mesmo tempo, atuar como 'mecanismo' regulatórios de informações que controlam significados (CORREA, 2005, p. 11).

Os monumentos contribuem para fortalecer o discurso identitário. Corroborando com esta ideia, Gonçalves (1998) ressalta que na medida em que "associamos ideias e valores a determinados espaços ou objetos", esses assumem o poder de "evocar visualmente, sensivelmente, aquelas ideias e valores" (p. 267), pois, na medida em que olharmos o monumento, podemos estabelecer, por seu intermédio, um sentimento de pertencimento e/ou de rejeição.

Os monumentos "comunicam, permanentemente, as mensagens que deles se esperam" e apresentam um "forte potencial para perpetuar antigas tradições, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores que são passados como se fossem de todos" (CORREA, 2005, p. 11). Nesse caso, os símbolos identitários de poucos são universalizados para todos. Igualmente, esses contribuem para o fortalecimento de identidades territoriais, a patrimonialização dos lugares e o enaltecimento de personagens que "necessitam ser criados ou enfatizados" (p. 12). Isso mostra que, em torno da patrimonialização, está implícito o caráter político da escolha do que deve ser preservado e do que deve ser esquecido.

A análise do papel dos monumentos, segundo Corrêa (2005), está centrada em dois focos: um, na questão do poder, pois os monumentos são poderosos "meios de comunicar valores, crenças, utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram". Normalmente eles representam os vencedores na história. E o segundo foco, através do vínculo identitário que estes exercem, uma vez que o monumento é útil na "criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valores estéticos e simbólicos" (CORREA, 2005, p. 15), na patrimonialização do território. Como explicou Le Goff (2003), os monumentos são tanto produtos e testemunhos de uma determinada situação de poder quanto criadores dela.

Além dos monumentos, a toponímia é igualmente representativa da mensagem que se quer passar; segundo Corrêa (2007), é uma "forma simbólica espacial", que se constitui em "importante marca cultural impregnada, em muitos casos, de um intencional sentido político" (p. 05). A toponímia articula "linguagem, política territorial e identidade" (CORREA, 2003, p. 176). E expressa "uma efetiva apropriação do espaço", por um dado grupo social, nele estando "simbolicamente impressos a memória, a identidade e o poder daqueles que impõem nomes aos lugares e, assim, controlam e comunicam significados espacialmente projetados" (2007, p. 05).

No Acre do Governo da Floresta, temos assistido à renomeação de antigos logradouros, como praças, avenidas, a nomeação de novos logradouros e obras, todos com nomes relacionados aos três eventos históricos ressignificados pela "acreanidade".

No Acre, esse trabalho mais sistemático de levantamento, identificação, recuperação e sistematização do patrimônio histórico e natural é uma iniciativa recente, resultado, principalmente, da criação do Departamento de Patrimônio Histórico. Em 1999, no início do Governo da Floresta, existiam apenas três (03) espaços de memória: o Museu da Borracha, a Sala-Memória Porto Acre e a Casa do Seringueiro. Em 2008, já eram doze (12) espaços dedicados à memória acreana, pois, como salientou Jorge Viana, "é preciso construir mais museus para que as nossas crianças, desde pequenas, conheçam e valorizem a memória de seus antepassados" (PÁGINA 20,

05/08/2005). O patrimônio material acreano é representado pelos museus, salas-memórias, memoriais, monumentos, sítios históricos e paisagens culturais e, em sua maioria, estão localizados na cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre.

O patrimônio histórico material da cidade de Rio Branco representa três momentos significativos da história acreana: a Revolução Acreana (movimento que incorporou o Acre ao Brasil) e alguns traços das construções de alvenaria dos governos de Hugo Carneiro e José Guiomard dos Santos; o Movimento dos Autonomistas – movimento da luta pela criação do estado do Acre (1957-1962) –; e o Movimento de Índios e Seringueiros (principalmente, os últimos), que lutaram contra a expropriação de seus territórios [como visto nos capítulos 2 e 3]. Nesse último caso, é um processo muito mais de criação de signos do que de recuperação daqueles já existentes. Nesse sentido, há, como alerta Gondar & Dobedei (2005, 17), "uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar", pois no processo de revitalização e ou criação de símbolos, foram escolhidos os espaços, os personagens, a história e o lado da história, no caso, a dos vencedores.

Esses eventos se materializam em lugares topográficos, para usar a expressão de Nora (1993), e não são lugares quaisquer; são pontos de referência identitária, em dois sentidos: enquanto lugares de memória e enquanto lugares de representação, como por exemplo, o "ambiente de floresta" em alguns trechos da cidade, construído pela iluminação esverdeada e pelo material utilizado nessas construções.

Nas cidades acreanas, além do processo de revitalização do patrimônio histórico e cultural, também foi implementado pelo Governo da Floresta um conjunto de obras de "embelezamento urbano", revelando um "urbanismo-marca" dessa gestão, como a iluminação em tons verde, que traz um "ar de floresta" para a cidade. Esse processo de embelezamento utiliza um conjunto de símbolos que não, necessariamente, existiram no Acre. Um deles foi a atmosfera de "*belle époque*" da fase "glamourosa" da borracha, encontrada, principalmente, nas cidades de Manaus e Belém no início do século

XX. Como vimos no primeiro capítulo, com base nas reflexões de Pollak também as obras que trazem uma simbologia indígena e uma arquitetura moderna (ver painel de fotos 01).

**Parques de Recreação**

Fonte: CD, Obras do Governo, 2006.

**Obra Futurista do Governo da Floresta: pedestre sobre o Rio Acre**

**Praça Povos da Floresta passarela de ornamentada com 'postes republicanos'**

Fotos: Maria de Jesus Morais, em março de 2007.

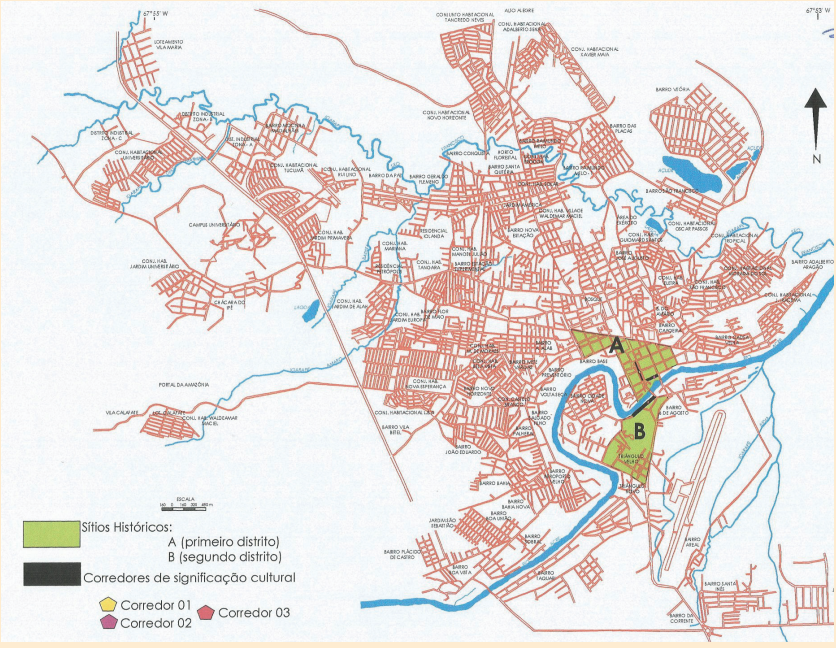
**Símbolos indígenas e a cor da floresta ornamento a Via Chico Mendes (entrada da cidade de Rio Branco, pela BR 364, sentido Rondônia – Acre).**

Foto: Maria de Jesus Morais, em março de 2007.

Fonte: CD, Obras do Governo, 2006.

**PAINEL DE FOTOS 01 - OBRAS DE EMBELEZAMENTO URBANO NA CIDADE DE RIO BRANCO**

A cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, lidera as obras de "embelezamento" e, também, no número de prédios recuperados, revitalizados e construídos para representar e guardar a memória acreana. Em Rio Branco, durante o Governo da Floresta, em 2000, foram instituídos dois sítios históricos pelo Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural (ver mapas 05 e 06). Os sítios históricos estão localizados na área central e de origem do povoamento da cidade de Rio Branco. O sitio do 1° Distrito localiza-se na margem esquerda do Rio Acre e constitui a área central e político-administrativa da cidade. Já o sítio do 2° Distrito, localiza-se na margem direita do Rio Acre, na parte mais antiga do povoamento, em áreas da sede do seringal Volta da Empreza.




**Mapa 05 - Rio Branco: localização dos Sítios Históricos e corredores de significação cultural**
Fonte Cartográfica: adaptado do Mapa da cidade de Rio Branco/AC, na escala de 1:16.000 (aprox.) realizado pela Prefeitura de Rio Branco, 1995.

**Mapa 06 - Rio Branco: intervenções na área central da cidade**
Fonte: Google maps, organizado por Cláudio Cavalcante, IMAC.

Nos sítios históricos estão localizados bens públicos que representam a vida política e econômica não só da capital, mas do estado do Acre. Em 2008, já eram sessenta e quatro (64) bens de interesse cultural e/ou paisagísticos já catalogados pelo Departamento de Patrimônio Histórico. Entre esses bens, que compõem o Patrimônio Histórico e Cultural do Acre, destacamos os mais expressivos utilizados na construção e reafirmação da identidade acreana e na reconstrução da memória das cidades de Rio Branco, Porto Acre e Xapuri.

Os lugares da memória da cidade de Rio Branco estão concentrados, em sua maioria, no centro da cidade, nos limites dos sítios históricos estabelecidos pela Prefeitura e Estado, em três corredores de significação cultural.

O primeiro corredor, localizado no sítio histórico do 1° Distrito, abrange a Praça Povos da Floresta, o Palácio Rio Branco, a Praça dos Seringueiros e o Memorial dos Autonomistas. Nesse corredor estão representados os três eventos da história acreana, acionados na ressignificação da identidade

acreana: a Revolução Acreana, o Movimento Autonomista e o Movimento Social de Índios e Seringueiros.

O segundo corredor é formado pelo casario da Rua Epaminondas Jácome e Praça da Bandeira, que hoje abriga o (velho) Mercado Novo, com essa revitalização, tenta-se recuperar a memória da cidade. E o terceiro corredor é formado pelo Calçadão da Gameleira, que abriga o Memorial aos Combatentes da Revolução Acreana e o casario da Rua Eduardo Assmar, no sítio histórico do 2° Distrito.

**Patrimônio histórico e cultural do corredor de significação cultural 01**

A primeira obra revitalizada pelo Governo da Floresta foi o Palácio Rio Branco, principal símbolo do poder político estadual. Para o historiador Marcus Vinicius Neves, então presidente da FEM, essa primeira iniciativa significava a "restauração do próprio Acre" e, nisso, o governador foi "muito sábio em pegar essa restauração do Palácio como signo dessa reconstrução". O Acre naquele período, lembra o historiador, era "matéria-prima das páginas policiais" dos jornais do Sudeste, graças aos escândalos do governo anterior ao de Jorge Viana e, por isso, a revitalização representava o início de uma nova fase histórica que também estava ancorada nos feitos de outros dois governadores do Acre Federal: Hugo Carneiro (1927-1930) e José Guiomard dos Santos (1946-1950) (entrevista em abril de 2008). Esses dois governadores são considerados como aqueles que empreenderam obras e políticas que "romperam" com o atraso do Acre. Os dois têm em comum as iniciativas de construir um "Acre definitivo", um "Acre em alvenaria".

Os governos de Hugo Carneiro e de José Guiomard dos Santos representam dois momentos significativos de tempos de rupturas com o "atraso" e de (re)construção de um "novo" Acre.

De Hugo Carneiro as obras públicas, o código de posturas e a construção do "Acre em alvenaria", do Acre duradouro, lema de seu governo, como podemos observar nesse trecho do seu Relatório de Governo enviado ao Governo Federal "... estamos a construir um Acre definitivo, um Acre em

alvenaria, sem o caráter transitório das fundacções adventícias, um Acre que ficará, que resistirá a acção destruidora do tempo e a poeira da ruína de seu passado" (SOUZA, 2001, p. 63).

De Guiomard dos Santos, a perspectiva desenvolvimentista de investimento em atividades econômicas, como a agricultura, que romperiam com o atraso do extrativismo. Guiomard dos Santos governou o Acre de 1946 a 1950, também construindo um "Acre em alvenaria", a fim de substituir a "barbárie" local por uma "civilização", baseada em uma visão de cidade metrópole. Guiomard dos Santos considerava-se um "segundo libertador" do Acre, falava em nome dos heróis acreanos, apresentava-se de forma simbólica e ambivalente, discursando como pessoa comum, dirigente político ou militar. E as expressões simbólicas presentes em seus discursos eram partes do imaginário social dos acreanos (Iris Célia Cabanela, entrevista em abril de 2008).

A construção do Palácio Rio Branco, que substituiu a sede governamental construída em madeira, em 1908, foi iniciada no governo de Hugo Carneiro, em 1929. Contudo, a sua finalização e inauguração ocorreram na gestão de José Guiomard dos Santos, em 1948. Quando foi inaugurado, o Palácio destoava do cenário da cidade de Rio Branco, que era formado por casas de madeira cobertas de telhas de barro ou palha (SOUZA, 2001). Em 15/06/2002, data comemorativa dos 40 anos do Acre Estado, o Palácio Rio Branco foi (re)inaugurado pelo governador Jorge Viana, com intuito de reafirmar que isso representava o retorno dos tempos de desenvolvimento marcados por momentos de ruptura com o atraso (LIMA, 2007).

O Palácio (re)inaugurado traz algumas permanências e muitas mudanças com relação a sede anterior, ressaltou a arquiteta, Edunira Assef, envolvida na reforma. As "salas-museus não existiam", mas "quando se pensou em fazer a restauração do Palácio, já surgiu a ideia de se fazer uma espécie de um grande museu" (entrevista em abril de 2008). No andar inferior, estão as salas-memórias que "narram" a história da sociedade acreana. E o segundo piso ficou reservado para os gabinetes do governador e vice-governador, para serem utilizados em ocasiões nobres, isto é, em solenidades. Esse piso

é decorado com móveis de madeira certificada, confeccionados em Xapuri, em alusão à valorização dos produtos sustentáveis confeccionados no Acre do Governo da Floresta.

A exposição permanente das salas-museu narra a história do Acre, enaltecendo os semióforos e símbolos da identidade acreana. O visitante ao chegar ao Palácio Rio Branco, primeiro conhece a sala denominada 'Seringal Palácio' que conta a história de sua construção. A segunda é a 'Sala da Revitalização', onde é mostrada a situação em que o Governo da Floresta encontrou o Palácio Rio Branco (ver fotos 02 e 03).

**Fotos 02 e 03 - Palácio Rio Branco: antes e depois da reforma do Governo da Floresta**
Fonte: CD, obras do governo, 2006. Foto: Maria de Jesus Morais, em abril de 2006.

A terceira sala é denominada 'História do Povoamento', e nela são exibidas imagens e urnas de sítios arqueológicos da arqueologia acreana. A quarta sala é a do 'Povoamento Indígena', ornamentada com artefatos indígenas e 16 tótens com fotos das etnias já reconhecidas no Acre, Sul do Amazonas e Sudoeste de Rondônia (ver painel de fotos 02). A quinta sala é dedicada ao migrante e, tem o nome de 'Uma Terra Muitos Povos' e apresenta fotos de descendentes de árabes, europeus, negros e nordestinos.

**PAINEL DE FOTOS 02 - PALÁCIO RIO BRANCO: SALA-MUSEU POVOS INDÍGENAS DO ACRE**

Fotos: Maria de Jesus Morais, março de 2007.

Na sala 'Uma Terra Muitos Povos', o visitante pode ouvir depoimentos das trajetórias de algumas famílias de migrantes, como ilustrada na foto 04.

**Foto 04 - Sala: uma terra muitos povos: foto de um Soldado da Borracha**
Foto: Maria de Jesus Morais, em abril de 2008.

A sala conjugada a essa, ou seja, a sexta, é dedicada à memória dos movimentos sociais de índios e seringueiros e recebe o nome 'Em defesa da Floresta'. E a sétima e última sala retrata episódios da Revolução Acreana, com fotos e objetos, como a primeira bandeira do Acre e a espada de Plácido de Castro (ver painel de fotos 03).

*Sala da Revolução*

**Bandeira do Estado Independente do Acre de 1899 (Luiz Galvez).**

**Exposição permanente sobre o Tratado de Petrópolis**

*Sala em Defesa da Floresta*

**Empate de Boca do Acre**

**Recortes de matérias jornalísticas sobre Chico Mendes, fotos do movimento social de índios e seringueiros e da Revolução Acreana, observar o ambiente de floresta no piso da sala.**

**PAINEL DE FOTOS 03 - SALAS-MUSEU DO PALÁCIO RIO BRANCO**

Fotos: 01, 02 e 03 Maria de Jesus Morais, em março de 2007 e 04 Lima, 2007.

Entre o Palácio Rio Branco e o Memorial dos Autonomistas foi reconstruída a Praça dos Seringueiros que estava, quando iniciou a gestão do Governo da Floresta, em estado de completo abandono (ver figura 08).

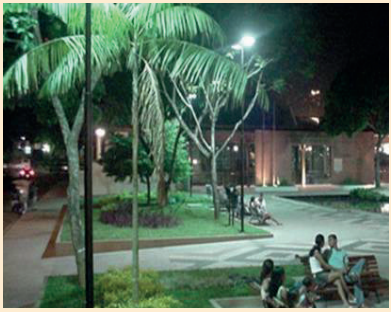


**Figura 08 - Praça dos Seringueiros: antes e depois da reforma**
Fonte: SEPLANDS, CD, Obras do Governo, 2006.

O Memorial dos Autonomistas foi construído para reverenciar os heróis que lutaram pelo "ideário acreano de liberdade e autonomia política do Acre". Até 1962, o Território era tutelado pelo Governo Federal. No Memorial estão guardados, além dos restos mortais de José Guiomard dos Santos e de sua esposa Lydia Hammes, acervos de jornais da época, imagens digitalizadas dos principais fatos que marcaram o Movimento dos Autonomistas, e textos sobre os mais importantes episódios e seus principais personagens (fotos 05, 06 e 07).

**O Memorial foi construído em 2002, no aniversário de 40 anos do estado do Acre**

**Homenagem do Centenário do nascimento de José Guiomard dos Santos. Lápode dos corpos do Pai do Acre e esposa.**

**Fotos 05, 06 e 07 - Memorial dos Autonomistas 'José Guiomard dos Santos'**
Fotos 05 e 06, Maria de Jesus Morais, abril de 2008. Foto 07: Jornal Página 20, 25/03/2007.

O Memorial dos Autonomistas, construído em 2002, é apresentado à sociedade acreana como um espaço que representa a valorização daqueles que, – assim como os revolucionários liderados por José Plácido de Castro (que lutaram para incorporar o Acre ao Brasil) – por muitos anos lutaram para que essa terra tivesse o seu reconhecimento, daqueles que lutaram para criar um Estado autônomo da Federação brasileira.

O senador Tião Viana ressaltou, na data comemorativa do centenário de José Guiomard dos Santos (2007), que o ideal do "pai do Acre" em muito se "assemelhava aos ideais dos revolucionários que conquistaram o Acre", opinião corroborada por alguns remanescentes do Movimento Autonomista presentes na solenidade: "no início do século XX, mesmo com a falta de apoio do Governo Federal, que se pronunciou contra a disputa com a Bolívia, os brasileiros decidiram conquistar estas terras", ressaltou Omar Sabino de Paula, um dos membros do Comitê Autonomista no período de 1957-1962. "Guiomard dos Santos deu prosseguimento à luta à medida que se posicionou, no parlamento, como um autêntico soldado em defesa da autonomia dessa terra" disse Omar Sabino (PÁGINA 20, 25/03/2007). Ainda segundo Omar Sabino, a luta dos autonomistas deu continuidade à luta daqueles que conquistaram o Acre, que abriram as clareiras, incorporando o Acre ao Brasil (BEZERRA, 2006, p. 208).

As ideias de José Guiomard dos Santos são apresentadas como continuidade do movimento revolucionário do início do século XX, na medida

em que "além de dar sequência à luta de Plácido de Castro, visava corrigir uma distorção criada com o Tratado de Petrópolis, de 1903, que estabeleceu o Território Federal". O Território Federal foi criado pelo poder federal sem, no "entanto, oferecer a autonomia política e administrativa" tão esperada pelos seringalistas que apoiaram Plácido de Castro (PÁGINA 20, 25/03/2007).

Para Omar Sabino, o Território Federal "era uma situação humilhante para um povo que tinha lutado pela independência, lutado pela soberania e pela nação brasileira". A compensação para a "luta dos revolucionários foi a submissão aos mandos e desmandos do Governo Federal, longínquo e desconhecedor da realidade local". O Comitê Pró-Autonomia lutou durante o período de 1957-1962 para corrigir essa distorção, com afã de transformar o Acre Território em Acre Estado da federação, disse Omar (PÁGINA 20, 25/03/2007).

Na celebração da inauguração do memorial, os corpos de José Guiomard dos Santos e de sua esposa Lyda Hammes foram transladados do Rio de Janeiro para serem sepultados em local reservado no Mausoléu. A cerimônia fúnebre, como descrita em Lima (2007), ocorreu com benção e sepultamento, coroada de todos os aparatos cívicos: honras militares, hasteamento da Bandeira do Acre e declamação do Hino Acreano. Naquela ocasião o governador Jorge Viana proferiu o seguinte discurso:

> Eu costumo dizer que acreano não é quem nasce no Acre. Acreano é quem ama o Acre. Aqui nós estamos diante dos restos mortais de dois grandes acreanos – nascidos em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Foram pessoas que deram demonstração de amor à nossa terra e a nossa gente. É por isso que eu acho que essas homenagens, além de justas, representam o desejo de Guiomard e de dona Lydia. Eles serão para sempre guardados pelo povo a quem eles amaram tanto (LIMA, 2007, p. 43).

Compõe, ainda, esse corredor de significação cultural a antiga Praça Eurico Gaspar Dutra, hoje Praça Povos da Floresta, localizada no centro dos poderes Legislativo e Executivo do Acre e ponto central de manifestações políticas. A nova praça está ornamentada com imponentes árvores,

coretos adornados com paxiúba, cipó e grandes pórticos. Essa praça foi reconstruída para homenagear os povos da floresta (índios e seringueiros) e, como símbolo desses povos foi construído uma estátua do seringueiro e sindicalista Chico Mendes conduzindo o filho Sandino. O monumento foi confeccionado em argila e bronze, em tamanho natural (painel de fotos 04).

E é obra da artista plástica Christina Motta, que já tinha feito a estátua do ex-presidente Juscelino Kubitschek em Belo Horizonte. Durante a inauguração desse monumento, o governador em seu discurso dizia: "a cerimônia de inauguração foi organizada para lembrar a morte e refletir sobre os sonhos do líder seringueiro" (PÁGINA 20, 23/12/2003).

**Patrimônio histórico e cultural do corredor de significação cultural 02**

O segundo corredor de significação cultural é formado pela Rua Epaminondas Jácome, pela Praça da Bandeira com o (novo) Mercado Velho e a Passarela Joaquim Macedo – que serve de travessia do Rio Acre para pedestres (painel de fotos 05).

O Mercado Público foi construído no governo de Hugo Carneiro, no contexto das políticas higienistas implantadas por esse governador na cidade de Rio Branco; foi inaugurado em 1929 e localiza-se às margens do Rio Acre. O Mercado Velho foi reconstruído e reinaugurado em 06/08/2006, como parte da programação comemorativa dos 104 anos do início da Revolução Acreana. A reconstrução do Mercado Velho seguiu as mesmas motivações de quando foi construído, em 1929, a saber, a higienização, pois antes da reforma, o local era conhecido, exatamente, pela falta de asseio. O transeunte que passava pela Rua Epaminondas Jácome não conseguia vê-lo, "já que a seu redor, centenas de pequenas barracas de madeira foram instaladas" (SOUZA, 2001, p. 15). Antes da reconstrução no mercado público, funcionavam pequenos

> (...) restaurantes, botequins onde o cheiro de bebida e perfumes baratos misturavam-se a um forte odor de urina e estabelecimentos comerciais, onde sapatos, roupas e outros tipos de confecções misturavam-se a ervas medicinais (SOUZA, 2001, p. 15).

**Praça Eurico Gaspar Dutra,**
**na década de 1940.**

**Pórtico da Praça Povos da Floresta.**

Fonte: acervo digital do Memorial dos Autonomistas.

**Correto**

**Monumento em memória à Chico Mendes**

**O 'Obelisco aos Heróis da Revolução Acreana' foi construído em 1937, em lugar onde estavam simbolicamente enterrados os 'soldados seringueiros' de plácido de Castro. O Obelisco é circundado por pedaços da corrente de ferro, em alusão a corrente limada no Rio Acre, pelos seringueiros, no combate de Puerto Alonso.**

**PAINEL DE FOTOS 04 - PRAÇA POVOS DA FLORESTA**
Fotos: Maria de Jesus Morais, março de 2007.

**Rua Epaminondas Jácome: antes e depois da reforma**

**Praça da Bandeira: antes e depois da reforma que recuperou a fachada do casario e reconstrução do Mercado Velho**

**PAINEL DE FOTOS 05 - PRAÇA DA BANDEIRA, RUA EPAMINONDAS JÁCOME E MERCADO VELHO**
Fonte: CD, Obras do governo, 2006.

Nas justificativas do Governo da Floresta para a sua reconstrução era ressaltada a necessidade de recuperar um pedaço da cidade que estava abandonada. A obra de reforma do Mercado Velho teve

> (...) uma função que vai além de dar aspecto novo ao local, tinha a tarefa de resgatar a importância do espaço para a cidade e levar novamente a população a visitá-lo com mais frequência (PÁGINA 20, 03/08/2006) (ver painel de fotos 06).

Na ocasião da reinauguração era tido que a reforma,

> (...) beneficiaria diretamente dezenas de pontos comerciais, ...: pensões, lojas de armarinhos, bancas de ervas e plantas medicinais e muitos outros estabelecimentos que estão ali há décadas. Cada um desses comércios tem uma história para contar – e, agora com o Novo Mercado Velho, para recontar (PÁGINA 20, 08/08/2006).

Mas, isso não quer dizer que os ocupantes de hoje sejam os mesmos de antes da revitalização, como nos informou uma das donas de pensões: só dois ou três boxes, hoje, eram de pessoas que já trabalhavam no mercado.

Essa questão nos remete as observações de Uriarte (2003), quando avalia o processo de revitalização do Pelourinho, no artigo, "Intervenções recentes em centros históricos". Uriarte ressalta alguns pontos críticos do processo de recuperação patrimonial. Um deles diz respeito ao "elitismo na eleição do que é patrimônio e de como salvá-lo" (p. 85). Nesse caso, a escolha do que é considerado patrimônio é feita de cima para baixo, em busca dos fragmentos para servir o presente. Outro ponto é o preconceito interesseiro dos responsáveis pelas intervenções nos centros históricos, ou seja, principalmente, o preconceito de que a "população pobre é incompatível com a renovação, devendo, portanto, ser expulsa" (p. 86). Um terceiro ponto está relacionado ao "desrespeito à população residente, não só enquanto locatária, mas também, enquanto cidadãos, enquanto pessoas" (p. 87), as quais são expulsas sem nenhuma consulta.

**Foto da inauguração do Mercado Público, em 1929.**

**Mercado reinaugurado em 2006.**

Capa da Revista *Novo Mercado Velho*

**Espaços internos antes da reforma**

**Espaços internos depois da reforma**

***História do Mercado Velho***

Foi a primeira grande obra de engenharia da cidade. Erguido na margem esquerda do Rio Acre, o Mercado abrigava no pátio externo os produtores de grãos, farinha, além dos feirantes e vendedores de mingaus nos fins de semana.

O Mercado, na década de 1950, foi engolido pelos seringalistas falidos, pelos funcionários públicos aposentados, pelos seringueiros e por migrantes que foram chegando e se escorando uns nos outros, abrindo uma vendinha como meio de vida.

Nos anos de 1970, com a compra dos seringais por fazendeiros e especuladores de terras, vindos do Centro-Sul do país, mais seringueiros expulsos de suas colocações vieram morar na cidade. E mais barracas de feirantes e camelôs se amontoaram no entorno do mercado. À chegada dos anos 2000, o Mercado transformara-se em um amontoado de coisas e gentes ignoradas.

Aos 77 anos de fundação, o Mercado Municipal de Rio Branco ou o que restou dele, continua acolhendo gerações acreanas guardiães da cultura com cheiro de seringa e tabaco migado (Resumo do texto da Revista *Novo Mercado Velho*).

**PAINEL DE FOTOS 06 - CORREDOR CULTURAL 02: (NOVO) MERCADO VELHO**

Fonte: Fotos e textos da Revista *Novo Mercado Velho*, 2006.

Na cidade de Rio Branco percebemos essas questões muito claramente: a reconstrução do mercado e de outras obras, como as praças, foram alvo de conflitos entre os camelôs e a prefeitura da cidade, uma vez que eles reivindicavam, já que seriam despejados das praças, um outro local para trabalhar, como podemos aludir dos depoimentos abaixo:

> Eu estou esperando eles virem até aqui. Reconheço que o local é deles, e nunca fui maltratada enquanto trabalho no lanche. Mas, eu pago todos os impostos que mandam pra cá, dou meu jeito e pago né, é minha obrigação, e eles ainda não vieram me dizer nada. Todo mundo já abandonou seus lanches, eu não posso fazer isso (depoimento de uma comerciante publicado no PÁGINA 20, na edição de 09/01/2003).

> Eles sabem o que é melhor, quero saber apenas pra onde vão me levar, eu não posso ficar sem um ponto pra trabalhar, essa é a minha única renda, minha fonte de sobrevivência. Espero que eles me dêem um local no centro, na verdade o que eu queria era ficar aqui, porque moro muito longe e ficaria mais fácil. Aqui eu tenho meus clientes, consigo sobreviver e pagar as contas de água, luz, telefone e os 90 reais para a prefeitura todos os meses (depoimento de uma outra comerciante publicado no Jornal PÁGINA 20, na edição de 09/01/2003).

**Patrimônio histórico e cultural do corredor de significação cultural 03**

O Calçadão da Gameleira faz parte do sítio histórico do 2° Distrito e integra o corredor de significação cultural n° 03. O Calçadão é uma das paisagens culturais do estado do Acre e tem como símbolo o arbusto que acampou o desbravador Neutel Maia em 1882, o fundador do Seringal Empreza e do Volta da Empreza, marco do início do povoamento na localidade onde depois foi assentada a cidade de Rio Branco. A Gameleira (arbusto que abrigou Neutel Maia) foi "testemunha" de duas batalhas da Revolução Acreana e foi tombada como monumento histórico municipal pelo Dec. N°. 752, de 28 de dezembro de 1981.

A recuperação do Calçadão da Gameleira (2002), margem direita do Rio Acre que tinha desmoronado em 1997, em função de enchentes e de movimentos de massa, foi reurbanizado com a recuperação da fachada do

casario da Rua 17 de Novembro e com a construção do Memorial aos Combatentes da Revolução Acreana. Este é composto de um mastro de 60 metros de altura com a maior bandeira do estado do Acre. O memorial foi inaugurado em 2003, em homenagem ao centenário da Revolução Acreana, e pode ser avistado de vários pontos da cidade de Rio Branco (painel de fotos 07).

Com relação ao uso, quando foi construído, o Calçadão da Gameleira prometia ser um local de lazer, mas, como comentou Edunira Assef, arquiteta responsável por várias obras de revitalização, não se pensou na utilização dos prédios revitalizados. Durante o dia, funcionam algumas casas comerciais, e a noite alguns bares abrem as suas portas. Entretanto o Calçadão não é utilizado em eventos culturais. Até o Folia da Gameleira – Carnaval como Antigamente já não acontece nesse local e, sim, no estacionamento do estádio de futebol Arena da Floresta.

Além desses três corredores de significação cultural, foram revitalizados na cidade de Rio Branco o Museu da Borracha e a Praça da Revolução "Plácido de Castro".

O Museu da Borracha foi criado em 1978 pelo então governador Geraldo Gurgel de Mesquita, por ocasião das comemorações do centenário da migração nordestina para o Acre, e também foi revitalizado pelo Governo da Floresta. O museu reúne um acervo de peças de arqueologia, paleontologia, coleção de manuscritos e impressos da história do Acre como jornais, revistas e publicações diversas, fotografias, peças e documentos de diversos grupos etnográficos do Estado. Além da memória do extrativismo da borracha, inclui fotos e objetos relacionados ao Santo Daime, a "religião da floresta".

A Praça da Revolução foi construída na década de 1940 e recebeu o nome de Praça Rodrigues Alves. Na década de 1960, no governo de José Augusto, a praça recebeu uma nova ornamentação com a estátua de Plácido de Castro, e, a partir daí, passou a ser conhecida por este nome. No governo de Jorge Viana, além da reforma, foi construído um monumento de 12 metros de altura, em homenagem aos "heróis desconhecidos da Revolução Acreana", que, juntamente com a estátua de Plácido de Castro, homenageia os "heróis da Revolução Acreana" (painel de fotos 08).

**Calçadão: antes da reforma e depois da reforma**

Foto: Evandro Derze, Jornal A Gazeta em 1998. Fonte: SEPLANDS, CD Obras do governo, 2006.

**Casario de alvenaria da década de 1940 revitalizado em 2002 em comemoração ao Centenário do Acre.**

Fonte: SEPLANDS, CD Obras do governo, 2006.

Foto: Maria de Jesus Morais, em abril de 2008.

**Memorial dos Combatentes da Revolução Acreana**

**Gameleira – arbusto que "testemunhou" dois combates da Revolução Acreana**

**PAINEL DE FOTOS 07 - CORREDOR CULTURAL 03: CALÇADÃO DA GAMELEIRA**

Fotos: Maria de Jesus Morais, abril de 2008.

**Nesta praça estão simbolizados os eventos e personagens mais significativos da 'Revolução Acreana"**

**O monumento ao 'soldado-seringueiro desconhecido'**

**Plácido de Castro, o 'herói' revolucionário**

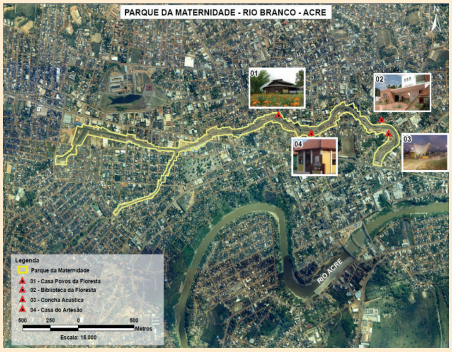
O painel do rompimento da 'corrente de ferro' que 'livrou' Puerto Alonso do domínio boliviano, considerado pela narrativa oficial como o último combate vencido por Plácido de Castro em 24 de janeiro de 1903.

**PAINEL DE FOTOS 08 - PRAÇA DA REVOLUÇÃO "JOSÉ PLÁCIDO DE CASTRO"**
Fotos: Maria de Jesus Morais, em abril de 2008.

As obras governamentais que pressupõem a construção de um novo Acre não se resumiram a essas, de caráter histórico e cultural. Foram (re) construídas praças em outros pontos da cidade, ruas e vias, como as avenidas Antônio da Rocha Viana, Ceará, Via Chico Mendes e Via Verde. Contudo, as obras de maior destaque foram os parques de recreação: Parque da Maternidade e Parque do Tucumã. O Parque da Maternidade, inaugurado em 2002, é a obra de maior expressão na cidade de Rio Branco, com uma extensão de 6.000 m, que corta grande parte da área ao redor do centro da cidade.

Esse parque se destaca pela própria arquitetura com portais em estilo medieval, pela decoração com símbolos indígenas e pelo modelo arquitetônico próprio que está se expandido para todo o Estado, como os parques das cidades de Feijó e Cruzeiro do Sul.

A construção desse parque significou a realização de promessas do governo de Edmundo Pinto que já previa a urbanização do Igarapé da Maternidade (igarapé em torno do qual foi construído o parque). Antes da sua construção, as margens do igarapé eram cobertas por um matagal que dificultava a passagem de pessoas pelo local, e o esgoto doméstico corria a céu aberto. Hoje o esgoto ainda corre a céu aberto, mas com o diferencial de que está canalizado (ver painel de fotos 09).




**Igarapé da Maternidade: antes e depois da intervenção urbana**

**Pórtico de entrada**

**Vista parcial do Parque**

**PAINEL DE FOTOS 09 - CIDADE DE RIO BRANCO: PARQUE DA MATERNIDADE**
Fonte: fotos do CD Obras do governo, 2006.

O parque é dotado de ciclovias, parques de diversão e anfiteatro. Ao longo dele, estão localizadas a Biblioteca da Floresta (espaço destinado à memória dos povos da floresta e da produção de uma certa memória coletiva), a Casa do Artesão (local de venda de artesanatos), a Concha Acústica (local de shows) e a Casa Povos da Floresta (espaço destinado à memória das comunidades tradicionais) (ver painel de fotos 10).

A Casa Povos da Floresta construída pelo Governo da Floresta e inaugurada em 2003, foi financiada pelo BIRD, via PDS. A arquiteta responsável, Edunira Assef, atendeu ao pedido de projetar um "espaço que abrigasse as coisas dos povos das florestas, dos índios e seringueiros" (entrevista em abril de 2008). A arquitetura da casa está inspirada nas malocas indígenas e constitui-se em um espaço de valorização cultural desses povos, porque ali tem "os elementos que são nossos", e tem uma estrutura diferente do próprio Parque da Maternidade, porque foi construída com "palha, madeira, símbolos indígenas", diz Edunira. A casa possui um acervo de livros, revistas, publicações e documentos, sala de vídeo e peças artesanais indígenas (figura 09).

Na época da inauguração, o secretário dos Povos Indígenas, Francisco Pianko, dizia que essa iniciativa era imprescindível para valorizar a cultura da floresta:

> Para que quem vive nela se sinta orgulhoso e valorizado, firmando assim suas raízes e tradições... Estamos organizando num só espaço as culturas ribeirinhas, indígenas e seringueiras, isso é muito importante para que as pessoas conheçam um pouco mais da nossa história... mostrando a importância que as populações tradicionais têm, e passando o recado para a sociedade zelar pela nossa cultura (LIMA, 2007, p. 38).

**Espaço Povos Indígenas**
Texto explicativo sobre os 16 povos indígenas do Acre, sul do Amazonas e sudoeste de Rondônia.

**Painel explicativo sobre a 'história de contatos' dos povos indígenas do Acre.**

**PAINEL DE FOTOS 10 - PARQUE DA MATERNIDADE: BIBLIOTECA DA FLORESTA**
Fotos: Maria de Jesus Morais, em abril de 2008.

**Figura 09 - Vista parcial da Casa Povos da Floresta**
Foto: SEPLANDES – CD Obras do governo, 2006.

Além da cidade de Rio Branco, duas outras cidades tiveram espaços de memória construídos ou revitalizados: as cidades de Porto Acre e Xapuri.

Na cidade de Porto Acre, foi reconstruída a Sala Memória Porto Acre, com o objetivo de retratar a história da cidade de Puerto Alonso, sede da aduana boliviana, no momento inicial de ocupação por parte do governo boliviano. Puerto Alonso foi o local do "último" combate da Revolução Acreana e constitui-se, portanto, na mais importante cidade histórica do Acre. Como vimos no segundo capítulo, depois do combate de Puerto Alonso, houve outros combates, mas não foram investidos da mesma aura simbólica da rendição dos bolivianos no território que foi comprado da Bolívia. Os outros combates se deram em terras consideradas bolivianas pelo Tratado de Petrópolis.

Em Puerto Alonso, hoje Porto Acre, aconteceu a deposição das armas pelos militares bolivianos frente ao comandante dos "soldados seringueiros" acreanos, o gaúcho José Plácido de Castro.

Ainda no município de Porto Acre, foi revitalizado o Seringal Bom Destino, que é um dos principais "vestígios" da Revolução Acreana. Hoje é um museu-pousada ecológica (que se encontra fechada, dada a baixa procura por parte de turistas). O Seringal Bom Destino foi transformado em fazenda na década de 1970 e recuperado pelo governo estadual para ser transformado em espaço de memória da Revolução Acreana (painel de fotos 11).

## Sala Memória Porto Acre

**Sede do Seringal Bom Destino (em 2008 pousada ecológica, fechada)**

**Barracão em 1907**

**Barracão depois da reforma**

Fonte: Álbum Rio Acre, 2007.

**Objetos representativo da casa do patrão.**

**Casa do Guarda Livro**

Casas do Seringal Bom Destino que foram reconstruídas na reforma. Os chalés da pousada receberam nomes dos principais comandantes da Revolução Acreana. Este é José de Carvalho

**PAINEL DE FOTOS 11 - MUNICÍPIO DE PORTO ACRE: SALA-MEMÓRIA E SERINGAL BOM DESTINO**
Fotos: Maria de Jesus Morais, em abril de 2008.

Esse processo de patrimonialização do território, também expressivo em Xapuri, pois a cidade está investida da "aura de resistência". Esse processo é simbolizado pela construção do Museu do Xapurys, pelo tombamento da Casa Memória Chico Mendes, como patrimônio nacional, e pela construção do Painel dos Mártires (painel de fotos 12).

A Casa Chico Mendes[1], símbolo do movimento de resistência dos seringueiros da década de 1970 e 1980, hoje é uma casa/memória que faz parte da Fundação Cultural Chico Mendes. A singela construção de madeira, pintada de azul turquesa foi tombada como patrimônio estadual, em 2005, pelo Governo da Floresta e em 2008, ano em que se completaram 20 anos do seu assassinato, foi tombado pelo IPHAM como patrimônio nacional. Segundo o arquiteto que apreciou o processo,

> (...) a Casa de Chico Mendes é, sem sombra de dúvida, uma casa histórica, porque remete simbolicamente à memória de uma pessoa importante que se notabilizou pela sua ação incansável em prol dos trabalhadores rurais, índios e seringueiros e pelas suas ideias preservacionistas que encontraram acolhida no mundo inteiro (Fonte: <www.portal.ipham.gov.br>).

O Museu do Xapurys (alusão ao nome do rio) expõe peças e fotografias do início do século. O museu foi entregue à população em um clima de exaltação do papel histórico da cidade de Xapuri na resistência à ocupação boliviana e por ser o berço do líder seringueiro Chico Mendes. Como nesse depoimento do então diretor do Departamento de Patrimônio e História, Marcus Vinicius Neves:

> Xapuri sempre foi o berço das revoluções e dos movimentos sociais que criaram o Estado do Acre. Foi assim no início do século, com a Revolução de Plácido de Castro. Esta posição de vanguarda voltou a se manifestar na resistência à ocupação dos fazendeiros sulistas no início da década de 1970 e depois, na década de 1980, com a aliança dos povos da floresta patrocinada por Chico Mendes (Discurso de inauguração do Museu, PÁGINA 20, 05/08/2005).

1 No ano de 2014 o estado do Acre foi atingido por uma grande enchente, a cidade de Xapuri ficou meses debaixo d'água. Em detrimento da enchente a Casa encontra-se fechada para reforma.

**Entrada da Cidade de Xapuri 'Estrada da Borracha' ornamentada por seringueiras**

**Casario antes e após a revitalização da fachada**

Fotos: CD Obras do governo, 2006.

**Casa Chico Mendes: patrimônio nacional**

Fotos: CD Obras do governo, 2006.

**Túmulo de Chico Mendes, visita do então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em 2003.**

**Espaço de memória construído em 2005**

Foto: Maria de Jesus Morais, em abril de 2008.

Painel dos Mártires inaugurado em 2003, durante a semana Chico mendes

**Painel de Fotos 12 - Revitalização na cidade de Xapuri**
Fotos: Maria de Jesus Morais, em abril de 2008.

Compõe, ainda, o patrimônio de Xapuri, o Painel dos Mártires, construído em 2003, em alusão àqueles que lutaram contra a devastação da floresta Amazônica.

O discurso sobre estas cidades é uma construção material e simbólica. Material, no sentido de obras que requalificam o urbano, e simbólica, no sentido do civismo urbano, da identidade de seus moradores e da sua identificação com a cidade, como ressaltado em Sanchez (2003).

## 5.2 Invenção de Tradições: Folia na Gameleira Carnaval como Antigamente , Folguedo jabuti-bumbá e a Santa dos Seringueiros

Além do patrimônio material construído ou revitalizado, o Governo da Floresta tem investido na reinvenção de um patrimônio imaterial. Com o Patrimônio Imaterial, que são elementos da "invenção de tradições", explicitam-se a reinvenção da Marujada e do Carnaval como Antigamente, a invenção do folguedo Jabuti-Bumbá e a invenção do culto que se pretende com a popularização da imagem da "santa dos seringueiros".

A Marujada surgiu no Acre na década de 1940, como uma festa de rua da cidade de Cruzeiro do Sul. O responsável pela introdução da manifestação popular no Alto Juruá foi o amazonense Oswaldo Galego, que teve outros colaboradores como: Aldenor da Costa, Chico do Bruno e Francisco Ferreira. Hoje, esses são os conhecedores do assunto. A Marujada, no período de 2002 a 2007, abriu e fechou as atividades da Folia na Gameleira – Carnaval como Antigamente da cidade de Rio Branco. Essa iniciativa foi organizada pela Fundação de Cultura do Estado, com objetivo de "abrilhantar" a festa carnavalesca. Apesar da Marujada não ser tradição na cidade de Rio Branco, a intenção de introduzi-la na Folia da Gameleira, segundo Marcus Vinícius Neves, foi para "divulgar a cultura popular" da cidade de Cruzeiro do Sul, e "manter a antiga tradição da população citadina, que celebrava os vapores (barcos) que traziam mercadorias pelo Rio Acre e apor-

tavam na Gameleira" (PÁGINA 20, 01/03/2003). Marcus Vinicius Neves argumenta o porquê dessa iniciativa:

> (...) achamos que as pessoas precisam tomar conhecimento de que muitas festas bonitas, como essa da Marujada, há quarenta anos, é realizada em Cruzeiro do Sul. O povo de Rio Branco não a conhece e tem tudo a ver com a história do Acre (PÁGINA 20, 01/03/2003).

A Folia da Gameleira – Carnaval como Antigamente, foi uma tentativa do Governo da Floresta de "resgatar" um certo modo de vida da cidade de Rio Branco de outrora e foi:

> (...) mais uma semente no resgate da expressão cultural do Segundo Distrito, que traz uma importância fundamental na formação social da cidade de Rio Branco, com seus personagens principais, como o regatão, seringueiros, seringalistas, migrantes nordestinos, portugueses, espanhóis, italianos, que foram precursores na formação do Acre (PÁGINA 20, 01/03/2003).

O Carnaval como Antigamente de 2003 foi narrado da seguinte forma pelo Jornal Página 20:

> (...) no final da tarde quando o pôr-do-sol desponta na curva do Rio Acre, o batelão da secretaria de Hidrovias cruza o Rio Acre e atraca no Calçadão da Gameleira, trazendo a bordo os 35 tripulantes do Grupo Folclórico da Marujada, abrindo a Folia da Gameleira.
>
> Aos poucos os foliões de diversos bairros da capital começam a tomar o espaço do Calçadão para assistir ao abre-alas puxado pelos tradicionais personagens Pierrot, Colombina e Arlequim, sob o ritmo da banda da Polícia Militar, A Furiosa, e com a participação do Bloco da Terceira Idade. Concentrado em frente à Tentamen o abre-alas adentrou a Rua 17 de Novembro na direção à Gameleira para encontrar com o Bloco da Cobra Grande, organizado pela Fundação Garibaldi Brasil e Prefeitura de Rio Branco. O momento selou a união entre arte e cultura popular, levando os brincantes a caírem na folia (PÁGINA 20, 01/03/2003).

Além da Marujada, foi "resgatada", durante a Folia, a travessia do Rio Acre, de catraia. Assim como antigamente, os catraieiros ficavam de plantão nas cinco noites de folia na Gameleira para fazer a travessia dos brincantes que vêm de todos os pontos da cidade, em direção ao Segundo Distrito. Essa iniciativa agrada principalmente os mais idosos, como o catraieiro Francisco das Chagas Melo, de 67 anos, um dos pioneiros do transporte de catraias no Rio Acre. Ele lembrou os "bons tempos dos antigos carnavais e disse que hoje, com a iniciativa do governo, o cenário do Carnaval está fazendo relembrar as histórias do passado durante as travessias" (PÁGINA 20, 26/02/2003).

Além dessas duas reinvenções durante o Governo da Floresta foi inventado o folguedo com o nome de Jabuti-Bumbá, invenção recente, data de 2005, e desde então, participa do Arraial Cultural da cidade de Rio Branco na noite das tradições, juntamente com a apresentação da Marujada. Para os idealizadores do folguedo, o jabuti representa o símbolo de resistência, por ter seu casco grosso e viver em média 80 anos. O jabuti tem como inimigos declarados os destruidores da floresta e é apresentado à sociedade acreana como uma resistência aos madeireiros e agropecuaristas. A proposta do Jabuti-Bumbá, segundo seus idealizadores, é divertir e ao mesmo tempo, despertar a consciência ecológica do público que assiste ao espetáculo. Os brincantes, vestidos de chitas e fitas coloridas, dançam ao ritmo de maracás, tambor, sanfona, violão e zabumba, lembrando os rituais do Santo Daime, do cipó. À frente, puxando o cortejo, vem o estandarte de Nossa Senhora Seringueira, que é a padroeira da brincadeira.

Misto de sagrado e profano, o Jabuti-Bumbá se apresenta fazendo críticas à devastação da floresta e se apropriando das manifestações culturais brasileiras e amazônicas, como o Santo Daime; as coreografias e suas músicas se baseiam em passos do bailado do Daime (PÁGINA 20, 13/03/2007). O principal espetáculo do Jabuti-Bumbá é o "causo" da Nossa Senhora da Seringueira.

Nossa Senhora da Seringueira é considerada a santa dos seringueiros e foi apresentada à sociedade acreana durante as comemorações da assina-

tura do Tratado de Petrópolis, na procissão organizada pela Igreja Católica com a imagem da santa. Com esse ato pretendia-se transformá-la na nova padroeira do povo acreano.

A santa foi "descoberta" pela equipe da Fundação Garibaldi Brasil, quando membros da Fundação procuravam e selecionavam fotos para a exposição fotográfica comemorativa aos 100 anos do Acre. A partir desta descoberta foi "resgatada" a história da imagem, que é contada da seguinte forma:

> Quando os bolivianos ocuparam o Acre, no final do século XIX, e fundaram Puerto Alonso, entregaram o povoado à proteção da Virgem da Conceição, e até ergueram uma capela em sua homenagem. A imagem fora pintada por combatentes bolivianos durante a Revolução Acreana. Poucos anos mais tarde, durante a guerra do Acre, o exército boliviano lançou mão desta para armar uma cilada para os brasileiros: saiu com a imagem da santa forjando uma procissão, para que pudesse ultrapassar o grupo de Plácido de Castro.
>
> Plácido de Castro desconfiou da religiosidade dos bolivianos, percebeu que tudo não passava de uma farsa e pedindo perdão à Santa atirou na imagem, as balas do conflito atravessaram a mesma, que guarda, até hoje, as suas marcas. Vencida a Guerra, os brasileiros a confiscaram. E durante muitos anos ela ficou desaparecida, até ser encontrada por um padre na cidade do Rio de Janeiro (PÁGINA 20, 16/11/2003a).

O padre fez valer os "direitos do Acre" e devolveu a santa às Servas de Maria Reparadoras. Durante muito tempo, a imagem foi Nossa Senhora do Acre. Em 2003, era apresentada como Nossa Senhora da Seringueira.

Segundo publicou o Jornal Página 20, a partir das informações da freira irmã Claudia, a imagem não simboliza uma "santa" e, sim, uma "Nossa Senhora". Quanto à Seringueira, diz que foi o título em função da fé das pessoas pelo momento que viviam, explica irmã Cláudia:

> (...) não sabemos do fundamento da imagem, mas ela tem uma história. Não é santa, é santíssima. Assim como Nossa Senhora de Fátima que apareceu para as três pastorinhas. De acordo com o que acontecia na época, a luta dos seringueiros, foi feita a citação a

> Nossa Senhora da Seringueira. E a partir do momento que o bispo a declarar na procissão ela passará a ter o sentido social e religioso. Pode se tornar a patrona dos seringueiros que poderão ser devotos (PÁGINA 20, 16/11/2003a).

O nome da santa era novo para muitos seringueiros na ocasião em que ela foi apresentada. Guardada sob os cuidados das Servas de Maria Reparadoras por mais de 30 anos, só com as comemorações do Centenário do Acre é que foi iniciado o processo de popularização da história e de sua imagem, da santa que "protegeu os seringueiros acreanos que lutaram ao lado de Plácido de Castro durante o processo revolucionário", segundo relatou um padre (PÁGINA 20, 16/11/2003a).

Durante a procissão da missa que comemorou os 100 anos do Acre, a "santa" foi referenciada por várias pessoas, como por um ex-seringueiro, de 63 anos, dizendo que "nunca ouviu falar na santa protetora das seringueiras, mas sempre se sentiu 'protegido na mata', durante os mais de 35 anos que trabalhou como extrativista". Outro seringueiro, de 78 anos de idade também disse que não conhecia a história da santa "essa é uma santa nova para mim". Mas, segundo ele o que "importa é que dizem que ela fez uma boa passagem por aqui, e isso é o mais importante" (PÁGINA 20, 19/11/2003a), (figura 10).

**Figura 10 - Imagem de Nossa Senhora das Seringueiras**

Fonte: Página 20, em 19/11/2003ª.

Para a presidente da Fundação Garibaldi Brasil à época (Silene Farias), a homenagem aos seringueiros foi uma maneira que a Prefeitura de Rio Branco encontrou para demonstrar o respeito também a esses trabalhadores que são parte da história do Acre. Resgatada para os acreanos, a imagem[2] se encontra atualmente, de posse da Fundação Garibaldi Brasil, na capital.

A partir dessa descrição dos espaços que compõem o Patrimônio Material e Imaterial do Acre, percebe-se que estes foram extremamente selecionados. Assim, em aproximação a Di Mèo (1998), na produção da memória e dos "lugares do passado", são primados "aqueles que lhes parecem susceptíveis de contribuir, com maior sucesso, na resolução dos problemas da atualidade". Nessa perspectiva, como ressaltou Marcus Vinicius: "nada é mais relevante do que o fortalecimento da 'acreanidade'" (NEVES, 07/01/2007), pois isso contribui para a elevação da autoestima de seu povo.

## 5.3 Comemorações: usos e abusos da memória coletiva

Comemorar, segundo as reflexões de Helenice Silva (2002, p. 06), significa "reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento, a sacralização dos grandes valores e ideias de uma comunidade". Significa "retirar o acontecimento passado (para) penetrá-lo nas realidades e nas questões do presente, criando a contemporaneidade e abolindo o tempo e a distância", continua Silva (2002, p. 08).

Os acontecimentos mais significativos comemorados no Acre referem-se às datas cívicas. Estas estão organizadas em dois eventos históricos: a Revolução Acreana e o Movimento Autonomista. Durante o Governo da Floresta foram comemorados 06 centenários: as quatro insurreições dos brasileiros do Acre contra o domínio boliviano, e os 100 anos das cidades

2 A imagem da Santa ficou guardada na igreja que foi construída para a filmagem da Minisérie 'Amazônia, de Galvez a Chico Mendes', exibida pela Rede Globo em 2007. A igreja que está localizada no Parque Municipal Capitão Círiaco, sede da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil, encontra-se fechada, dado o seu estado de deterioração.

de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira. Outro evento, não cívico, muito comemorado no Acre é o culto à memória de Chico Mendes que acontece em dezembro, anualmente, nos dias 15 e 22, respectivamente, nascimento e morte do líder seringueiro.

Com relação à Revolução Acreana, são comemorados os dias: 06 de agosto, data do início da "batalha" comandada por Plácido de Castro (1902); 24 de janeiro, data do fim do combate em *Puerto Alonso* (1903); e 17 de novembro, data da assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), que incorpora as terras em disputa ao Brasil. Com relação à criação do estado do Acre é comemorado o dia 15 de junho, data em que foi assinada a Lei n° 4.070 que criou o estado do Acre, em 1962. Os dias 06 de agosto e 17 de novembro são feriados estaduais. E o dia 24 de janeiro é feriado municipal em Porto Acre, data do "último" combate da Revolução Acreana, em solo hoje acreano.

Com o Governo da Floresta essas datas ganharam uma maior visibilidade e foram comemoradas com lançamentos de livros, exposições, inaugurações, shows e homenagens aos personagens da história acreana. Durante o Governo da Floresta, essas comemorações se tornaram mais apoteóticas na medida em que se comemorou o centenário do Acre (1999-2003). Como visto no capítulo anterior, o grupo político autodenominado Governo da Floresta aciona, deste a campanha eleitoral de 1990, o componente simbólico da "campanha de integração do Acre ao Brasil", bem como o papel que tiveram os autonomistas na luta pela criação do estado do Acre, tendo em vista que apresentavam resistências às ingerências federais no Território acreano. Nesse sentido, busca-se fortalecer um enraizamento de todos os habitantes em uma mesma história, da qual são retidos alguns grandes momentos e alguns grandes homens.

O Governo da Floresta iniciou as comemorações relacionadas ao centenário da Revolução Acreana em 1999, com os 100 anos da primeira insurreição comandada por José de Carvalho e os 100 anos da República de Galvez. Marcaram estas datas a publicação do Manifesto escrito por José de Carvalho, onde o autor relata sua experiência durante a primeira insur-

reição acreana, e a revista *Galvez e a República do Acre*. Os eventos foram comemorados em Porto Acre e em Rio Branco. Em Porto Acre, houve a revitalização da Sala-Memória Porto Acre e da sede do Seringal Bom Destino. Em Rio Branco, encenou-se uma peça teatral nas escadarias do Palácio Rio Branco lembrando os feitos de Galvez. Em 2000, comemorou-se o centenário da Expedição dos Poetas, em uma sessão solene no Congresso Nacional.

Em 2002, um novo centenário: o início dos combates liderados por Plácido de Castro, em 06 de agosto de 1902, que tiveram duração de seis meses. Em 2003, dois centenários; o mais significado foi a tomada de Porto Acre em 24 de janeiro de 1903. Entretanto, o ápice das comemorações foi o 17 de novembro de 2003, o centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis.

Nas inúmeras entrevistas dadas por Jorge Viana, durante essas comemorações, sempre se ressaltou que não se estava celebrando algo morto, um passado longínquo e sem significado. O que se estava fazendo era "dando vida ao nosso passado, reafirmando nossos símbolos, nossos heróis e nossos mitos, unindo passado e presente" (PÁGINA 20, 19/11/2003b).

O centenário do Tratado de Petrópolis foi comemorado com a inauguração do Memorial aos Combatentes da Revolução (no Calçadão da Gameleira), com missa e procissão, durante a qual foi apresentada a Santa dos Seringueiros, em meio a solenidade de entrega da réplica da Espada de Plácido de Castro a 100 personalidades. Entre os homenageados, com a réplica, estavam seringueiros, índios, fazendeiros, políticos, empresários e jornalistas. Entre os homenageados *in memoriam* figuravam Plácido de Castro (Revolução Acreana), Chico Mendes e Wilson Pinheiro (movimento seringueiro), José Guiomard dos Santos, José Augusto de Araújo (movimento autonomista e primeiro governador acreano eleito), respectivamente. A justificativa para a escolha dos "acreanos do século" foi homenagear "as personalidades que aqui nasceram e levaram em seu sangue, para o Brasil e o mundo, a história de sua bravura. Ou das que aqui vieram de tantos lugares e se somaram no fortalecimento dos laços de "acreanidade" que distin-

guem esse pedaço de Brasil", justificou a comissão encarregada de preparar às comemorações (PÁGINA 20, 19/11/2003b) (ver figura 11).

**Figura 11 - Solenidade de entrega da réplica da espada de Plácido de Castro aos "acreanos do século".**
Fonte: Página 20, 1/11/2003b.

No discurso de Jorge Viana em solenidade comemorativa do Tratado de Petrópolis, no Congresso Nacional, ele ressaltou que era com grande emoção que se celebrava os 100 de uma história que "nos legou tudo que temos e somos": uma terra, uma cultura, uma identidade, um jeito de ser e de enfrentar os desafios da vida,

> Depois de Luiz Galvez e Plácido de Castro, com a incorporação do Acre ao Brasil, os autonomistas lutaram para transformar o Acre em Estado, e livrá-lo da condição de Território Federal administrado "pelos de fora". Nas décadas de 1970 e 1980, Wilson Pinheiro e Chico Mendes são lembrados como os líderes que mobilizaram seringueiros e índios em defesa dos territórios por estes ocupados (PÁGINA 20, 16/11/2003b).

Em Cruzeiro do Sul e em Sena Madureira, cidades centenárias (1904-2004), também foram construídos museus, recuperado casario e construídas obras de "embelezamento". Em Sena Madureira, construiu-se um Museu e publicou-se a revista *Scenário: Sena Madureira (1904-2004)*. Em Cru-

zeiro do Sul, o "lugar de memória" mais representativo, construído pelo Governo da Floresta, foi o Memorial José Augusto, inaugurado em 2003. O Memorial foi criado com objetivo de resguardar a memória do primeiro governador eleito do Acre, em 1963. Na solenidade de inauguração, o então governador ressaltou que fazia essa homenagem "em respeito à história e à memória que nós precisamos manter vivas. José Augusto é parte da história do Acre" e a sociedade acreana parecia que dele tinha se esquecido (PÁGINA 20, 21/06/2003).

Em Cruzeiro do Sul, à semelhança das comemorações do centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis, foram entregues "réplicas da medalha de fundação da cidade de Cruzeiro do Sul – criada pelo fundador da cidade, Marechal Thaumaturgo de Azevedo" – a cem homenageados que de alguma forma contribuíram com a história do lugar.

O governador Jorge Viana foi o primeiro a receber a medalha, das mãos do prefeito, César Messias. Em seguida outros nomes como o desembargador Arquilau de Castro; o secretário indígena, Francisco Pianko; os seringalistas Maurício Mappes, Antônio Francisco de Paula; o presidente do Banco da Amazônia, Mâncio Lima Cordeiro e; o ex-prefeito Pedro Ranzi (1971 a 1972) também receberam medalhas. Na ocasião Pedro Ranzi se pronunciou dizendo que:

> Cruzeiro do Sul é diferente pra mim, porque me traz boas lembranças, com um astral muito bom, sempre sou bem recebido. Cem anos é importante pra mim, para a cidade e à população que sempre me recebeu muito bem, o que é uma característica importante no contexto acreano e amazônico (PÁGINA 20, 29/09/2004).

Assim como Marechal Thaumaturgo fez em 1904, colocando em uma urna alguns documentos históricos e outros objetos que relatam a história de Cruzeiro do Sul, enterrando-a no monumento de fundação da cidade, Jorge Viana e César Messias repetiram o ato. Uma urna com objetos e documentos centenários como reportagens, diploma do centenário, decreto de nomeação das 100 pessoas condecoradas foi depositada no local onde está à estátua de Marechal Thaumaturgo. "Essa é uma maneira de fazermos um

novo registro de Cruzeiro do Sul, agora como cidade centenária e daqui a 100 anos, quem sabe outras pessoas não repetem o ato", disse o governador na ocasião (PÁGINA 20, 29/09/2004).

Na ocasião foi convidado especial para o evento, o neto de Thaumaturgo de Azevedo, Pedro Thaumaturgo Becker, este disse, na ocasião, que sentia uma dupla emoção: a primeira, por estar na referida cidade. E, a segunda, por ser a primeira visita na terra em que seu avô fez história. Colaborando com o museu, Pedro Thaumaturgo também trouxe alguns documentos referentes ao município, que estavam de posse da família. Na ocasião, ressaltou Pedro Thaumarturgo Becker: "é um prazer conhecer Cruzeiro do Sul nessa data. Hoje, em muitos Estados, as pessoas só se lembram de datas como essa para irem à praia ou se divertirem e esquecem da história. A população acreana veste a camisa de sua história" (PÁGINA 20, 29/09/2004).

No que se refere à memória de Chico Mendes, esta é relembrada, principalmente, durante a Semana Chico Mendes, que ocorre todos os anos no mês de dezembro, na semana do dia 22, data em que o líder seringueiro foi assassinado.

O culto à memória de Chico Mendes relativo aos 15 anos da morte do líder seringueiro, em dezembro de 2003, ilustrou bem esta questão. Nesse ano, realizou-se uma romaria reunindo "cinco mil pessoas", entre seringueiros, militantes políticos, agricultores, religiosos e representantes de organizações não governamentais, que se reuniram na cidade de Xapuri para a Romaria Chico Mendes, segundo noticiou o Jornal Página 20.

Os dois dias de homenagens foram celebrados com a romaria, missa campal, inaugurações e entregas de comendas aos pioneiros do sindicalismo no Acre. Jorge Viana inaugurou o Painel dos Mártires da Aliança dos Povos da Floresta, e uma nova sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. As homenagens prestadas pelo sindicato foram direcionadas a 36 personalidades fundantes e colaboradores da luta dos seringueiros na aliança com os povos da floresta.

A Romaria dos Mártires foi o ápice das comemorações na qual foram homenageados 320 mortos pela "causa amazônica". Os cartazes com

imagens de Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Dom Oscar Romero e padre Jósimo, entre outros, foram carregados por alguns seringueiros que traziam a tradicional poronga acessa em suas cabeças, em alusão ao seu significado no dia a dia do seringueiro. A romaria partiu da casa de Chico Mendes, passou pelo cemitério (túmulo de Chico Mendes) e foi encerrada no Painel dos Mártires, ao lado da Igreja Matriz, onde se realizou uma missa campal celebrada por Dom Moacir, arcebispo de Porto Velho, que veio especialmente para acompanhar a romaria do movimento social que "ele ajudou a construir", nas décadas de 1970 e 1980.

As comemorações em memória de Chico Mendes são sempre acompanhadas de inaugurações de obras, como a que ocorreu em 2003 com a inauguração da Praça Povos da Floresta e do monumento em homenagem aos povos da floresta, da estátua de Chico Mendes e, também, em 2006, da Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva. A Praça Povos da Floresta está localizada no centro da cidade de Rio Branco, em frente ao Palácio do Governo. A estátua em homenagem a Chico Mendes foi construída em tamanho natural e à noite recebe uma iluminação esverdeada que 'traz' para o centro da cidade uma atmosfera da floresta. A praça une a rusticidade dos materiais da mata com os postes republicanos da *Belle Époque* do início do século XX.

Na noite de inauguração, a praça estava bem representada. Estavam presentes índios, seringueiros, ribeirinhos (figura 12). Momentos antes da inauguração, era comum, como noticiou o Jornal Página 20, ver os ex-seringueiros olhando os detalhes da construção e dizendo "esse ambiente de mata me traz lembranças de um tempo muito bom", disse um ex-seringueiro. Outro seringueiro reforçou dizendo:

> Veja só você, eu estou sentado aqui em um pedaço de paxiúba batida. Você colocar isso aqui em uma praça pública é sinal de respeito para quem já viveu na mata. Eu me sinto respeitado, disse outro seringueiro (PÁGINA 20, 23/12/2003).

**Figura 12 - Jorge Viana na inauguração do Monumento a Chico Mendes.**
Fonte: Página 20, 23/12/2003.

Com as comemorações cívicas são reforçados os ideais de coragem e determinação dos acreanos revolucionários e dos acreanos autonomistas. Já com as comemorações em memória a Chico Mendes são "resgatados" os ideais da sustentabilidade, segundo o discurso oficial.

## 5.4 A manipulação da memória coletiva: espaços e tempos esquecidos na construção da "acreanidade"

Como vimos no primeiro capítulo, com base nas reflexões de Pollak (1989, 1992), Halbawachs ([1950] 2006), Santos (2007) e Oliven (2006), o enquadramento da memória, que é realizado pelas vozes autorizadas para a construção de uma memória oficial, define o "passado a ser recuperado", o passado que deve "ter direito à perpetuidade" (SANTOS, 2007, p. 130) no intuito de que este possa contribuir para a coesão social, para a construção de um sentimento de pertencimento, de um passado comum a todos, bem como invocar tradições como fundamento "natural" da identidade que está sendo criada e/ou reafirmada.

Nesse sentido, são trazidos para o presente, eventos do passado que possam contribuir com sucesso para a construção da identidade. Igualmente, é realizado o trabalho de esquecimento, seja por fatos que causem vergonha, seja porque os "eventos esquecidos" não contribuem positivamente para a identidade em questão, podendo vir à tona em outro momento (POLLAK, 1992).

A reconstrução da identidade territorial está cheia de ambiguidades e contradições, pois seleciona e elege para si, principalmente no que diz respeito à construção da identidade regional, os símbolos do poder constituído ou aqueles passíveis de também se constituírem como tal. Essa será a questão discutida a partir de agora.

No Acre, o Governo da Floresta investiu em uma reconstrução de uma memória histórica sacralizada, "fixa na lógica, não, de pessoas comuns", como os índios, os brasileiros do Acre,

> (...) os migrantes de outras nacionalidades como os sírios, os libaneses, os peruanos e bolivianos que com suas trajetórias marcaram a conflituosa existência deste território e sim nos grandes feitos de alguns poucos nomes (ALBUQUERQUE, mimeo).

Ao mesmo tempo e com imensa rapidez, reconstruiu muitas obras e revitalizou outras, no sentido de dar nova vida a um patrimônio histórico já existente no Acre. A obra desse governo se funde com uma noção de estética e cultura presente em outras partes da Amazônia da *belle époque*, com ênfase dada à revitalização e criação de um patrimônio cultural em respeito à memória dos grandes proprietários, comerciantes, patrões seringalistas e políticos, as classes dominantes do passado. O patrimônio foi reproduzido em nome do "resgate da autoestima" da população, atrelada a uma história de vencedores, e, aliado a tudo isso, com um amplo auxílio dos meios de comunicação.

Os "elementos constitutivos da memória" acreana, enaltecidos pelo Governo da Floresta na invenção e reinvenção da "acreanidade", contam a história da elite dominante, personificada em heróis extraordinários, em acontecimentos que representam, sempre, os feitos grandiosos, especial-

mente a "Revolução Acreana" que incorporou o Acre ao Brasil, a "autonomia" do Estado a partir da transformação do Acre Território para Estado da Federação e a personificação do movimento social dos seringueiros em torno de seu mártir, Chico Mendes.

No Acre, com o Governo da Floresta, o trabalho inicial de enquadramento da memória, foi eleger três eventos históricos. A partir da seleção dos três eventos históricos, o passo seguinte foi encontrar um elo para os fatos históricos significativos, tendo em vista o discurso oficial. O 'historiador oficial' Marcus Vinicius Neves, na entrevista que nos concedeu, nos disse textualmente que: "no início do governo do Jorge", quando começou a trabalhar com ele e diretamente com o Toinho (secretário de Cultura), ele "conseguiu elaborar uma síntese da história do Acre, demarcando os signos da sua história política", e foi aí, continua Marcus, "onde eu pude dar uma singela contribuição a esse processo todo, que foi a ideia de luta".

No artigo de sua autoria *Uma Breve História da Luta Acreana*, publicado na *Revista Povos da Floresta, da Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes*, em dezembro de 2003, Marcus Vinicius Neves qualificou a "ideia de luta", na história acreana. O texto é justificado a partir da seguinte passagem:

> A identidade histórica e cultural do povo acreano tem apenas 100 anos de reconhecimento. Um século apenas, breve, mais intenso o suficiente para forjar um povo consciente e orgulhoso de suas raízes. Alguma coisa deve haver de especial nesse lugar que criou as condições para que tivéssemos homens como Wilson Pinheiro e Chico Mendes (NEVES, 2003, p. 12).

Esse 'quê' de especial do qual fala Marcus Vinicius Neves seriam as 'lutas' empreendidas pela sociedade acreana ao longo de 100 anos. A primeira luta destacada foi a luta contra o meio, luta empreendida pelos nordestinos que migraram para as margens de rios que hoje formam o Acre, na qual: "os retirantes, que fugiam da seca do sertão, iam pelo caminho sendo assombrados pelas histórias de fome, do impaludismo, do beribéri e das feridas brabas que nunca saravam". Além disso, "para os fugitivos da Guerra de Canudos, para os tangidos da seca, para os repudiados de toda sorte, não

havia outro caminho possível senão a floresta que a todos acolhia e escondia". Chegando nos seringais ainda enfrentavam o "trabalho imposto ... que era sobre-humano". E conclui que "apesar de tantos obstáculos, reais ou imagináveis, há pouco mais de um século o povoamento do Acre se realizou e conseguiu fixar uma sociedade que vivia da e na floresta" (NEVES, 2003, p. 13).

Outra luta foi a luta contra os outros. No caso, esses 'outros' foram os bolivianos que reivindicavam do Brasil o reconhecimento do *utis possidetis jure,* ou seja, o respeito aos tratados em vigor, quando surgiram as insurreições dos brasileiros do Acre. A primeira delas foi logo após a Bolívia estabelecer um porto aduaneiro e ter fundado a vila Puerto Alonso nas margens do Rio Acre. "Logo, alguns brasileiros revoltados contra duas medidas alfandegárias dos bolivianos decidiram contestar a administração estrangeira daquele território povoado por brasileiros". Depois, veio a República de Galvez sintetizada na frase 'heróica', "já que nossa pátria não nos quer, criamos outra", seguida pela Expedição dos Poetas "poderosa em ideais e frágeis em combate, cujo maior resultado foi ter mantido viva a luta contra a dominação boliviana". Enquanto o governo não reconhecia a questão em prol dos brasileiros do Acre, eles "mantinham a resistência armada contra os bolivianos". E iniciaram a "guerra",

> (...) de um lado o exército regular da Bolívia entrincheirado em alguns pontos estratégicos do Rio Acre. De outro um exército de seringalistas e seringueiros organizados pelo ex-militar Plácido de Castro (NEVES, 2003, p. 14-15).

A luta continua, uma guerra é iniciada "conflagrada em Xapuri, em agosto de 1902, e só concluída seis meses depois em Puerto Alonso com um saldo de quinhentos mortos em uma população de dez mil indivíduos" (NEVES, 2003, p. 14-15).

A terceira luta elencada por Marcus Vinicius foi a tensão dos acreanos com o Governo Federal, a luta contra a criação e institucionalização do Território Federal do Acre, pois os acreanos "que haviam conquistado pelas armas o direito de serem brasileiros, ao alcançar a vitória, foram condena-

dos a serem cidadãos de segunda categoria em seu próprio país". A partir daí começa uma nova etapa de lutas da sociedade acreana, que culminou com o Projeto de Lei apresentado pelo então deputado José Guiomard dos Santos, em 1957, que fora sancionado em 1962, com a criação do Estado do Acre (NEVES, 2003, p. 16).

E a luta mais recente é a luta com os novos, contra a invasão dos 'paulistas', que se acirra a partir de 1975, "quando as populações tradicionais da floresta começaram a se organizar e a desenvolver diferentes estratégias de resistência" para permanecer na terra (NEVES, 2003, p. 18-19).

Com esse artigo, como o próprio Marcus Vinicius Neves nos relatou buscava-se "mostrar a recorrência dessa luta de caráter de resistência regional de uma sociedade que busca se afirmar enquanto povo, no mundo, em seus diferentes momentos". Essa síntese, ainda segundo Neves, muito contribuiu para o Governo da Floresta, pois estabeleceu um elo condutor do processo histórico e, nesse sentido, ele avalia que o governo agiu com muita ousadia, no que diz respeito à "retomada de todos esses sentidos e esses elos comuns da identidade" que dão coesão de fatos "comuns a todo o Acre, como signo de unificação em torno de um objetivo comum" (entrevista concedida à autora, em abril de 2008).

A narrativa oficial da história do Acre corresponde aos eventos dessa síntese histórica: o povoamento dos altos rios por migrantes nordestinos, a questão da fronteira com a Bolívia e o Peru, o movimento autonomista em prol da criação do Estado do Acre, e o movimento social de índios e seringueiros. Desses eventos, são retirados seus heróis: Plácido de Castro e Luiz Galvez da questão fronteiriça do Acre; José Guiomard dos Santos e Hugo Carneiro, no que se refere ao rompimento com o 'atraso', uma vez que se iniciou a construção de um 'Acre em alvenaria' (Hugo Carneiro), e a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que elevou o Acre à categoria de Estado (José Guiomard dos Santos); e, por último, Chico Mendes, nesse caso com objetivo explícito de sensibilizar a opinião internacional e, também, obter apoio irrestrito dos próprios seringueiros para a adoção de um projeto de desenvolvimento econômico.

Com relação à questão da fronteira, ela se resume ao período de 1899 a 1903, período dos conflitos da denominada Revolução Acreana. A conquista do Acre, nessa perspectiva, é apresentada como um grande feito, pois tem um passado glorioso, original. É o único Estado brasileiro que lutou para isso, e para fazê-lo foram necessários atos heróicos e patrióticos, de personagens que "conquistaram de armas nas mãos um território que não lhes pertencia" e, com isso, constitui-se no final do século XIX "como uma unidade de território, povo e Estado" (Jorge Viana, *Apud* LIMA, 2007, p. 42).

O território do Acre não estava unificado na virada do século XIX e nem depois de criada a figura institucional de Território Federal, pois como vimos no capítulo 02, vieram do Juruá vários movimentos que defendiam a separação do Acre em dois vales.

Nesse período também começam as divergências da elite local entre si e com o Governo Federal no que diz respeito ao destino do Acre, a partir da criação do Território Federal do Acre, quando se dá o início do inconformismo com a situação territorial.

A respeito dessa personificação dos dois heróis anteriormente descritos, as críticas[3] podem ser sintetizadas na adaptação do poema de Bertold Brecht "Perguntas de um Operário que lê", no qual se questionava a heroicização de alguns nomes. Eis a adaptação:

*Joaquim Vitor jurou fazer uma capela no Seringal Bom Destino,*
*Caso ganhasse a Revolução.*
*Quem carregou e ergueu suas paredes e telhado?*
*Galvez proclamou o Estado Independente do Acre.*
*Ninguém mais estava com ele, naquele 14 de julho de 1899?*
*José Plácido de Castro*
*fez a "Revolução Acreana".*
*Para onde foram os seringueiros que lutaram com ele,*
*Sonhando tornarem-se proprietários de suas colocações?*
*Quais deles faziam à guarda noturna?*

3 Texto do convite do Seminário "100 anos de Revolução Acreana: sentidos e possibilidades de interpretação", realizado na cidade de Brasiléia (fronteira com a Bolívia) por iniciativa do historiador, Gerson Albuquerque, então diretor do CDIH-Centro de Documentação e Informação Histórica da UFAC, em 2002.

*Quem caçava e preparava as refeições?*
*Quem carregava as redes e cuidava dos enfermos?*
*Tantos relatos. Tantas perguntas.*

A narrativa oficial do Acre, lembrada e comemorada nos vários centenários entre 1999 a 2003, deu um destaque à imagem do seringueiro (também subentendido de seringalista) que deixou sua terra natal e veio extrair o leite da fortuna, mas, como vimos no capítulo 3, as margens de rios que foram invadidas por eles já estavam ocupadas por grupos indígenas de várias nações, muitos dos quais desapareceram em função da exploração comercial do látex, por meio das sangrentas correrias. Os índios não participaram da invenção do Acre, a não ser como empecilhos à instalação da empresa seringalista.

Já o seringueiro e o seringalista são apresentados como aqueles que amansaram a natureza e os índios que faziam parte dela. A região é apresentada como um deserto, o "inferno verde" que se mistura às esperanças do *El Eldorado*, do "vou enricar na seringa".

O Acre é, nessa narrativa, obra dos seringueiros (subentendido, também, os seringalistas) que, com bravura, souberam conquistar cada palmo de chão e integrá-lo à nação, como ressaltado nas conclusões de Euclides da Cunha, no Relatório de Reconhecimento do Alto Rio Purus:

> As gentes que a povoam talham-se pela braveja. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto (CUNHA, 2000, p. 88-89).

Nessa empreitada, o seringueiro também civilizou o índio, diz Pimenta (2003: p. 10), pois no momento da conquista, "as populações indígenas eram vistas como obstáculo à exploração da borracha" e eram oferecidos prêmios aos seringueiros que conseguissem matá-los. Para os índios, o contato com os seringueiros significou perda populacional e a extinção de várias etnias.

Com o Governo da Floresta, há uma manipulação dessa memória com a suposta inserção dos índios como combatentes da Revolução Acreana. Nos textos alusivos ao centenário da "questão do Acre", como este da figura 13, o índio aparece ao lado de seringueiros como se, juntos, tivessem lutado pela incorporação do Acre que lhes tirou os seus territórios.

Os últimos 100 anos do Brasil foram enriquecidos pela gloriosa conquista de uma vasta floresta amazônica que pertencia à Bolívia.

Há um século, a **bravura de índios e seringueiros resultou na formação do Estado Independente do Acre**. Depois, liderado por Plácido de Castro, o povo dez a Revolução Acreana.

Houve luta e derramamento de sangue para que esta terra e seu povo pertencessem ao Brasil (grifo nosso).

**Figura 13 - Campanha publicitária em comemoração à Revolução Acreana (pé de mouse)**

Nessa construção identitária, são acionados três eventos históricos que coincidem com a sua história econômica periodizada nos seguintes marcos: de 1877 a 1920 (primeiro ciclo da borracha), período de formação dos seringais, expansão da ocupação em direção aos altos rios, e da produção e exportação da borracha, e da *guerra del Acre*. De 1942 a 1945 (segundo ciclo da borracha), da chegada dos soldados da borracha. E o terceiro período, a partir de 1964, com as políticas públicas dos militares que incentivaram a bovinização do Acre. Com essa periodização, é dada pouca importância ao período entre 1921 a 1941. Entretanto, alguns autores têm trazido uma

importante contribuição, discutindo o que se passou no interior da floresta naquele período. Entre esses autores, destacamos Porto-Gonçalves (1998), Almeida & Wolff (2002) e Wolff (1998). Esse período é o da gênese do seringueiro liberto e/ou do seringueiro autônomo. Igualmente, após a morte de Chico Mendes, em 1988, parece que nada existiu no Acre, até surgirem os "meninos do PT" fazendo uma "nova revolução", ganhando a eleição e dando continuidade aos sonhos do seu líder maior, Chico Mendes que lutou contra a pecuarização do estado do Acre.

No período de 1921 a 1941, a exportação da borracha brasileira foi ultrapassada no mercado mundial pela borracha asiática. A partir daí o patrão enfraquece, uma vez que o barracão fica destituído de mercadoria. Houve uma substituição dos vínculos dos seringalistas com o mercado por uma economia de subsistência (realizada pelos seringueiros) e se constatou uma maior liberdade nas relações entre seringueiros e seringalistas. Porém, como nos lembra Reis (1953, 76), os seringais "não entraram em colapso. E, se não experimentavam o esplendor dos dias venturosos no princípio do século XX, tampouco voltaram à fase de decadência das décadas posteriores a 1912". Considerando-se que no Acre produzia-se a borracha do tipo *Acre/fina*, apesar da redução da renda regional, a região apresentava um saldo positivo em relação ao resto da região Amazônica coberta pelo extrativismo da borracha.

No entanto, os seringais sobreviveram. A crise, para Almeida e Wolff (2002), deu origem a dois processos de movimento populacional. De um lado, houve evasão dos seringais por parte daqueles seringueiros que tinham acumulado algum capital e se retiraram para os seus estados de origem, ou para as proximidades das cidades, onde se dedicaram a outras atividades, como a extração de madeira ou agricultura de subsistência. Nesse caso, os seringueiros dos altos rios estavam: "trocando o interior da floresta, onde a única alternativa comercial era a extração da borracha, pela margem dos rios, onde era possível dedicar-se à agricultura e fazer escoar seus produtos" (CASTELO BRANCO, *Apud*: ALMEIDA e WOLFF, 2002, p. 118).

Por outro lado, o movimento foi "rio acima", em busca de áreas em que a produtividade da borracha era tão alta que continuava sendo compensadora, pois, como ressalta Porto-Gonçalves (1998), aos seringueiros restavam as seguintes alternativas: tornarem-se rendeiros, migrarem para os rios ricos em leite (principalmente, do Vale do Purus), ocuparem terras abandonadas ou se tornarem seringueiros libertos. Muitos seringalistas também voltaram para o Nordeste ou para outras cidades da Amazônia, seja "vendendo, arrendando ou mesmo abandonando o seringal por falta de trabalhadores ou crédito para aviar os seringueiros" (PORTO-GONÇALVES, 1998, p. 139).

No período do apogeu da borracha, os patrões, para obrigar os seringueiros a se dedicarem exclusivamente à seringa e mantê-los dependentes do barracão que lhes aviava as mercadorias, chegavam a proibir até o cultivo de roçados de subsistência. Já com a queda das exportações e o empobrecimento dos seringalistas, em muitos seringais, os seringueiros se dedicaram à agricultura, com a aquiescência do patrão.

O modo de vida desses trabalhadores, denominados por Almeida & Wolff (2002) de 'camponês florestal', diferenciava-se bastante daquele seguido pelos seringueiros que chegaram no auge da produção da borracha, nos tempos de expansão do preço do produto. Agora se dedicavam à agricultura, além do látex, da pesca e da caça.

Nesse sentido, como ressalta Porto-Gonçalves, nesse período de 1921 a 1941, forjou-se um "novo padrão de organização societária" a partir das novas relações de gênero, onde a presença da mulher e a constituição de famílias conformaram um espaço doméstico, até então inexistente. E a partir, também, de uma nova configuração de relações interétnicas, que abriu outras possibilidades na relação dos seringueiros com a floresta e com os grupos indígenas e, um novo padrão de relações técnicas de produção, baseado no agroextrativismo.

A família teve um papel importante na fixação do migrante na Amazônia, como podemos observar na fala desse cearense, Francisco Lopes, que veio para o Amazonas em 1906. Ele havia retornado para o Ceará e estava

voltando para a Amazônia em 1942. Esse foi um dos 55 migrantes entrevistados por Samuel Benchimol em 1942, na cidade de Manaus. Francisco Lopes relatou para Benchimol tanto o momento de chegada quanto o momento em que resolveu fixar moradia na Amazônia. Na chegada, em 1906 dizia que:

> Achava tudo esquisito, diferente dos costumes lá de minha terra. Tive muita vontade de voltar, mas de nada adiantava, pois não tinha com que. O jeito que tive foi eu me amansar na terra. Desse jeito virei seringueiro. Conheço quase todos os rios do Amazonas. No Juruá aprendi a ser mateiro, estive no Purus, conheço o Madeira e o Abunã muito bem. No Acre foi onde cheguei a fazer dinheiro, pois peguei os bons tempos da alta de 1912. Dez anos estive por lá trabalhando com um e com outro.

> Do Acre eu passei para a Bolívia, pois já estava enjoado daquilo. Trabalhei no caucho e fiz alguns cobres. (...) Mas eu precisava me situar num lugar. Eu tinha casado e estava cansado de tanto andar de cima para baixo (BENCHIMOL, 1977, p. 263).

No que diz respeito às relações interétnicas, Cristina S. Wolff traz uma importante contribuição para entender essas relações, uma vez que diferente de outras regiões da Amazônia onde se tinha a experiência do "seringal caboclo", no Acre foi estabelecido o "seringal empresa".

Cristina S. Wolff (1998) enfatiza o tipo de relação estabelecida naquele período, entre índios e seringueiros:

> Para os seringueiros(a) este período foi de um intenso aprendizado sobre a floresta e seus recursos. Se no Baixo Amazonas era possível contar com a experiência das populações ribeirinhas, nos altos rios a única experiência anterior à dos seringueiros era a dos índios, com os quais os seringueiros normalmente não mantinham relações muito amistosas. Certamente, apesar do massacre físico e cultural a que foram submetidos em toda a região, porém, os seringueiros assimilaram muito de seus conhecimentos e tecnologias para o aproveitamento dos recursos da floresta (WOLFF, 1998, p. 174).

E, no que se refere ao agroextrativismo, o antropólogo Mauro Almeida, que estuda as populações tradicionais do Juruá, sintetiza essa questão na seguinte passagem:

> Com o colapso do mercado mundial para a borracha, a máquina extrativa-exportadora dos barracões tornou-se obsoleta. Com isso os seringueiros tiveram que desenvolver, a partir de sua experiência camponesa, mas, sobretudo apreendendo tecnologias indígenas, um modo de vida florestal, que dependesse ao mínimo de bens importados (ALMEIDA *Apud* PORTO-GONÇALVES, 1998, p. 278).

A agricultura teve um papel significativo na organização do espaço nas regiões do alto Juruá e alto Purus, como nos diz Porto-Gonçalves (1998, 180): primeiro, porque a agricultura foi uma "iniciativa dos seringueiros remanescentes do seringal-empresa". Foi também, uma iniciativa que os patrões e as casas aviadoras tiveram de adotar para sobreviver, e muitos seringalistas "transformaram-se em rentistas, vivendo da cobrança de renda pela exploração das estradas de seringa". Como alertou Benchimol:

> Seringa e roça ... não rimam bem. O roçado só existe quando a seringa falece. Na época da crise até que se vive bem nos seringais. Pelo menos o homem toma interesse para a plantação e volta as suas vistas à terra. Seringa rima bem é com beribéri, com charque e farinha, com pirarucu seco e feijão. Não combina com batatas, legumes, galinha, ovos, leite. Se ela juntasse tudo isso o homem não vinha para voltar. O homem sentiria alguma coisa de seu trabalho e de sua pessoa fincado na terra (BENCHIMOL, 1977, p. 177).

No enfrentamento da crise, como mostra Porto-Gonçalves (1998), emergiram os seringueiros autônomos que,

> ... tiveram que ser previdentes, diversificar sua produção, fazer uso múltiplo dos recursos naturais, revolucionar as relações de gênero, constituir um espaço doméstico de reprodução, incorporar a matriz da racionalidade indígeno-cabocla e, por essa via, se tornaram povos da floresta (PORTO-GONÇALVES, 1998, p. 278).

A produção da borracha ganha importância outra vez com o seu segundo ciclo, de 1942 a 1945, com a Batalha da Borracha e a mobilização de 60 mil "soldados", também chamados de "brabos" para distingui-los dos "mansos", isto é, dos que já estavam aqui no Acre e foram domesticados pela malária e, sobretudo, pelo sistema de exploração vigente nos seringais. Os soldados foram incentivados a migrar, com o argumento de que estavam servindo a pátria e a humanidade, mas o que encontraram foram condições sub-humanas, desde a viagem até quando chegaram ao Acre, como podemos observar a partir do depoimento de Euclides (soldado da borracha), publicado no Jornal Varadouro:

> Quem se alistava como soldado da borracha estava proibido de recuar, de se arrepender e até de ter saudade da família... Os americanos precisavam de borracha, muita borracha e os brabos não podiam, agora, dar-se ao luxo de sentir fraquezas (VARADOURO, set./1977).

O que permitiu ao seringal sobreviver durante o período de crise foi uma certa retração ou independência frente ao mercado internacional, com a transformação do seringueiro especializado em camponês florestal, em uma economia permeada por regatões, patrões locais enfraquecidos e novos mercados para pele, madeira ou produtos agrícolas. Os seringueiros se transformaram em coletores, pescadores, caçadores, produtores de farinha.

Para os seringueiros, a falência da economia extrativa do látex determinou o enfraquecimento da capacidade de ação e dominação dos patrões. Com isso, passaram a ter domínio territorial maior de suas colocações em decorrência da falência dos patrões. O espaço doméstico, a colocação como espaço de conformação de novas relações societárias, 'sociedade das colocações', passa a ser o *locus* da organização social territorial e não mais, o barracão (PORTO-GONÇALVES, 1998).

Nesses períodos de crise foi, por conseguinte, sendo gestado o rompimento da relação seringueiro e seringalista nos seus itens clássicos da empresa seringalista: endividamento prévio para o seringueiro a partir dos gastos com transporte e utensílios destinados a eles quando eram inseridos

na 'colocação'; a proibição, para os seringueiros, de realizar outras atividades produtivas, como 'botar' roçados no interior dos seringais, o que se rompe no momento em que o sistema de aviamento se enfraquece; quebra do monopólio comercial exercido pelo barracão e sintetizado no exclusivismo da compra de mercadoria pelo seringueiro e na venda da borracha dele só para o patrão; pagamento obrigatório da renda pelo uso das estradas de seringa, cerca de 10% da sua produção anual de borracha ao patrão seringalista.

No caso da renda pelas estradas de seringa esta só foi extinta completamente no contexto dos movimentos sociais a partir da década de 1970 para o Vale do Acre, e, no final da década de 1980, para o Vale do Juruá. O rompimento desse item é o marco da caracterização do seringueiro como posseiro e/ou como liberto.

As justificativas dadas pelo discurso oficial para que os seringueiros ficassem na floresta, no período de 1921 a 1941, foi pelas "raízes criadas, pela 'acreanidade'". Nesse sentido, a 'acreanidade' surge, também, "desse signo de resistência, da necessidade de se manter aqui" (Marcus Vinicius Neves, entrevista à autora, em abril de 2008).

Diante do exposto e visto até aqui, algumas considerações são necessárias. Por um lado, queríamos mostrar que o Governo da Floresta, que se auto intitula como sendo a continuação dos anseios dos movimentos sociais do Acre, "traiu a confiança dos trabalhadores" que acreditaram nas mudanças prometidas para os de baixo, para usar a expressão de Osmarino Amâncio. Por outro lado, as supostas inversões dos parâmetros de desenvolvimento continuam as mesmas: a exploração dos recursos naturais confere lucro para quem sempre se beneficiou das políticas públicas estaduais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo abordamos a questão da construção da identidade acreana empreendida pelo Governo da Floresta, ao longo dos anos de 1999 a 2006. Este trabalho cumpre o objetivo de discutir a "acreanidade" a partir dos processos discursivos que vão inventando e reinventando o Acre e os acreanos; a partir da produção de signos identitários, em suas duas dimensões: na criação de "espaços de e da memória" e na escolha de "espaços de referência identiária" e, também, a partir da "invenção de tradições" que dão sustentação a essa construção identitária.

A construção identitária, como discutido com base em Albuquerque Júnior (2007), Castelles (2000), Chauí (2006a), Corrêa (2007), Hall (2005a e 2005b), Haesbaert (1997, 2004, 2007 e 2008), Oliven (2006), (Pollak (1989 e 1992), Said (2003), Santos (2007) e Silva (2005), é uma construção histórica e social que reflete múltiplas relações de poder, como o poder de decidir o que pode e deve ser incluído, e o que deve ser excluído. No caso da "acreanidade", realizada pelo Governo da Floresta, foi pautada na ressignificação de dois eventos históricos e na inserção da trajetória de índios e seringueiros como novos símbolos identitários. Na construção da "acreanidade", tanto os eventos históricos foram ressignificados quanto o próprio povo acreano. Os eventos relacionados à "identidade acreana" foram reatualizados com o movimento social de índios e seringueiros nos anos de 1970 e 1980, simbolizado pela rejeição aos empresários e especuladores do Centro-Sul do país, denominados no Acre de "paulistas". Esses eram vistos como os responsáveis pelos conflitos sócio territoriais nos seringais acreanos. Dessa forma, a questão do "direito de permanência dos seringueiros à terra que haviam conquistado de armas nas mãos" (FERNANDES, 1999) voltava a fazer parte do debate político.

A construção identitária é, também, uma construção relacional e contrastiva que revela as oposições, pois, para que uma identidade exista, se faz necessário que haja algo fora dela. O discurso da "acreanidade" ressignifica os eventos históricos, até então, relacionados à identidade acreana que tinha como protagonistas os de cima (a elite acreana). Com o Governo da

Floresta, tanto a floresta quanto seus povos foram ressignificados; os índios participam de um movimento discursivo-representacional importante: de entrave ao seringalismo e à pecuarização, eles passam a ser guardiões da floresta. Os seringueiros, de forma semelhante, passam de protagonistas da resistência à pecuarização a guardiões da floresta. Além dos "povos da floresta", Plácido de Castro, passa de "caudilho pernicioso" a herói acreano e nacional; os paulistas passam de massacradores dos acreanos a símbolo dos negócios sustentáveis; e os bancos multilaterais, de financiadores do desmatamento passam a financiadores da sustentabilidade.

Foram ressignificados, também, quem são os de fora, os não nascidos no Acre ou os não-acreanos. O Acre foi libertado da Bolívia por um espanhol (Luiz Galvez) e um gaúcho (Plácido de Castro), das ingerências do Governo Federal por um mineiro (José Guiomard dos Santos) e o "historiador oficial" do Governo da Floresta é carioca. E todos são "acreanos".

O personagem Luiz Galvez foi ressignificado: ele saiu da imagem de aventureiro bêbado do romance 'Galvez, Imperador do Acre', de Márcio Souza (2001), para ganhar o *status* de presidente do Estado Independente do Acre. Nessa mudança, segundo Marcus Vinicius Neves, foi recuperada a firmeza de Galvez com sua República, inspirada nos signos da Revolução Francesa. Plácido de Castro, herói estadual, é elevado à condição de "herói nacional" e inserido no livro *Heróis da Pátria* pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Em setembro de 2008, mês do centenário de morte de Plácido de Castro, foi construído, no Acre, um "museu aberto" em sua homenagem, no local em que ele foi emboscado e assassinado, em 1908. Para José Guiomard dos Santos, foi construído, em 2002, o Memorial dos Autonomistas, na cidade de Rio Branco, e seus restos mortais foram transladados do Rio de Janeiro para o mausoléu do memorial, onde repousa seu corpo ao lado de sua mulher, Lydia Hammes, no "Acre que tanto amou", como costuma expressar Jorge Viana. O "acreano é quem gosta do Acre, é quem ama o Acre".

Marcus Vinicius Neves, carioca, foi homenageado como alguém que também ama o Acre, com a medalha de Cidadão Acreano em 2005 e como

Cidadão Riobranquense, em 2007. Os "de fora", atualmente, são os grupos políticos adversários do discurso florestânico e/ou as pessoas em geral que não coadunam com o discurso oficial do governo da Frente Popular.

A "acreanidade", como toda construção identitária, é estratégica e posicional e está estreitamente ligada às relações de poder (Hall, 2005b; Silva, 2005). Daí a questão, quem precisa de identidade? Por que a construção da "acreanidade"? Para nós, essa construção tem dois sentidos: um baseado na produção de uma diferenciação espacial em detrimento da mercantilização da cultura, ou seja, 'colocar o Acre no mundo', a partir da mercantilização de sua história. Essa tem sido uma meta recorrente dos governos locais, uma ação estratégica, com objetivo de reafirmar identidades específicas; e outro como uma iniciativa visando obter um consenso em torno de um novo (velho) direcionamento econômico dado ao estado do Acre.

A construção identitária envolve, portanto, uma dimensão simbólica e material, ancorada em uma memória coletiva que também é construída.

O enquadramento da memória coletiva é uma construção que reinventa o passado não de forma aleatória, mas ancorado nas memórias individuais. A memória, mais do que um simples arquivo classificatório de informações a reinventar o passado, é norteador da construção da identidade, na medida em que ela é um fator que contribui para consolidar um sentimento de pertencimento a uma história. Para que seja eficiente o trabalho de enquadramento, é preciso que a memória seja construída a partir de dados e noções comuns aos diferentes membros da coletividade. Nesse sentido, os eventos históricos escolhidos, servem para consolidar a identidade territorial. Isso significa dizer que são selecionadas as "sequências da história" e os lugares, entre aqueles que são susceptíveis de contribuir, com maior sucesso, para validar e legitimar a identidade.

O trabalho de enquadramento das memórias individuais se materializa em narrativas oficiais sobre acontecimentos e personagens históricos, e também, na institucionalização de "espaços de memória", espaços esses destinados a guardar, a difundir, a perpetuar e reafirmar uma certa memória coletiva.

No que se refere às narrativas, na construção da "acreanidade", o Governo da Floresta tem produzido um "jeito acreano" de ser e de pensar, apoderando-se das memórias individuais, as quais são enquadradas em uma construção identitária que produz tanto um passado quanto um presente comum. Hoje somos todos descendentes de índios e seringueiros e provenientes da vida no seringal. Podemos dizer, também, que se produz um futuro, pois suas premissas apontam para um projeto de governo e de uma sociedade florestal, como projeto de futuro.

A "acreanidade" envolve, portanto, enquanto construção, a valorização dos aspectos históricos e culturais do Acre, o culto do sentimento de pertencimento do povo acreano ao território do Acre, gestado em uma "sociedade florestal" desde o início do processo migratório, por volta da década de 1870. Esse sentimento teria alimentado a vida na floresta de índios e seringueiros, nas décadas de 1921 a 1941, período da diversificação produtiva, de aprendizado dos seringueiros com os índios, de sedimentação da cultura dos povos da floresta. Em torno dessa questão, é construída a compreensão de que aqueles que ficaram no "interior da mata nos momentos de crise econômica, o fizeram por amor às raízes criadas, ficaram pela 'acreanidade'". Nesses momentos de crise, o "que ligava eles (seringueiros) às terras, era o sentimento de pertencimento, foi a 'acreanidade'", diz Marcus Vinícius Neves. Dessa forma, o sentimento da "acreanidade" surge sob o "signo da resistência, da necessidade de se manter aqui" (Marcus Vinicius Neves em entrevista concedida à autora em abril de 2008).

Nessa construção identitária, como visto, principalmente, nos capítulos 2, 3 e 5, a memória é recriada na medida em que são anuladas as tensões e as diferenças de interesses entre seringueiros e seringalistas durante a "guerra do Acre", e são silenciadas, também, as oposições ao movimento revolucionário entre os próprios brasileiros do Acre. O discurso identitário relacionado aos autonomistas do Acre também sofre o mesmo filtro e termina por ampliar a insatisfação da elite local junto a todos os moradores do Acre, igualando todos os acreanos que lutaram pela autonomia, porém,

como sabemos, os acreanos, no período de 1957 a 1962, viviam na floresta e não vivenciavam o dia a dia político da cidade.

Em se tratando do movimento seringueiro, são silenciadas as questões mais importantes, como a luta pela permanência nas colocações de seringa e como seringueiros, o que se assiste, como sempre lembra Osmarino Amâncio, é a tentativa de transformá-los em mão de obra a favor de madeireiros. Nesse aspecto, tem havido uma manipulação dos ideais dos movimentos sociais em favor de um discurso sobre o desenvolvimento sustentável que acaba beneficiando a elite local. Com os negócios sustentáveis transformam-se os locais simbólicos da luta do movimento social dos povos da floresta em vitrines dos negócios sustentáveis, a exemplo do que vem ocorrendo no Projeto de Assentamento Chico Mendes, mais conhecido como Seringal Cachoeira. O Seringal Cachoeira, onde viveu Chico Mendes, local que foi "comprado" pelos Alves (assassinos do líder seringueiro), local onde ocorreram empates contra desmatamentos e expulsão de seringueiros e hoje é exemplo do manejo madeireiro.

A "acreanidade" é a síntese de um certo processo histórico. Enquanto construção, a "acreanidade" advém da identificação do migrante nordestino com a floresta, construída a partir da chegada nos altos rios, tendo sido amansados pela floresta e pela vida que tiveram que aprender a viver, com os índios e "vencendo os riscos oferecidos pela natureza". Adviria, também, das lutas que tiveram que travar (os brasileiros do Acre) para defender os territórios dos seringais. A "acreanidade" traduziria, portanto, essa intimidade dos acreanos com a natureza, esse conhecimento aprofundado dos segredos das matas, das florestas, que se traduz na gestão do Governo da Floresta, onde supostamente o que se vive, hoje, é o desdobramento dos "ideais dos povos da floresta".

Assim, são "esquecidas" as condições de trabalho e de vida dos migrantes nordestinos que chegaram ao Acre a partir de 1870, e são igualmente esquecidas as tensas relações entre índios e seringueiros, que resultaram em genocídios e etnocídios dos povos indígenas. Na gestão do Governo da Floresta, aquele momento é ressignificado como o tempo de forjamento da

gênese da "acreanidade", pois "o lado perverso naqueles tempos era vencido pela coragem, pela esperança e por outros bons sentimentos que acabaram moldando os povos da floresta – a que ousamos chamar de 'acreanidade'", dizia o então governador Jorge Viana (panfleto publicitário do Governo da Floresta).

É ressignificada, também, a violência do encontro entre índios e não-índios, amenizada em detrimento da incorporação do Acre ao Brasil. Nessa construção, dissemina-se a ideia de que as particularidades do Acre (isolamento geográfico, abandono político) deram origem a um sentimento territorial, um sentimento de defesa, de afirmação da identidade que estaria na base da resistência do povo acreano.

As identidades territoriais, como visto ao longo deste estudo, são construídas a partir de duas dimensões: histórica e geográfica. A dimensão histórica está ancorada em uma memória coletiva, que também foi reconstruída. Já a dimensão geográfica está ancorada nos "espaços de referência identitária". A construção das identidades territoriais se dá, por conseguinte, por meio dos referenciais geo-históricos com os quais os grupos se reconhecem como pertencentes.

A "'acreanidade", em sua caracterização, com base no discurso oficial, é o processo de releitura do passado, da busca dos conhecimentos e valores dos povos da floresta, do aprendizado com o passado, ao longo dos mais de cem anos de história do Acre.

A partir dessa releitura, o Executivo estadual estaria propiciando um reencontro do acreano com a floresta, tanto do ponto de vista da patrimonialização das cidades, com símbolos da floresta, quanto ao direcionamento econômico que é "voltado" para fomentar uma economia florestal, em respeito aos "verdadeiros acreanos".

O acreano, nessa construção identitária, pode ser compreendido em duas perspectivas. Em uma perspectiva externa, o acreano é o povo que foi capaz de atravessar o Nordeste e chegar até aqui na segunda metade do século XIX. Povo que lutou sem aquiescência do Governo Federal para criar uma pátria na Amazônia Ocidental, que protestou contra as inge-

rências do poder federal no Território Federal do Acre, povo que resistiu à expropriação de seus territórios e inventou um novo modelo de uso da terra: os territórios reservados ao extrativismo. E, em uma perspectiva interna, o acreano é o produto do diálogo de saberes, entre a tradição vivida na mata e a modernidade da cidade, em um esforço de sobrevivência para a adaptação à floresta e a luta pela permanência nela e dela (Élson Martins, entrevista em abril de 2008).

O território, nessa construção identitária da "'acreanidade" e enquanto espaço de referência identitária, é inicialmente condição para o processo de identificação, porque na luta pela sobrevivência dos primeiros anos dos migrantes nordestinos foi se fixando uma sociedade que vivia na e da floresta. Depois, o território assume uma forma material e simbólica, os altos rios ocupados por brasileiros deveriam ser do Brasil. Na atualidade, o território assume uma dimensão mais simbólica, afetiva, onde povos (da floresta) e natureza formariam uma coisa só, em uma aproximação ao território conceituado por Bonnemaison e Cambrèzy (1996, 13-14): "pertencemos a um território, nós não o possuímos, nós o guardamos, nós o habitamos, nos impregnamos dele".

O processo de valorização dos aspectos históricos e culturais do passado acreano materializou-se por meio das obras monumentais, nos atos celebrativos das datas cívicas, históricas e também espaciais, e das homenagens dos "grandes homens que construíram o Acre".

No Acre do Governo da Floresta, foram revitalizados os espaços de referência identitária onde ocorreram eventos históricos e os espaços criados para guardar "uma certa memória" da coletividade, citados a seguir.

Da Revolução Acreana: Seringal Bom Destino, local onde o exército de seringueiros venceu o exército boliviano; cidade de Xapuri, local onde iniciou a batalha comandada por Plácido de Castro; Gameleira, local que testemunhou duas batalhas entre os seringueiros do Acre e as forças bolivianas (uma derrota e uma vitória dos brasileiros do Acre); e Porto Acre, local do início das insurreições acreana e do último combate entre bolivianos e brasileiros do Acre.

Do Movimento Autonomista: museus em memória ao "pai do Acre" e ao primeiro governador eleito. Do Movimento Social de Índios e Seringueiros: construção de espaços que homenageiam os povos da floresta, principalmente, Chico Mendes e, nesse caso, Xapuri, terra natal e cenário das lutas lideradas por Chico Mendes, aparece como símbolo internacional da luta pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Em se tratando da cidade de Rio Branco, ela é a vitrine da patrimonialização do estado do Acre. Nela estão representados os três momentos históricos do Acre e alguns traços da memória da cidade.

O Governo da Floresta tem se apropriado politicamente dos eventos, não somente os históricos, em um trabalho de construção de uma memória coletiva, através de slogans, publicações de revistas temáticas, criação de monumentos e celebrações das datas históricas e cívicas relacionadas ao centenário do Acre (1999-2003), onde se dizia que "os 100 anos do Tratado de Petrópolis era a oportunidade de reafirmar os ideais de coragem e determinação que fizeram com que milhares de brasileiros decidissem construir na Amazônia Ocidental um pedaço de sua pátria".

Dessa forma, como nos alerta Le Goff (2003, 477), "a memória, de onde nasce à história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro". Devemos, então, trabalhar de "forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens".

# REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a Memória das Cidades**. In: Território. Rio de Janeiro: Garamond (LAGET/UFRJ). 1998. Ano III, n° 4. Jan./Jun.

ACRE, Governo do Estado do. **Galvez e a República do Acre**. Rio Branco, FEM. 1999. (Revista do 1° Centenário do Estado Independente do Acre).

ACRE, Governo do Estado do. **Povos do Acre**: história indígena da Amazônia Ocidental. Rio Branco, FEM. 2004a.

ACRE, Governo do Estado do. **Plano Plurianual**. Rio Branco, SEPLANDS. 2004b.

ACRE, Governo do Estado do. **Acre em Números**. Rio Branco, SEPLANDS. 2005.

ACRE, Governo do Estado. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre**. Documento Síntese da Fase II. Rio Branco, SEMA. 2006a.

ACRE, Governo do Estado. **Um Novo Mercado Velho**. Rio Branco, FEM. 2006b.

ACRE, Tribunal de Justiça do. **ACRE**, Relatórios de Governo – 1899 a 1905: Os Anos do Conflito: José Paravicini, Cunha Matos, José Marques Ribeiro. Rio Branco, FEM. V. I. 2002a.

ACRE, Tribunal de Justiça do. **ACRE**, Relatórios de Governo – 1906 a 1910: Os Anos do Conflito: José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza, Epaminondas Jácome. Rio Branco, FEM. V. II. 2002b.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC. 2007.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais**: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Brasília. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), UNB. 2002.

ALMEIDA, Lelcia Maria Monteiro de & CAVALCANTE, Márcio Roberto Vieira. Osmarino Amâncio: tempo e resistência. In: PAULA, Elder Andrade de & SILVA, Silvio Simione da (Orgs.). **Trajetórias da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco, EDUFAC. 2006.

ALMEIDA, Mauro Barbosa de. & WOLFF, Cristina Scheibe. Habitantes: os seringueiros. In: ALMEIDA, M. B. & CUNHA, Manuela Carneiro da. **Enciclopédia da Floresta**: o alto Juruá – práticas e conhecimentos das

populações. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

ALVES, Toinho. **Artigos em geral**. – Rio Branco, 2004.

AQUINO, Txai Terri Valle de. **Kaxinawá**: de seringueiro 'caboclo' a peão 'acreano'. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília: UnB. 1977.

AQUINO, Txai Terri Valle de. **A Luta pelas Terras Indígenas no Acre**. Comissão Pró-Índio do Acre: festejando 22 anos de história. Rio Branco: CPI/AC. 2001.

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Kaxinawá do Rio Jordão**: história, território, economia e desenvolvimento sustentado. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre. 1994.

AQUINO, Txai Terri Valle & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. Os Kaxinawá. In: ALMEIDA, Mauro Barbosa de & CUNHA, Manuela Carneiro da (orgs.). **Enciclopédia da Floresta**: o alto Juruá – práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre**. Rio Branco: (Caderno Temático de Subsídio ao ZEE do Acre). 2005a.

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas**. Rio Branco: (Texto de Subsídio ao Eixo Cultural Político do ZEE do Acre). 2005b.

ARRUTI, José Maurício. **A Emergência dos 'remanescentes'**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Rio de Janeiro: Mana, n°3. 1997.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru-SP: EDUSC. 2006.

BARNES, Eduardo Vieira. **O Conselho do Parque Nacional da Serra do Divisor**: rituais políticos, (sobre)posições e representações territoriais. Brasília. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. 2006.

BARROS, Glimedes Rego. **Nos Confins do extremo Oeste**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. V. I e II. 1993.

BASTOS, Abguar. **Certos Caminhos do Mundo**: romance do Acre. Rio de Janeiro, Hersen. 1927.

BASTOS, Abguar. **Terra de Icamiaba**: romance da Amazônia. Rio de Janeiro: Adersen. 1931.

BECKER, Berta K. Novos Rumos da Política Regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: _____ & MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.

BECKER, Berta K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond. 2004.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco-antes e além-depois. Manaus, Governo do Amazonas. 1997.

BEZERRA, Maria José (org.). **Dossiê-Acervo**: Guiomard Santos (Acre) Elevação do Acre a Estado. Rio Branco: Globo. 1992.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre**: de Território à Estado – um olhar social.... São Paulo. Tese (Doutorado em História), USP. 2006.

BONNEMAISON, Joel. **La Géographie Culturelle**. Paris: Éditions du C.T.H.S. 2000.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Geografia Cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: UERJ. 2002.

BONNEMAISON, Joel e CAMBRÈZY, Luc. **Le Lien Territorial**: entre frontières et identités. Géographies et Cultures (Le Territoire), n° 20. Paris: L'Harmattan. 1996.

BOSSÉ, Mathias Le. As Questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. IN: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ. 2004.

BRASIL, República Federativa. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas. 1998.

BRUNDTLAND, Comissão. **Nosso Futuro Comum**. Oxford, UK: Orford Press. 1997.

CALAÇA, Manoel. **Violência e Resistência**: o movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de reserva extrativista. Rio Claro. Tese (Doutorado

em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". 1993.

CALIXTO, Valdir. **Plácido de Castro e a Construção da Ordem no Aquiri**: contribuições à história das idéias políticas. Rio Branco: FEM. 2003.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia Brasileira. 1990.

CARVALHO, José de. **A Primeira Insurreição Acreana** (documentada). Rio Branco: FEM. 2002[1904].

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. **Povoamento da Acreania**. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, volume 250. 1961.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo. 2006a.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural** – o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo. 2006b.

CIMI. **Indígenas em espaços urbanos no Acre**. Rio Branco: CIMI, 2012.

CONSELHO Nacional dos Seringueiros. R**esolução do I Encontro Nacional dos Seringueiros.** Brasília. 1985.

CONSELHO Nacional dos Seringueiros. **Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia**. Rio Branco, CNS. 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia Cultural e o Urbano. In: _____ & ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro Bertrand Brasil. 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, Política e Espaço. In: _____ & ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Formas Simbólicas Espaciais e Política**. Buenos Aires: UGI. 2007.

COSTA, José Craveiro. **A Conquista do Deserto Ocidental**: subsídios para a história do Território do Acre. São Paulo: Nacional. 2005[1924].

CRUZ, Tereza Almeida e FERREIRA, Paulo Roberto Nunes. (Orgs.). **Retrato**

**Cultural dos Katukina, Kaxinawá, Shanenawa, Jaminawa e Manchineri**. Rio Branco: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour. 2004.

CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido**. Brasília: Senado Federal. 2000.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes. 1999[1909].

DEATRY, Giovanna Ferreira. Memória e esquecimento como formas de construção do imaginário da nação. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas-SP, Mercado de Letras. 2002.

DI MÉO, Guy. **Géographie Sociale et Territoires**. Paris: Nathan. 1998.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito. In: _____ & GUERRA, Lemuel. **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: UNAMAZ. 2006.

FERNANDES, Marcos Inácio. **O PT no Acre**: a construção de uma terceira via. Natal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFRN. 1999.

FOUCAULT, Michel. Método. In: _____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 1976.

FRANCO, Carlos Alberto. Impactos Econômicos e Ambientais do manejo Florestal Comunitário no Acre: duas experiências, resultados distintos. In: **Anais** do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco. 2008.

GARRAFIEL, Denise Regina. **As Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Acre, de 1999 a 2002**. Rio Branco. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais), UFAC. 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos Patrimônios culturais. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. 1998. Vol. 1, n° 2.

GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera (orgs.). **O Que é Memória Social**? Rio de Janeiro: Contracapa. 2005.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Mais Além da 'Cultura': Espaço, Identidade e Política da Diferença. In: ARANTES, Antonio (Org.) **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus. 2000.

HALBWCAHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro. 2006[1950].

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2005a.

HALL, Stuart. Quem Precisa de Identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes. 2005b.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade**: a rede "gaúcha" no nordeste. Rio de Janeiro, EDUFF. 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ. 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2004.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: _____ & ARAÚJO, Frederico Guilherme de. **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro, Access. 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Canoas: ULBRA, 2008.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

IBGE. **Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: IBGE. 1987.

INCRA. **Programa de Reforma Agrária para o desenvolvimento Sustentável do Acre**. Rio Branco: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2004.

LEFEBVRE, Henry. **La Production de l'espace**. Paris: Anthropos. 2000[1984].

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp. 2003.

LEROY, Jean-Pierre. Da Comunidade Local às Dinâmicas Microrregionais na Busca do Desenvolvimento Sustentável. In: BECKER, Bertha & MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio

de Janeiro: UFRJ. 1997.

LIMA, Ana Carla Clementino. **Entre a Memória Histórica e o Esquecimento**: a Re-invenção do Acre. Rio Branco, UFAC. (Monografia de Especialização em História). 2007.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: UNESP. 1997.

MAHER, Tereza Machado. Ser Índio em Português .... In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua (gem) e Identidade**. Campinas: Mercado de Letras. 2002.

MARTINELLO, Pedro. **A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas Conseqüências para o Vale Amazônico**. Rio Branco: Cadernos UFAC. N. 1. 1998.

MELLO, Mauro Pereira de. A Questão de Limites entre os Estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Geografia**. 1990. V. 52, n° 4.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A Crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória** – trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP. 1999.

MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. **Cruzeiro do Sul**. Brasília: Senado Federal. 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ratzel**. São Paulo: Ática. 1990.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec. 2002.

MORAIS, Maria de Jesus. Usos e Abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da "economia verde". IN.: CIMI. **Do$$iê Acre**: o Acre que os mercadores da natureza escondem. Brasília: CIMI, 2012.

NEVES, Marcus Vinícius. Uma Breve História da Luta Acreana. In: MENDES, Comitê Chico. **Caderno Povos da Floresta**. Rio Branco. 2003.

NEVES, Marcus Vinícius. História Nativa do Acre. In: ACRE, Governo do Estado do Acre. **Povos do Acre**: história indígena da Amazônia Ocidental. Rio Branco, FEM. 2004.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. São

Paulo: Projeto História. Dezembro. 1993.

O'DWER, Eliane Catarino. **Seringueiros da Amazônia**: dramas sociais e o olhar antropológico. Niterói-RJ: EDUFF. 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaios em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade Étnica, Identificação e Manipulação. IN: **Sociedade e Cultura**: Revista de Pesquisa e Debate em Ciências Sociais. Goiânia: 2003, V. 6, N. 2.

OLIVEN, Ruben George. **A Parte e o Todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis-RJ, Vozes. 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). Vão Surgindo Sentidos. In: _____. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2003 (1993).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra á Vista**: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas: UNICAMP, 2008 [1990].

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense. 2005.

PADILHA, Lindomar. Povos Indígenas do Acre: mentiras históricas e história das mentiras. IN.: CIMI. **Do$$iê Acre**: o Acre que os mercadores da natureza escondem. Brasília: CIMI, 2012.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Milton**: cem anos de história familiar nos seringais. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e Sindicatos**: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA. (Dissertação de Mestrado). 1991.

PAULA, Elder Andrade de. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos. Presidente Prudente: **Revista Nera**, 2004. jul./dez.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental**. Rio Branco: EDUFAC. 2005.

PAULA, Elder Andrade de. O Conto da "floresta pública" e o canto da sereia: Lei 11.284/2006. IN: **Conflitos no Campo** – Brasil 2005. Goiânia, CPT. 2006.

PIMENTA, José. **A História Oculta da Floresta**: Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre. Paris: Revue Linguagens Amazônicas. 2003.

POCHE, B. **L'espace fragmente: éléments pour une analyse sociologique de la territorialité**. Paris: L'Harmattan. 1996.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1989. vol.2, n° 3.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992. vol.5, n° 10.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos Varadouros do Mundo (da territorialidade seringalista à territorialidade** seringueira – do seringal à reserva extrativista). Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia), UFRJ. 1998.

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre (1870-1912).** Rio Branco, M. M. Paim. 1992.

RAFFESTIN, Claude. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. (dir.) **Résseaux Territoriaux**. Caen: Paradgime. 1988.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1948.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro**. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura. 1953.

SAID, Edward. **Reflexões Sobre o Exílio e Outros Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

SÁNCHES, Fernanda. A **Reinvenção das Cidades**: para um mercado mundial. Chapecó: Argos. 2003.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Florestania**: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco, EDUFAC. 2004.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A Invenção do Brasil**: ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro, UFRJ. 2007.

SCHMINK, Marianne. **Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira, Acre – Brasil**. Indonésia, CIFOR, 2007.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas.** São Paulo, Perseu Abramo. 2007.

SEPLANDS. **CD de Obras do Governo**. Rio Branco. 2006.

SILVA, Francisco Bento da. **As Raízes do Autoritarismo no Executivo Acreano – 1921/1964**. Recife. Dissertação (Mestrado em História). UFPE. 2002.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/Comemoração: as utilidades sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 2002. v. 22, n° 44.

SILVA, Laélia Maria Rodrigues da. **Procura-se uma Pátria**: a literatura no Acre (1900-1990). Porto Alegre. Tese (Doutorado em Letras). PUCRS. 1996.

SILVA, Sílvio Simione da. **A Fronteira Agropecuária Acreana**. Rio Branco: EDUFAC. 2003.

SILVA, Sílvio Simione da. O Sentido da Luta na fala de Raimundo Barros. In: PAULA, Elder Andrade de & _____(Org.). **Trajetórias da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: EDUFAC. 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: _____ (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes. 2005.

SOUZA, João José Veras de. **O "programa de desenvolvimento sustentável do acre"**: uma análise á luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. Florianópolis: UFSC. (Dissertação de Mestrado em Direito). 2008.

SOUZA, Israel Pereira Dias de Souza. **Reformas do Estado e o discurso florestânico no governo da frente popular**: entre a epopéia e a tragédia. Monografia (Bacharel em Ciências Políticas). Universidade Federal do Acre, Rio Branco. 2005.

SOUZA, Márcio. **Galvez Imperador do Acre**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade Nacional e Modernidade Brasileira**: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da Modernidade no Acre**: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920. Pernambuco: UFPE. (Dissertação de Mestrado em História). 2001.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia**: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército. 1982.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Brasília: Senado Federal. 2001ª,. V. 1.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2001b. V. 2.

URIARTE, Urpi Montoya. Intervenções em Centros Históricos: as políticas de "recuperação" dos Centros Históricos de Salvador, Lima e Quito. In: **Cardeno CEAS**. Salvador. CEAS. 2003.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília, _____ e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANONI, Mary Helena Allegretti. **Os Seringueiros**: estudo de caso em um seringal nativo do Acre. Brasília. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UnB. 1979.

WEBER, Ingrid. **Um Copo de Cultura**: os Huni Kuin (Kaxinawá) do rio Humaitá e a escola. Rio Branco: EDUFAC. 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas**: uma história das mulheres da floresta do Alto Juruá, Acre 1870-1945. São Paulo. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes. 2005.

## REPORTAGENS DO JORNAL *PÁGINA 20*

PÁGINA 20. **Folia da Gameleira abriu o Carnaval 2003**, unindo arte e folclore. Rio Branco. (01/03/2003).

PÁGINA 20. **Comerciantes do Bebódromo temem não ter para onde ir. Rio Branco.** (09/01/2003).

PÁGINA 20. **Índios aguardam com grande expectativa instalação da sua secretaria**. Rio Branco. (14/01/2003).

PÁGINA 20. **"Carnaval como Antigamente"** resgata tradição dos catraieiros na capital. Rio Branco. (26/02/2003).

PÁGINA 20. **Hildebrando Pascoal agora responde a processos por sonegação fiscal**. Rio Branco. (27/02/2003).

PÁGINA 20. **Memorial em Homenagem a José Augusto emociona Juruá**. Rio Branco. (21/06/2003).

PÁGINA 20. **A Santa dos Seringueiros**. Rio Branco. (16/11/2003a).

PÁGINA 20. **A Política Territorial de Rio Branco**. Rio Branco. (16/11/2003b).

PÁGINA 20. **A Santa dos Seringueiros**. Rio Branco. (19/11/2003a).

PÁGINA 20. **Os Acreanos do Século**. Rio Branco. (19/11/2003b).

PÁGINA 20. **A Herança de Chico Mendes**. Rio Branco. (02/12/2003).

PÁGINA 20. "**Não há nada mais forte do que uma vida de luta como exemplo"**, diz Viana. Rio Branco. (23/12/2003).

PÁGINA 20. **Jorge Viana busca investimentos para o Acre**. Rio Branco. (06/03/2004).

PÁGINA 20. **Ganho de Comunidades Acreanas com Produtos Certificados Chega a 100%**. Rio Branco. (16/04/2004).

PÁGINA 20. **Um Jeito Novo de Caminhar**. Rio Branco. (04/05/2004).

PÁGINA 20. **Dia da Amazônia em Xapuri**. Rio Branco. (04/09/2004).

PÁGINA 20. **Homenagens pelo Dia da Amazônia**. Rio Branco. (05/09/2004).

PÁGINA 20. **Comemoração do Centenário de Cruzeiro do Sul**. Rio Branco. (29/09/2004).

PÁGINA 20. **Exploração de floresta só por brasileiros**. Rio Branco. (03/06/2005).

PÁGINA 20. **Construindo uma nova civilização na Amazônia**. Rio Branco. (05/06/2005).

PÁGINA 20. **Pólo Moveleiro já é Modelo para a Amazônia**. Rio Branco. (21/06/2005).

PÁGINA 20. **Reconstruindo Rio Branco**. Rio Branco. (03/08/2006).

PÁGINA 20. **Acre Comemora os 103 anos da Revolução Acr**eana. Rio Branco. (05/08/2005).

PÁGINA 20. **Nova era para o Comércio da Praça da Bandeira**. Rio Branco. (06/08/2005).

PÁGINA 20. **O novo Mercado Velho**. Rio Branco. (08/08/2006).

PÁGINA 20. **Ninguém pode se Apropriar da Floresta**. Rio Branco. (16/12/2006).

PÁGINA 20. **Jorge Viana Inaugura Biblioteca da Floresta Marina Silva**. Rio Branco. (23/12/2006a).

PÁGINA 20. **Complexo Industrial de Xapuri**. Rio Branco. (23/12/2006b).

PÁGINA 20.. **Período de 2000 a 2010 será melhor década da História do Acre**, diz Jorge Viana. Rio Branco. (27/12/2006)

PÁGINA 20. **Jabuti/Bumbá conta 'causo' da Nossa Senhora Seringueira**. Rio Branco. (13/03/2007).

PÁGINA 20. **Tião Viana Convida para Homenagem aos Cem anos de Guiomard Santos**. Rio Branco. (23/03/2007).

PÁGINA 20. **Centenário de José Guiomard Santos**. Rio Branco. (25/03/2007).

PÁGINA 20. **Design estratégico**: o futuro no presente. Rio Branco. (19/06/2007).

PÁGINA 20. **Governo Jorge Viana**: a era da decolagem (I). Rio Branco. (29/07/2007).

PÁGINA 20. **O governo Jorge Viana**: A era da decolagem (II). Rio Branco. (12/08/2007).

## COLUNAS SEMANAIS DO JORNAL PÁGINA 20

### PAPO DE ÍNDIO

AQUINO, Txai Terri do Valle & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Homenagem ao Professor Ixã Kaxinawá**. Rio Branco: Jornal Página 20. (09/10/2005).

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Terras Indígenas a identificar e novas demandas territoriais no Acre**. Rio Branco, Jornal Página 20. (11/06/2006).

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Revisão de limites e 'terras reservada'**: novos tempos na história dos povos indígenas no Acre. Rio Branco, Jornal Página 20. (18/06/2006).

AQUINO, Txai Terri do Valle & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Prospecção de Petróleo nas Florestas Acreanas**. Rio Branco: Jornal Página 20. (25/02/2007).

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Entrevista com o sertanista Meirelles (parte III)**. Rio Branco, Jornal Página 20. (18/05/2008).

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **FPERE reafirma migração de índios isolados do Peru para o Acre**. Rio Branco, Jornal Página 20. (30/06/2008).

MACIEL, Ney José Brito. **Integridade Territorial Yawanawá**: uma questão de reparação e justiça. Rio Branco: Jornal Página 20. (05/03/2006).

## O ACRE É CEM

NEVES, Marcus Vinicius. **Quatro anos de Revolução seis meses de guerra. Rio Branco: Jornal Página 20.** (26/01/2003).

## MIOLO DE POTE

NEVES, Marcus Vinícius. **Fechando o Ciclo**. Rio Branco: Jornal Página 20. (07/01/2007).

NEVES, Marcus Vinícius. **A Pré-História Acreana V** (O caso dos sítios geométricos). Rio Branco: Jornal Página 20. (02/03/2008).

## REPORTAGENS DO JORNAL *VARADOURO*

VARADOURO. **Índios (ou caboclos) do Acre**. Rio Branco. Ano I, n° 01. (maio de 1977).

VARADOURO. **A Briga pela Posse**: o Governador Lamenta. Rio Branco. Ano I, n° 03. (agosto de 1977).

VARADOURO. **Migração, uma história de cem anos**. Rio Branco. Ano I, n° 04. (setembro de 1977).

VARADOURO. **Caeté**: onde se vive apenas 20 anos. Rio Branco. Ano I, n° 04. (novembro de 1977a).

VARADOURO. **Um Índio para o Presidente**. Rio Branco. Ano I, n° 05. (novembro de 1977b).

VARADOURO. **A Herança dos Caciques**. Rio Branco. Ano I, n° 06. (dezembro de 1977).

VARADOURO. **A Terra na Mão de Poucos**. Rio Branco. Ano I, n° 07. (fevereiro de 1978a).

VARADOURO. **Turiano**, um índio à procura de 'patrão bom'. Rio Branco. (dezembro de 1978b).

VARADOURO. **Rumo à Bolívia**. Rio Branco. Ano I, n° 09. (maio de 1978a).

VARADOURO. **Os Coronéis da Borracha**. Rio Branco. Ano I, n° 09. (maio de 1978b).

VARADOURO. **Como Expulsar Seringueiros com Recursos da SUDAM**. Rio Branco. Ano II, n° 11. (agosto de 1978).

VARADOURO. **Eles Têm o Capital, nós temos a união**. Rio Branco. Ano II, n° 12. (setembro de 1978).

VARADOURO. **Turiano**, um índio à procura de 'patrão bom'. Rio Branco. (dezembro de 1978b).

VARADOURO. **Depois da Borracha, do boi ... Agora, a madeira (em risco).** Rio Branco. Ano II, n° 14. (março de 1979).

VARADOURO. **Uma Voz Chama no Purus**. Rio Branco. Ano II, n° 15. (junho de 1979a).

VARADOURO. **Cuidado, Acreanos**!. Rio Branco. (junho de 1979b).

VARADOURO. **"Nóis faz a Reforma Agrária".** Rio Branco. Ano II, n° 16. (outubro de 1979).

VARADOURO. **Tudo Dito e Comprovado**. Rio Branco. Ano II, n° 17. (dezembro de 1979).

VARADOURO. **O Vereador Seringueiro**. Rio Branco. Ano IV, n° 18. (março de 1980).

VARADOURO. **Os Novos Donos do Acre**. Rio Branco. Ano IV, n° 19. (maio de 1980a).

VARADOURO. **Nosso Partido vai ser muito forte**. Rio Branco. Ano IV, n° 19. (maio de 1980b).

VARADOURO. **Seringueiros apontam rumo para o Sindicato**. Rio Branco. Ano IV, n° 23. (junho de 1981).

VARADOURO. **Comunidades Eclesiais de Base**: 10 anos. Rio Branco. Ano IV, n° 23. (agosto de 1981).

## OUTROS JORNAIS

**Correio** do Acre (18/09/1910).

Jornal **Empate** (dezembro de 2003). Rio Branco.

**Folha** do Acre (20/10/1985)

A **Tribuna** (28/11/2006).

## Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana

Este livro é uma versão resumida da Tese de Doutorado da autora, defendida em dezembro de 2008, sob orientação de Rogério Haesbaert, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

A "acreanidade", título deste livro é um termo criado pelo Governo da Floresta (1999/2006), e diz respeito a ressignificação da identidade acreana. Esta ressignificação está pretensamente ancorada na trajetória de índios e seringueiros no Acre, sem, no entanto, negar os signos identitários do acreanismo.

A acreanidade, nas palavras oficiais: é o reencontro do acreano com a floresta (propiciado pelo Governo do PT) através do reconhecimento de uma matriz florestal da sociedade acreana e da implementação de políticas florestais. É o processo de valorização do passado, ou seja, da história do acreano e do seu modo de vida (realizado pelo Governo da Floresta via programa de desenvolvimento sustentável e do "resgate" da memória acreana). É o sentimento de pertencimento: do povo acreano ao território do Acre. Construído discursivamente através da suposta valorização da trajetória dos homens que fizeram o Acre; construído, enquanto discurso, a partir da chegada dos migrantes nordestinos aos altos rios, os quais foram amansados pela floresta, a partir da vida que tiveram que aprender a viver com os índios. É também a releitura do passado, a busca dos conhecimentos e valores dos povos que aqui viviam e que aqui chegaram, do aprendizado com o passado ao longo dos mais de cem anos de história.

Para recontar esta história foram escolhidos os heróis, da Revolução Acreana, Luiz Galvez e Plácido de Castro: o primeiro pela criação do Estado Independente do Acre (1889) e pelo discurso fundador do Acre; e Plácido de Castro é aquele que organizou um exército de seringueiros e ganhou a guerra. Do Movimento Autonomista foi escolhido José Guiomard dos Santos, autor do Projeto de Lei que criou o Estado do Acre. E do movimento seringueiro foi escolhido Chico Mendes.

Estas são questões discutidas neste livro.